



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXI - Nº 107 - QUINTA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 2006 - BRASÍLIA- DF**

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente**  
Renan Calheiros – PMDB-AL

**1º Vice-Presidente**  
Tião Viana – PT-AC

**2º Vice-Presidente**  
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

**1º Secretário**  
Efraim Morais – PFL-PB

**2º Secretário**  
João Alberto Souza – PMDB-MA

**3º Secretário**  
Paulo Octávio – PFL-DF

**4º Secretário**  
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

**Suplentes de Secretário**  
**1º** - Serys Slhessarenko – PT-MT  
**2º** - Papaléo Paes – PSDB-AP  
**3º** - Alvaro Dias – PSDB-PR  
**4º** - Aelton Freitas – PL-MG

### LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21		BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
<b>LÍDER</b> Ney Suassuna  <b>VICE-LÍDERES</b> Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) <sup>(5)</sup>  .....  <b>LÍDER DO PMDB – 21</b> Ney Suassuna  <b>VICE-LÍDERES DO PMDB</b> Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) <sup>(6)</sup> Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp		<b>LÍDER</b> Delcídio Amaral – PT  <b>VICE-LÍDERES</b> Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB  .....  <b>LÍDER DO PT – 12</b> Delcídio Amaral  <b>VICE-LÍDERES DO PT</b> Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide  <b>LÍDER DO PL – 3</b> João Ribeiro  <b>VICE-LÍDER DO PL</b> Aelton Freitas  <b>LÍDER DO PSB – 2</b> Antônio Carlos Valadares  <b>VICE-LÍDER DO PSB</b> (vago)	<b>LÍDER</b> José Jorge – PFL  <b>VICE-LÍDERES</b> Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL  .....  <b>LÍDER DO PFL – 16</b> José Agripino  <b>VICE-LÍDERES DO PFL</b> Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup>  <b>LÍDER DO PSDB – 15</b> Arthur Virgílio  <b>VICE-LÍDERES DO PSDB</b> Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
<b>LÍDER DO PDT – 4</b> Osmar Dias  <b>VICE-LÍDER DO PDT</b> (vago)  <b>LÍDER DO PMR – 1</b> Marcelo Crivella		<b>LÍDER DO PTB – 4</b> Mozarildo Cavalcanti  <b>VICE-LÍDER DO PTB</b> Sérgio Zambiasi  <b>LÍDER DO P-SOL – 1</b> Heloísa Helena	<b>LÍDER DO GOVERNO</b> Aloizio Mercadante – PT  <b>VICE-LÍDERES DO GOVERNO</b> Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB <sup>(1)</sup>
EXPEDIENTE			
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

**Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005**

<sup>(1)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

<sup>(5)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(6)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

# CONGRESSO NACIONAL

## ATO CONJUNTO Nº 4, DE 2006

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o art. 75 do Regimento Interno do Senado Federal e o art. 17, I, **m**, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, resolvem prorrogar, até o dia 22 de dezembro de 2006, os trabalhos da Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 24 de maio de 2006, destinada a sistematizar os projetos sobre saneamento em tramitação nas duas Casas.

Congresso Nacional, 28 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal – Deputado **Aldo Rebelo**, Presidente da Câmara dos Deputados.

---

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 27, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 293, de 8 de maio de 2006**, que *“Dispõe sobre o reconhecimento das centrais sindicais para os fins que especifica”*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de julho de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 28 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

---

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 294, de 8 de maio de 2006, que *“Cria o Conselho Nacional de Relações do Trabalho – CNRT e dá outras providências”*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de julho de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 28 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 91ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 28 DE JUNHO DE 2006

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR CÉSAR BORGES – Repercussão sobre matéria intitulada “*Terrorismo Biológico*”, publicada na revista **Veja** da última semana, que traz uma confissão de uma pessoa que participou de ato criminoso com prejuízo incalculável para a lavoura cacaueteira..... 21787

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Encaminhamento à Mesa, para publicação dos seguintes pronunciamentos: voto de aplauso a Daniel Queiroz, pela conquista de Medalha de Ouro no 15º Campeonato Brasileiro de Natação; à cidade de Maués, pelo seu 173º aniversário; e à irmã Maria Ângela Alcalde Torrecilla, que desde 1971, dedica-se ao tratamento de hansenianos; desvio de verbas da Universidade Estadual do Amazonas – UEA; e, análise da fala do Presidente Lula na convenção petista que lançou seu nome à reeleição. .... 21790

##### 1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 715, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso, em 25 do corrente, de seu 173º aniversário de criação. .... 21811

Nº 716, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Irmã Maria Ângela Alcalde Torrecilla, missionária no Amazonas, que, desde 1971, dedica-se ao tratamento de hansenianos, pelo que lhe foi outorgado o Título de Cidadã Amazonense. .... 21811

Nº 717, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta amazonense Daniel Queiroz, pela conquista de Medalha de Ouro no 15º Campeonato Brasileiro de Natação, realizado em São Luís/MA, em junho de 2006..... 21811

Nº 718, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para os 13 municípios com melhor Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Programa Bolsa Família, divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e, em

especial, para os municípios catarinenses de Bom Jesus, Flor do Sertão e José Boiteux..... 21811

Nº 719, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e do senador Arthur virgília solicitando voto de aplauso para a Mesa Diretora do Senado Federal, por ter reconhecido recentemente a união estável entre pessoas do mesmo sexo, aceitando como dependente a companheira de uma servidora da Casa. .... 21811

##### 1.2.3 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 472, 480 e 534, de 2005; 87, 120, 129, 136, 141, 159, 161, 164, 167, 172, 173, 185, 188, 189, 192, 194, 213, 215, 217, 219, 226, 227, 233, 234, 236, 240 e 261, de 2006. Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados..... 21812

##### 1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que prevê nova cominação penal aos crimes que especifica e define o tipo de peculato-uso..... 21812

Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral), para estabelecer que os candidatos devem registrar os respectivos carta de princípios e programa de trabalho na Justiça Eleitoral. .... 21817

Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para obrigar a emissão em braile de faturas dos serviços públicos..... 21818

Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2006, de autoria do Senador Magno Malta, que proíbe a entrada de funcionários nas cadeias e penitenciárias em que trabalhem portando aparelhos celulares ou qualquer outro aparelho de comunicação..... 21819

##### 1.2.5 – Pareceres

Nº 776, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 170, de 2006 (nº 475, na origem), do Presidente da República, que

encaminha pleito do Estado da Bahia, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), no valor de até US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado da Bahia (PRODECAR). **(Projeto de Resolução nº 43, de 2006)** ..... 21820

Nº 777, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 171, de 2006 (nº 476, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado da Bahia, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US\$10,000,000.00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial – APL. **(Projeto de Resolução nº 44, de 2006)** ..... 21824

#### 1.2.6 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de 5 dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 43 e 44, de 2006, apresentados, respectivamente, pelos Pareceres nºs 776 e 777, de 2006, lidos anteriormente. .... 21828

#### 1.2.7 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 382, de 2006, de 14 do corrente, comunicando a aprovação das Emendas nºs 1 e 2 ea rejeição da Emenda de nº 3, oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (Medida Provisória nº 283, de 2006) e o envio da referida proposição à sanção ..... 21828

#### 1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PAPALÉO PAES, como Líder – Registro das comemorações dos 18 anos de fundação do PSDB, em 25 de junho último. Escolha do nome de S. Exa, em convenção partidária realizada no dia 25 do corrente, como candidato do PSDB ao cargo de Governador pelo Estado do Amapá ..... 21828

SENADORA IRIS DE ARAÚJO – O acirramento do já conturbado quadro social brasileiro e a ousadia do crime organizado. .... 21831

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Encaminhamento à Mesa de pronunciamento para publicação sobre matéria da reportagem da jornalista Talita Ribeiro, do jornal **A Crítica**, de Manaus, denunciando que está sendo destruído o patrimônio ecológico do arquipélago fluvial de Anavilhanas. .... 21835

SENADOR ROMEU TUMA – Encaminhamento à Mesa de pronunciamento sobre a realização,

nos dias 30 de junho e 1º de julho em Brasília, do XXII Seminário Especial da Prosperidade, promovido pela Seicho-No-Ie – do Brasil. .... 21837

SENADOR NEY SUASSUNA – Defesa da imediata aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB. .. 21840

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários sobre matéria que circula na *Internet* sobre as mais famosas mentiras pregadas pelo Presidente Lula à nação brasileira. .... 21841

SENADOR JEFFERSON PÉRES, como Líder – Protesto contra o cancelamento das reuniões das Comissões no Senado, em razão dos jogos do Brasil na Copa do Mundo. .... 21844

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Inserção nos Anais da entrevista concedida pelos professores Pedro Estevam Serrano e Gabriel Cohn, a Marco Aurélio Weissheimer, da **Carta Maior**. Comentários sobre os oito anos de desgoverno no Estado do Rio de Janeiro, destacando, por outro lado, que a situação não é pior devido à liberação de recursos do Governo Federal ao Estado. .... 21844

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Protesto contra os ataques do Presidente Lula ao Senado Federal, hoje, em Contagem, Minas Gerais... 21852

SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Cumprimentos ao jornal **A Gazeta** pela publicação da matéria sobre a constatação de que o Brasil perde a cada ano em produtividade por causa da violência entre os jovens. Registro do aniversário amanhã, da cidade de Cachoeira do Itapemirim – ES. Comentários sobre matérias publicadas pela imprensa, da autoria de S. Exª. e do Senador Garibaldi Alves Filho sobre os bingos. Defesa de investimentos para o setor de segurança pública ..... 21852

SENADOR MARCOS GUERRA – Críticas ao veto presidencial aos arts. 5º e 6º da Lei nº 11.311, resultante da Medida Provisória nº 280, sobre a regularização do débitos tributários. .... 21855

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI, como Líder – Aplausos à criação, pelo Ministério das Relações Exteriores, do Departamento de Energia. Importância da discussão sobre a matriz energética brasileira. ... 21856

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Registro do anúncio hoje, em Contagem/MG, pelo Presidente Lula, do alcance da meta de 11 milhões e cem mil famílias atendidas pelo “Bolsa Família” em 2006. Defesa do Presidente Lula no que se refere ao ataques ao Senado atribuídos à S. Exa. .... 21857

SENADORA IDELI SALVATTI – Justificação de requerimento encaminhado à Mesa, solicitando voto de aplauso para os 13 municípios com melhor Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família, em especial os municípios catarinenses de Bom Jesus, Flor do Sertão e José Boiteux. .... 21859

SENADOR EDISON LOBÃO – Realização, na próxima quinta-feira, da Segunda Rodada de Licitações



de Áreas Inativas com Acumulações Marginais, para as atividades de avaliação, reabilitação e produção de petróleo e gás natural no País, destacando, dentre as regiões escolhidas, a Bacia de Barreirinhas, no interior do Estado do Maranhão. .... 21862

SENADOR FLÁVIO ARNS – Apresentação de pacote de medidas estruturais para solucionar crise no setor agrícola nacional. .... 21863

SENADOR PAULO PAIM – Comentário sobre artigo publicado pelo **Correio Braziliense**, edição de 26 de junho do corrente, intitulado “Da igualdade”, de autoria de Sueli Carneiro, doutora em Educação pela USP e diretora do Instituto da Mulher Negra. Elogios ao Programa de Ações Afirmativas adotado pela Universidade Federal de São Carlos. Expectativas da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e do projeto de cotas pela Câmara dos Deputados. Defesa de um entendimento entre as categorias de servidores públicos em greve no País e os setores competentes. .... 21864

SENADOR RAMEZ TEBET – Lamenta pedido de demissão do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, ressaltando os seus valiosos serviços prestados ao País durante a gestão da pasta. .... 21868

#### 1.2.9 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, dia 29 do corrente, quinta-feira, às doze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2006, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências... 21871

#### 1.3 – ORDEM DO DIA

**Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)**

Medida Provisória nº 286, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de duzentos e cinquenta milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada em virtude da falta de quorum**, ficando aprovados os pressupostos de urgência, relevância e adequação financeira, após Parecer nº 778/06-PLEN (Relator Senador Marcelo Crivella), tendo usado da palavra o Sr. Romeu Tuma. .... 21871

**Item 2 (Proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)**

Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada**. .... 21897

**Item 3 (Proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)**

Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2006, (proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006), que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006, e estende a todos os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social o mesmo percentual aplicado ao Salário Mínimo; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e das Leis nºs 7.789, de 3 de julho de 1989, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995, 9.063, de 14 de junho de 1995, 10.699, de 9 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei 2.351, de 7 de agosto de 1987, as Leis nºs 9.971, de 18 de maio de 2000, 10.525, de 6 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto de 2005, e a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001.

**Apreciação sobrestada**. .... 21898

**Item 4 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)**

Medida Provisória nº 289, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de setecentos e trinta e oito milhões de reais, para os fins que especifica.

**Apreciação sobrestada**. .... 21898

**Item 5 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)**

Medida Provisória nº 290, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada**. .... 21898

#### Item 6

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). **Apreciação sobrestada**. .... 21898

#### Item 7

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada**. .... 21898

**Item 8 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 28, de 2000)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória à programação constante da lei orçamentária anual. **Apreciação sobrestada.** ..... 21898

**Item 9 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22 e 28, de 2000)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal. **Apreciação sobrestada.** ..... 21899

**Item 10 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 22, de 2000)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao caput do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal. (Dispõe sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais). **Apreciação sobrestada.** ..... 21899

**Item 11**

Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições). **Apreciação sobrestada.** ..... 21899

**Item 12**

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social). **Apreciação sobrestada.** ..... 21899

**Item 13**

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB). **Apreciação sobrestada.** ..... 21899

**Item 14**

Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema

de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.

**Apreciação sobrestada.** ..... 21899

**Item 15**

Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2003 (nº 39/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** ..... 21890

**Item 16**

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público. **Apreciação sobrestada.** ..... 21900

**Item 17**

Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções). **Apreciação sobrestada.** ..... 21900

**Item 18**

Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar). **Apreciação sobrestada.** ..... 21900

**Item 19**

Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida. **Apreciação sobrestada.** ..... 21900

**Item 20**

Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos. **Apreciação sobrestada.** ..... 21900

**Item 21**

Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação. **Apreciação sobrestada.** ..... 21900

<b>Item 22</b>		
Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005 (nº 3.849/2004, na Casa de origem), que institui o ano de 2006 como Ano da Juventude. <b>Apreciação sobrestada.</b> .....	21901	
<b>Item 23</b>		
Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que institui o Dia do Radialista. <b>Apreciação sobrestada.</b> .....	21901	
<b>Item 24</b>		
Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus. <b>Apreciação sobrestada.</b> .....	21901	
<b>Item 25</b>		
Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira. <b>Apreciação sobrestada.</b> .....	21901	
<b>Item 26</b>		
Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2006 (nº 3.952/2004, na Casa de origem), que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. <b>Apreciação sobrestada.</b> .....	21901	
<b>Item 27</b>		
Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002. <b>Apreciação sobrestada.</b> .....	21901	
<b>Item 28 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)</b>		
Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. <b>Apreciação sobrestada.</b> .....	21901	
<b>Item 29 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)</b>		
Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar). <b>Apreciação sobrestada.</b> .....	21901	
<b>Item 30</b>		
Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução		das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências. <b>Apreciação sobrestada.</b> .....
		21902
<b>Item 31 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)</b>		
Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (FACTORING) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal. <b>Apreciação sobrestada.</b> .....		21902
<b>Item 32</b>		
Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais). <b>Apreciação sobrestada.</b> .....		21902
<b>1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia</b>		
SENADOR ROMERO JUCÁ – Posicionamento favorável do Governo à aprovação, pelo Senado, dos projetos de resolução que tratam de empréstimos aos Estados. ....		21902
SENADOR RAMEZ TEBET – Apoio a pedido de empréstimo do Estado do Mato Grosso do Sul. ....		21906
<b>1.3.2 – Fala da Presidência</b>		
Inauguração, amanhã, do sistema audiodigital e textos dos pronunciamentos das Sras. e dos Srs. Senadores. ....		21908
<b>1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação</b>		
SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentários sobre os artigos intitulados “Autoritarismo ou democracia?” e “Presidente lança obra sem comprar o terreno”, publicados no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 12 e 14 do corrente, respectivamente. ....		21913
SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da entrevista intitulada “É óbvio que Lula sabia”, concedida pelo ex-governador de São Paulo e candidato à Presidência da República, Geraldo Alckmin, publicada no jornal <b>Correio Braziliense</b> , edição de 11 do corrente. ....		21916
SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro da matéria intitulada “Banco de Dantas foi cliente de ex-escritório de Thomaz Bastos”, publicada no jornal <b>Folha de S. Paulo</b> , edição de 30 de maio último. ....		21917
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do artigo intitulado “Infiltração e hipocrisia”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal <b>Folha de S. Paulo</b> , edição de 11 do corrente. ....		21918
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “STF abre inquê-		



*rito para investigar Mentor*", publicada no jornal **O Globo**, edição de 17 do corrente. .... 21918

SENADOR **ARTHUR VIRGÍLIO** – Denúncia sobre o desvio de verbas da Universidade Estadual do Amazonas para outros fins. .... 21920

SENADOR **ROMERO JUCÁ** – Comemora os bons resultados da atual gestão da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. .... 21923

SENADOR **ALVARO DIAS** – Críticas à afirmação do Presidente Lula, em discurso na 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília, que antes dele o "Brasil era uma coisa meio desarranjada" ..... 21926

#### **1.3.4 – Comunicação da Presidência**

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quinta-feira, dia 29, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. .... 21926

#### **1.4 – ENCERRAMENTO**

**2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 28-6-2006**

#### **3 – EMENDAS**

Nºs 1 a 38, apresentadas ao Projeto de Lei nº 4/2006-CN. .... 21933

#### **4 – TERMOS DE REUNIÃO**

Referente aos trabalhos de instalação da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 19, de 2005, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2005 (MPV 227/2004). .... 21972

Referente aos trabalhos de instalação da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 20, de 2005, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2005 (MPV 229/2004). .... 21972

#### **5 – ATA DE COMISSÃO**

Ata da reunião ordinária da Comissão Diretora, realizada em 27 de junho de 2006. .... 21973

#### **6 – ATOS DA COMISSÃO-DIRETORA**

Nºs 11 a 13, de 2006. .... 21973

#### **7 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**

Nº 145, de 2006. .... 21976

#### **8 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 1.159 a 1.177, de 2006. .... 21976

### **SENADO FEDERAL**

#### **9 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA**

#### **10 – SECRETARIA DE COMISSÕES**

#### **11 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

#### **12 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

#### **13 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

#### **14 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

#### **15 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**

#### **16 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

### **CONGRESSO NACIONAL**

#### **17 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

#### **18 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

#### **19 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**

#### **20 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

#### **21 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**

# Ata da 91ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 28 de junho de 2006

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Antero Paes de Barros, Efraim Moraes, Papaléo Paes, Marcos Guerra, Cristovam Buarque e Romeu Tuma*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 28/6/2006 07:38:56 até 28/6/2006 21:02:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIAO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		

**Compareceram: 61 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 61 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– Pela ordem, tem a palavra o Senador João Batista Motta.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trago ao conhecimento da Casa e do País o pedido de demissão do Ministro Roberto Rodrigues.

Reconhecedor do valor que esse cidadão tem, não poderia ficar calado, haja vista que S. Ex<sup>a</sup> sempre foi um homem que lutou e procurou alavancar o agronegócio neste País, sempre foi um intransigente defensor do trabalhador do campo, do homem que vive no interior do nosso País. E, no entanto, estava emprestando o seu nome para sepultar esse segmento de trabalhadores, esse segmento de lutas, responsável pelo sucesso do nosso País, responsável várias vezes por segurar a nossa balança de pagamentos em épocas difíceis, quando não tínhamos ainda autonomia de petróleo. Pois bem, esse segmento, hoje, está morto e sufocado.

Ontem, o Bom Dia Brasil mostrou ao País inteiro a crise que vive o agronegócio no Sul, mostrou em que situação precária se encontra o homem do campo. Está de parabéns o ex-Ministro Roberto Rodrigues. Há um boato de que ele está saindo por conta de doença na família, mas acredito que não seja verdade, porque foi surpresa para todos os seus assessores o conhecimento de qualquer doença na família. Ele está deixando o Ministério por não querer mais emprestar seu nome, repito, para ajudar a sepultar o agronegócio, sepultar o homem do campo, matar o nosso agricultor como está acontecendo neste momento.

Meus parabéns, Roberto Rodrigues. V. Ex<sup>a</sup> deixa o Ministério porque não há Governo, não há proteção ao homem do campo. Há proteção apenas para a baderna, para o MST, que todo dia invade terras e fazendas neste País, trazendo intranquilidade e desordem ao campo brasileiro.

Meus parabéns, Roberto Rodrigues.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Está feito o registro, Senador João Batista Motta.

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marcos Guerra.

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

Registro também meu pedido de inscrição para falar pela Liderança do PSDB após o primeiro orador inscrito. Deixo registrado que fui o primeiro a solicitar.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– Ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a palavra para uma comunicação inadiável se eu não conseguir fazer a permuta com algum Parlamentar inscrito antes da minha fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– Obrigado.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como estou sempre inscrito pelo art. 17, porque falo sempre nas segundas e nas terças-feiras, peço a palavra para uma comunicação inadiável. Se V. Ex<sup>a</sup> entender que algum orador inscrito não estará em plenário, inscreva-me para falar por dez minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– V. Ex<sup>a</sup> está inscrito para uma comunicação inadiável.

Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex<sup>as</sup> terão assegurado o uso da palavra por cinco minutos para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, por permuta com o Senador Paulo Octávio.

V. Ex<sup>a</sup> terá dez minutos para seu pronunciamento e dois minutos de prorrogação, se necessário for.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto

a esta tribuna para repercutir, mais uma vez, a reportagem que a revista **Veja** publicou, na edição da semana passada, sob o título “Terrorismo Biológico”, onde traz a confissão de uma pessoa que participou com outras de um ato criminoso, com prejuízo incalculável. Se esse prejuízo pudesse ser calculado, estaria em torno de dez bilhões de reais ou de dólares, Sr. Presidente, porque os números não são fáceis de quantificar.

A denúncia se refere à contaminação da lavoura cacauueira no Estado da Bahia, um grande patrimônio do nosso País, fundamental para a economia daquele Estado. Hoje, talvez nem tanto, porque a economia da Bahia está diversificada, a sua indústria cresceu e o cacau não representa muito na nossa pauta de formação do Produto Interno Bruto, mas, no passado, para V. Ex<sup>a</sup> ter idéia, o cacau representava 60% da arrecadação do Estado. Quando a safra frustrava ou atrasava, o Estado não tinha sequer recursos para pagamento do funcionalismo público.

Felizmente, a Bahia diversificou sua economia com a petroquímica, o petróleo e, mais recentemente, a indústria automobilística, que está no nosso Estado. Se, economicamente, a lavoura do cacau já não representa uma parcela significativa da economia estadual, com certeza representa uma parcela significativa do índice de geração de empregos na região cacauueira.

A partir de 1989, essa praga, que é endêmica na Região Amazônica – existe nos países vizinhos, como Equador, Bolívia e Colômbia, e nos Estados brasileiros, principalmente Rondônia, Acre e Amazonas –, chegou à Bahia. A Ceplac – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – tinha um enorme cuidado de criar barreiras fitossanitárias, impedindo que essa doença chegasse ao nosso Estado. Durante muito tempo isso foi obtido com sucesso.

Em 1989, Sr. Presidente, essa doença chegou à Bahia, num momento em que a lavoura já passava por problemas devido aos baixos preços internacionais e num momento de luta política, quando se falava na possibilidade de o Governo de então extinguir a Ceplac, e o movimento sindical dentro dessa Comissão era muito forte.

À época, houve uma suspeita fortíssima na região de que a chegada dessa praga à Bahia não havia sido fruto da natureza, não havia sido trazida pelo vento ou pelos passarinhos, mas teria chegado pelas mãos humanas. Havia pessoas interessadas em criar um fato que justificasse a existência da Ceplac e a derrubada de uma estrutura econômica, trazendo de-

sassossegos a milhares de trabalhadores e de famílias da região cacauueira.

Mas ficamos apenas na suspeição. A Ceplac, à época, pediu à Polícia Federal que fossem feitas investigações, que não foram adiante; foram arquivadas.

Mas agora, Sr. Presidente, o fato que vem estar recendo toda a região – e por isto volto a esta tribuna – é que alguém disse: “Eu participei desse ato”, contando em detalhes como ocorreu o crime.

A Bancada baiana no Senado – Senador Antonio Carlos Magalhães, Senador Rodolpho Tourinho e eu – esteve com o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, na quarta-feira da semana passada. O Ministro assumiu um compromisso – que foi cumprido – de, no dia seguinte, determinar a abertura de um inquérito pela Polícia Federal de Ilhéus.

Foi designada a delegada federal de Ilhéus, Denise de Oliveira Cavalcanti, para presidir o inquérito para investigar a denúncia de que a disseminação da praga da vassoura-de-bruxa foi um ato de sabotagem biológica promovido pelo Partido dos Trabalhadores na região Sul da Bahia, conforme denunciou a revista **Veja**.

[...]

Segundo a assessora de imprensa da Polícia Federal, Mônica Horta, as pessoas envolvidas na denúncia devem ser intimadas para depor. Entre elas, o técnico de administração Luís Henrique Franco Timóteo, responsável pela denúncia, o ex-prefeito de Itabuna, Geraldo Simões, [que inclusive é candidato a Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores, que exerceu até pouco tempo a presidência da Codeba – Companhia de Docas do Estado da Bahia, e sobre ele pesam acusações do ponto de vista de desvios administrativos em concorrências públicas lesivas aos interesses da Codeba], e outros quatro militantes do PT: Everaldo Anunciação, Wellington Duarte, Jonas Nascimento e Eliezer Correia, todos funcionários da Ceplac e integrantes da alta cúpula da instituição.

Portanto, esse é um crime que compensa. Por quê? Em primeiro lugar, eles conseguiram manter a Ceplac, mesmo desprestigiada por conta de falta de verbas e de recursos; em segundo lugar, compensa porque eles estão na direção da Ceplac.

Então, o que se deseja é uma apuração severa, profunda, para que o fato seja esclarecido, porque a

região, revoltada, não aceita o que está acontecendo, Sr. Presidente.

Ouç o aparte do Senador Antonio Carlos Magalhães, com muito prazer.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)** – V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão. Estamos tomando as providências indispensáveis, dando satisfação à lavoura cacaueira, que foi criminosamente atacada pelo Partido dos Trabalhadores. Houve um prejuízo de milhares e milhares de reais para fazendeiros grandes e pequenos, com mais de 200 mil desempregados. De maneira que temos de tomar providências. Isso, sim, é que cabe uma comissão de inquérito! Isso, sim, é que deve ser estudado por qualquer das Comissões desta Casa! Inclusive, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pode criar uma subcomissão para tratar de assunto tão grave, se a Comissão de Agricultura não o fizer. De modo que não vamos ficar calados diante dessa barbaridade provocada pelo Partido dos Trabalhadores, useiro e vezeiro em prejudicar a economia brasileira!

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antonio Carlos Magalhães. V. Ex<sup>a</sup> está certíssimo na sua assertiva de que não podemos descansar enquanto toda a verdade não vier à tona e os culpados por esse crime de lesa-pátria não forem condenados.

Também o Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria Regional de Itabuna, está empenhado em acelerar o inquérito que investiga essas denúncias. De acordo com o coordenador da Promotoria Regional de Itabuna, Clodoaldo Silva Anunciação, além dele e dos promotores Márcia Bandeira e Márcio Fael – de Improbidade Administrativa e Meio Ambiente –, outros dois Promotores da Vara Crime da região se juntaram à investigação. Segundo ele, a expectativa é que promotores de outras comarcas [que tiveram suas regiões, seus Municípios prejudicados por esses crimes,] possam também colaborar com seus trabalhos.

[...]

Os Presidentes da Comissão Nacional de Cacau, da Associação de Apoio à Recuperação da Lavoura Cacaueira (Comacau), os Sindicatos Rurais de Ilhéus, Ipiaú, Itajuípe, Barro Preto e Camacan vêm a público manifestar sua preocupação com a matéria [...] que denuncia as infestações dos cacauais baianos por essa

praga [...], patrocinada por alguns militantes do PT, Partido dos Trabalhadores, com o objetivo de quebrar as oligarquias locais e abrir espaços políticos para os filiados do Partido.

Esse fato provocou a queda acentuada da economia cacaueira, o desemprego de mais de 200 mil trabalhadores e o endividamento dos produtores rurais. Devido à gravidade das denúncias, as entidades acima citadas solicitarão à Procuradoria Geral da República, ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal que procedam, com o maior rigor possível e com a serenidade necessária, à apuração das denúncias, de forma que, se comprovadas, os culpados sejam rigorosamente punidos.

Assinam a nota os presidentes da Comacau, José Carlos Soares de Assis, da Comissão Nacional do Cacau, José Mendes Filho, e dos sindicatos de Ipiaú, Florisnelson Moreira Amparo, de Camacan, Guilherme Castro Moura, de Itajuípe, Itatellino Leite Júnior, de Barro Preto, Fernando Botelho, e de Ilhéus, Mário Bunchaft.

Portanto, Sr. Presidente, ficaremos aqui todas as semanas repercutindo esse fato, até que a Polícia Federal, o Ministério Público e a Procuradoria-Geral da República possam trazer à luz toda a verdade desse escabroso caso de lesa-pátria. Não ficaremos aqui parados; faremos a defesa da lavoura – e averiguar esses fatos faz parte da defesa dessa lavoura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.*

**O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço um minuto a V. Ex<sup>a</sup>. O Deputado Federal Ivan Ranzolin, como não pode fazer uso da palavra no Senado, pediu-me – o que faço com muita satisfação – que fizesse uma pequena saudação aos 40 Vereadores, que aqui o acompanham, que são da região fria de Santa Catarina, divisa com o Rio Grande. Cumprimento a todos na figura do Presidente da Uveres, o Vereador Cidinei Marcon.

Sejam bem-vindos! É uma alegria recebê-los aqui e tenho certeza de que sempre teremos uma política de



parceria entre Governo Federal, Governos Estaduais e, naturalmente, os governos municipais por intermédio dos Vereadores.

Faço este depoimento até porque meus pais nasceram em Bom Jesus, cidade que fica praticamente na divisa dos Estados, nessa região que os Vereadores representam.

Era o que tinha a dizer, agradecendo a V. Ex<sup>a</sup> e enviando um abraço carinhoso do Senado a essa delegação de lutadores pelas questões de Santa Catarina, à semelhança da Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, saúdo os ilustres visitantes com o mesmo empenho que faz o nosso nobre Senador Paulo Paim e encaminho à Mesa, Sr. Presidente, antes de termos o prazer de ouvirmos o Senador Papaléo Paes, voto de aplauso à Irmã Maria Ângela Alcalde Torrecilla, missionária do Amazonas, que se especializou e se dedicou ao tratamento de hansenianos. Recentemente, foi homenageada com o título de Cidadã Amazonense pela Assembléia Legislativa. Isso é o mínimo que se poderia fazer no meu Estado por figura tão nobre e tão honrada.

E encaminho a V. Ex<sup>a</sup> voto de aplauso ao Município de Maués, pelo seu 173º aniversário de criação, junto com pronunciamento dirigido àquele povo, àquele que é turisticamente conhecida como a “terra do guaraná” e, economicamente, também, é uma cidade criadora, criativa e que, portanto, merece ser dignificada pelo Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)*

**REQUERIMENTO Nº /2006**

**Requer Voto de Aplauso ao atleta amazonense Daniel Queiroz, pela conquista de Medalha de Ouro no 15º Campeonato Brasileiro de Nataação, realizado em São Luís/MA, em junho de 2006.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao atleta amazonense Daniel Queiroz, que conquistou Medalha de Ouro no 15º Campeonato Brasileiro de Nataação, realizado em junho de 2006, no Maranhão.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e da Federação Amazonense de Nataação.

**Justificação**

O Amazonas brilhou no 15º Campeonato Brasileiro de Nataação, realizado em São Luís, Maranhão. O atleta amazonense Daniel Queiroz garantiu a Medalha de Ouro na prova de 200 metros, nado de peito. Daniel, que pratica nataação desde um ano de idade, começou a competir aos sete e é uma grata revelação para essa modalidade de esporte. É, pois, merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**REQUERIMENTO Nº /2006**

**Requer Voto de Aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso, em 25 de junho de 2006, de seu 173º aniversário de criação.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso de seu 173º aniversário de criação.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito Municipal de Maués, Sr. Sidney Leite e, por seu intermédio, ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e ao povo de Maués.

**Justificação**

Maués, a pouco menos de 180 quilômetros de Manaus, é a bela Terra do Guaraná, hoje nacionalmente conhecida pelos seus maravilhosos cenários, que atraem anualmente milhares de turistas de todo o País e até do exterior. Conta hoje com 45 mil habitantes e suas atividades econômicas, além da produção do Guaraná, são a pecuária e a produção de pescado.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**REQUERIMENTO Nº /2006**

**Requer Voto de aplauso à Irmã Maria Ângela Alcalde Torrecilla, Missionária no Amazonas, que, desde 1971, dedica-se ao tratamento de hansenianos, pelo que lhe foi outorgado o Título de Cidadã Amazonense.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Irmã Maria Ângela Alcalde Torrecilla, pelo título de Cidadã Amazonense, outorgado pela Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas. Ela é missionária originária da Espanha e, ao longo desses últimos 35 anos, vem se dedicando ao tratamento de hansenianos na Colônia Antônio Aleixo, a 25 quilômetros de Manaus.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.

**Justificação**

A vida da Irmã Maria Ângela Alcaide Torrecilla é de total dedicação ao tratamento de hansenianos na Colônia Antonio Aleixo, no interior amazonense. Ela chegou ao Amazonas, vinda da Espanha, sua terra natal, em 1971 e ao longo de 35 anos, vive praticamente reclusa, com dedicação total a essa humanitária causa. O título de Cidadã Amazonense foi proposto à Assembléia Legislativa pelo Deputado Aroldo Andrade, ex-Secretário Municipal de Saúde em Manaus. A irmã é, pois, merecedora do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores,

**Maués, de Rara Beleza e Terra do Guaraná, Completa 173 Anos de Existência**

Maués, bela há 173 anos! Assim escreve o jornal **A Crítica**, ao saudar a maravilhosa Terra do Guaraná, no meu Estado, cujas origens começam com os ín-

dios Mundurucus, que ergueram, no lugar onde hoje é Maués, a Aldeia Uacituba, que significa Terra Fértil.

Ali, em 1798, os portugueses Luís Pereira da Cruz e José Rodrigues Preto fundaram o povoado Luséa, mais tarde elevado à condição de Missão, já com o nome de Maués. Em Tupi, Maués significa Papagaio Falante.

A História de Maués inclui a chamada Cabanagem, movimento de libertação social encabeçado por pessoas simples da Amazônia, nada parecido com os chamados movimentos sociais da atualidade brasileira.

Esses registros mostram que, por volta de 1840, a principal praça de Maués, hoje chamada Praça Coronel João Verçosa, foi palco de conflitos sangrentos que resultaram na rendição dos últimos guerreiros cabanos, obrigados, então, a jurar fidelidade ao Império do Brasil.

Maués, elevada à condição de cidade em 1896, portanto já na República, é hoje uma cidade de mil e um encantos, de cenários deslumbrantes, com grutas, cachoeiras, montanhas, encontro das águas de lagos de rara beleza.

Em separado, estou encaminhando à Mesa requerimento em que proponho um Voto de Aplauso do Senado da República ao Município de Maués, hoje conduzido pelo dinâmico Prefeito Sidney Leite. Por seu intermédio, cumprimento o Vice-Prefeito, os Vereadores e o povo de Maués pelo aniversário da cidade.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**REQUERIMENTO Nº /2006**

**Requer Voto de Aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso, em 25 de junho de 2006, de seu 173º aniversário de criação.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso de seu 173º aniversário de criação.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito Municipal de Maués,

Sr. Sidney Leite e, por seu intermédio, ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e ao povo de Maués.

### **Justificação**

Maués, a pouco menos de 180 quilômetros de Manaus, é a bela terra do guaraná, hoje nacionalmente conhecida pelos seus maravilhosos cenários, que atraem anualmente milhares de turistas de todo o País e até do exterior. Conta hoje com 45 mil habitantes e suas atividades econômicas, além da produção do guaraná, são a pecuária e a produção de pescado.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores,

Se a educação é prioridade pública, em todo lugar, em todo estado, como entender que no Amazonas estejam sendo desviadas verbas da Universidade Estadual do Amazonas-UEA para outros fins?

Se a UEA fosse uma Universidade Federal, esses delituosos desvios de verbas seriam suficientes para caracterizar um escândalo nacional!

A UEA não é federal, mas a Educação é! o escândalo é do mesmo tamanho. Por isso, trago ao Senado da República esta denúncia, para mostrar o próprio crime de desviar verbas; e, por essa prática, o descaso do Governo do Estado para com a Educação.

Vamos aos números dessa barbaridade:

Dez empresas. Fundações e projetos de outras áreas do Governo do Amazonas foram premiados com R\$52 milhões de um total de R\$98 milhões, que foram arrecadados e que se destinavam à Universidade do Estado do Amazonas. Isso ocorreu nos dois últimos anos.

Explico: tais recursos são captados de empresas instaladas no Pólo Industrial de Manaus, por meio de benefício fiscal e recolhidos para o fim específico de custear o desenvolvimento de atividades da universidade estadual.

O escândalo é de pasmar!

Não posso aceitar que o Governo do Estado fique a tugar recursos para educação no meu Estado. As verbas são específicas para esse fim, não há como desculpar esse crime de lesa-educação.

A Universidade Estadual do Amazonas tem metas a cumprir e não só em Manaus. Em todo o interior do Estado. Há demandas urgentes, entre outras, nos Municípios de Carauari, Eirunepé, Humaitá, Apuí e Manicoré, todos atendidos pela UEA. As atividades nessas áreas estão praticamente paralisadas, por falta de recursos.

Para dar a aparência de legalidade, o Governo Estadual aprovou e sancionou lei que permite a realocação de verbas que excedam as despesas anuais da universidade.

Não é o caso.

A Universidade Estadual do Amazonas precisa de recursos. E não apenas para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa. Também para outras ações que desenvolve em todo o Estado.

Denuncio, além dos desvios, o pouco interesse do atual Governo do Amazonas pelo ensino, pela educação. Não é concebível falar em verba excedente. Para educação, a prioridade deve ser total, a menos que os administradores queiram deixar que essas atividades, voltadas para o ensino das nossas populações, sejam relegadas ao descaso.

A denúncia desses desvios foi publicada pelo jornal **A Crítica**, mostrando em pormenores os valores turgados da UEA, para construtoras, fundações e para outros projetos do Governo Estadual.

O texto da denúncia vai para os Anais do Senado. Segundo esse respeitável jornal, o Governador do estado usa e expedientes, contrários à educação, para fins eleiçoeiros. E, como mera e frágil capa de legalidade, o governador ampara-se na lei que permitiria ao governo tugar dinheiros da UEA.

Na Assembléia Legislativa do Amazonas já há fortes reações contrárias a essa prática. O PSDB apóia as manifestações que ora ali estão em curso e dará o apoio necessário para evitar que o governador siga nessa prática contrária à educação.

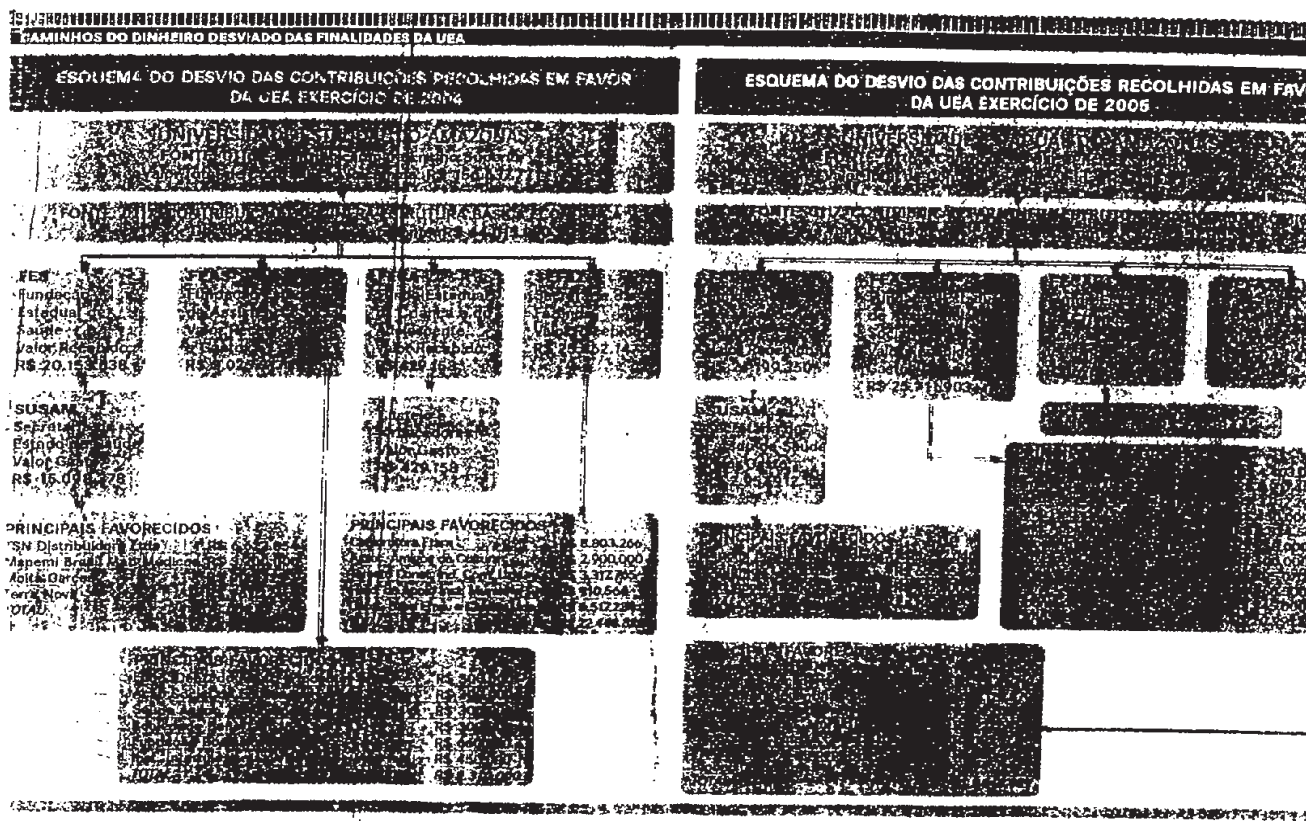
Era o que tinha a dizer.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# Verba da UEA é desviada para outras finalidades

O esquema já possibilitou a transferência de mais de R\$ 98 milhões dos recursos da instituição para outros setores



## CAAP EM AÇÃO!

O Centro Acadêmico de Administração em nome de todos seus diretores e colaboradores, agradece a participação dos acadêmicos nos eventos, tais como: Seminário de Administração Pública na SUFRAMA, no Curso de Informática, nas palestras no auditório da ESO e na doação de leite a Casa VHIDA. Por isso, o CAAP tem orgulho de representar os universitários de administração pública da Universidade do Estado do Amazonas.

**Luiz Frederico Oliveira de Aguiar - Presidente CAAP**

**Raifran Brandão Araújo - Presidente do DRE/CEST/UEA**

O desvio de verba pública já caracteriza por si só um crime contra o patrimônio público. A grandiosidade desse desvio ultrapassa todas as fronteiras da irresponsabilidade e do desrespeito com o povo amazonense. A nossa universidade é uma real perspectiva de desenvolvimento, sobretudo para o interior, mas sem investimento e com desvio de recursos ficaremos assistindo aos estrangeiros pesquisarem e levarem as nossas riquezas naturais

**Denísio Araújo (Ex- Presidente do DCE-UEA)**

"No estatuto da UEA, existe o artigo sobre o conselho curador que prever a participação de membros do pólo Industrial de Manaus fazendo fiscalização e planejamento dos recursos da UEA, mas até então este conselho nunca foi ativado antes da saída da nossa gestão enviando ofício a reitoria solicitando a instalação do conselho".

(Original ilegível fornecido pelo autor.)



O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores,

## OS MAIS POBRES VIRAM *POVO-OBJETO* DO PRESIDENTE-CANDIDATO LULA

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

Faço uma análise da fala de Lula na convenção petista que lançou seu nome à reeleição. E por mais boa vontade que possa ter, encontro apenas frases ultrapassadas que não servem ao Brasil de hoje, cheio de desencontros.

O Presidente ontem voltou ao mesmo discurso sem lastro, para dizer que, antes dele, o *Brasil era uma coisa meio desarranjada*. Ele nada explica. Nem traduz o que é *coisa meio desarranjada*.

Essa é uma retórica que desserve e é usada para engodar as parcelas mais sofridas da população. O Presidente *usa-as!* e não sem maldade oculta. Faz isso em nome de seus propósitos de ficar no Governo. Até agora, ele não disse a que veio, não é capaz de apontar uma única obra. Mas fala e fala!

Chego, lamentavelmente, a uma conclusão: o Governo Petista do Presidente Lula transformou o povo mais pobre do Brasil em *objeto*. *Objeto-eleitoral*, no pior sentido literal. É uma forma desprezível de degradar o povo, em especial as parcelas mais pobres. O processo com que o atual Governo leva a cabo suas idéias de perenização no poder desconsidera o povo como *pessoa*. Trata-o, sim, como objeto. É o *Povo-objeto*. A esse povo-objeto, avelha postura do *pão-e-circo* dos *Tempos do Ronca, ou do Onça*.



Sim, já não há dúvida de que os tempos brasileiros de hoje, tomados de propaganda petista, revivem o *Tempo do Onça* ou o *Tempo do rei velho*, o velho e antigo *Tempo do Ronca*.

A diferença é que isso já não cabe como prática aceitável. Lula imagina que sim, pelo desespero do nada ter feito e que, ao final, vai gravar em sua biografia um quatriênio.

*Tempo do Onça*, sabem os marqueteiros de Lula, é a expressão que aponta ações de uma era que já passou. Que deu certo numa época longínqua, em prevaleciam a vontade e os caprichos dos governantes. Governar não era o mais importante! Temo que tudo isso esteja voltando.

A frase *Tempo do Onça* nasceu no Rio de Janeiro, nos idos de 1725, época em que um polêmico Capitão Monteiro era o Governador local. Ele era apelidado de *Onça* pela sua conduta autoritária, que fechava os olhos para a corrupção que corria solta.

Ao povo, o *Velho Onça* entoava frases de efeito, como as que estão novamente na vigente cena brasileira. Bastava um agrado, um churrasco e sair soltando números falsos de uma realidade que o povo não via, mas pensava ser verdadeira.

A convenção do Partido dos Trabalhadores teve tudo isso. O Presidente, que já era candidato quis aparentar à Nação que só no sábado passaria a ser candidato.

Nela, Lula cometeu gafes, disse as inconveniências de sempre, afagou os amigos *mensaleiros* e jogou falação, sem oferecer dados ou cifras. Coisas como o *maior governo do Sul do Mundo nos últimos 500 anos*.

Essa dita convenção petista não teve nada de elevação. Só destemperos e rotulagens fáceis, dando razão para que, no domingo, o ex-Presidente Fernando Henrique viesse a corrigir os destemperos da *gente do PT, que é apenas boa de garganta e tem um Presidente que na verdade só e só cacareja sobre ovos postos por outros*.

Segunda-feira, na reunião da dita coordenação política do Governo, Lula quis demonstrar o que não é, criticou FHC, acusando-o de destempero verbal por levar o Presidente ao galinheiro e acabou falando em *dor-de-cotovelo*.

Vamos colocar os pingos nos i.i. Lula é a última pessoa neste País a ter autoridade para falar em *destempero verbal*, ele que é useiro e vezeiro na linguagem mais chula da face do Planeta Terra.

Coisas, por exemplo, como a inauguração de ala internacional em aeroporto sem linha para o exterior. Se duvidar, ele acaba inaugurando pedra fundamental de terminal marítimo em Brasília, que não tem mar.

Os tempos do Brasil petistas são mesmo *tempos do ronca*, com um Presidente que vive inventando jeito de matar o tempo e empregá-lo em ocupações que servem tão-só para substituir a inação. Distrair-se e recrear-se é com ele mesmo!

Engana-se, no entanto o Presidente Lula ao supor que a população brasileira aceita o tanto de falsidade embutida na propaganda maciça do seu Governo ou quando ele se traves-te de *Lula Conselheiro*, fala dos 50 reais que distribui todo mês às populações carentes, finge que se sensibiliza com a pobreza. Não será nenhuma surpresa se ele, daqui a pouco, empunhar um cajado e sair por aí, continuando a engodar.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

O que Lula não sabe é que a mentira tem pé curto. As populações que ele tapeia só são tapeadas, infelizmente, porque não têm tido acesso à informação e acabam sendo vítimas do engodo do Governo petista, que se sustenta à custa do dinheiro público com que financia a maciça propaganda enganosa.

Com os recursos da propaganda, Lula faz o povo acreditar que seu Governo é realizador. Não é! Seu Governo, como lembrou FHC, é promotor, ocultador e campeão em matéria de corrupção e escândalos.

Ao falar ao povo, mentindo, Lula joga números falsos. Diz, por exemplo, que criou nesses seus quase quatro anos de mandato, 10 milhões de empregos. Ele só não explicou que 7 milhões foram gerados na China. Ele foi lá, adulou seus hóspedes e o Brasil acabou se tornando forte importador de produtos chineses, de qualidade duvidosa. Em consequência, a indústria de lá criou 7 milhões de empregos. Para chineses.

No entanto, as populações que dispõem de informações e lêem sabem que tudo não passa de mentirinha. O Governo petista de Lula é fraco, esbanjador, corruptor e protege os corruptos. E mente à beça. Eis aqui a relação das 15 maiores mentiras dele:

1. Prometeu e garantiu que criaria 10 milhões de empregos
2. Disse que os brasileiros teriam três refeições todo dia: r café, almoço e jantar para todos os brasileiros.
3. Garantiu que assentaria 500.000 famílias de sem terra. Em vez disso, protegeu as invasões e criou *intranquilidade no campo*.
4. Prometeu criar 500.000 empregos no improvisado programa chamado Primeiro Emprego. Foi o maior malogro de seu Governo.
5. Criou o Banco Popular, com o pretexto de levar crédito aos pobres. Levou endividamento. E o Banco Popular deu um enorme prejuízo ao Banco do Brasil
6. Prometeu que o Brasil crescería em média de 5% (PIB) ao ano. Cresceu 2,3%.
7. Prometeu criar o IVA em substituição ao ICMS. Ficou na promessa
8. Prometeu arrecadar mais R\$ 2, 5 bilhões e dar emprego a 350.000 agricultores em função do Bolsa Família. Limitou-se a distribuir dinheirinho.
9. Prometeu que o Brasil deslancharia com as PPP, Parcerias Público Privadas. Estão na gaveta, por incompetência.
10. Prometeu construir 600.000 novas moradias por ano. Ficaram na propaganda de out-doors.
11. Prometeu disponibilizar R\$ 4,5 bilhões do FGTS para construção de casas. O povo ainda não viu. Se somar, vai ser um desastre.
12. Acenou com a redução da jornada de trabalho, para gerar 3,2 milhões de novos empregos. Ficou tudo como dantes no quartel desses falantes.
13. Garantiu aposentadoria digna para 3,2 milhões de idosos com mais de 60 anos que permanecem no mercado de trabalho. E aí? Quem viu o quê?
14. Prometeu aumentar o prazo do seguro-desemprego para 8 meses
15. Prometeu fazer o Governo mais sério e honesto da história do Brasil. Mentiu feio. As CPIs que o digam

É bom que Lula se inteire ao menos do que o povo fala, como seu Governo é visto por uma expressiva parcela da população, que tem a avaliação de que nenhum Governo foi pior do que o de Lula, em toda a História do Brasil.

Na página de cartas dos leitores da edição da Revista *Veja* que circula esta semana há, há várias opiniões acerca do malfadado Governo Lula, essas sim, legítimas.

Leio algumas:

*O autor de Belíssima se diz chocado com a descoberta de que o público mudou seu modo de encarar os desvios de conduta dos personagens. Isso é o reflexo da sociedade em que vivemos, já que exemplos não faltam, começando por Laila e sua gangue.*

*Edson José de Azevedo*

*Joinville, SC*

### **Outra:**

*Lendo a entrevista de Sílvio de Abreu é que pude entender o porquê do alto índice de aprovação do governo Lula. É triste chegar à conclusão de que para o povo brasileiro não importam os meios que o levaram ao poder, mas sim o poder. Como disse o ilustre autor de Belíssima, "as pessoas querem subir na vida e dane-se o resto". A honestidade e a moral viraram palavras em desuso.*

*Andresa Vitorino Garcia Ribeiro*

*Araranguá, SC*

### **Mais aspas para a Veja:**

#### **De olho na reeleição**

*Afinal de contas, as empresas públicas são entidades independentes ou apenas um braço do governo, que serve, entre outras coisas, como palanque para políticos inescrupulosos? Excelentíssimos senadores e deputados, já passou da hora de encerrar esse tipo absurdo de uso da máquina do Estado. Seja por meio de leis que inibam a apropriação indébita dos feitos das estatais por parte do governo, seja por meio de mais privatizações ("Os rãos da reeleição", 21 de junho).*

*Aldebaran Perseke*

*São Paulo, SP*

### **Ainda os leitores de Veja:**

*Laila faz as chamadas "inaugurações-fantasma" simplesmente por não ter obras (reais) suficientes para mostrar o que fez em seu governo.*

*Flandísio Tolentino Filho*

*Montes Claros, MG*

### **Outro leitor:**

*Estarrecido com a reportagem a respeito do terrorismo biológico na região cacaneira da Bahia, no primeiro momento pensei em fantasia, vingança do denunciante, criação anti-PT. Mas, vendo o nome dos participantes e conhecendo de perto o modo de atuar das pessoas citadas, infelizmente sei que não praticam os limites do bom senso ou o respeito à história do cacau e ao patrimônio privado. Que as necessárias e aprofundadas investigações não parem como as anteriores, pois o bem-sucedido terrorismo se constitui num verdadeiro crime de lesa-pátria. A região sabe que a vassoura-de-bruxa foi implantada por mãos humanas e que os citados são capazes do feito.*

*Ubaldo Dantas*

*Ex-prefeito*

*Itabuna, BA*

### **Mais um, com denúncia:**

*Arlei Coqueiro, procurador da prefeitura de Paraopeba, em Minas Gerais, comunica a premiação de Silvinho Pereira com o troféu Quiabo do Ano. Situada na região central de Minas, a 100 quilômetros de Belo Horizonte, Paraopeba é, segundo a Emater, a campeã nacional da produção de quiabo, com 2 800 toneladas em 2005. O prêmio Quiabo do Ano, ou Kiaboo Prize, foi instituído para homenagear figuras que se destacam pela habilidade de "se esquivar de problemas e de não assumir o que dizem e fazem". Sendo assim, Silvinho Pereira, ex-secretário-*



— *geral do PT, que deu entrevista reveladora ao jornal carioca O Globo e uma semana depois negou tudo na CPI, foi honrado com uma caixa de 40 quilos da leguminosa, entregue na sede do PT. A escolha de Silvinho ocorreu durante a I Festa Nacional do Quiabo, no início do mês, quando se comemoraram os 94 anos de fundação do município.*

Senhor Presidente, Senhoras e

Senhores Senadores,

Não é apenas a falta de realizações que caracteriza o Governo Lula. Em tudo mais esse Governo é um desastre, a começar pela corrupção!

No final de uma das sessões do Senado, semana passada, por exemplo, denunciei a maneira desastrada e incompetente com que o Ministro da Justiça conduz uma das mais importantes áreas a ele jurisdicionadas, a Polícia Federal.

Afirmar, então, que o propósito do Governo parece evidente: o de pretender levar a Polícia Federal não como *Polícia de Estado*, que é a sua missão, tal como é encarada pela sociedade civil brasileira. A julgar pela forma com que o Governo petista dá curso à tal *Lista de Furnas*, leva a conclusões pouco lisonjeiras, desmerecendo o papel significativo da Polícia Federal.

Na oportunidade, mereci um aparte do ilustre Senador Romeu Tuma, que honrou aquela instituição como seu então Diretor-Geral. O ilustre representante de S.Paulo, como sempre faz, uma vez mais revelou seu amor à Polícia Federal.

Disse-lhe, em resposta, que ele — estou certo — ama e venera a Polícia Federal. Eu e os brasileiros a respeitamos. E muito.

Hoje, tive o prazer de receber mensagem de um Delegado da Polícia Federal, com palavras que apenas convalidam minha boa impressão acerca dessa indispensável instituição brasileira.

Apraz-me repetir aqui algumas das frases do Delegado:

*-Sonhamos com o dia em que o cidadão de bem deste País voltará a ter a segurança nas ruas. Pode ser uma utopia, mas há diversas idéias e projetos que estamos elaborando nesse sentido.*

E mais. (Novas aspas ao Delegado que me escreveu):

*-As operações que ocorreram nos últimos anos são fruto do desprendimento e da organização interna, reforçada com novos policiais egressos de concursos públicos.*

Outro trecho da mensagem que me chegou, enviada por esse digno Delegado da Polícia Federal:

*-Penso que a exploração política da Lista de Furnas, sabidamente um documento imprestável, inidôneo, seria um tiro no próprio pé.*

Termino, com uma apreciação do Delegado sobre o Ministro da Justiça:

*-De fato, o Ministro da Justiça tem o controle administrativo do Departamento de Polícia Federal; pode nos humilhar, deixar que telefones sejam cortados, remanejar pessoas e determinar a instauração de procedimentos disciplinares. Mas ele não pode decidir o que os Delegados farão nos inquéritos que presidem. E se algum outro partido que venha a assumir o poder pensa que poderá fazê-lo, está enganado. Como o Senador disse, a PF é Polícia do Estado e não do Governo ou de Partido.*

Ainda sobre essa área, outro cidadão brasileiro, advogado em Rondônia, enviou-me e-mail, para manifestar sua opinião sobre o *desserviço que o Ministro da Justiça vem perpetrando contra o País*.

A mensagem vai além e adverte:

*-O que o Ministro vem fazendo causa perplexidade e tem graves riscos para o Estado de Direito e para a Democracia do Brasil.*

Numa breve auto-apresentação, ele se diz *desacorçoado com a profusão de acontecimentos desagradáveis que já são rotina na condução dos destinos do Brasil pelos seus governantes, sempre para proteger os atuais ocupantes do Palácio do Planalto*.

*Tudo isso excede em muito a vontade de poder do Presidente Lula et caterva, segundo o Ministério Público aponta à exaustão: vai além, faz irradiar para o tecido social o sentido nefando da impunidade, desorganizando por completo a vida em sociedade.*

Mais aspas, para mais denúncias:

*Observo que o papel de acobertamento criminoso que tão bem vem sendo exercido pelo Ministro da Justiça. Preocupam-nos a sem-cerimônia com que o Ministério da Justiça vem produzindo cortinas de fumaça para acobertar os delitos cometidos pelos ocupantes do Palácio do Planalto.*

Encerro, Senhor Presidente, lamentando o engano que caracteriza o *Governo Lula*, um *Governo sem nível*, amorfo, incompetente e que tem amigos – esses sim, os verdadeiros amigos – cuja passagem pela vida pública não honra o Partido dos Trabalhadores, pelo menos aquele nascido das lutas do ABC paulista.

Esses amigos são os mensaleiros, além de Okamoto e tantos outros figurantes da vida policial deste Brasil da Era Lula.

Antes de encerrar, acrescento a este pronunciamento a notícia publicada nessa terça-feira pelo jornal *The New York Times*. A matéria é de autoria do jornalista Larry Rothers, correspondente do importante jornal norte-americano no Brasil. Rothers é o mesmo repórter que Lula quase expulsou do Brasil, por uma outra matéria que levou o Presidente a revelar um pouco mais do seu quase nenhum apreço à liberdade de imprensa.

Incluo essa nova reportagem de Rothers – sintetizada pelo serviço brasileiro da BBC de Londres, com o título: *Lula usa Seleção para escapar de críticas*. Nela, o repórter observa que *Lula usa o êxito do futebol brasileiro para responder a críticas de incompetência e corrupção em seu Governo*.

Não sou eu a dizer. É o NYT, na reportagem de Larry Rothers.

Aspas para o repórter:

*Em suas declarações públicas, Lula freqüentemente usa metáforas do futebol para explicar suas ações, como ocorreu no ano passado, ao tentar impedir que o então Ministro Antonio Palocci fosse demitido por causa de seu envolvimento em um escândalo de corrupção: por quê vou mexer com o Palocci? Isso seria o mesmo que retirar Ronaldinho do Barcelona. Deixe-o jogar. Poucos são tão astutos como Lula – escreve Rothers. E eu acrescento: e assim ele vai levando o seu Governo.*

Termino, repetindo que esta é a definição a que se chega no Brasil da triste atualidade:

Lula transformou o povo pobre do Brasil em mero *objeto*. Para o Presidente, é o *Povo-objeto!*

Era o que tinha a dizer.

D: Meus Documentos\DISC 26 JUN 06 POL FEDERAL.doc

Arthur.Virgilio@senador.gov.br

**FHC diz não ser igual a 'essa gente do PT' e que Lula 'é bom de garganta'**

**Ex-presidente pede comparação de seu governo com o do sucessor, marcado por 'corrupção e escândalos'**



**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O****SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.***(Inseridos nos termos do art. 210, inciso  
I e § 2º, do Regimento Interno.)*Matérias referidas:  
"Anexos."**ANEXOS****FHC diz não ser igual a 'essa gente do PT' e que Lula 'é bom de garganta'****Ex-presidente pede comparação de seu governo com o do sucessor, marcado por 'corrupção e escândalos'***Ana Paula Scinocca*

Um dia depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ser confirmado candidato à reeleição, seu antecessor, *Fernando Henrique Cardoso*, aproveitou a *convenção estadual do PSDB em São Paulo* para avisar ao petista que não teme e aceita o desafio de comparar seu governo com a gestão do PT.

Ao lado dos candidatos tucanos à Presidência, *Geraldo Alckmin*, e ao governo paulista, *José Serra*, *Fernando Henrique* disse que Lula é "bom de garganta" e se destaca nos quesitos corrupção e gastos com publicidade. Foi além. Afirmou que os petistas estão, na verdade, "cacarejando sobre ovos postos por outros". "Para chegar à vitória, nós vamos travar uma luta e não tememos ninguém, partido nenhum. Eu quero a comparação do meu governo com o atual", anunciou, logo ao abrir o ato tucano, que reuniu cerca de 5 mil pessoas na *Assembleia Legislativa* ontem.

Em discurso inflamado de apenas 12 minutos, FHC frisou que seu governo não pode ser comparado ao de Lula quando o assunto é a corrupção. "Teve coisas que eles fizeram mais do que nós: muita corrupção, os escândalos, aí ganharam. Também gastaram muito. É muita publicidade, é muita propaganda, é muita palavra para encobrir o nada. Aí, ganharam", afirmou o tucano, que, por diversas vezes, fora interrompido por aplausos.

Em resposta às declarações de Lula anteontem, que chamou tucanos e pefelistas de "vozes do atraso", FHC insistiu nos escândalos de corrupção que assolaram o governo do ex-sindicalista Lula. "Nós nunca saímos pelas ruas do Brasil dizendo que nós éramos os éticos, e só nós; eles diziam. Agora, ainda ontem (anteontem) o presidente outra vez vem dizer 'vamos esperar a palavra final da Justiça, enquanto ela não vêm somos todos iguais'. Eu não. Eu não sou igual a essa gente, não. Nós não somos iguais. Nós não somos iguais", afirmou, exaltado.

Embora mencionasse a questão da corrupção que atingiu o governo Lula várias vezes ao longo de sua fala, o ex-presidente também fez comparações em outras áreas. A de infra-estrutura foi uma delas. "Estão tapando buracos que fizeram em estradas que foram construídas por nós. Não construíram um quilômetro de estrada. Estão cacarejando sobre ovos postos por outros." A questão central da campanha de 2002 - a geração de empregos - também foi citada pelo ex-presidente FHC. "Não disseram que iam criar 10 milhões de empregos? Pois é. Agora, foram 4 milhões. E esqueceram de dizer que parte desses 4 milhões é emprego informal que se formali-

zou."

Em seguida, FHC ao lado de seu ex-ministro da Saúde, Serra, mudou o setor de comparação. "Podemos falar de saúde. O que foi feito? Nada, não. Houve escandalozinhos por lá também. Houve desvio de propósito. Houve sim muita coisa equivocada." Valendo-se da fama de desinformado de Lula, cutucou: "Como é que se chama o ministro da Saúde? Eu acho que nem o presidente Lula sabe. Ninguém sabe." O atual ministro interino da Saúde é Agenor Álvares.

### INCOMPETENTE

O ex-presidente também chamou Lula de "incompetente" e disse que o petista não soube aproveitar o cenário internacional favorável para fazer o País crescer. "É uma vergonha que um mundo nas condições de hoje, bem diferentes das do meu tempo, o Brasil não tenha aproveitado a onda para crescer mais. Falavam e ameaçavam. Mesma coisa: 2.6%. Eu com quatro crises financeiras e eles com um boom econômico no mundo todo. Incompetentes", anotou.

FHC ainda acusou Lula e seus companheiros de PT de "desmoralizar as instituições" e ressaltou que o petista também leva vantagem quando o assunto é nomeação. "Nomearam muito mais do que eu. Tudo que era gente amiga foi nomeada; todos os bigodes estão lá no governo. Só que não se aprende do dia para noite. Tiraram gente competente para botar gente de partidos." A extensa agenda de viagens de Lula também não passou em branco pelo ex-presidente. E a autopromoção do petista, idem. "Chega de bazófia. Chega de garganta". E prosseguiu: "Só diz eu fiz, eu, eu, eu, eu. Eu? Vai ver nas urnas onde o eu vai parar." Assim como FHC, Serra e Alckmin seguiram linha de ataques a Lula em suas falas. Um integrante da cúpula tucana agradeceu a Lula. "Ele nos fez um favor. Conseguiu que o PSDB afinasse o discurso." À chegada da convenção houve tumulto. Segundo a rádio CBN, FHC caiu e quase foi pisoteado." (O Estado de S. Paulo, 26 jun 2006)

## FHC diz que Lula 'cacareja' sobre ovos alheios

Apenas 24 horas depois de Lula ter dito, no primeiro discurso como candidato, que seu governo bate o do antecessor — "Fizemos em 42 meses mais do que eles em oito anos" — o tucano FHC decidiu cantar de galo.

Falando na convenção que homologou a candidatura de José Serra ao governo de São Paulo, o ex-presidente provocou: "Eles estão cacarejando sobre os ovos postos por outros. Não temo a comparação. Venham com qualquer tema. Chega de bazófia, de garganta. E esse presidente fala muito e, quando tem de fazer, deixa para os outros".

A alcunha de falador foi uma das mais suaves que o tucanato dirigiu a Lula neste domingo. Nos discursos da convenção do PSDB paulista, o presidente foi brindado com adjetivos bem mais depreciativos: "corrupto" e "incompetente", por exemplo (clica).

Lula tem dito que não pretende deslizar para a baixaria. Há poucos dias, chegou mesmo a dizer que responderá à ira dos inimigos com carinho, amor e trabalho. A julgar pelos números das pesquisas, ele faz bem em não mostrar as esporas.

São Paulo, segunda-feira, 26 de junho de 2006

FOLHA DE S. PAULO **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

## ELEIÇÕES 2006 / SÃO PAULO

### **FHC reage a Lula e diz que PT só ganha em corrupção**

Ex-presidente aceita desafio da comparação e chama petista de "incompetente"

Lançamento oficial de Serra ao governo vira desagravo ao ex-presidente, que acusa gestão petista de abusar da publicidade e da fisiologia

CATIA SEABRA  
JOSÉ ALBERTO BOMBIG  
DA REPORTAGEM LOCAL

O PSDB transformou ontem a convenção paulista do partido em um ato de desagravo a Fernando Henrique Cardoso. Ao comparar seu governo com o do presidente petista Luiz Inácio Lula da Silva, o tucano afirmou que seu sucessor no Planalto ganha em "corrupção" e em "publicidade".

Anteontem, quando se lançou candidato à reeleição, Lula atacou a gestão tucana (1995-2002), estimulou o PT a compará-lo com o antecessor e disse que, em três anos e meio, fez mais do que FHC fez em oito. FHC respondeu: "Eu quero a comparação do meu governo com o governo atual. Eu quero, e vou dizer por quê. Teve coisas que eles fizeram mais do que nós: muita corrupção, os escândalos, aí ganharam. Também gastaram muito. É muita publicidade, é muita propaganda, é muita palavra para encobrir o nada. Aí, ganharam", afirmou, em discurso ontem.

A convenção, realizada à tarde na Assembleia Legislativa de São Paulo, oficializou José Serra candidato ao governo do Estado e contou com a presença de Geraldo Alckmin, o presidenciável tucano.

O ex-presidente retornou de uma viagem à Itália ainda pela manhã e foi informado do conteúdo do discurso de Lula, feito na convenção nacional petista em Brasília.

lia anteontem.

Em reunião no diretório estadual do PSDB, antes de chegar à Assembléia, FHC conclamou o partido a reagir. Ao final da festa, resumiu seu sentimento: "Chega, alguém tem que dizer a verdade".

O ex-presidente tucano centrou a crítica no aspecto ético e no escândalo do mensalão, denunciado pela Procuradoria Geral da República.

"Agora, ainda ontem [anteontem], o presidente outra vez veio dizer "vamos esperar a palavra final da Justiça, enquanto ela não vem, somos todos iguais". Eu não. Eu não sou igual a essa gente, não. Nós não somos iguais", afirmou FHC.

### **Energia e agricultura**

Em seguida, o ex-presidente passou a fazer comparações pontuais, começando pela área de energia. "Vamos falar de uma área que eles gostam de falar. Qual foi a usina feita por eles que não tivesse sido começada por nós?", perguntou.

Sobre a agricultura, disse que Lula se aproveitou da situação deixada por seu governo, mas deu um passo atrás nas questões sanitária e cambial. "Deixaram o câmbio valorizar demais. Não tiveram interesse em proteger aquilo que foi a âncora verde do Real, que é a produção agrícola. Agora, se gabam que estão exportando. Sim, é bom que exportem. O Brasil precisa exportar. Por que estão exportando? Porque nós acertamos as bases para a produção."

O ex-presidente ressaltou a paternidade de seu gover-

no em programas sociais, como o Bolsa Escola e o Vale-Gás, unificados no Bolsa-Família, carro-chefe de Lula na área social. "Eles juntaram tudo isso e aumentaram", disse.

Na educação, FHC citou o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). "Quem inventou isso? Foi o PT? Não, o PT votou contra."

### Economia

Mas a crítica pontual mais aguda ficou para a economia: "É uma vergonha que em um mundo nas condições de hoje, bem diferentes das do meu tempo, o Brasil não tenha aproveitado a onda para crescer mais. Falavam e ameaçavam. Mesma coisa: 2,6% [média de crescimento do PIB no primeiro mandato de FHC]. Eu, com quatro crises financeiras, e eles com um "boom" econômico no mundo todo. Incompetentes."

Primeiro a discursar após FHC, Alckmin fez a defesa dos tucanos, chamados de "vozes do atraso" por Lula. "O Fundeb [fundo para o ensino básico], ficou só na propaganda, como não existe a transposição do São Francisco, como não existe a Transnordestina, como não existe o Fome Zero, como não existe o Meu Primeiro Emprego, como não existe o Banco Popular. O que existe é a mentira reiterada", disse sobre Lula. Serra também não deixou de defender o legado de FHC, de quem foi ministro: "Tucano não gosta de lama, não tem nenhuma identidade com pântano, tucano voa", disse.



Responsável pela propaganda eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o marqueteiro João Santana demonstrou insatisfação com o tempo que o petista terá na televisão. Segundo ele, o ideal seria contar com pelo menos oito minutos diários,

## **Improviso e gafes durante o discurso**

### **Presidente trocou partido do vice e desconhecia o novo líder da CUT**

*João Domingos, BRASÍLIA*

O discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na convenção do PT que lançou sua candidatura à reeleição durou uma hora e 32 minutos. Foi escrito com antecedência, e Lula improvisou só o início. Mas cometeu muitas gafes no improviso.

Trocou o partido de seu vice, José Alencar, de PRB para PRTB; mudou o nome do presidente da Câmara, Aldo Rebelo, para Aldo Rabelo; e mostrou desconhecer a recente eleição na CUT, que elegeu para presidente Artur Henrique Silva Santos. Lula achava que ainda era João Felício.

No discurso, Lula deixou mal o ex-presidente e ex-governador Itamar Franco. "Tenho dito que, possivelmente, o presidente Sarney (José Sarney) seja de todos os ex-presidentes da República o que mais sabe ser ex-presidente da República. O Sarney não dá palpite, ele dá conselhos; ele não fala para a imprensa, ele fala com a gente."

Quando Lula falou sobre a CUT, ao ser avisado de que o presidente já era outro, perguntou: "Já mudou? E o Artur agora? Então alguém tem que comunicar aqui." (O Estado de S.Paulo, 25 junh0 06)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– V. Ex<sup>a</sup> será atendido, na forma do Regimento.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 715, DE 2006**

**Requer, voto de aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso, em 25 de junho de 2006, de seu 173º aniversário de criação.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso de seu 173º “aniversário de criação.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito Municipal de Maués, Sr. Sidney Leite e, por seu intermédio, ao Presidente da (Câmara Municipal de Vereadores e ao povo de Maués.

#### **Justificação**

Maués, a pouco menos de 180 quilômetros de Manaus, *é a bela Terra eh Guaraní*, hoje nacionalmente conhecida pelos seus maravilhosos cenários, que atraem anualmente milhares de turistas de todo o País e até do exterior Conta hoje com 45 mil habitantes e suas atividades econômicas, além da produção do Guaraná, são a pecuária e a produção de pescado.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2006. – Senador **Artur Virgílio**, Líder do PSDB.

#### **REQUERIMENTO Nº 716, DE 2006**

**Requer Voto de Aplauso à Irmã MARIA ÂNGELA ALCALDE TORRECILLA, Missionária no Amazonas, desde 1971, dedicação ao tratamento de hansenianos, pelo que lhe foi outorgado o Título de Cidadã Amazonense.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Irmã MARIA ÂNGELA ALCALDE TORRECILLA, pelo título de Cidadã Amazonense, outorgado pela Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas. Ela é missionária originária da Espanha e, ao longo desses últimos 35 anos, vem se dedicando ao tratamento de hansenianos na Colônia Antônio Aleixo, a 25 quilômetros de Manaus.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.

#### **Justificação**

A vida da da Irmã Maria Ângela Alcade Torrecilla é de total dedicação ao tratamento de hansenianos na Colônia Antonio Aleixo, no interior amazonense. Ela chegou ao Amazonas, vinda da Espanha, sua terra natal, em 1971 e ao longo de 35 anos, vive praticamente reclusa, com dedicação total a essa humanitária causa. O título de Cidadã Amazonense foi proposto à Assembléia Legislativa pelo Deputado Arnaldo Andrade, ex-Secretário Municipal de Saúde em Manaus. A irmã é, pois, merecedora do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

#### **REQUERIMENTO Nº 717, DE 2006**

**Requer Voto de Aplauso ao atleta amazonense Daniel Queiroz, pela conquista de Medalha de Ouro no 15º Campeonato Brasileiro de Natação, realizado em São Luís/MA, em junho de 2006, no Maranhão.**

REQUEIRO, nos termos do art.222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao atleta amazonense Daniel Queiroz, que conquistou Medalha de Ouro no 15º Campeonato Brasileiro de Natação, realizado em julho de 2006, no Maranhão.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e da Federação Amazonense de Natação.

#### **Justificação**

O Amazonas brilhou no 15º Campeonato Brasileiro de Natação, realizado em São Luís, Maranhão. O atleta amazonense Daniel Queiroz garantiu a Medalha de Ouro na prova de 200 metros, nado de peito. Daniel que pratica natação desde um ano de idade, começou a competir aos sete e é uma grata revelação para essa modalidade de esporte. E, pois, merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

#### **REQUERIMENTO Nº 718, DE 2006**

Requeiro, nos termos do artigo 222 do RISF, Voto de Aplauso para os 13 municípios com melhor Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Programa Bolsa Família, divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, e em especial para os municípios catarinenses de Bom Jesus, Flor do Sertão e José Boiteux.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2006 – Senadora **Ideli Salvatti**.

#### **REQUERIMENTO Nº 719, DE 2006**

Requeremos, nos termos do artigo 222 do RISF, Voto de Aplauso para a Mesa Diretora do Senado Fe-

deral, por ter reconhecido recentemente a união estável entre pessoas do mesmo sexo, aceitando como dependente a companheira de uma servidora da Casa.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2006. – Senadora **Ideli Salvatti** – Senador **Arthur Virgílio**.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 472, de 2005** (nº 1.677/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2005** (nº 1.662/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Difusão Cultural de Timbó a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 534, de 2005** (nº 572/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Taió Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2006** (nº 1.808/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão “Novo Horizonte de Virginópolis” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Virginópolis, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2006** (nº 1.947/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Bias Fortes – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Bias Fortes, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2006** (nº 1.504/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2006** (nº 1.541/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comuni-*

*tária Senhora Santana da Comunidade de Jati a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jati, Estado do Ceará;*

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2006** (nº 1.918/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Mercosul de Difusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Osório, Estado do Rio Grande do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2006** (nº 1.816/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária de Brejo do Cruz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2006** (nº 1.904/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cascavel, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2006** (nº 1.964/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Conceição dos Ouros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição dos Ouros, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2006** (nº 1.980/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rosa de Saron – ACRS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felixlândia, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 172 de 2006** (nº 1.992/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Educação de Marco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marco, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2006** (nº 1.994/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Pequi Esporte Clube – Pec a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pequi, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2006** (nº 1.957/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ubajara, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2006** (nº 1.987/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comu-*

*nitária João Kominek a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina;*

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2006** (nº 1.996/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Marajá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2006** (nº 2.025/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Assistência aos Menores Carentes de Barra do Mendes – Bahia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Mendes, Estado da Bahia;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2006** (nº 2.033/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Centro de Borda da Mata a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borda da Mata, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2006** (nº 1.551/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Pró-Saúde de Feijó/AC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feijó, Estado do Acre;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2006** (nº 1.850/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santanense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Deserto, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2006** (nº 1.869/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Pedro do Rosário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro do Rosário, Estado do Maranhão;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2006** (nº 1.921/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Mantiqueira – Ascobem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2006** (nº 2.048/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Canal Vinte e Um para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2006** (nº 2.051/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Continen-*

*tal Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso;*

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2006** (nº 1.919/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cajazeiras FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Queimadas, Estado da Paraíba;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2006** (nº 1.639/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Candelariense – Acomcan a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2006** (nº 1.728/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mirandiba FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirandiba, Estado de Pernambuco;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2006** (nº 1.954/ 2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Deoclécio Mendes do Amaral a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasileira, Estado do Piauí; e*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2006** (nº 2.080/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Rádio Comunitária “Voz das Rocas” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, DE 2006**

**Prevê nova cominação penal aos crimes que especifica e define o tipo de peculato-uso.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 312, 315, 316, 319, 320 e 321 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passam a vigor com a seguinte redação:



“Art. 312.....

#### **Peculato-uso**

§ 4º Utilizar-se o funcionário público, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos. Pena – reclusão, de dois a seis anos, e multa. (NR)”

“Art. 315.....

Pena – detenção, de um a três anos, e multa. (NR)”

“Art. 316.....

Pena – reclusão, de quatro a doze anos, e multa.

§ 2º.....

Pena – reclusão, de quatro a doze anos, e multa. (NR)”

“Art. 319.....

Pena – detenção, de um a dois anos, e multa.

“Art. 320.....

Pena – detenção, de um a dois anos, e multa. (NR)”

“Art. 321.....

Pena – detenção, de um a dois anos, e multa.

Parágrafo único.....

Pena – detenção, de quatro a oito anos, e multa. (NR)”

Art. 2º O § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

§ 1º Os crimes definidos neste artigo são de ação pública, punido o do inciso I, com a pena de reclusão, de dois a doze anos, e multa; o do inciso III, com reclusão, de dois a seis anos, e multa; os dos incisos III, IV e XII, com detenção, de um a três anos, e multa; os dos incisos V, VI, VII, VIII, IX, X, XIII, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII e XXIII, com reclusão, de um a quatro anos, e multa; o do inciso XI, com reclusão, de três a cinco anos, e multa; os dos incisos XIV e XV, com detenção, de três meses a três anos.

.....(NR)”

Art. 3º O art. 303 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 303... ..

#### **Peculato-uso**

§ 5º Utilizar o funcionário público, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, bens, rendas ou serviços públicos.

Pena – reclusão, de dois a seis anos, e multa. (NR)”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

A presente proposição pretende corrigir a insuficiência das penas de alguns crimes contra a Administração Pública (arts. 315, 316, 319, 320 e 321 do Código Penal) e dos crimes praticados por prefeito municipal (art. 1º da Decreto-Lei nº 201, de 1967). Ao mesmo tempo, prevê o crime de **peculato-uso** no Código Penal e no Código Penal Militar.

A decisão sobre o aumento ou diminuição de penas é, basicamente, uma decisão de política criminal. No entanto, o legislador deve observar o princípio da proporcionalidade, de modo a não apenar igualmente condutas de gravidade diferenciada, e tampouco apenar desigualmente condutas de mesma gravidade. Nesse sentido, três são as referências fundamentais para a adequada individualização legislativa dos tipos penais: **a)** gravidade da sanção; **b)** importância do bem jurídico-penal tutelado; **c)** gravidade do ataque desferido contra tal bem.

Vale lembrar que muitos crimes contra a administração pública assemelham-se a crimes contra o patrimônio. Em tese, seria razoável afirmar que os crimes contra o patrimônio público, praticados por funcionários públicos, deveriam ser punidos mais severamente do que os crimes contra o patrimônio de terceiros, praticados por particular. E que a administração pública comparece como bem jurídico digno de tutela especial, como um **plus**.

O crime de extorsão assemelha-se ao crime de concussão (art. 158 **versus** art. 316, ambos do CP). Ora, se a concussão é uma forma de extorsão **propter officium** (em razão do ofício), não haveria razão para apená-la mais brandamente. Dessa forma, fica claro que a atual pena está aquém da gravidade objetiva da conduta. Penso que um bom ajuste seria punir o crime de concussão com a pena de reclusão, de quatro a doze anos de reclusão. Em consequência disso, impõe-se a elevação da pena do crime de excesso de exação mediante desvio (art. 316, § 2º, do CP) para os mesmos parâmetros.



De sua vez, as penas previstas para os crimes de emprego irregular de verbas públicas, prevaricação, condescendência criminosa e advocacia administrativa (arts. 315, 319, 320 e 321 do CP), estão muito abaixo do que espera a sociedade brasileira de hoje. Por essa razão, também proponho novos limites mínimo e máximo, ajustando melhor a dosagem da pena à gravidade de cada conduta.

No que diz respeito à responsabilidade criminal dos prefeitos municipais, é fácil notar que o Decreto-Lei nº 201, de 1967, repete inúmeras infrações constantes do Código Penal. Não há razão, pois, para que as penas previstas no primeiro diploma sejam mais brandas do que as previstas no último. Pretendo romper, assim, com o nivelamento por baixo da lei vigente, acolhendo parâmetros mais ajustados ao grau de reprovação dos crimes praticados por prefeitos municipais. Da mesma forma, é de estranhar o fato de que o Decreto-Lei nº 201, de 1967, não tenha previsto a pena de multa para tais crimes, o que busco reparar na presente proposição.

Finalmente, típico o crime de **peculato-uso**, pois, hoje, segundo a orientação jurisprudencial dominante, tal conduta não configura crime, salvo no caso do art. 1º, II, do Decreto-Lei nº 201, de 1967. É que o agente não teria o **animus rem sibi habendi** (ânimo de ter a coisa para si). Assim, proponho a criminalização (no Código Penal e no Código Penal Militar) da utilização indevida de bens, rendas e serviços públicos, zelando pela moralidade administrativa. No entanto, por uma questão de proporcionalidade, não se pode punir o **peculato-uso** com a mesma pena do **peculato-apropriação** ou do **peculato-furto**, já que o agente restitui a coisa utilizada indevidamente.

Em suma, a presente proposição tem o cuidado de estabelecer, segundo critérios de proporcionalidade, penas mais ajustadas à gravidade dos mencionados crimes, contribuindo, assim, para o aperfeiçoamento da legislação penal.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2006. – Senador **Demostenes Torres**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,  
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

#### Código Penal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

Art 312. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou

particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 1º Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

#### Peculato culposo

§ 2º Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:

Pena – detenção, de três meses a um ano.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

#### Peculato mediante erro de outrem

.....  
Art. 315. Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei:

Pena – detenção, de um a três meses, ou multa.

#### Concussão

Art. 316. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa.

#### Excesso de exação

§ 1º Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza: (Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27-12-1990)

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27-12-1990)

§ 2º Se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos:

Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Art. 319. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

#### Condescendência criminosa

Art. 320. Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena – detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

#### **Advocacia administrativa**

Art. 321. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena – detenção, de um a três meses, ou multa.

Parágrafo único – Se o interesse é ilegítimo:

Pena – detenção, de três meses a um ano, além da multa.

.....  
DECRETO-LEI Nº 201,  
DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967

#### **Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.**

Art. 1º.....

.....  
§ 1º Os crimes definidos neste artigo são de ação pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclusão, de dois a doze anos, e os demais, com a pena de detenção, de três meses a três anos.

.....  
DECRETO-LEI Nº 1.001,  
DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

#### **Código Penal Militar**

§ 2º Se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos:

Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Art. 319. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

#### **Condescendência criminosa**

Art. 320. Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena – detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

#### **Advocacia administrativa**

Art. 321. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena – detenção, de um a três meses, ou multa.

Parágrafo único – Se o interesse é ilegítimo:

Pena – detenção, de três meses a um ano, além da multa.

.....  
DECRETO-LEI Nº 201,  
DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967

#### **Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.**

Art. 1º .....

.....  
§ 1º Os crimes definidos neste artigo são de ação pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclusão, de dois a doze anos, e os demais, com a pena de detenção, de três meses a três anos.

.....  
DECRETO-LEI Nº 1.001,  
DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

#### **Código Penal Militar**

Art 303. Apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse ou detenção, em razão do cargo ou comissão, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio:

Pena – reclusão, de três a quinze anos.

§ 1º A pena aumenta-se de um terço, se o objeto da apropriação ou desvio é de valor superior a vinte vezes o salário mínimo.

#### **Peculato-furto**

2º Aplica-se a mesma pena a quem, embora não tendo a posse ou detenção do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou contribui para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a qualidade de militar ou de funcionário.

#### **Peculato culposo**

§ 3º Se o funcionário ou o militar contribui culposamente para que outrem subtraia ou desvie o dinheiro, valor ou bem, ou dele se aproprie:

Pena – detenção, de três meses a um ano.

#### **Extinção ou minoração da pena**

§ 4º No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede a sentença irrecorrível, extingue a purificabilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

Peculato mediante aproveitamento do erro de outrem

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2006

**Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral), para estabelecer que os candidatos devem registrar os respectivos carta de princípios e programa de trabalho na Justiça Eleitoral.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. ....

.....  
§ 1º .....

.....  
IX – carta de princípios e programa de trabalho.

.....  
§ 6º Para os fins do inciso IX do § 1º, considera-se:

I – **carta de princípios**: declaração do candidato com informações sobre os fundamentos pelos quais postula a sua eleição;

II – **programa de trabalho**: indicação dos objetivos que pretende realizar no decorrer do mandato. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A presente iniciativa tem o objetivo de preencher lacuna existente em nossa legislação eleitoral. Ocorre que hoje não há exigência para que os candidatos a cargos eletivos registrem na Justiça Eleitoral a sua carta de princípios e o seu programa de ação.

Desse modo, não obstante os partidos políticos tenham os respectivos programas, a lei hoje permite que alguém possa ser candidato a cargo do Poder Legislativo ou do Poder Executivo sem que apresente os fundamentos pelos quais pretende se eleger ou os objetivos que pretende ver realizados no curso do mandato, se eleito.

Entendemos que é mesmo um direito do eleitor tomar conhecimento de que fundamentos movem o candidato e quais as suas propostas concretas, até

para que possa vir a cotejar tais documentos com a atuação concreta dos mandatários.

Assim, estamos propondo alterar o § 1º do art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), que arrola os documentos que os pretendentes devem apresentar por ocasião do pedido do registro das respectivas candidaturas, para acrescentar inciso IX incluindo entre tais documentos cada de princípios e programa de trabalho.

Por outro lado, no atual quadro partidário brasileiro, esta Carta de Princípios pode ser um instrumento de defesa do eleito no caso em que seu partido se afaste de seus próprios princípios.

Registrada a Carta de Princípios do candidato, caso o partido se afaste de suas bandeiras, o candidato, eleito ou não, terá como mostrar que sua fidelidade aos eleitores se mantém, mesmo quando se afaste do partido.

Em face da relevância da proposição que ora apresentamos aos nobres colegas, solicitamos o necessário apoio para o seu aperfeiçoamento e ulterior aprovação.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2006. – Senador **Cristovam Buarque**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Art. 11. Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 5 de julho do ano em que se realizarem as eleições.

§ 1º O pedido de registro deve ser instruído com os seguintes documentos:

I – cópia da ata a que se refere o art. 8º;

II – autorização do candidato, por escrito;

III – prova de filiação partidária;

IV – declaração de bens, assinada pelo candidato;

V – cópia do título eleitoral ou certidão, fornecida pelo cartório eleitoral, de que o candidato é eleitor na circunscrição ou requereu sua inscrição ou transferência de domicílio no prazo previsto no art. 9º;

VI – certidão de quitação eleitoral;

VII – certidões criminais fornecidas pelos órgãos de distribuição da Justiça Eleitoral, Federal e Estadual;

VIII – fotografia do candidato, nas dimensões estabelecidas em instrução da Justiça Eleitoral, para efeito do disposto no § 1º do art. 59.

§ 2º A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse.

§ 3º Caso entenda necessário, o Juiz abrirá prazo de setenta e duas horas para diligências.

§ 4º Na hipótese de o partido ou coligação não requerer o registro de seus candidatos, estes poderão fazê-lo perante a Justiça Eleitoral nas quarenta e oito horas seguintes ao encerramento do prazo previsto no **caput** deste artigo.

§ 5º Até a data a que se refere este artigo, os Tribunais e conselhos de contas deverão tornar disponíveis à Justiça Eleitoral relação dos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, ressalvados os casos em que a questão estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, ou que haja sentença judicial favorável ao interessado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)*

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2006**

**Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para obrigar a emissão em braille de faturas dos serviços públicos.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-B:

“Art. 7º-B. As concessionárias de serviços públicos oferecerão, a pedido do usuário, a fatura de débitos em braille.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação.

#### **Justificação**

De acordo com o Censo Demográfico 2000, o Brasil possui 24,6 milhões de pessoas portadoras de deficiência. Desse total, 16,6 milhões são incapazes de enxergar ou detêm alguma ou grande dificuldade permanente de visão. Embora os dados não permitam determinar aque-

les que não conseguem enxergar, sabe-se que contingente significativo encontra-se nessa situação.

Por isso, é imprescindível que ações sejam empreendidas com a finalidade de propiciar a integração social dessas pessoas. A propósito, recordamos que, consoante o art. 24, inciso XIV, da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção e a integração social das pessoas portadoras de deficiência.

Reconhecidamente, os portadores de deficiência visual estão em condições de exercer a cidadania com plenitude, desde que lhes sejam proporcionadas condições para tal. Não se deve perder de vista que, suprimidas as barreiras de acesso ao meio em que vivem, as pessoas portadoras de deficiência tornam-se capazes de trabalhar, circular e exercer seus direitos e deveres.

A proposição que ora submetemos à consideração do Congresso Nacional tem a finalidade de contribuir para que sejam oferecidas às pessoas portadoras de deficiência visual as condições para sua integração social e, assim, para que elas possam exercer plenamente sua cidadania.

Sala das Sessões, 28 junho de 2006 – Senador **Valdir Raupp**.

#### **LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995

**Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.**

#### **CAPÍTULO III**

##### **Dos Direitos e Obrigações dos Usuários**

Art. 7º. Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I – receber serviço adequado;

II – receber do poder concedente e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III – obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha entre vários prestadores de serviços, quando for o caso, observadas as normas do poder concedente. (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

IV – levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;



V – comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço;

VI – contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

Art. 7º-A. As concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, nos Estados e no Distrito Federal, são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de seis datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos. (Incluído pela Lei nº 9.791, de 1999)

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal Legislar concorrentemente sobre:

XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

*(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, DE 2006

**Proíbe a entrada de funcionários nas cadeias e penitenciárias em que trabalhem portando aparelhos celulares ou qualquer outro aparelho de comunicação.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a entrada, nas cadeias e penitenciárias, de funcionários portando aparelhos celulares ou quaisquer outros aparelhos de comunicação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

#### Justificação

A ação do Primeiro Comando da Capital na cidade de São Paulo colocou em evidência as diversas falhas da administração do sistema carcerário que, não obs-

tante há muito entendida como tibia e ineficaz, jamais foi combatida com o necessário vigor e vontade política.

O franco acesso dos presos a aparelhos celulares desnudou as lacunas na revista de visitas e deixou sem refutação a hipótese razoável de que tais bens sejam vendidos ou alugados por funcionários penitenciários a esses mesmos presos, que o utilizam para a concertação de ações criminosas, deslanchadas dentro e fora da jurisdição penitenciária. A urgência de se atacar as fontes de fornecimento desses bens aos presos parece-nos, a toda prova, auto-evidente.

A esse propósito, o Projeto de Lei em tela, buscando a maior eficácia possível da medida, temperada com a razoabilidade dos meios empregados, restringe a proibição para duas espécies de estabelecimentos penais: cadeias públicas e penitenciárias. Esse refreamento, em atenção ao princípio penal da mínima lesividade, busca dosar a medida aventada pelo projeto de lei ao grau de periculosidade, de presumida organização interna dos presos e de vulnerabilidade a fugas, maiores naqueles estabelecimentos prisionais que em quaisquer outros. Porquanto são precisamente os presos em regime fechado, reclusos em presídios, e os presos provisórios, de ordinário, reclusos nas cadeias, com expectativa ou não de condenação em regime fechado, os mais ansiosos para solicitar auxílio externo, seja para evadir-se da jurisdição penal, seja para dar continuidade a atos ilegais. Em outras palavras, se excetuam do rol de estabelecimentos prisionais atingidos pelo projeto de lei os estabelecimentos para idosos, colônias agrícolas, industriais ou similares (para os quais são destinados os condenados a regime semi-aberto), casas do albergado, centros de observação criminológica e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico.

Há muito que, no debate acerca da necessidade de se restringir o acesso dos detentos a aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, seja pela restrição ao acesso físico a tais dispositivos, seja pelo bloqueio, no primeiro caso, das linhas de celular nos estabelecimentos penais, exsurtem argumentos diversos contrários, então prevalecentes, escoimados no direito do consumidor e em leituras viesadas e unilaterais dos direitos humanos.

A necessidade de impor a proibição da entrada de funcionários penitenciários aos seus estabelecimentos de trabalho em posse de aparelhos de comunicação é de evidente e incontestável importância, visto que os regulamentos internos desses estabelecimentos não têm se mostrado suficientes para mitigar essa má prática.



Sala das Sessões, 28 de junho de 2006 – Senador **Magno Malta**.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Os projetos que acabam de ser lidos, serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **PARECER Nº 776 , DE 2006**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 170, de 2006 (nº 475, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado da Bahia, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, no valor total de até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado da Bahia – PRODECAR.**

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

#### **I – Relatório**

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado da Bahia, por intermédio da Mensagem nº 170, de 2006, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA.

As operações de crédito interno e externo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado da Bahia – PRODECAR.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total do Programa está orçado em US\$ 60,0 milhões, financiado

parcialmente com o presente empréstimo do FIDA, a ser desembolsado em seis anos, e com a contrapartida de recursos do Estado, estimada no montante de até US\$ 30,0 milhões.

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF, do Banco Central do Brasil – BACEN, conforme TA380931. Dessa forma, a referida operação de crédito foi credenciada por intermédio da carta de credenciamento Decec/Diope/Suaut2006/075, de 17 de maio de 2006.

A operação de crédito com o Fida se processará na modalidade de empréstimo FIDA Floating, na qual são cobrados juros vinculados à Taxa de Referência do Fida, incidentes sobre o saldo devedor do empréstimo. Nesse empréstimo, não são previstas despesas financeiras relativas à comissão de compromisso e à inspeção e supervisão geral do Projeto.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 7,2% ao ano.

#### **II – Análise**

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União nessa operação de crédito externo.

Nos pareceres, são fornecidas informações acerca da situação do Estado da Bahia no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas na referida Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, bem como relativas às Fls. disposições constantes da Resolução nº 96, de 1989, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantias em operações de crédito.

Assim, para que possa ser concedida garantia da União, é necessário o cumprimento das seguintes condições:

1) oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia;

2) adimplência do tomador do empréstimo para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

A Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com o Parecer STN/Coref Nº 268, de 24 de maio de 2006, informa que consulta realizada por meio eletrônico, na

presente data, não indicou a existência de débito em nome da Administração Direta do Estado da Bahia junto à União ou a suas entidades controladas. Ademais, é informado que não há registro de pendências do interessado, no âmbito do Siafi, relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União.

Por outro lado, há previsão do oferecimento de garantias da parte do Estado da Bahia. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 155, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas.

Assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Estado. De acordo com estudo elaborado pela Corem/STN, o Estado tem cumprido regularmente os compromissos e metas contratuais assumidos com a União.

Entendemos, assim, como também é reconhecido pela própria STN, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois (i) não apenas são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas, como, também, (ii) o Estado da Bahia conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação. Não são impostas, portanto, restrições à atual situação fiscal do Estado, nem são atribuídos ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Além disso, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado da Bahia nos últimos anos.

Dessa forma, entendemos que estão sendo observadas as exigências definidas no § 9º do art. 3º da Resolução nº 96, de 1989.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos temos das condições e exigências definidas na Constituição Federal e nas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) os limites de endividamento da União, estipulados na referida Resolução nº 96, de 1989, são atendidos, conforme informado no referido Parecer STN/COREF Nº 268, de 2006;

b) o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF/Nº 1044/2006, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas da minuta contratual, conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam na Lei nº 9.823, de 1º de novembro de 2005, que dispõe sobre o Plano Plurianual Estadual, para o período 2004-2007, em que se inserem as ações do projeto em exame.

Ainda de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Lei Estadual nº 9.842, de 27 de dezembro de 2005, que estima a receita e fixa a despesa do Estado da Bahia para o exercício financeiro de 2006, contempla dotações para a execução do projeto no ano em curso. Constam desse orçamento dotações relativas ao ingresso de recursos externos, à contrapartida do Estado e para o pagamento de juros e demais serviços da dívida.

Como ressaltado pela STN, considerando as informações prestadas pelo Estado e o cronograma de utilização de recursos, entendemos que o mutuário dispõe de dotações necessárias ao início da execução do programa.

d) os limites de endividamento do Estado da Bahia, estipulados nas referidas resoluções nºs 40 e 43, de 2001, são considerados atendidos, conforme informado no referido Parecer STN/COREF.

Como enfatizado no referido parecer, a operação de crédito em exame acha-se explicitamente inserida no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado da Bahia, estabelecido nos termos da Lei nº 9.496, de 1997. A inserção do projeto no programa, assegura ao Estado a não obrigatoriedade de cumprimento dos limites, conforme excepcionalização contida no § 8º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001 e no art. 50 da Re-

solução nº 40, de 2001. Ademais, como já enfatizado, é informado que o Estado tem cumprido regularmente os compromissos pactuados e atingido as metas acordadas contratualmente com a União.

Ressalte-se ainda que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar um custo efetivo equivalente a 7,2% a.a., constituindo-se em um indicativo aceitável para a contratação, considerando-se que o custo médio atual de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional situa-se na faixa de 6,5% ao ano.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, são atendidas pelo Estado da Bahia, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

### III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado da Bahia encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 43, DE 2006

**Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, no valor de até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado da Bahia autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, no valor de até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado da Bahia – PRODECAR.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Estado da Bahia;

II – *credor*: Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a SDR 20.800.000 (vinte milhões e oitocentos mil direitos especiais de saque), com contrapartida do Estado no mesmo montante;

V – *prazo de desembolso*: até sessenta meses, contados a partir da vigência do contrato;

VI – *carência*: três anos, contados a partir da data da aprovação do empréstimo pelo **board** do FIDA;

VII – *amortização*: 29 parcelas semestrais, sucessivas e iguais, equivalentes a SDR 693.334, e uma parcela final de SDR 693.314, na moeda de Pagamento de Serviço do Empréstimo, que é o dólar dos Estados Unidos da América, sendo que a primeira prestação deverá ser paga em 15 de novembro de 2009, e a última em 15 de maio de 2024;

VIII – *juros*: pagos nas mesmas datas das amortizações e calculados sobre o saldo devedor do empréstimo em uma taxa equivalente à Taxa de Juros de Referência do FIDA, estabelecida em base anual, tendo por referência a taxa variável de julho a dezembro, disponibilizada pelo BIRD para empréstimo em cesta de moedas.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado da Bahia na operação de crédito externo referida nesta resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** fica condicionado a que o Estado da Bahia celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155, das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do estado ou das transferências federais.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2006.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 170, DE 2006**  
**NÃO TERMINATIVA**

**ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29/06/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

**PRESIDENTE:**

**RELATOR(A):**

**Bloco da Minoria (PFL e PSDB)**

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO-TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

**PMDB**

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)**

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

**PDT**

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

Vaga cedida pelo PMDB.

Atualizada em 09/05/2006



**PARECER Nº 777 , DE 2006**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 171, de 2006 (nº 476, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado da Bahia, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial – APL.**

Relator: Senador **Romeu Tuma**

**I – Relatório**

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado da Bahia, por intermédio da Mensagem nº 171, de 2006, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

As operações de crédito interno e externo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento do Programa de Fortalecimento Empresarial – APL.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total do Programa está orçado em US\$16,6 milhões, financiado parcialmente com o presente empréstimo do BID, a ser desembolsado em quatro anos, e com a contrapartida de recursos do Estado, estimada no montante de até US\$ 6,6 milhões.

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF, do Banco Central do Brasil – BACEN, conforme TA382030. Dessa forma, a referida operação de crédito foi credenciada por intermédio da carta de credenciamento Decec/Diope/Suaut2006/082, de 19 de maio de 2006.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 5,13% ao ano.

**II – Análise**

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União a essa operação de crédito externo.

Nos pareceres, são fornecidas informações acerca da situação do Estado da Bahia no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas na referida Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 96, de 1989, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantias em operações de crédito.

Assim, para que possa ser concedida garantia da União, é necessário o cumprimento das seguintes condições:

- 1) oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia;
- 2) adimplência do tomador do empréstimo para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

A Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com o Parecer STN/COREF Nº 287, de 29 de maio de 2006, informa que consulta realizada por meio eletrônico, na presente data, não indicou a existência de débito em nome da Administração Direta do Estado da Bahia junto à União ou a suas entidades controladas. Além disso, é informado que não há registro de pendências do interessado, no âmbito do SIAFI, relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União.

Ademais, há previsão do oferecimento de garantias da parte do Estado da Bahia. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 155, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas.

Assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente



das transferências federais ou das contas centralizadas da arrecadação do Estado. De acordo com estudo elaborado pela COREM/STN, o Estado tem cumprido regularmente os compromissos e metas contratuais assumidos com a União.

Entendemos, assim, como também é reconhecido pela própria STN, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois (i) não apenas são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas, como, também, (ii) o Estado da Bahia conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação. Não são impostas, portanto, restrições à atual situação fiscal do Estado, nem são atribuídos ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Por outro lado, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado da Bahia nos últimos anos.

Dessa forma, entendemos que estão sendo observadas as exigências definidas no § 9º do art. 3º da Resolução nº 96, de 1989.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas na Constituição Federal e nas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

**a)** os limites de endividamento da União, estipulados na referida Resolução nº 96, de 1989, são atendidos, conforme informado no referido Parecer STN/COR.EF Nº 268, de 2006;

**b)** o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF/Nº 1150/2006, de 12 de junho de 2006, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas da minuta contratual, conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 50 da Resolução nº 96, de 1989, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

**c)** relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual,

é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam na Lei nº 9.823, de 1 de novembro de 2005, que dispõe sobre o Plano Plurianual Estadual, para o período 2004-2007, em que se inserem as ações do projeto em exame.

Ainda de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Lei Estadual nº 9.842, de 27 de dezembro de 2005, que estima a receita e fixa a despesa do Estado da Bahia para o exercício financeiro de 2006, contempla dotações para a execução do projeto no ano em curso. Constam desse orçamento dotações relativas ao ingresso de recursos externos, à contrapartida do Estado e para o pagamento de juros e demais serviços da dívida.

Como ressaltado pela STN, considerando as informações prestadas pelo Estado e o cronograma de utilização de recursos, entendemos que o mutuário dispõe de dotações necessárias ao início da execução do programa.

**d)** Os limites de endividamento do Estado da Bahia, estipulados nas referidas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, são considerados atendidos, conforme informado no referido Parecer STN/COREF.

Como enfatizado no referido parecer, a operação de crédito em exame acha-se explicitamente inserida no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado da Bahia, estabelecido nos termos da Lei nº 9.496, de 1997. A inserção do projeto, sob a denominação “Ciência e Tecnologia”, assegura ao Estado a não obrigatoriedade de cumprimento dos limites, conforme excepcionalização contida no § 8º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001 e no art. 5º da Resolução nº 40, de 2001. Ademais, como já enfatizado, é informado que o Estado tem cumprido regularmente os compromissos pactuados e atingido as metas acordadas contratualmente com a União.

Ressalte-se ainda que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar um custo efetivo equivalente a 5,13% a.a., constituindo-se em um indicativo aceitável para a contratação, considerando-se que o custo médio atual de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional situa-se na faixa de 6,5% ao ano.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, são atendidas pelo Estado da Bahia,

conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

### III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado da Bahia encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 44, DE 2006

**Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América).**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado da Bahia autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no captd destinam-se ao financiamento do Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial – APL.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – **devedor**: Estado da Bahia;

II – **credor**: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – **garantidor**: República Federativa do Brasil;

IV – **valor**: até US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com contrapartida do Estado equivalente a US\$6.667.000,00 (seis milhões, seiscentos e sessenta e sete mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – **prazo de desembolso**: até três anos, contados a partir da vigência do contrato;

VI – **carência**: quarenta e oito meses;

VII – **amortização**: parcelas semestrais sucessivas e tanto quanto possível iguais, devendo a primeira prestação ser paga no dia 15 de maio de 2010 e a última até o dia 15 de maio de 2031;

VIII – **juros**: pagos semestralmente no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, a partir de 15 de novembro de 2006, e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo a uma taxa anual composta pela LIBOR trimestral para o dólar americano, acrescida de **spread** a ser definido pelo BID;

IX – **comissão de crédito**: até 0,75% ao ano, calculada sobre o saldo devedor não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

X – **recursos para inspeção e supervisão geral**: durante o período de desembolso não serão reservados recursos do financiamento para atender despesas de supervisão e inspeção gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante tal período, sendo que, em nenhum caso, para atender às referidas despesas em um semestre determinado, poderão ser destinados recursos superiores a 1% do valor do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolso.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado da Bahia na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no caput fica condicionado a que o Estado da Bahia celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que tratam o art. 155, das cotas de repartição de receitas de que trata os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das Transferências Federais.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2006.

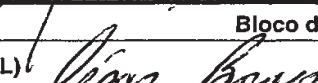
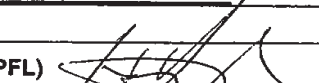
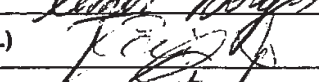

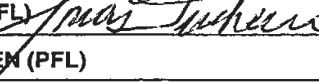
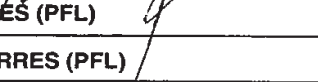
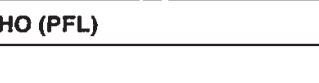
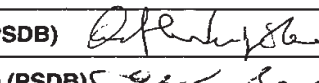
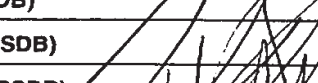
**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 171, DE 2006**  
**NÃO TERMINATIVA**

**ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29/06/06 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

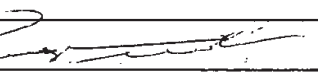
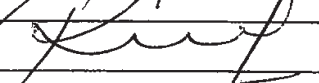
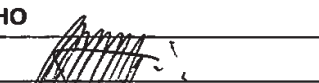
**PRESIDENTE:** 

**RELATOR(A):** 


**Bloco da Minoria (PFL e PSDB)**

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL) 
EDISON LOBÃO (PFL) 	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL) 
JONAS PINHEIRO (PFL) 	3-HERÁCLITO FORTES (PFL) 
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB) 	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) 
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

**PMDB**

RAMEZ TEBET 	1- ROMERO JUCÁ 
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP 	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)**

ALOIZIO MERCADANTE (PT) 	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

**PDT**

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

\* Vaga cedida pelo PMDB.

Atualizada em 09/05/2006

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 776 e 777, de 2006**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação dos seguintes Projetos de Resolução:

- **Nº 43, de 2006** (MSF nº 170/2006), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), no valor de até trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América; e*
- **Nº 44, de 2006** (MSF nº 171/2006), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América.*

As proposições ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF.nº. 382/06/PS-GSE

Brasília, 14 de junho de 2006

Assunto: comunica envio de PLv à sanção presidencial

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, na Sessão Plenária do dia 08.06.06, foram aprovadas as Emendas de nºs 01 e 02 e rejeitada a Emenda de nº 3, oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (MPv nº 283/06, do Poder Executivo), o qual “Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre

a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC, cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo, dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência, sobre a cessão de servidores para o DNIT e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1916, que dispõe sobre os bens imóveis da União, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.”.

2. Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

3. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e cópia dos autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – O ofício que acaba de ser lido, juntado ao processado do **Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006**, proveniente da **Medida Provisória nº 283, de 2006**, vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Pela Liderança do PSDB, concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

V. Exª dispõe de até cinco minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, quero me somar ao Senador Paulo Paim e ao Senador Arthur Virgílio, ao cumprimentarem os Srs. Vereadores. Acredito que há uma Srª Vereadora, também. Cumprimento esses representantes do povo que estão bem próximos da população. Parabéns pelo trabalho de V. Exªs.



Sr. Presidente, no dia 25 de junho último, comemoramos uma das mais importantes datas da história política do Brasil: o Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, completou 18 anos de fundação.

O PSDB é o Partido mais jovem dos grandes partidos políticos brasileiros. Não obstante isso, com apenas dez anos de fundação já estava presente em todo o Território nacional, com mais de um milhão de filiados e com sucessivas vitórias eleitorais.

O Brasil deve ao PSDB a estabilidade macroeconômica, o controle da inflação, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a modernização da Administração Pública e o repúdio ao populismo, à demagogia e à falta de ética, no trato das questões públicas.

O PSDB tem como marca o combate à corrupção, ao populismo, ao abuso do poder econômico e político, pois seus fundadores são políticos experientes, competentes, éticos, com grandes serviços prestados ao Brasil nos mais diversos campos: técnico, cultural, político, administrativo e social.

Os fundadores do PSDB são figuras políticas importantes, que tiveram parte ativa das lutas pela redemocratização no Brasil e, em sua grande maioria, fizeram parte do chamado MDB histórico. Sofreram perseguições do regime autoritário e participaram diretamente da luta pelo restabelecimento das eleições diretas no País.

Aliás, o grande comício pelas “Diretas Já” na Praça da Sé, em São Paulo, representa um marco daquilo que seria o embrião do PSDB, com destaque para a liderança do então Governador Franco Montoro.

As grandes lideranças políticas que fundaram o PSDB tinham como meta a construção de uma sociedade mais justa, mais equânime, mais igualitária; uma sociedade pluralista, mais aberta, social e economicamente. Isso só poderia ocorrer com um sistema partidário mais moderno, mais organizado em torno de projetos políticos sólidos, democráticos, estáveis e não demagógicos.

Por isso mesmo o PSDB nunca temeu enfrentar decisões político-administrativas difíceis e aparentemente impopulares, se vistas em uma visão imediatista, de curto prazo.

O oportunismo político, a falta de ética e a utilização da máquina pública para retirar vantagens eleitorais, tão presentes hoje no Brasil, nunca fizeram parte da ação política do PSDB. A construção de uma democracia moderna e estável é a preocupação primeira dos ideais do PSDB, que nasceu não de um mero desen-

tendimento ou de um cisma dentro do antigo MDB, ou de interesses pessoais contrariados.

O PSDB nasceu da vontade política e dos ideais de um grupo de pessoas idôneas, de políticos capazes e com uma visão democrática de futuro para o Brasil. Nomes como Mário Covas, Franco Montoro, José Richa, Fernando Henrique Cardoso, José Serra e o nosso candidato à Presidência da República, Geraldo Alckmin, dão-nos garantia de que o Partido da Social Democracia Brasileira continuará a representar ética, austeridade fiscal, responsabilidade social, desenvolvimento social e econômico. Essa representação, no Senado, está por conta do nosso grande Líder Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a ocasião para informar à Casa que, no dia 25 do mês corrente, o PSDB, juntamente com o PFL, em cumprimento à Lei Eleitoral, realizaram convenções partidárias. O meu nome foi o escolhido para concorrer ao cargo de Governador pelo Estado do Amapá. O vice da chapa veio da legenda do PTB – trata-se do Deputado Estadual Lucas Barreto, ex-presidente da Assembléia Legislativa do Amapá, político de escol, grande liderança que agora veio somar à nossa chapa.

Estou sendo chamado a servir o meu querido Estado como candidato ao cargo de Governador. Tenho consciência de que o povo anseia por governantes probos cujas promessas de campanha sejam cumpridas.

Srs. Senadores, o Estado do Amapá vem, a cada dia, perdendo. Estamos perdendo em muitos aspectos, mesmo comparados a outros Estados da Região Norte que são considerados frágeis e lentos. Faço questão de dizer que não há propaganda ou discurso que esconda essa constatação, pois o crescimento do Estado é medíocre e nada ou quase nada produzimos. Somos grandes exportadores dos recursos do Estado.

Fazer o Estado do Amapá crescer e se desenvolver é um clamor de todos os amapaenses e eu e o futuro Vice-Governador Lucas Barreto seremos determinados em ouvir o povo nos seus anseios, pois quero governar com o povo e trabalhar com transparência a fim de que todos tenham conhecimento de como é gasto o dinheiro público.

O Amapá é um exemplo para a humanidade. Em seu território está o maior parque de floresta tropical do mundo – o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque – com cerca de 3,8 milhões de hectares. Nesse parque encontramos nada mais, nada menos, que 20



mil espécies de plantas, com cerca de 35% delas endêmicas, isto é, espécies que só existem nesse Parque e em nenhuma outra parte do mundo, o que coloca a área entre as três mais ricas em botânica do planeta.

Entendo que o cargo público eletivo deve ser entendido como missão, e o mandato não como um prêmio, mas como uma convocação por exercício dessa missão a serviço de todos. Se o povo do Amapá me escolher como governante, terei a obrigação de servir, e não de me servir do cargo. Sei que essa tarefa não é fácil, mas, com a ajuda de todos e com a proteção de Deus, o futuro será próspero. Nada será como antes, Sr. Presidente!

Neste momento grave da história do Brasil, em que nosso destino como Nação democrática estará em jogo nas próximas eleições, o Partido da Social Democracia Brasileira representa a segurança de que não cairemos no populismo, não insistiremos numa política externa equivocada e desequilibrada e não praticaremos a irresponsabilidade fiscal.

Em 1989, o Brasil passou por um dos piores momentos de sua vida política: teve de escolher entre a demagogia de direita e a demagogia de esquerda, entre Collor e Lula.

Em 1989, venceu a demagogia de direita, e vimos onde isso foi dar. Em 2002, foi a vez da demagogia de esquerda, e o espetáculo dos últimos anos não foi muito menos deprimente. Esperemos que, em 2006, nosso povo saiba mais uma vez resistir aos apelos demagógicos e escolher a melhor alternativa para nosso País.

Em 1989, o Partido da Social Democracia Brasileira tinha o melhor candidato: Mário Covas, cujo busto foi covardemente atacado por vândalos na invasão do MLST ao Congresso Nacional.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Muitos e muitos brasileiros se arrependem das escolhas de 1989: Collor ou Lula. Passados os anos, quase todos gostariam de ter votado em Mário Covas.

Todos aqueles que conheceram Mário Covas sabem que ele escolheu Geraldo Alckmin como Vice-Governador porque viu nele o homem íntegro, competente, prudente, realizador e capaz de conduzir o Brasil no rumo do desenvolvimento econômico e social.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao completar 18 anos de fundação, o PSDB tem história, tem

experiência, é um Partido maduro e moderno, tem quadros competentes e está em condições de oferecer ao Brasil um projeto de Governo voltado para o futuro e para a construção de um País mais moderno e mais solidário. O PSDB está, hoje, pronto para reassumir o Governo Federal e para comemorar seus 20 anos de fundação, em 2008, ocupando o cargo máximo da Nação, a Presidência da República.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Permita-me um aparte, Senador Papaléo Paes?

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Não era para mim novidade a sua candidatura ao Governo do Estado do Amapá e nem é novidade para mim a lealdade com que aborda a candidatura do Sr. Geraldo Alckmin, ex-Governador de São Paulo, à Presidência da República. Esse é o seu perfil e é desse perfil que o Amapá está a necessitar: firmeza, consequência, experiência administrativa, honradez pessoal, visão estratégica, olhos pregados no futuro, em cima de uma boa história, de um bom passado. Desejo-lhe, em nome da Liderança do seu Partido, a melhor sorte, o melhor êxito, a melhor vitória no pleito que se avizinha.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. Todos nós, do PSDB, sentimos orgulho por ter V. Ex<sup>a</sup> como o grande Líder do Partido nesta Casa.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra à nobre Senadora Iris de Araújo.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Pois não. Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa uma denúncia grave feita pelo jornal **A Crítica**, do meu Estado, de tungagem, de desvio de verbas da Universidade Estadual do Amazonas, por parte do Governo do Estado, para outros fins, inclusive pagamento de empresas, empreiteiras. O Governo estadual alega que tem aprovada, na Assembléia, e sancionada pelo Governador, a possibilidade de remanejar recursos excedentes. Mas é brincadeira de mau gosto se falar em recursos excedentes para a Educação no meu Estado. O que houve foi um desvio delituoso,

criminoso, de recursos, e eu digo que, se universidade é estadual, educação é nacional.

Por isso, levo ao conhecimento do Senado essa denúncia, que terá desdobramentos na semana que vem, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Mesa a encaminhará, na forma regimental, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra à nobre Senadora Iris de Araújo. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria apenas a minha inscrição como Líder, logo após.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Será feita a sua inscrição, Senador Ney Suassuna. Em seguida, concederei a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, em permuta com o Senador Leonel Pavan, e, depois, ao nobre Senador Ney Suassuna, pela Liderança do PMDB.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senadora Iris de Araújo, desculpe-me por um minuto.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que me inscreva pela Liderança do meu Partido, para falar antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito após o Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para onde, efetivamente, o Brasil caminha em face dos fatos cada vez mais estarrecedores que evidenciam o recrudescimento da violência na guerra urbana? Nesta semana, dois episódios nos colocaram, outra vez, diante da necessária reflexão para que se faça nascer um movimento consistente e nacional, que nos leve, finalmente, ao tremular vigoroso da bandeira da paz.

Em Goiânia, minha cidade, Sr. Presidente, no domingo passado, a ousadia de criminosos deixou toda uma sociedade atônita e assustada: assaltaram o Parque Mutirama, um espaço destinado a crianças, da forma mais violenta possível. O tiroteio deixou o soldado da Polícia Militar Paulo César Miranda de Oliveira, de 32 anos, gravemente ferido, além do assessor da Superintendência do Parque, Antônio de Assis, de 35 anos, também atingido. Os assaltantes levaram uma sacola com o dinheiro arrecadado com a venda de ingressos dos cinco mil pagantes que passaram pelo local durante o dia, cerca de R\$7 mil.

Para se ter uma idéia da chocante ousadia, basta dizer que o Parque Mutirama localiza-se em frente ao Centro de Operações da Polícia Militar, no Centro de Goiânia, ou seja, os assaltantes agiram a dois passos da tropa. O mais terrível é imaginar o que aconteceria caso a ação tivesse sido realizada no momento em que o local estava tomado por inocentes crianças... Graças a Deus, na hora do assalto, o parque já havia encerrado as atividades, mas continuavam lá 54 funcionários, o que poderia resultar numa tragédia de proporções alarmantes.

Ao lado desse episódio, carregado de evidências altamente preocupantes, o País volta suas atenções mais uma vez para São Paulo, onde, nesta segunda-feira, uma ordem vinda de dentro do Sistema Penitenciário para que criminosos matassem de cinco a 10 funcionários de Centros de Detenção Provisória, causou a morte de 13 pessoas e a prisão de outras cinco.

A Secretaria de Segurança Pública paulista atribuiu o ato à facção criminosa Primeiro Comando da Capital, ou seja, o mesmo PCC que, entre 12 e 19 de maio, promoveu aquela série de ataques e rebeliões pelo Estado, deixando mortos pelo menos 41 policiais, 109 supostos criminosos e quatro civis, numa onda de rebeliões que atingiu 82 unidades do sistema penitenciário paulista. Segundo o Governo estadual, 270 suspeitos foram detidos.

Além de tudo o que já ficou registrado – infelizmente, com sangue – em nossa História, o País, desgraçadamente, deve permanecer em alerta quanto ao crime organizado, ainda mais depois que o próprio Governador de São Paulo, Cláudio Lembo, revelou as novas ameaças do PCC de realizar “muitos” ataques no Estado. Os alvos dessas novas ofensivas seriam, preferencialmente, autoridades, delegacias, obras públicas e instituições.

Todos esses acontecimentos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apontam para um acirramento ainda maior do já conturbado quadro social brasileiro, na medida em que o crime organizado, nos grandes centros urbanos, e os novos grupos surgidos, como o do lamentável assalto ocorrido em Goiânia, parecem cultivar a mesma fonte de ousadia para praticar atos insanos.

E o que estaria por detrás dessas barbáries? A meu ver, primeiro, o fato de que o País continua sendo um exemplo universal de impunidade.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Concedeme V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Pois não, Senador Magno Malta.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns pelo assunto que traz. Está fazendo muito mais sucesso do que a própria Seleção Brasileira, nos jornais do País e na mídia do mundo, a violência que campeia pelo Brasil. Senadora Iris de Araújo, há seis anos, quando presidi a CPI do Narcotráfico, elaborei um relatório, de caráter reservado, para o Governador Mário Covas e, àquela época, eu ali apontei – o Relator da CPI era o Deputado Moroni Torgan – o surgimento do PCC, assim como apontávamos esse perverso e desgraçado Marcola, Geleirão – hoje, o Geleirão foi afastado, criando uma outra facção, foi expulso do PCC. E, naqueles dias, apontávamos o surgimento do telefone pré-pago utilizado pelo crime. Naqueles dias, propúnhamos, por meio do relatório da CPI do Narcotráfico, mais de trinta medidas aos poderes constituídos. Pergunto: providências foram tomadas? Não. Nenhuma providência foi tomada pelo Poderes Executivo e Judiciário, nem pelos Governo estaduais e municipais. Agora, estamos pagando o preço por todo esse bonde da violência comandada, que atemoriza a sociedade brasileira, que atemoriza o Estado que aqui V. Ex<sup>a</sup> representa, e também o meu – aliás, o Espírito Santo está pegando fogo, não seria diferente. Presídios em greve, presos rebelados, morte de pessoas inocentes, indivíduos sendo trucidados, decapitados, presídios depredados, o dinheiro do contribuinte servindo para reconstruí-los, para comprar colchões, para que eles possam novamente fazer suas rebeliões, porque a nossa legislação é horrível. Temos o crime de sangue organizado e temos também o crime organizado do colarinho branco, que é, sem dúvida alguma, o salvo-conduto do crime. A autoridade é o salvo-conduto do crime. Hoje, a Globo News mostrou a prisão de mais três advogados que estão a serviço do crime de

sangue, do seqüestro, dos coquetéis molotovs contra bancos, contra hospitais. Onde vamos parar? O que podemos fazer, a não ser denunciar – aliás, coisa que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo, e muito bem? Produzir instrumentos para que o Judiciário possa agir em favor da sociedade. Quais são esses instrumentos? Mudar a legislação? Ir a fundo no Código de Processo Penal e no Código Penal brasileiro, que, diga-se de passagem, é horrível, que chega a ser criminoso, que está mais a serviço do crime do que da sociedade como um todo? O que fica é a denúncia de V. Ex<sup>a</sup> ao lamentar a dor da família do policial e da do servidor do Parque que foi atingido. Além disso, restam crianças amedrontadas, afastadas das ruas, dos parques. Aliás, há denúncia de que o PCC está preparando uma operação, chamada Vulcão, que pretende colocar fogo em todas as capitais do Brasil, ao mesmo tempo. E as autoridades constituídas afrouxam-se, “botam o galho dentro”, arrefecem-se, tornam-se gatinhos diante da ação de um grande animal predador. Tem-se a impressão de que ninguém jamais poderá contê-los. Tudo isso me entristece, porque entendo que falta investimentos para a prevenção, para a inclusão social do menos favorecido. Falta rigor para com aqueles que têm dinheiro. Cadê os matadores do índio Galdino? Os filhos da classe rica dos condomínios, que são verdadeiros “condemônios”, filhos das baladas, dos ectasys, das drogas sintéticas, que chegam em carrões, e que, quando pegos, mãos são passadas sob suas cabeças? Na verdade, a tentativa de não se punir o usuário, nessa nova Lei do Narcotráfico, no Brasil, é para proteger o filho de rico.

Dá a impressão de que são os filhos dos pobres, o filho do pedreiro, o do desempregado, que moram em favelas quem produz violência neste País! Não. Quem produz violência neste País são os que consomem a droga, de forma descarada, nos grandes condomínios e não querem prestar contas à Justiça. Esse é o grande problema da violência.

Pasme V. Ex<sup>a</sup>, e escreva isso em seu discurso – para nossa tristeza, V. Ex<sup>a</sup> não é candidata reeleição e, sim, à Deputada Federal; tenho a certeza de que V. Ex<sup>a</sup> se elegerá e será uma grande Deputada Federal pelo Estado de Goiás, e que continuará ajudando o País com discussões tão boas como esta –, que daqui a um ano vamos ter de pedir autorização aos traficantes para levarmos nossos filhos ao *shopping*, para irem à escola; vamos pedir autorização para irmos à igreja.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PSDB – GO) – Tenho esperança de que não, Senador.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Mas em quem? A nossa esperança é só em Deus, para nos guardar, Senadora! Cadê o Poder Público; os homens públicos? Nós não precisamos cobrar isso da Polícia, que é mal paga, que mora mal e que não faz leis. Nós é que temos de fazer as leis mudarem, temos de fazer com que o Poder Executivo cumpra a sua parte para que a sociedade brasileira volte a ter paz. Previ, para o que está acontecendo hoje, o prazo de 10 anos. No entanto, demorou apenas seis. Isso está acontecendo hoje. No meu Estado há um tal de Toninho Pavão que comanda tudo de dentro dos presídios. A sociedade do Espírito Santo, um Estado tão pequeno, tão promissor e rico, está sobressaltada, assaltada, com medo. As pessoas esvaziaram as ruas e os parques porque ninguém tem segurança. As mães não dormem enquanto os filhos não chegam da faculdade. Vou lhe dizer algo, Senadora: o Estado desorganizado não foi pego de surpresa por esse estado organizado e criminoso, que é o estado bandido dentro do Estado de Direito, que estão dentro das penitenciárias comandando essa violência. Não foi. Foi avisado, está sendo avisado, mas parece-me que somente quando a dor de dente bate é que se corre para o dentista. Cadê as leis aqui aprovadas por nós em 48 horas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania? Foram para a Câmara e a de lá não saíram.

Está na mídia que as leis mudaram! Cadê? Um trabalho feito em 48 horas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, velocidade dada pelo Presidente Antonio Carlos Magalhães e pelo nosso querido Senador Demóstenes, que fez o relatório, que foi para a Câmara e que lá ficou. Então, chamo a atenção para debate tão importante que V. Ex<sup>a</sup> traz a esta Casa e que nos enriquece, debate que as famílias recebem de bom grado em casa. Os que estão ouvindo pela televisão recebem muito bem debate tão corajoso feito por uma mulher, coisa que comumente só ouvimos da Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Senador Magno Malta, agradeço pela oportunidade do aparte de V. Ex<sup>a</sup>, até porque eu o considero um entendido desse assunto, tendo em vista a atuação de V. Ex<sup>a</sup> na CPI do Narcotráfico, oportunidade em que adquiriu conhecimento e vivência no assunto. Acaba de chegar o nobre Senador Romeu Tuma, que, logicamente, deve ter sido atraído pelo tema deste pronunciamento. Outra

coisa, Senadores: o motivo do meu pronunciamento seria outro; eu falaria hoje sobre a entrevista dada pelo jornalista Sílvio de Abreu, da Rede Globo, às páginas amarelas da **Veja**, entrevista que me deixou estarecida, uma vez que ele coloca que os telespectadores estão torcendo para o “modelito” do bandido. Isso é grave, e nos diz respeito, Senadores. Temos de tomar uma posição, porque, de certa forma, não está havendo modelos que possam ser copiados. E temos responsabilidade nisso. Mas o que me fez mudar de tema foi o absurdo de um parque, destinado a crianças, haver sido assaltado. Ou seja, o bandido não está escolhendo nem respeitando mais nada, nem sequer valores.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Senadora Íris de Araújo, tenho elogiado a participação das representantes do sexo feminino neste Congresso Nacional, principalmente no plenário desta Casa, ao travar lutas maravilhosas, trazendo conhecimento ao público de tudo o que traz intranquilidade à sociedade. Certamente, V. Ex<sup>a</sup> se refere ao seu Estado, Goiás.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – O assalto ocorrido no Parque Mutirama.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Veja V. Ex<sup>a</sup> que a violência grassa não apenas no Estado de V. Ex<sup>a</sup>, mas coisas graves acontecem no Espírito Santo e também no meu Estado. O Governo de São Paulo, ao desmembrar a Secretaria de Segurança em duas – a Secretaria de Segurança e a Secretaria do Sistema Penitenciário –, provocou um confronto entre as Secretarias, o que fez com que o crime fosse realimentando. O sistema penitenciário realimenta o crime. Os Senadores Magno Malta, Demóstenes Torres, representando o Estado de V. Ex<sup>a</sup> – V. Ex<sup>a</sup> também deve colaborar –, e eu fizemos nova proposta de alteração da Lei Antidrogas. Aceitamos fazer essa emenda com o propósito de não deixar passar em branco o usuário da droga. Penso que a pressão contra o uso é que inibe a produção da droga. Sem dinheiro para comprá-la, Senador Ney Suassuna, não haverá produção. Lembro-me de que, quando estava na Interpol, o Presidente americano dizia sempre que os usuários eram vítimas, porque os países responsáveis eram o produtor e o de passagem. Fomos incluídos no de passagem. Depois que dois elementos do FBI foram assassinados pelos traficantes, vendedores de drogas das ruas de Nova Iorque e de outros estados americanos, disseram “nós temos as mãos sujas de sangue, é o nosso dólar que alimenta”. Então, a responsabilidade compartilhada tem de ser



internacional e tem de estar entre nós também. Não adianta achar que um Estado está pior e outro melhor e sempre querer responsabilizar a Polícia Federal porque o Estado não quer assumir a responsabilidade de um combate direto ao tráfico doméstico. Tem de separar o tráfico internacional do doméstico. Então, V. Ex<sup>a</sup> traz um assunto que arrepia, Senadora. V. Ex<sup>a</sup> deve ter visto que atacaram um parque infantil.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Exatamente.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Em São Paulo, toda semana, escolas públicas são assaltadas, sofrem danos, pois quebram tudo, cadeiras, a escola. Os professores, às vezes, têm medo de dar aula porque há alunos armados dentro da escola. Então, é um modelo que se está transformando numa coisa perigosíssima para a vida em sociedade, às vezes destruindo o principal, que é a família. Continue na luta, Senadora, pois vale a pena.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – E tem o meu apoio também, Senadora, com toda certeza. V. Ex<sup>a</sup> tem o nosso apoio integral.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Agradeço aos dois importantes Senadores pelos apartes.

Mas temos de convir que, noite e dia, o medo faz parte do nosso cotidiano. Agora, temos de reagir. Uma providência imediata, em minha opinião, seria alocar significativos recursos para enfrentar a violência.

O articulista Gesner Oliveira, em seu artigo “Economia contra o crime”, observa que a Colômbia avançou no combate à criminalidade, quando recebeu US\$10 bilhões de investimento direto em 2005 – algo perto de 8,3% do PIB. O percentual, aplicado ao Brasil, resultaria em US\$63 bilhões – mais de quatro vezes o investimento direto de 2005. Seria um passo inicial, mas decisivo na direção de medidas que ataquem causas e não só consequências da violência.

Um dos maiores especialistas mundiais no estudo da violência, Loïc Wacquant – professor de sociologia da Universidade da Califórnia em Berkeley e do Centro de Sociologia Européia em Paris –, pesquisou no Brasil questões como as desigualdades sociais e os sistemas carcerário e judicial. Falando ao jornal **Folha de S. Paulo**, ele afirma que o crime organizado somente será dominado quando as elites políticas e o Governo contra-atacarem no campo social, e não apenas no criminal.

Segundo Loïc, nas últimas décadas, as elites políticas brasileiras têm usado o Estado penal – ou seja:

polícia, tribunais e sistema judiciário – como único instrumento de controle da criminalidade. Mas, apesar de a polícia de São Paulo matar mais que as polícias de todos os países da Europa juntos, a violência não cede. E nosso sistema prisional, longe de recuperar personalidades conturbadas, acabou virando mesmo foi um “campo de concentração” – e, salvo raríssimas exceções, apenas dos muitos pobres...

Não tenho dúvida: educação, emprego, um fundo para amparar os desempregados e uma ampla rede social para os mais pobres seriam, estas, sim, as ações decisivas para livrar o País da criminalidade.

O crime nasce e prospera em face das precárias condições de vida da população.

E resultados de recente trabalho do IBGE nos põem ainda mais em alerta diante desta premissa, na medida em que concluem: em 2004, 14 milhões de brasileiros sofreram de fome, num universo de 72 milhões de pessoas vítimas de insegurança alimentar. Mais grave ainda: este flagelo é maior nos domicílios com menores de 18 anos (41%) do que nas residências habitadas por adultos (24%). Ou seja, os quase 2 milhões de jovens aptos a ingressar no trabalho anualmente, mas que não encontram emprego, tornam-se o “exército de reserva do narcotráfico”, segundo o sociólogo Hélio Jaguaribe.

Outro estudo estima que o custo da violência no Brasil é de R\$300 milhões/dia. Lembrem que o valor não contabiliza o sofrimento físico e psicológico...

É verdadeiramente alarmante, mas com 3% da população mundial, o Brasil concentra 9% dos homicídios no planeta! Sendo que estes homicídios cresceram 29% na década passada, atingindo 48% de nossa juventude. Aliás, as mortes violentas de jovens aqui são 88 vezes maior do que, por exemplo, na França. Mais: cerca de 2 mil roubos ocorrem diariamente na Grande São Paulo, mas, em menos de 3%, os assaltantes são presos no momento do crime. Sem contar que, no Rio de Janeiro, apenas 1% dos homicídios é esclarecido pelos trabalhos de investigação, segundo revela o Ministério Público.

É passada a hora de duplicar o orçamento para a segurança pública, educação e projetos consistentes na geração de emprego que incorporem a juventude a um sistema eficiente de formação profissional.

É passada a hora de o Brasil assumir políticas que enfrentem as causas estruturais da violência!! Chega de paliativos ou medidas superficiais...



Nosso povo não suporta mais conviver com a violência no seu cotidiano!!! Muito menos com o medo que nos persegue 24 horas por dia, muito mais do que pregar a paz, faz-se imprescindível e urgente criar condições concretas para que esta deixe de ser um sonho para se tornar uma viva realidade.

Com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>. Entendi que a Senadora Ideli Salvatti estava me solicitando aparte. Tudo bem, Senadora, seria um prazer muito grande conceder aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

Encerrando meu pronunciamento, agradeço pela tolerância da Mesa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição pela Liderança do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> terá assegurada a sua inscrição no momento oportuno.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Senador Arthur Virgílio, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa breve pronunciamento em cima de reportagem da jornalista Talita Ribeiro, da **Agência Estado**, publicada recentemente, na minha terra, pelo jornal **A Crítica**, de Manaus, denunciando que está sendo destruído este patrimônio ecológico inestimável que é o arquipélago fluvial de Anavilhanas, a 40 quilômetros de Manaus, tão famoso quanto o encontro das águas dos rios Negro e Solimões.

Solicito ao Secretário do Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas que verifique, com urgência, a denúncia que trago ao conhecimento do Senado da República.

Digo, novamente, que esta é uma questão nacional, porque se fala em turismo, biodiversidade, em Amazônia, em Amazonas, portanto há que se evitar essa cena de milhares de troncos de árvores abatidas e flutuando à espera de transporte, para que sejam transformadas em madeira para o mercado da construção civil. A questão é de predação e não de exploração sustentável.

Esta, a grave denúncia que trago ao conhecimento do Senado Federal, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, faço aqui protesto enérgico: estão destruindo criminosamente – criminosamente, sim, e aos olhos das autoridades do Meio Ambiente – uma inestimável riqueza do Amazonas, que é o Arquipélago fluvial das Anavilhanas, a 40 quilômetros de Manaus e tão famoso quando o encontro das águas dos rios Negro e Solimões.

Na edição de segunda-feira, o jornal **A Crítica** relata, em matéria de página inteira, com fotos que falam muito, o que é essa devastação contra o que oponho este indignado protesto.

Com meu protesto, solicito ao Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, Virgílio Viana, que verifique com a urgência necessária a denúncia que trago ao conhecimento do Senado da República.

É doloroso, Sr. Presidente, constatar o que está ocorrendo e que **A Crítica** descreve em pormenores:

Quem visita o arquipélago das Anavilhanas vê, entre uma ilha e outra, milhares de troncos de árvores abatidas e flutuando à espera de transporte, para que sejam transformados em madeira para o mercado de construção civil.

É de pasmar! É a natureza da Amazônia agredida pelas motosserras de irresponsáveis, certamente pessoas descompromissadas com o futuro do País. A Amazônia é região estratégica e dela depende do futuro do País.

Espero, pois, que o Secretário Virgílio Viana informe com urgência o que está sendo feito ou o que se pensa fazer para evitar que esse crime continue sendo praticado à luz do dia, às escâncaras!

Estou incluindo a este pronunciamento a íntegra da reportagem de **A Crítica**.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## MEIO-AMBIENTE

# Derrubada ilegal devasta Anavilhanas

Leis mal-empregadas dificultam a fiscalização e resultam em perda de biodiversidade e irracionalidade econômica

**TALITA RIBEIRO**  
DA AGÊNCIA ESTADO

Tão famoso quanto o encontro das águas dos rios Negro e Solimões, o Imenso arquipélago fluvial das Anavilhanas, a 40 quilômetros de Manaus, é uma das principais atrações da Amazônia. No entanto, quem visita o lugar testemunha o contraste, obviamente oculto pela indústria do turismo: entre uma ilha e outra, flutuam milhares de troncos de madeira, aguardando o momento de serem apinhados, beneficiados e vendidos para o mercado de construção de Manaus.

A cena se repete com frequência e preocupa as entidades que tentam proteger da devastação o maior arquipélago fluvial do mundo. Além da dificuldade de locomoção dos inspetores e da vastidão territorial, a fiscalização é dificultada por leis mal-empregadas, que, segundo ambientalistas, resultam em perda de biodiversidade e irracionalidade econômica.

"O arquipélago das Anavilhanas é instituído como Estação Ecológica. Essa categoria é uma das mais restritivas entre

todos os tipos de Unidades de Conservação (UCs). Isso significa que, pela lei, não poderia haver qualquer atividade econômica ou mesmo moradores dentro da Estação", explica um dos coordenadores do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) na Amazônia, Eduardo Bardiali.

## TURISMO

A lei restringe a prática do turismo em Anavilhanas. Mas basta visitar Manaus para perceber que o roteiro pelo arquipélago é um dos chamarizes do turismo local. "A regularização das atividades turísticas poderia ser um instrumento econômico para incentivar a preservação do habitat e, ao mesmo tempo, gerar recursos vitais para a gestão da unidade", defende Bardiali. Mas, segundo ele, só legalizar a atividade não é suficiente para resolver o problema de Anavilhanas. "O turismo é sazonal. Precisamos de outras opções econômicas vinculadas", diz.

## DESPERDÍCIO

A Estação Ecológica das Anavilhanas foi criada em 1981 no intuito de preservar as mais de 400 ilhas, que ocupam uma área aproximada de 380 mil

hectares. Entre elas, o rio Negro serpenteia e se ramifica em centenas de igarapés, canais e 600 lagos, abrigando uma incalculável biodiversidade. "Ao contrário da maior parte das Unidades de Conservação brasileiras, as Anavilhanas têm sua situação fundiária totalmente regularizada", lembra o analista ambiental Daniel Rios de Magalhães Borges, chefe da Estação Ecológica.

Segundo ele, as ilhas são alvos fáceis para os madeireiros. "Uma vez que a árvore é derrubada, ela já cai praticamente dentro d'água e de lá é facilmente rebocada de canoa."

Aproximadamente 40% das ilhas já foram saqueadas. "Elas formam um grande labirinto. É muito difícil fiscalizar nessas condições", desabafa Borges.

## BUSCA RÁPIDA

### Madeira é usada como azimbre

A madeira mais visada é a da virola, uma árvore alta, fácil de ser serrada e transformada em tábua. Além de representar crime ambiental, esse tipo de atividade econômica gera uma renda muito

baixa, explica o analista ambiental Daniel Rios de Magalhães Borges, chefe da Estação Ecológica de Anavilhanas. Ele lembra que a maior parte da virola é usada como azimbre: tábuas empregadas para conter cimento. Assim, ela é usada só uma vez e depois descartada.

## Projeto do Ibama deve sair em 2007

Além da briga para a regulamentação do turismo, o Ibama trabalha na implantação de um projeto que visa a limitar as rotas de navegação dentro da Estação Ecológica a uma (única via principal) o que faci-

litará a fiscalização. "O Rio Negro é uma das principais vias de acesso fluvial. Não há como proibir que os barcos trafeguem. A ideia é estudar uma rota onde o impacto ambiental seria menor e delimitá-la com bóias. Quem estiver nos braços do rio fora dessa via principal será multado", explica Borges.

O Ibama tem previsão para colocar o projeto em prática somente no final de 2007, quando todas as medições e pesquisas estarão concluídas. Para os ambientalistas, precisa ser revista a categoria de Unidade de Conservação das Anavilhanas. Transformada em Parque Nacional, a questão econômica se resolve em parte.

Mas o tráfico de madeira está longe de ter um desfecho favorável. Mesmo com as multas, as grandes madeireiras enxergam viabilidade na der-

rubada. "Quem acaba levando a pior é quem vai lá à noite fazer o serviço sujo. É muito difícil descobrir quem financia tudo isso", diz Borges.

### EM NÚMEROS

400

ilhas formam o arquipélago de Anavilhanas e ocupam uma área aproximada de 380 mil hectares.

40%

das ilhas já foram saqueadas. Segundo o Ibama, com as atuais condições de fiscalização, elas são alvos fáceis para os madeireiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Mesa encaminhará na forma do Regimento Interno, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para encaminhar à Mesa um pequeno pronunciamento.

Sou cristão praticante, mas existe uma entidade filosófica no Japão, com sede no Brasil, que fará rea-

lizar, nos dias 30 de junho e 1º de julho, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o Vigésimo Segundo Seminário Especial da Prosperidade, cujo tema é "A prosperidade em suas mãos".

Eles tentam que se busque um encontro de dignidade, Senadora Ideli Salvatti, para que não haja nenhum tipo de "sanguessuga", mensalão, nada disso. Penso que é um trabalho que devemos respeitar.

Pedindo desculpas a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, solicito o encaminhamento desse convite.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.**

## DO SENADOR ROMEU TUMA (PFL – SP)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Nos próximos dias 30 de junho e 1º de julho, estará sendo realizado aqui em Brasília, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o Vigésimo Segundo Seminário Especial da Prosperidade, promovido pela Seicho-No-Ie do Brasil. Está prevista a presença de mais de dois mil empresários, profissionais liberais e executivos, com o objetivo ajudá-los a descobrir soluções que facilitem ainda mais a vida das pessoas, criando uma sociedade mais rica e feliz. Considero importante destacar, Senhor Presidente, que é a primeira vez que esse Seminário se realiza na Capital Federal.

Com o tema “A Prosperidade em Suas Mãos”, as atividades desse Seminário partem da premissa de que todos temos a chave do sucesso dentro de nós mesmos. Contudo, precisamos aprender a utilizar, de modo correto, o conhecimento que possuímos. Assim procedendo, seremos capazes de obter maior eficácia em nossas ações e aumentaremos nosso potencial produtivo. A chave para tudo isso, de acordo com os organizadores do evento, consiste em treinar e disciplinar a nossa mente, que é a principal ferramenta da vida pessoal, profissional e empresarial.

A Seicho-No-Ie do Brasil, promotora do Seminário, é uma entidade filosófica e religiosa fundada no Japão, em 1930, pelo Dr. Masaharu Taniguchi. Presente em mais de 50 países, a Seicho-No-Ie procura fortalecer nas pessoas pensamentos positivos em prol da felicidade, da prosperidade e da paz mundial, baseada no princípio de que o homem é filho de Deus.

Entre as atividades previstas para o Seminário Especial da Prosperidade, estão palestras e também mesas redondas sobre temas bastante atuais, como saúde, meio ambiente, importância da gratidão e

da atitude mental positiva. Na manhã do sábado, dia 1º de julho, às 7 horas e 15 minutos, na Praça dos Três Poderes, será efetuada a leitura da Sutra Sagrada “Chuva de Néctar da Verdade”, com o objetivo de iluminar o ambiente político e os responsáveis pelas altas decisões nacionais. Essa é uma atividade aberta, não apenas aos participantes do Seminário, mas a todos que assim o desejarem.

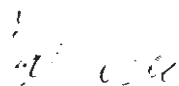
Talvez, Senhoras e Senhores Senadores, seja esse o momento mais importante do Encontro, em face aos lamentáveis escândalos de mensalão e de sanguessugas que se abateram sobre a Nação brasileira nos últimos tempos, e que contribuíram para desacreditar, ainda mais, a imagem dos políticos perante a opinião pública nacional.

Apesar de eu ser católico praticante, Senhor Presidente, não poderia deixar de subir a esta tribuna para registrar esse importante acontecimento e felicitar seus organizadores. Isso porque entendo que nós, homens públicos, devemos estimular e aplaudir todas as iniciativas que venham a somar na construção de um Brasil mais próspero para todos os brasileiros, independentemente de crenças ou de ideologias. Só assim, unindo todos os nossos esforços e todas as nossas melhores idéias, poderemos atingir os objetivos insculpidos no artigo 3º da Constituição Federal, entre os quais destaco: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e promover o bem de todos.

Portanto, parabéns à Seicho-No-Ie do Brasil por essa feliz iniciativa, e sucesso na realização do Vigésimo Segundo Seminário Especial da Prosperidade.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado!





**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Mesa encaminhará na forma do Regimento Interno.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Há orador na tribuna, Senadora.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, serei breve. Estamos encaminhando à Mesa, em meu nome e em nome do Senador Arthur Virgílio, um requerimento de voto de aplauso pela decisão adotada pela Mesa do Senado, que reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Uma funcionária da Casa fez essa solicitação em março de 2005, e, apesar de não termos conseguido ainda o reconhecimento legal, ou seja, apesar de, infelizmente, a legislação ainda não ter sido aprovada no Congresso Nacional, o Senado da República, como já o fazem outras instituições, tem reconhecido às pessoas do mesmo sexo, quando há união estável entre elas, todos os direitos que são dados aos demais cidadãos e cidadãs brasileiros em tal situação.

Portanto, como Membros da Frente Parlamentar pela Livre Orientação Sexual, que tanto eu como o Senador Arthur Virgílio integramos, estamos apresentando voto de aplauso à Mesa do Senado pela importante decisão adotada, que é um avanço e que contribuirá, com certeza, para o aprimoramento legislativo, para a aprovação da legislação, de uma vez por todas, no Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Mesa o encaminhará na forma do Regimento, Sr<sup>a</sup> Senadora.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Recentemente, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupei esta tribuna preocupado com a qualidade dos gastos públicos no Brasil. À oportunidade, comecei a analisar as graves deficiências com os gastos em educação, o que continuo na tarde de hoje.

Apreciando-se a proposta orçamentária, é possível constatar, Sr. Presidente, que os recursos orçamentários federais, na educação, orientam-se prioritariamente para o ensino superior.

Outra vez deixo claro que não pretendo, com essa constatação, reduzir a relevância e a importância do ensino superior, fonte destacada de agregação de valor e de competitividade à formação dos jovens brasileiros. Almejo, isto sim, demonstrar como são poucos e pequenos, comparativamente, os montan-

tes financeiros destinados ao ensino básico, cujo ônus recai, principal e fundamentalmente, nos ombros dos Municípios e dos Estados.

Sou, como se sabe, um ardoroso defensor dos princípios da responsabilidade fiscal, na forma em que o conceito foi construído e vem sendo desenvolvido entre nós. Não concebo, entretanto, que uma prioridade maior do que a educação possa vir a alcançar precedência na discussão do Orçamento.

Certamente não deve ser menor que a dada aos juros, que, não obstante, entendo que devam ser pagos; não deve ser menor que a conferida a qualquer outro setor social visto de forma isolada, como, por exemplo, a saúde, que tem o seu orçamento vinculado ao crescimento do PIB – não pode diminuir, mas, cada vez que o PIB aumenta, aumenta o orçamento da saúde. Isso é meritório, mas a educação deveria ter o mesmo tratamento.

Parece-me fundamental – e aqui recorro recente intervenção de Sua Excelência, o Senador Pedro Simon – garantir maior nível de intervenção da União como articuladora, fomentadora e supridora de recursos para a educação básica.

Verifico, preocupado, a demora na aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, o Fundeb. Há poucos minutos conversávamos com o Senador Arthur e com a Senadora Ideli para vermos se poderíamos votar hoje, nem que fosse em primeiro turno, o Fundeb.

Penso, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que a imediata aprovação do Fundeb será, sem a menor sombra de dúvida, um ponto de honra para os membros do Congresso, na medida em que sinalizará importante reavaliação nas prioridades do investimento público.

Estará respeitando o parlamentar, dessa forma, uma prioridade nacional que deveria ser – como, de fato, estou certo de que o é – uma prioridade de todas as casas legislativas federais, estaduais e municipais. Estará respeitando o parlamentar – e nunca é inútil lembrar – uma política pública que fez de países como a Coreia do Sul uma potência econômica, *status* que alcançou com um razoável índice de justiça social. Uma política que fez de países como a Índia, num contexto muito mais difícil e complexo, uma potência na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico – uma verdadeira fábrica de cérebros –, diferenciais competitivos com os quais vem galgando, velozmente, o *ranking* de desenvolvimento entre os países do Terceiro Mundo.

Entendo, portanto, que a hora é esta e que é aqui, numa das casas mais prestigiosas de nosso Congresso, o lugar preciso onde essas prioridades deverão ser levantadas, defendidas e implementadas.

Aos membros da Base de apoio do Governo digo: essa é a nossa missão como sustentadores do programa de Governo em vigor. Aos membros das Bancadas de oposição digo: sei que tenho sua concordância e seu entendimento sobre o valor positivo da proposta para a afirmação da cidadania brasileira, não importando a cor partidária e ideológica pela qual lute cada um – já ouvi aqui o Senador José Jorge, inúmeras vezes, pedir o mesmo que estou pedindo neste momento.

Espero que os esforços que encetarei, pela liderança do PMDB e da Maioria, possam ser acompanhados, pronta e afirmativamente, por toda a Casa, por seus méritos evidentes e que, humildemente, faço despir de todo apelo personalista e particularizante.

Entendo, Sr. Presidente, que, na discussão que ora se inicia, devamos pensar, juntos e coordenados, apenas no Brasil. E pensar no Brasil, neste instante, significa pensar de que maneira podemos plantar, no presente, o seu futuro, tendo como ferramenta fundamental a educação básica. Significa apoiar os reflexos positivos que ela trará.

Quero aqui agradecer ao Presidente Lula pelos quatro novos **campi** universitários e também pelas duas novas escolas técnicas federais que foram criadas na Paraíba.

Tenho certeza de que os investimentos na educação básica, agora e mais adiante, contribuirão para o bem-estar da sociedade brasileira e para o crescimento e a riqueza da Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Ney Suassuna?

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Ouço, com prazer, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Desculpe-me, Senador Ney Suassuna, sei que V. Ex<sup>a</sup> já terminou o seu discurso, mas há algo que gostaria de acrescentar. Eu estava conversando com o Sr. Raimundo Carreiro, que é o nosso grande Secretário-Geral, e concordamos que o Fundeb tem de caminhar rapidamente. O projeto ficou muito tempo parado no Ministério da Educação, durante a gestão do Ministro Cristovam Buarque, depois passou pelo Governo e veio para cá. Temos cinco medidas provisórias, e o item relativo ao Fundeb, estou conferindo, é o item 13. Se não conseguirmos um apoio do Presidente Lula no sentido de parar um pouco de mandar medidas provisórias e chegarmos a um acordo rapidamente para votarmos – a maioria das medidas dizem respeito à suplementação de verbas e a alguns outros itens que podem ser discutidos –, vamos ficar praticamente sem conseguir votar nada dentro do período eleitoral. Desculpe-me, Senador

Ney Suassuna, por ter feito o aparte após o término de seu discurso.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Não, foi muito bom.

Estamos programando duas ou três sessões aceleradas. Para isso, claro, é necessária a concordância da Oposição. Há poucos minutos conversava com o Senador Arthur Virgílio, homem de muita visão, e falávamos que precisávamos tentar esse acordo, uma vez que não temos só isso; temos indicações de autoridades e empréstimos a Estados que precisam ser votados. Essas medidas provisórias estão atravancando a pauta.

Se hoje tivermos um pouco de boa vontade, poderemos vencer esses obstáculos e votar, pelo menos, a primeira fase do Fundeb.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Eu fiz o aparte só para dizer que a Mesa está agindo com toda correção.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Não tenha dúvida. A Mesa está fazendo o que pode.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Está lutando para que o Fundeb possa ser aprovado. Não há nenhuma crítica à direção da Casa, apenas registro a angústia pelo fato de as medidas provisórias estarem se acumulando e fazendo crescer as dificuldades para que se faça um acordo.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – E é legítima a angústia de V. Ex<sup>a</sup>, porque amanhã será o penúltimo dia para as convenções. Hoje, aqui no Senado, já encontrei cinco Senadores que terão de estar em seus Estados, o que significa que amanhã e depois de amanhã não teremos quórum. Precisamos administrar a situação para que possamos agilizar a votação de um item tão importante.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Com a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio por permuta com o Senador Leonel Pavan.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Jefferson Peres, pela Liderança do PDT.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, circula na *Internet* uma lista com as mais óbvias petas, ou seja, mentiras pregadas pelo Presidente Lula à Nação brasileira.

E aqui vão elas, Sr. Presidente:

1<sup>a</sup> Prometeu e garantiu que criaria dez milhões de empregos. De certa forma fez isso, mas foram três milhões aqui e sete na China, com aquele acordo de

sastroso que considerou a China economia de mercado sem ela o ser.

2ª Peta: disse que os brasileiros, ao fim de seu governo, teriam direito, todos eles, a pelo menos três refeições por dia, café, almoço, jantar.

3ª inverdade: garantiu que assentaria quinhentas mil famílias sem terra. Em vez disso protegeu as invasões. financiou entidades que terminaram agredindo a própria dignidade física do Congresso Nacional.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> me permite só uma interrupção mínima para agradecer a inversão que gentilmente fez, o que possibilitou que eu falasse agora há pouco. Como não registrei o agradecimento da tribuna, faço-o agora. Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> foi muito gentil; eu é que agradeço pela gentileza reiterada. Muito obrigado.

4ª Criou o Banco Popular com o pretexto de levar crédito aos pobres.

Levou endividamento. E o Banco Popular que não passou de uma brutal negociata com aquele Seu Ivan das quantas – não se pode esquecer esses nomes – mas foi o maior... Deu um grande prejuízo ao Banco do Brasil, com envoltórios valerianos, conforme vimos.

5ª Prometeu que o Brasil crescería em média 5% ao ano.

Cresceu até o presente a média de 2,6% anualmente.

6ª Prometeu criar o IVA em substituição ao ICMS.

Prometeu a Reforma Tributária, ficou na promessa. O Senado aperfeiçoou, arredondou uma proposta que veio do Governo para a Câmara e da Câmara para cá; virou letra morta.

7ª Prometeu arrecadar mais R\$2,5 bilhões e dar empregos para trezentos e cinquenta mil agricultores, em função do Bolsa-Família.

Limitou-se a distribuir dinheiro a fundo perdido, sem nenhuma exigência de contra-partida educacional, sem nada, quase que uma esmola eleitoreira mesmo.

8ª Prometeu que o Brasil deslancharia com as PPPs, as tais Parcerias Público-Privadas.

Elas estão na gaveta por absoluta incompetência gerencial deste Governo. A época diziam para nós, Sr. Presidente, Senador Marcos Guerra, que ou aprovávamos as PPPs ou o Brasil perderia uma grande chance de crescer e teria problemas. Aprovamos as PPPs e as moralizamos. O Senador Tasso Jereissati quase foi processado pelo Sr. Delúbio Soares quando gritou, neste plenário, que, do jeito que estavam, o Delúbio

poderia deitar e rolar. Hoje, o Delúbio não processa mais ninguém. O Brasil mudou muito.

9ª Prometeu construir 600 mil novas moradias por ano, mas ficaram na propaganda dos *outdoors*.

10ª Prometeu disponibilizar R\$4,5 bilhões do FGTS para construção de casas. O povo ainda não as viu. É mais um desastre.

11ª Acenou com a redução da jornada de trabalho para gerar 3,2 milhões de novos empregos. Terminou ficando tudo como dantes no quartel de Abrantes desses falantes.

12ª Prometeu garantir aposentadoria digna para 3,2 milhões de idosos com mais de 60 anos que permanecem no mercado de trabalho. Quem viu o quê? Qual foi a mudança qualitativa ou quantitativa a favor dos idosos?

13ª Prometeu aumentar o prazo do seguro-desemprego para oito meses. Não cumpriu.

14ª Prometeu fazer o Governo mais sério e honesto da história do Brasil. Mentiou feio – as CPIs que o digam.

Sr. Presidente, na semana passada, discuti aqui – não esqueço os assuntos; tem gente que esquece, mas tenho o hábito de não esquecer – a tal lista de Furnas. No dia seguinte, cumpri com a palavra: o Líder Jutahy Magalhães, com procuração minha, foi à Receita Federal e pediu a abertura de procedimento fiscal para investigar recursos no valor de R\$4 milhões mal explicados pelo advogado Márcio Thomaz Bastos, hoje Ministro da Justiça.

De repente, ninguém falou mais no assunto. Continuo entendendo que o Ministro está usando a Polícia Federal – uma entidade respeitável – para fins políticos, para fins de perseguição a adversários. Não tem a coragem mínima de dizer que essa tal lista de Furnas é uma balela e que há, ali, uma falsificação grosseira. Então, fica esse ata e esse desata que desmoraliza o Governo, desacredita e desmoraliza também o Ministro da Justiça. Por ele, eu não falaria mais no assunto; por ele, Senador João Batista Motta, ele se esquece por um lado, eu me esqueço por outro, dá amnésia geral, Senador Jefferson Péres. Só que eu volto ao assunto, eu não sofro de amnésia. Volto ao assunto.

Estou aqui dizendo ao Ministro da Justiça que ele está se portando mal. Assim como é uma brutal tolice essa história do Ministro Tasso Genro com o Ministro Márcio Thomas Bastos ao Presidente Marco Aurélio de Mello\*, do Tribunal Superior Eleitoral, para perguntarem o que podem fazer na eleição. Como se Lula não soubesse o quanto ele já transgrediu a lei eleitoral até aqui. Parece menino de reformatório, procurando saber quais são as regras para que não viole a condicional. No fundo, parece isso.

Mas muito bem, vamos lá. Eu, aqui, ainda em cima dessa tal lista de Furnas, recuso-me a aceitar que o Ministro continue tentando desmerecer, Senador Romeu Tuma, o papel tão importante que a Polícia Federal, órgão que V. Ex<sup>a</sup> honrou, dignificou, como seu diretor-geral. Muito bem. V. Ex<sup>a</sup> ama a Polícia Federal e eu a respeito. Não quero é que o Ministro Márcio Thomaz Bastos continue a desrespeitá-la.

Tive o prazer de receber, hoje, mensagem de um delegado da Polícia Federal, com palavras que apenas convalidam a minha boa impressão acerca dessa indispensável instituição brasileira.

Apraz-me repetir aqui algumas das suas frases: “Sonhamos com o dia em que o cidadão de bem deste País voltará a ter a segurança nas ruas. Pode ser uma utopia, mas há diversas idéias e projetos que estamos elaborando nesse sentido”. E mais: “As operações que ocorreram nos últimos anos são fruto do desprendimento e da organização interna, reforçada com novos policiais egressos de concursos públicos”. Senador Jefferson Péres, ouça outro trecho desse mesmo digno delegado da Polícia Federal, cujo nome omito por entender que devo fazê-lo em um Governo que é de caça às bruxas, de macartismo, embora se diga de esquerda: “Penso que a exploração política da lista de Furnas, sabidamente um documento imprestável e inidôneo, seria um tiro no próprio pé”. Ele deve saber o que está dizendo. “De fato, o Ministro da Justiça tem o controle administrativo do Departamento da Polícia Federal”. Aí diz o delegado, Senador Jefferson Péres: “Pode nos humilhar, deixar que telefones sejam cortados, remanejar pessoas, determinar a instauração de procedimentos disciplinares, mas ele não pode decidir o que os delegados farão nos inquéritos que presidem. E se algum outro partido que venha a assumir o poder pensa que poderá fazê-lo, está enganado. Como o Senador disse, a Polícia Federal é polícia do Estado e não do Governo ou de Partido”.

Ainda sobre essa mesma área, outro cidadão brasileiro, um advogado, em Rondônia, envia-me um *e-mail*, dizendo o seguinte: “O que o Ministro vem fazendo causa perplexidade e tem graves riscos para o Estado de direito e a democracia do Brasil”.

Sr. Presidente, devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que voltei ao assunto das tal Lista de Furnas. Sr. Presidente, devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que voltei ao assunto das tal Lista de Furnas, meu querido Senador Sibá Machado, para cobrar do Ministro o que eu havia dito. Eu cumpri a palavra. Fomos à Receita Federal e pedimos a abertura de um procedimento fiscal a respeito dos tais quatro milhões mal explicados nas contas do Ministro Márcio Thomaz Bastos no exterior.

Já me disseram que ir lá não resolve muito, teríamos que ir à Polícia Federal. E para a Polícia Federal tomar uma atitude, Senador Wellington Salgado, veja a minha situação – não que eu não seja capaz de fazer isso, porque sou: eu teria que sair daqui, Senador Paulo Paim, ir andando até o Ministério da Justiça, e pedir para mandar a Polícia Federal apurar uma denúncia que faço. E contra quem? Contra o Ministro da Justiça. Ele teria que se afastar, ou então, em um supra-sumo da cara dura, da cara deslambida, dizer: eu vou mandar apurar contra mim mesmo, ou não vou apurar contra mim mesmo; algo desse tipo. Ir à Polícia Federal e pedir uma investigação contra o Ministro da Justiça é como eu fazer queixa ao Major contra o Tenente-Coronel ou contra o Marechal de Campo. Eu não posso.

O que fica evidente é que o Ministro vem perdendo as condições de o ser, porque usa linguagem doce, de diálogo, quando se encontra com a Oposição e, em seguida, vem com essas perversidades, com essas bobajadas de lista de Furnas, sei lá o que, sem ter coragem de dizer que não é verdade. Como cresceria na minha admiração se dissesse que não é verdade esse documento, que é algo que vem da cabeça de um doidivanas qualquer do Partido do Governo, lá em Minas, acoplado a um chantagista notório. Mas não! Deixa águas paradas ficarem fazendo mal à reputação de pessoas – e acho que nem estão fazendo mal à reputação de ninguém.

O que é estranho, faço um discurso forte como aquele – devo ter importância zero, apesar de ser Líder de um partido importante como o PSDB, vai ver que o meu Partido é importante, mas eu não sou –, é que cumpro a palavra, no dia seguinte se pede a abertura de um procedimento fiscal contra o Ministro, por evasão de divisas, e não acontece nada. Nada, nada, nada. S. Ex<sup>a</sup> agora deve estar com a camisa verde e amarela, torcendo para o Brasil ganhar da França. Está ali tranqüilo, lampeiro, ou seja, achando que, se tivesse uma olimpíada depois disso aí, o Senador Arthur Virgílio não se lembraria mais do assunto e aí ficaria tudo como dantes no quartel de Abrantes, desses falantes.

Portanto, Sr. Presidente, quando encerro, digo que não deixo as coisas baratas. Vou voltar ao assunto semana que vem. Quero esclarecimentos sobre a vida fiscal do Ministro e quero a definição: ou é ou não é verdadeira e fidedigna essa tal lista falsa de Furnas. Mas não é possível a dúvida pairar na cabeça de quem quer que seja. Este governo tem de ser afirmativo uma vez na vida, parar de ser politiqueiro e agir com cabeça erguida e moral elevado, se é que isso não lhe dói. Tenho certeza de que não lhe dói. A dignidade não faz mal a ninguém, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Por ora, era o que eu tinha a dizer.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, pela Liderança do PDT, por até cinco minutos.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Brasil é um país sur-realista e, às vezes, desanimador.

Segunda-feira eu estava em Manaus, antes de viajar, antes de ir para o aeroporto, numa reunião com executivos de empresas, fazendo uma exposição sobre o Amazonas. Depois, enveredei por uma análise dos problemas brasileiros e fiz uma comparação do Brasil com outros países, procurando mostrar por que um país tão vocacionado para a grandeza como o Brasil estava patinando ainda hoje no subdesenvolvimento, numa situação de “Belíndia” – metade Bélgica, metade Índia –, porque isso acontecia com um país que tinha tudo para se desenvolver.

Fui aparteado por uma executiva, uma senhora com traços orientais, que suponho nissei, e, quando eu expunha as razões, os fatores que levavam o Brasil a não se desenvolver até hoje, ela me disse: “Também, Senador, nesses outros países que o senhor citou a vida não é paralisada por causa de uma partida de futebol”.

Eu não disse nada, continuei minha exposição. Saí de lá para o aeroporto e, depois de quase três horas, duas horas e meia de viagem, vim para Brasília certo de que iria trabalhar normalmente durante a semana. Cheguei segunda-feira à noite. Terça-feira de manhã estava aqui.

Dirigi-me à Comissão de Assuntos Econômicos. Sr. Presidente, não havia reunião, tinha sido cancelada. Por quê? Por causa do jogo Brasil x Gana, de ontem. Fiquei no meu gabinete trabalhando até tarde, até às 11 horas e 30 minutos, fui para casa assistir ao jogo. No intervalo, almocei, assisti ao segundo tempo. Quis vir para o Senado. Não tinha o que fazer no Senado, não havia sessão deliberativa à tarde. O Senado não funcionou, praticamente, ontem.

Vejam bem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu não perco uma partida de futebol de Copa do Mundo. Também gosto e torço. Assisti à partida de ontem. Mas o jogo era das 12 horas às 13 horas e 45 minutos. O que impedia as Comissões do Senado de trabalharem ontem de manhã até às 11 horas, Senador? Por que as Comissões não se reuniram ontem à tarde? Por causa de um jogo de futebol que iria ocorrer às 12 horas?

Fiquei a manhã no meu gabinete porque não havia reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, e a pauta estava cheia de matérias. E de tarde? Os Senadores foram para casa, os funcionários foram dispensados para ir para suas casas assistir à partida e almoçar. Muito bem. Que ficasse parado de 11 horas e 30 minutos às 14 horas e 30 minutos. O jogo terminou às 14 horas e 50 minutos. Por que o Senado Federal não funcionou das 15 horas às 18 horas?

Senador Renan Calheiros, se estiver me ouvindo, por que V. Ex<sup>a</sup> não convocou sessão deliberativa normal para às 15 horas de ontem? Sim, V. Ex<sup>a</sup> dirá: “O Deputado Aldo Rebelo convocou, e não houve quórum na Câmara dos Deputados”. Está certo o Deputado Aldo Rebelo: convoca-se a sessão, o Presidente chega às 15 horas, não há Senadores na Casa, “está encerrada a sessão, registre-se em ata”, por que não houve quórum, porque os Senadores, depois de assistirem à partida de futebol, foram fazer não sei o quê.

É esse o retrato do Brasil! No mesmo dia, Senador Paulo Paim, nossa Varig dava mais um mergulho para o fundo do poço. A empresa emblemática do Brasil, que desfraldou as bandeiras deste País em todo o mundo durante 79 anos, está morrendo. Ninguém a socorre. Salvo os funcionários, quem é que protesta contra isso? Estava todo mundo gazeteando trabalho, inclusive os Senadores, por causa de uma partida de futebol que se realizou na hora do almoço!

Sr. Presidente, sei que estou fazendo sermão aos peixes, que perco meu tempo, mas vou perder meu tempo até morrer. Que fique registrado na ata da Casa meu protesto contra o que aconteceu ontem, está acontecendo e vai acontecer até o dia 9 de julho, último dia da Copa do Mundo: o Congresso Nacional semiparalisado, não se vota nada aqui porque estamos em tempo de Copa do Mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, como orador inscrito, e, em seguida, ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, por cessão do nobre Senador Paulo Octávio.

Nobre Senador Roberto Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, farei um pronunciamento sobre o meu Estado, o Rio de Janeiro. Antes, porém, quero inserir nos Anais da Casa uma entrevista extremamente importante, antológica mes-



mo, que Pedro Estevam Serrano, Professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, e Gabriel Cohn, Professor do Departamento de Ciências da USP, concederam a Marco Aurélio Weissheimer da **Carta Maior**.

Nessa entrevista extremamente oportuna comentam as agressões verbais, os ataques feitos ao Presidente Lula, de forma completamente inadequada, com uma linguagem de agressividade injustificável. Os professores os consideram um ataque ou mesmo um atentado não apenas à pessoa do Presidente mas à instituição Presidência da República. Além disso, manifestam um enorme desprezo pelo voto popular, pela manifestação popular da representação democrática.

Enfim, como se trata de uma entrevista extensa, Sr. Presidente, e eu não teria tempo de lê-la na sua inteireza, peço a V. Ex<sup>a</sup> que a mesma seja inserida nos Anais da Casa, junto com o meu pronunciamento.

Não fora o fato de que esse tipo de agressão atinge as instituições e o próprio voto popular, eu até estaria alegre com elas, porque acho que, sob o ponto de vista eleitoral, é completamente contraproducente. A consciência popular condena em absoluto esse tipo de agressão que excede todo e qualquer limite do bom senso e da educação. Isso favorece mais do que prejudica a candidatura à reeleição do Presidente Lula. Como esse tipo de comportamento afeta as instituições, não posso deixar de lamentar e pedir a referida transcrição nos Anais da Casa.

Sr. Presidente, quero falar sobre o meu Estado – e por isso vim à tribuna hoje – para comentar uma atuação que, durante oito anos, constitui verdadeiro desgoverno por parte de um casal que eu poderia classificar de maus atores teatrais, que pensam que conseguem iludir o povo, tomando algumas iniciativas de cunho popular. Estão levando o Estado do Rio de Janeiro à situação de verdadeira calamidade em que se encontra, apesar de, economicamente, o Estado estar emergindo, depois de tanto tempo de decadência.

Na verdade, depois desses oito anos, o Rio de Janeiro começa a sair do fundo do poço, do ponto de vista econômico, graças, principalmente, ou quase totalmente, aos investimentos do Governo Federal, especialmente da Petrobras, investimentos gigantescos que estão alavancando a economia do Estado, reerguendo-a depois de tanto tempo de desgaste e decadência.

Chegamos ao fim desse período desastroso para o Estado, mas o emblema dessa presença devastadora, dessa atuação devastadora do casal governan-

te é estado em que se encontra a Uerj, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, outrora Universidade do Estado da Guanabara, que já foi orgulho da cidade, que já foi sede de um pensamento elaborado, de um pensamento de excelência e de transmissão desse pensamento a várias gerações. E, hoje, ela se encontra em uma greve sem solução, cuja reivindicação é a recomposição do ambiente universitário de trabalho, que não consegue ser atingida.

Sr. Presidente, isso é emblemático, mas, infelizmente, é o resultado de toda essa atuação de oito anos desse casal, que infelicitou o Estado do Rio de Janeiro.

Tenho sido instado por muitos professores a fazer um pronunciamento de protesto contra a situação da Uerj, mas, na verdade, Sr. Presidente, pronunciamentos de condenação têm sido feitos, inúmeros, por personalidades até com mais credencial do que eu para fazê-lo. Não será o meu discurso aqui capaz de mudar essa situação infeliz, calamitosa, em que se encontra a universidade, a grande Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O que vai mudar essa situação, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é o voto popular, nas eleições que se aproximam. E essa é a nossa convicção, essa é a nossa expectativa, essa é a nossa esperança fundada, porque temos a convicção de que estamos credenciados a pleitear o voto para o nosso candidato, Vladimir Palmeira, pela marca importante que o Governo Federal deixou no Estado, por meio dos seus investimentos estratégicos da maior importância, que estão reabilitando economicamente o Estado do Rio, para emergir da situação de desgaste em que se encontra. Evidentemente, a questão do voto e da escolha do governante é decisiva para esse reerguimento.

Mas faço aqui uma referência, ainda que breve, Sr. Presidente, a esses investimentos, a essas melhorias, a essa contribuição do Governo Federal, de inestimável importância para o nosso Estado, o Rio de Janeiro, a começar pela refinaria de Itaboraí, com extensão em São Gonçalo, onde se instalará o seu centro de recrutamento e de excelência. Representará um investimento que vai somar a mais de R\$10 bilhões, com geração de emprego, com geração de renda para o Estado, de renda tributária para o Estado, de inestimável significado.

Sr. Presidente, é, na verdade, o embrião do pólo petroquímico por cuja implantação políticos e dirigentes do Estado vêm lutando há vinte anos. E eis que,

agora, recentemente, foi lançada a sua pedra fundamental e foi decidido o investimento. É claro que é um investimento da Petrobras, associado a um grupo privado da maior importância, o Grupo Ultra, mas que vai produzir uma alavancagem na economia do Estado, especialmente na periferia do Rio de Janeiro, de extrema importância. Será um investimento pelo qual há muito tempo, há alguns meses, daqui desta tribuna, já vínhamos pleiteando, e a pedra fundamental foi lançada agora.

Assim também acontece, Sr. Presidente, com a recuperação da indústria naval, grande indústria do Rio de Janeiro, implantada no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek e localizada no Rio de Janeiro, exatamente pelas condições propícias da Baía de Guanabara e de toda a atividade marítima que se desenvolvia ali. O Rio de Janeiro era a sede das principais empresas de Marinha Mercante brasileira, e, infelizmente, todas foram à falência, Sr. Presidente, nessa política entreguista neoliberal. A Marinha Mercante brasileira, que era uma das mais importantes do mundo, teve a indústria naval instalada para exatamente reaparelhar-se constantemente, com novas construções, com novos navios. Mas a Marinha Mercante submergiu, acabou, e a indústria naval paralisou-se quase que totalmente – eu diria até que totalmente.

E eis que a indústria naval em Niterói, São Gonçalo e Angra dos Reis, majoritariamente situada no Estado do Rio, decidido assim pelo grande Presidente Kubitschek, a indústria naval se recupera com os investimentos da Petrobras em plataformas, que eram feitas fora do País porque era mais barato para os investidores e porque dava mais lucro para os acionistas.

Agora foi decidido que vinte navios da Petrobras serão construídos. Isso quer dizer que a indústria naval se recuperou, assim como os investimentos na capital, na cidade do Rio de Janeiro, com a revitalização da zona portuária, as obras para a realização do Pan-Americano de Atletismo, as obras na Vila Olímpica e outras obras de infra-estrutura para o Pan-Americano, a recuperação dos museus do Rio. Os museus são o tesouro cultural da cidade do Rio de Janeiro, enraizados lá pela sua história, pela história política e cultural do nosso País. O Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu da República, todos eles estavam em estado de deterioração avançada e mereceram investimentos por parte do Governo Federal de recuperação e, hoje,

retomaram suas atividades diante da iminência de um colapso em que se apresentavam.

E, mais, Sr. Presidente, investimentos no interior do Estado, com a recuperação de rodovias, como a BR-101, a BR-156, a BR-396, a BR-465; a solução urbanística para o caso do pátio ferroviário de Barra Mansa, uma reivindicação de mais de 20 anos, algo que atravanca o crescimento da cidade e a vida normal desse grande e tradicional centro urbano do Sul do Estado; o Centro Federal de Educação Tecnológica de Nova Iguaçu (Cefet); a Escola Técnica Federal de Realengo; e os numerosos pontos que se espalham por todo o Estado, dando vida cultural a populações que têm enorme talento e buscam a oportunidade de realizá-los, o que vão encontrando, agora, com a implantação de numerosos desses pontos de cultura.

Enfim, Sr. Presidente, um conjunto significativo de investimentos, da maior importância, que o Governo Federal vem fazendo e que está provocando a onda de recuperação que o Estado e sua capital, a cidade do Rio de Janeiro, vêm encontrando e que devem merecer, evidentemente, pelo julgamento popular, um voto de confiança nessas decisões, contrastando com a calamidade a que a administração estadual levou essa importante unidade federada, o nosso grande Estado do Rio de Janeiro, cuja capital é o carinho deste País e, enfim, o centro cultural, ainda, de maior importância no nosso País.

De forma que, Sr. Presidente, eu queria expressar essa minha expectativa, essa minha confiança no voto popular para mudar a calamitosa situação em que o Estado se encontra e cujo emblema, como eu disse, é a caótica situação da grande Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que, infelizmente, se encontra nessa situação.

É o que eu queria dizer, Sr. Presidente, agradecendo a colaboração de V. Ex<sup>a</sup>.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**Material que deve ser lido ou dado como lido em Plenário.**

#### ENTREVISTA

### Ataques pessoais contra Lula revelam desprezo pela Política

Na avaliação de **Pedro Estevam Serrano**, professor de Direito Constitucional da PUC-SP, e de **Gabriel Cohn** (foto), professor do Departamento de Ciências Políticas da USP, ataques e agressões pessoais desferidas contra presidente da República representam atentado contra instituições democráticas e manifestam desprezo pela representação popular.

#### Marco Aurélio Weissheimer - Carta Maior

**PORTO ALEGRE** - Desde o início da crise política, a oposição vem elevando o tom de voz nas críticas dirigidas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Rapidamente, passou-se da crítica política para os ataques pessoais. O presidente já foi chamado de preguiçoso, bebedor e corrupto, entre outras desqualificações. Um dos principais líderes da oposição, o senador Artur Virgílio (PBSD-AM) já ameaçou bater no presidente. O senador **Jorge Bornhausen** (PFL-SC) já expressou seu desejo de se "ver livre desta raça", referindo-se aos partidários do PT. Mais recentemente, o candidato a vice na chapa do candidato Gerlando Alckmin (PSDB-SP), José Jorge (PFL-PE), chamou o presidente da República de "bêbado e preguiçoso". Conforme foi noticiado por vários meios de comunicação, PSDB e PFL elegeram esse tipo de ataque como tática para a campanha eleitoral, cabendo ao segundo o papel de desferir os ataques mais duros.

A CARTA MAIOR ouviu um professor de Direito Constitucional e um sociólogo sobre essa tática de campanha e suas possíveis implicações para o sistema político do país. Para **Pedro Estevam Serrano**, advogado e professor de Direito Constitucional da PUC-SP, o que está sendo atacado não é propriamente a pessoa física do presidente, mas sim as instituições da República. "Esses ataques representam um atentado contra a presidência da República e contra o Estado. É como se o PCC quisesse organizar um partido ou como se alguém quisesse organizar um partido para defender a pedofilia. O limite para essas pretensões é aquele estabelecido pelo Estado de Direito". Na mesma direção, **Gabriel Cohn**, doutor em sociologia e professor titular do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo (USP), diz que esse tipo de ataques pessoais, além de afrontar as instituições, manifestam profundo desprezo pela representação popular e pelo voto do povo.

"Alimentar a idéia da disputa eleitoral como um vale-tudo representa um retrocesso muito grande. É preciso falar abertamente que essa postura está

ultrapassando todos os limites aceitáveis em uma democracia. Ao se fazer isso, se está reforçando a idéia que afirma que a política é uma coisa suja", adverte o professor da USP.

**PEDRO SERRANO:** "ESSES ATAQUES REPRESENTAM UM ATENTADO CONTRA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E CONTRA O ESTADO".

**CARTA MAIOR:** Qual sua avaliação sobre a tática que vem sendo adotada pela oposição de intensificar os ataques contra a pessoa do presidente da República?

**PEDRO SERRANO:** Sob o ponto de vista do Direito Constitucional e do Estado Democrático de Direito, a democracia e o próprio direito não são elementos ilimitados. Não devemos confundir liberdade com direito de liberdade. A natureza me deu força física para quebrar o carro do vizinho. Tenho a possibilidade de fazer isso se quiser, o que não quer dizer que tenha o direito de fazê-lo. A democracia é o regime que garante uma maior expansão do direito de liberdade, de liberdade de expressão, entre outros. Mas ela se define, entre outras coisas, por um conjunto de procedimentos, como formulou o pensador italiano Norberto Bobbio. E esses procedimentos devem ser observados por todos aqueles que vivem em um Estado Democrático de Direito. No que diz respeito à política, a finalidade de um partido é defender políticas públicas. Quando um partido parte para ataques de natureza estritamente pessoal contra a figura do presidente da República, está fazendo algo bem diferente.

Na verdade, o que está sendo atacado não é propriamente a pessoa física do presidente, mas sim as instituições. Esses ataques representam um atentado contra a presidência da República e contra o Estado. E como se o PCC quisesse organizar um partido, como se alguém quisesse organizar um partido para defender a pedofilia (como aconteceu recentemente na Holanda), ou para defender idéias e práticas nazistas. O limite para essas pretensões é o limite estabelecido pelos preceitos constitucionais, pelos princípios do Estado de Direito. Esse tipo de comportamento, que atenta contra as instituições democráticas pode levar inclusive à cassação do registro dos partidos que o adotarem. Os argumentos "ad hominem" (dirigidos contra a pessoa) são naturais no debate político, mas dentro de certos limites. Não é o reino do vale-tudo. Quando as instituições passam a ser atacadas, cabe à Justiça entrar em ação.

**CM:** Essa é uma prática aceitável no contexto de uma disputa eleitoral?

**PS:** Devemos considerar na mesma vala manifestações em defesa de idéias e práticas nazistas e racistas, em defesa da pedofilia, e manifestações dirigidas contra as instituições republicanas. A julgar pelas recentes manifestações de



líderes da oposição, eles querem transformar a disputa eleitoral em um festival de xingamentos pessoais dirigidos contra a figura do presidente da República. Mas, neste caso, o principal atingido não é a pessoa física do presidente da República, mas sim a instituição presidência da República. Isso é algo inaceitável do ponto de vista do Direito Constitucional e do Estado Democrático de Direito. Ao fazer isso, a oposição não está exercendo seu direito à liberdade de expressão, mas sim atentando contra as instituições republicanas. Seus partidos não estão defendendo esta ou aquela política pública, mas sim agredindo princípios que são obrigados a defender.

Agora, do fato de existir, em uma sociedade, um grupo que defenda idéias nazistas ou racistas, não segue que toda a sociedade seja considerada nazista ou racista. A Justiça está aí para coibir essas práticas. O que os ataques pessoais dirigidos contra a figura do presidente da República mostram é que nós ainda não temos uma democracia madura. Essa indistinção entre governantes e instituições é típica de democracias não maduras. No caso do PSDB, é um comportamento muito estranho, pois esse partido sempre se mostrou mais equilibrado nesta questão. Parece ser um sinal de desespero diante do desempenho de seu candidato nas pesquisas. O que não faz da prática de ataques às instituições algo menos inaceitável. Crimes e condutas ilícitas são cometidos todos os dias. O Estado e a Justiça estão aí para controlá-los e têm a obrigação de reprimir esse tipo de conduta que vem se repetindo com uma certa regularidade.

**GABRIEL COHN: "QUANDO VOCÊ TRATA UM POLÍTICO ELEITO POR MILHÕES DE VOTOS DE UM MODO INDIGNO, ESTÁ MANIFESTANDO PROFUNDO DESPREZO PELA REPRESENTAÇÃO POPULAR"**

**CARTA MAIOR:** Qual sua avaliação sobre a tática que vem sendo adotada pela oposição de intensificar os ataques contra a pessoa do presidente da República?

**GABRIEL COHN:** O que é mais assustador nesta estratégia de desferir ataques pessoais à figura do presidente da República é que ela põe em risco as instituições democráticas do país e a própria idéia de democracia! O que está em jogo, portanto, é a defesa destas instituições e da democracia. Há muito tempo que não se via algo assim. Em nossa história recente, os presidentes foram poupados desse tipo de ataque. Mesmo considerando o caso atípico de Collor, ele não chegou a ser alvo de ataques pessoais como o presidente da República sofre agora. Pelo contrário, ele é que se utilizou desse tipo de ataque na campanha eleitoral contra Lula. Creio que se pode dizer que, desde a tentativa golpista contra Getúlio Vargas, não vimos esse tipo de ataque. Que eu me lembre Sarney não foi vítima de campanhas difamatórias, e, muito menos, Fernando Henrique Cardoso. O que é mais perturbador, portanto, é que isso não é típico de nossa cultura política recente.



O caso de Lula é muito peculiar. Houve um momento em que se tentou destruir o partido do presidente da República. Não sendo isso suficiente, partiu-se para o ataque frontal e pessoal ao próprio presidente. O problema é que se ataque não atinge propriamente uma pessoa, mas sim a instituição da Presidência da República. Temos aí uma questão muito delicada. O que pode ser dito a respeito do presidente que não atinge a instituição? Qual é o limite? O que vemos hoje indica que esse limite já foi ultrapassado de longe. O ataque não é político e é por isso que ele acaba sendo dirigido às instituições. O presidente da República está quase sendo apresentado como uma espécie de usurpador do cargo, como alguém indigno de estar onde está, que chegou por acidente onde chegou. Mas não foi por acidente. Ele foi eleito com milhões de votos. Então, a primeira vítima deste processo é a dignidade do processo eleitoral.

Quando você trata um político eleito por milhões de votos de um modo indigno, está manifestando profundo desprezo pela representação popular. Aliás, o grande escândalo político dos últimos meses não foi tratado como tal, nem pela imprensa, nem pela sociedade de um modo geral. Esse escândalo foi o absoluto desprezo pelo voto popular manifestado pelo agora ex-prefeito de São Paulo, que abandonou o cargo para disputar o governo do Estado, desrespeitando o que havia afirmado claramente na campanha eleitoral. Esse é, na minha avaliação, de longe, o maior escândalo. É incrível que não tenha sido tratado como tal e que o candidato em questão tenha mantido praticamente inalterado seu índice de intenções de voto. Isso é muito preocupante. O desprezo pelo voto do eleitor, pela representação popular, quero dizer. Mostra uma fragilidade muito grande da nossa democracia.

CM: Essa é uma prática aceitável no contexto de uma disputa eleitoral?

GC: O que vemos hoje, entre outras coisas, é a emergência de um rancor muito grande. Não se trata apenas da figura individual do presidente. É algo mais profundo. Como estratégia eleitoral, tenho sérias dúvidas sobre a eficácia, sobre a racionalidade deste tipo de atitude. Há um certo desconforto entre a oposição porque a estratégia anterior não deu certo. O que vemos agora é algo que não se esgota em um cálculo eleitoral. E os termos da estratégia não são políticos. O que é preciso ficar claro para todos é que a maior vítima desse tipo de ataque não é Lula. Quem está patrocinando esse comportamento está engendrando algo que será difícil de remediar, algo que diz respeito ao avanço da democracia no país. As pessoas que têm alguma preocupação com esse avanço democrático devem se preocupar muito com o que está acontecendo. Principalmente porque se trata de algo que está passando em branco. Muita gente está preocupada mas não tem ninguém falando sobre isso.

Alimentar a idéia da disputa eleitoral como um vale-tudo representa um retrocesso muito grande. É preciso falar abertamente que essa postura está

ultrapassando todos os limites aceitáveis em uma democracia. Ao se fazer isso, se está reforçando a idéia que afirma que a política é uma coisa suja. E isso se torna muito grave quando é feito por figuras eminentes de um partido como o PSDB, que estão colocando gás neste balão, como é o caso do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, por exemplo. Há várias questões aí sobre as quais devemos refletir. Qual a ligação que há entre o ocupante do cargo e o cargo? Entre o modo pelo qual alguém conquista um mandato e o modo como é tratado? Como se dá essa passagem do ataque pessoal ao ataque às instituições?

Precisamos identificar com clareza em que ponto você sai do plano estritamente pessoal para cair no institucional. Ao se pretender desqualificar de tal maneira a figura do presidente da República, é o próprio conceito de representação popular que está em jogo. O que se está fazendo, na verdade, é desqualificando a política, muito mais do um candidato. Esse tipo de comportamento alimenta impulsos autoritários. Cito como exemplo aquela inacreditável declaração do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), sobre a necessidade de “acabar com essa raça” (referindo aos partidários do PT). Esse destempero verbal é inaceitável e o que é mais incrível é vê-lo alimentado pela imprensa. É algo muito assustador. O que temos que ponderar é qual o preço a ser pago por isso. O desgaste a que as instituições vêm sendo submetidas é algo muito preocupante. Quem faz isso, pode acreditar que sua ação se limita ao processo sucessório. Mas isso não é verdade.

Esse tipo de conduta tem efeitos negativos a longo prazo. No contexto atual, quem está sendo desqualificado é o mais forte candidato a ocupar a presidência da República no próximo mandato. Imagino qual a estratégia de longo prazo que está em gestação. Existe também um componente não político neste processo, uma arrogância de classe, arrogância dos poderosos, que não mede consequências. Provavelmente, eles se imaginam no centro do poder. No entanto, parecem não perceber que estão se tornando também vítimas potenciais do primeiro aventureiro político que aparecer por aí, com ares de um Napoleão. O que eles parecem não perceber é que, ao alimentar esse comportamento de ataques pessoais sem limites, estão serrando o próprio galho no qual estão sentados.

Fonte:

[http://agenciartamajior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=11490](http://agenciartamajior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=11490)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, por permuta com o Senador Paulo Octávio.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a coragem do Presidente da República de mentir é cada dia maior, e mente contra o Senado.

Exijo que o Sr. Presidente do Senado responda ao Presidente da República, que hoje, em Contagem, atacou o Senado da República por não fazer a votação do Fundeb. Como votei na minha Comissão, tendo como Relator o Senador José Jorge, com toda a pressa possível, digo que não se vota o Fundeb porque o Presidente da República não quer. Propositadamente, cinicamente, manda medidas provisórias para esta Casa, trancando a pauta como está trancada, procurando acordo com Líderes para poder fazer votação. Ele quer, realmente, desmoralizar o Poder Legislativo, porque ele já dizia que a Câmara dos Deputados, inclusive os dele, tinha trezentos picaretas.

Hoje, os picaretas se mudaram para o Planalto, para o palácio dele: são os Delúbios Soares, são os homens dos Land Rover, é Okamoto. São esses os ladrões do País que estamos vendo prestigiados pelo Presidente da República. E apagaram tudo. Todos os valeriodutos, todos os mensaleiros estiveram na convenção do Partido e são candidatos a Deputado outra vez. Isso é o que ele devia ver. Ele não vê porque não quer; ele não vê porque beneficia os seus amigos e aqueles que aderem por conta do dinheiro público, fazendo a maioria, às vezes, na Câmara dos Deputados. Mas ele está aí, subjugando os aposentados; ele está aí, dizendo uma mentira do Bolsa-Família. O Bolsa-Família foi criado com recursos que eu trouxe para este País para a erradicação da pobreza. É mentiroso quando ataca o Senado, e o Presidente do Senado, infelizmente, aparece ao lado dele nas convenções, achando que tudo vai muito bem.

Sr. Presidente, Renan Calheiros, gosto muito de V. Ex<sup>a</sup> e respeito sua atuação. Entretanto, não esteja junto do Presidente da República, que ataca a Casa que V. Ex<sup>a</sup> preside. Daí por que não vou comparecer à reunião para a qual V. Ex<sup>a</sup> gentilmente me convidou, com o Ministro da Educação, porque no momento em que dizem que estamos atravancando os trabalhos do Fundeb – o que é uma mentira, pois queremos votar e não votamos por causa do Presidente da República, que não o permite por meio das medidas provisórias –, não posso participar de reunião no gabinete do Presidente do Senado com qualquer Ministro de Estado.

Sou coerente e por isso digo ao Sr. Presidente Renan Calheiros: não vou à reunião com o Ministro da Educação, não porque o Ministro da Educação não mereça. Pode até merecer, e acho até que merece, mas não posso me encontrar com um membro do Governo quando o Senhor Presidente, no dia de hoje, em Contagem, ataca o Senado da República, sem que haja uma voz, aqui, a protestar.

Essa Mesa, ou protesta ou se desmoraliza. Se quiser se desmoralizar, não será com o meu apoio e, sim, com o meu protesto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Malta, pela Liderança do PL. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até cinco minutos.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES. Pela Liderança do Bloco/PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicio minha fala parabenizando o jornal **A Gazeta**, do meu Estado, por trazer em seu editorial matéria extremamente importante e valiosa não somente para nós, capixabas, mas para o Brasil.

O primeiro parágrafo diz o seguinte:

Que o Brasil é destaque no *ranking* dos países com alto índice de violência, disso ninguém duvida. Mas há uma nova e impressionante constatação: o Brasil perde, a cada ano, R\$10 bilhões em produtividade por causa da violência armada entre os jovens.

A violência que se estabeleceu na sociedade brasileira tem raízes profundas no meu Estado. O editorial de **A Gazeta** foi escrito com propriedade, até por conta de o jornal ser testemunha dos fatos ocorridos em casa: as rebeliões, o desmando, a falta de comando, os ônibus queimados, a população inquieta, amedrontada, trêmula, trancada em casa; a angústia no coração de mães e de pais, que imaginam o momento doloroso de mandar um filho à escola ou de aguardar que uma filha volte da faculdade à noite, devido à insegurança que se estabeleceu no País.

O crime se organizou a partir das cadeias, com base e crença na impunidade, com conhecimento profundo de uma legislação pífia, horrível e descabida. O Código de Processo Penal brasileiro está a serviço muito mais da bandidagem que da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, amanhã é o aniversário de Cachoeiro do Itapemirim, capital secreta do mundo, terra de Rubem Braga, Roberto Carlos, Dona Maria, Seu João, Seu Pedro, Marcos, Ivone, Saulo, dos anônimos que construíram aquela terra de gente do bem. Foi lá que comecei a minha vida pública.

No sábado passado, em solenidade da Câmara de Vereadores de Cachoeiro do Itapemirim, Senador Marcos Guerra, houve a festa bonita – de que eu, como Vereador, havia participado por duas vezes – em que os Vereadores dão o título de cidadão aos que chegam e se estabelecem. É como uma grande ação global em que o cidadão recebe o seu registro como filho daquele lugar. Cachoeiro é um belo útero, além de fértil, pronto para a adoção. Por isso, fui adotado pelo povo de Cachoeiro de Itapemirim.

Sr. Presidente, naquela festa, tive o prazer de reencontrar Vereadores do meu tempo, como Wilson Dille; Jathir Moreira; Juarez Tavares Mata, que tem mais de 20 anos de Câmara Legislativa, quase mais antigo do que a própria Câmara; com o ex e grande Deputado Estadual Luciano Cortez; autoridades; Vereadores atuais e atuantes, trabalhando em favor de Cachoeiro de Itapemirim.

Sr. Presidente, ao parabenizar Cachoeiro de Itapemirim, quero dizer que amanhã acontecerá o desfile das escolas daquela cidade, e também comendas serão dadas, oportunidade em que terei o privilégio de ser homenageado.

Sr. Presidente, Cachoeiro é a capital do mármore. A primeira feira de mármore e granito deste País aconteceu e ainda acontece em Cachoeiro. Agora, há outra edição, em Vitória, mas sem tirar o brilho e o charme da feira de Cachoeiro de Itapemirim, que poderia muito bem ter a sua economia aquecida pelo turismo. As pessoas que vão a Cachoeiro querem ver a casa onde Roberto Carlos nasceu, porque lá está o berço e até a bacia em que a sua mãe lhe deu o primeiro banho; a Rádio Cachoeiro, o rio Itapemirim. Querido Senador Cristovam Buarque, candidato a Presidente da República, lá, na terra de Roberto Carlos, está o conservatório – a sua professora de piano ainda está viva –, e o regional de Zé Nogueira, onde ele tocou pela primeira vez. Zé Nogueira continua vivo, tocando, em Itapemirim. Todo o Brasil, que admira e ama Roberto Carlos, certamente, em havendo um programa de turismo para Cachoeiro, desceriam para aquelas terras para conhecer de perto onde nasceu o rei da música brasileira.

Sr. Presidente, a **Folha de S. Paulo** publicou dois artigos sobre os bingos; um, do Senador Garibaldi Alves Filho, e o outro, meu. O de S. Ex<sup>a</sup> tem como título “Fim da hipocrisia”; e o meu, “Por que evitar um mal maior”

Todos conhecem a minha posição.

O Brasil deve permitir e regulamentar o funcionamento das casas de bingo? Na pesquisa feita pelo Senado, 87% da população brasileira diz, “não”. O povo está menos tolo. Quem pensa que o povo é bobo

se engana, e de bobó se faz, porque o povo brasileiro sabe que casa de bingo é lavagem de dinheiro da contravenção.

Senador Marcos Guerra, há um artigo, publicado pelo **Jornal do Brasil**, de autoria de Dom Eugênio de Araújo Salles, Arcebispo Emérito da Arquidiocese do Rio de Janeiro, que diz o seguinte:

Periodicamente surgem tentativas de legalização do jogo de azar e assemelhados. A 13 de junho último, a imprensa informou o resultado da pesquisa sobre a legalização dos Bingos. A Secretaria de Pesquisa de Opinião Pública do Senado concluiu que 48,2% dos entrevistados manifestaram-se contra e apenas 19,3% foram favoráveis. Os demais eram indiferentes, não sabiam e não responderam. O assunto do jogo de azar voltou a ocupar as atenções com a divulgação do relatório da CPI no Senado Federal. Parece-me oportuno relembrar a celebre catilinária de Rui Barbosa contra a jogatina [veja bem, Sr. Presidente, a célebre frase de um dos maiores pensadores deste mundo, Rui Barbosa, o grande baiano, a respeito da jogatina]: “De todas as desgraças que penetram no homem pela algibeira e arruinam o caráter pela fortuna, o mais grave é, sem dúvida nenhuma: o jogo (...). Permanente como as grandes endemias que devastam a humanidade, universal como o vício, furtivo como o crime (...) ele zomba da decência, das leis e da polícia (...). Alcança o requinte de suas seduições as alturas mais aristocráticas da inteligência, da riqueza, da autoridade; atira (...) à família corações degenerados pelo contato cotidiano de todas as impurezas, à correspondência do trabalho diurno os naufrágios das noites tempestuosas do azar; e, não raro, a violência das indignações furiosas que vêm estuar no recinto dos parlamentos é apenas a ressaca das agitações e dos destroços das longas madrugadas de cassino”.

Sr. Presidente, quem disse isso foi Rui Barbosa. O Senador Garibaldi Alves fez um indicativo para a legalização dos bingos, e, em um acordo conosco... depois houve tantas versões. Foi uma proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães antes que eu tivesse manifestado meu voto em separado e depois do Senador Jefferson Peres... Espero que o Senador Garibaldi Alves tenha reconhecido isso, porque, senão, faremos uma questão de ordem e certamente brecaremos o relatório feito. Continuando, do relatório sairia, Senadora Ideli, o indicativo para a legalização dos bingos



no Brasil. E S. Ex<sup>a</sup>, o Senador Garibaldi Alves, faria um projeto de lei à Mesa, que seria apensado aos já existentes. E o mais antigo é o meu, que pede o final dessa jogatina imediatamente, pede que o Ministério Público lance mão da sua competência, dada na Constituição de 1988, e incite o Poder Judiciário a matar definitivamente e de forma contundente as liminares que deixam abertas as casas de jogatina e a lavagem de dinheiro do narcotráfico no Brasil, empobrecendo os mais pobres, desmoralizando os desempregados, porque a honra de um homem é seu trabalho. Um homem sem trabalho é desonrado. E um homem, quando é atraído para a jogatina por estar desempregado, no engano de que pode levar para casa uma fortuna, cai no jogo. É um crime que se estabelece pela via da atração no sentido de atrair aqueles que menos têm. Então, é balela dizer que é preciso mandar abrir para depois fiscalizar. Não conseguiram fiscalizar a GTech, que está dentro da Caixa Econômica. Não se fiscaliza o INSS. As nossas fronteiras – são mais de seis mil quilômetros – são abertas, não conseguimos fiscalizá-las. Por elas, passa todo tipo de contrabando, como o de armas até o tráfico de drogas, que destroem a sociedade brasileira. E agora vamos inventar mais um tipo de crime, legalizá-lo, a fim de criarmos uma outra estrutura para podermos fiscalizar?

Mantenho-me firme em minha posição, Sr. Presidente, que é a mesma daqueles que me mandaram para esta Casa, a posição de milhões de brasileiros de todos os cantos deste País, de quem recebo *e-mail*. Aos brasileiros que me enviam *e-mail* quero ratificar a minha posição, a mesma de João Batista. Mesmo que a minha voz clame no deserto, vou continuar com a voz de João Batista, a voz dos que clamam no deserto. A sociedade brasileira tem ouvido o meu clamor e feito coro a ele. Pesquisas apontam para o enojamento de tudo aquilo que fertiliza o crime neste País, Senador Guerra, e o bingo é fertilizante para o crime. Somos do Espírito Santo, e sabemos o mal que a jogatina causou e ainda causa ao meu Estado, principalmente quando políticos do alto escalão que comandavam a jogatina eram detentores de mandatos, produzindo um Estado bandido dentro do Estado de Direito, um Estado criminoso que faz ajoelhar o Estado de Direito, como o que estamos vivendo no Brasil. Um estado criminoso se estabeleceu, e criminoso cresceu, e fez ajoelhar o Estado de Direito. Por isso, mantenho minha posição. Ao ser entrevistado, perguntaram-me se a minha posição era meramente religiosa. E que fosse, e que fosse! Quem sabe faça parte? Porque a Bíblia condena toda sorte de jogo de azar. Mas as minhas convicções são as de um brasileiro que tem filho para criar e que já não tem segurança de vê-lo andar nas ruas, tal o crescimento

da violência em função do descaso com a segurança pública. Todo brasileiro se sente vitimado e, ao ligar a televisão, vê que o maior tempo é ocupado com a violência, assunto que dá muito mais Ibope hoje do que a própria Seleção Brasileira.

Fala-se em violência, queimação de ônibus, presídios rebelados, presos decapitados, balas perdidas. Agora mesmo, a Senadora Íris de Araújo fez um pronunciamento sobre o parque das crianças em Goiânia, que foi invadido com troca de tiros e assaltado por aquelas pessoas que não têm compromisso nem com a própria vida, muito menos com a vida dos outros. Por isso, é preciso que haja reação e alguém de plantão para engrossar o coro dos que têm coragem de fazer esse enfrentamento em nome da sociedade brasileira como um todo.

Sr. Presidente, gostaria só de fazer um registro para encerrar meu pronunciamento, porque há muitos oradores aguardando para falar. Em seguida, falará o Senador Marcos Guerra, empresário bem-sucedido lá do meu Estado do Espírito Santo, da cidade de Colatina, cidade maravilhosa, de um povo amado e amável que está me vendo agora, um povo trabalhador. O Senador Marcos Guerra é um empresário de que temos orgulho. Pena que esteja dando adeus à vida pública, porque gostaríamos de ter gente com sua integridade moral, com seu caráter, com sua consistência familiar, com o respeito da sociedade não só de Colatina, mas do Estado do Espírito Santo e do Brasil. Quem não conhece a marca Presídio, essa marca maravilhosa, de roupas maravilhosas? O problema é que os presídios no Brasil vão mal, mas a marca Presídio, que é de nosso Estado, vai muito bem, graças a Deus, graças a essa família que nos orgulha e que gera emprego, gera honra.

Senador Marcos Guerra, sou um homem apaixonado e devoto de quem gera honra, porque quem gera trabalho gera honra. Quem gera honra e põe feijão na mesa do trabalhador é digno de aplauso.

Faço esse registro para V. Ex<sup>a</sup> e sua família.

Sr. Presidente, os presos no Brasil, por ano, hoje, custam R\$6 bilhões. Manter um preso no Brasil, hoje, custa entre R\$1 mil a 2 mil. Esses dados são do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça. Esse valor equivale a mais de quatro salários mínimos. Um estudante, Senador Cristovam Buarque, candidato a Presidente da República, custa, nas instituições públicas do País, uma média de R\$790,00. Um preso custa de R\$1,5 mil a R\$2 mil, para maquinar contra a sociedade, para dormir o dia inteiro, jogar bola, falar ao celular, ter relações sexuais quantas vezes quiser, com visita íntima. Se não conseguem isso, eles brigam, fazem “bico”, queimam colchões, e o Estado vai lá e



socorre. Os Direitos Humanos vêm igual como bicho em cima de quem diz que está errado. E custam R\$2 mil por mês cada um, mas um aluno custa R\$790,00. Nas universidades particulares, existem cursos superiores de R\$300,00 a R\$800,00. A população carcerária no Brasil, nos nossos dias, alcança quase 362 mil detentos que estão em delegacias especializadas e em penitenciárias.

A conta: se um preso custa, em média, R\$1,5 mil por mês, manter essa população carcerária significa gastar meio bilhão de reais por mês ou seis bilhões de reais por ano. Não estou fazendo nenhuma crítica ao Governo – aliás, penso que tinha de ajudar mesmo os nossos irmãos no Haiti. Estou somente comparando com a questão da segurança pública.

O Brasil gastou, até agora, com as tropas envolvidas na operação de segurança e apoio no Haiti, R\$500 milhões. É quase o dobro, porque, no ano passado, em 2005, foram gastos, em segurança pública, R\$275 milhões – a metade do que se gastou na ajuda ao Haiti. Não estou aqui dizendo que não se deve ajudar o Haiti. Sou daqueles que os defendem, são nossos irmãos. É preciso haver unidade mundial no sentido de socorrer as nações, comportamento definido na própria natureza da formação da ONU.

Segurança pública é investimento, pelo amor de Deus! E a sociedade brasileira está precisando de investimento na segurança pública, porque vai chegar o momento, daqui a um ano, em que vamos pedir autorização aos traficantes para que entremos na igreja.

Obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.*

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra, para uma comunicação inadiável.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, de acordo com o art. 66, parágrafo único, solicito minha inscrição como Líder do PTB.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Em seguida ao Senador Marcos Guerra, V. Ex<sup>a</sup> terá a palavra.

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o veto do Presidente

da República aos arts. 5º e 6º da Lei 11.311, resultante da conversão da Medida Provisória nº 280, é uma clara demonstração de que o Governo Federal ignora ou menospreza os efeitos positivos que a regularização de débitos tributários tem sobre a economia do País.

Os dois artigos vetados da lei, que foi discutida e aprovada nas duas Casas do Congresso Nacional, reabrem, por 120 dias, o prazo de opção ao Programa de Recuperação Fiscal, o Refis, permitindo que as empresas devedoras de tributos federais refinanciem seus passivos.

O ato da Presidência condena à marginalidade empresários que, devido à notória voracidade do sistema tributário brasileiro, não conseguiram saldar seus débitos. Penalizar empreendedores que geram renda e emprego parece ter-se tornado regra em nosso País, mas o veto presidencial vai além – ele é uma prova de visão estreita, por desdenhar os ganhos já obtidos com o Refis.

De acordo com a própria Receita Federal, o Refis permitiu uma arrecadação de R\$1,1 bilhão em 2004; de R\$966 milhões, em 2005 e, entre janeiro e abril deste ano, de R\$267 milhões. Esse dinheiro não ingressaria nos cofres do Governo caso não existisse um incentivo à renegociação das dívidas de empresas inadimplentes.

Para justificar o veto, o Governo alega que o parcelamento dos débitos é “um desrespeito para com quem paga imposto”. Ele teria razão caso vivêssemos num País em que o sistema tributário tivesse um mínimo de racionalidade. O problema é que, no Brasil, de cada R\$100,00 gerados pela economia, R\$38,00 vão para os cofres públicos na forma de impostos. Só na Alemanha e na Suécia paga-se tanto imposto quanto aqui. Só que com uma grande diferença: naqueles países a população recebe serviços públicos, como saúde, educação, segurança, dentre outros, com qualidade, o que não acontece aqui no Brasil.

Com uma carga tributária altíssima e distorcida, as nossas empresas não deixam de pagar porque querem, como parece entender o Governo, mas porque não podem.

Afirmar, como fizeram técnicos da Receita Federal, que oferecer parcelamento de impostos “reforça a tolerância com quem não paga impostos” é desconhecer a realidade. As empresas brasileiras pagam em taxas o equivalente a 23% do Produto Interno Bruto. Graças à infinidade de impostos e contribuições que recaem sobre o setor produtivo, temos um dos mais altos índices mundiais de informalidade na economia, de 53% durante o ano de 2005.

A derrubada do veto presidencial é um imperativo, entre outras razões, porque, mais do que nunca,

precisamos proporcionar novas oportunidades a quem está disposto a produzir. É hora de levar em conta os interesses da economia brasileira e não os pretextos de burocratas que parecem ter só um objetivo: o de tornar a conta dos tributos cada vez mais insuportável.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Senadores, peço aos senhores, em nome daqueles que sempre contribuíram para o crescimento da nossa economia e que hoje estão à margem da legalidade, que, em conjunto, derrubemos este veto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Passo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Cristovam Buarque.

Venho a esta tribuna para destacar, do meu ponto de vista, uma das principais iniciativas do Governo Federal no campo diplomático nos últimos anos. Trata-se de criação, pelo Ministério das Relações Exteriores, do Departamento de Energia, dirigido pelo ministro Antônio José Ferreira Simões. A idéia havia sido anunciada pelo chanceler Celso Amorim em abril, mas se concretizou há cerca de quinze dias.

Com isso, como diz matéria do jornal **Correio Braziliense** publicada no último domingo, dia 25 de junho, e assinada pelo jornalista Cláudio Dantas Siqueira, a “energia ganha **status** diplomático”.

Na matéria, o diretor do novo Departamento do Ministério das Relações Exteriores justifica sua criação dizendo que o tema energia não é mais apenas “tecnológico ou econômico”, mas “acima de tudo político”.

O movimento do governo brasileiro segue a lógica das grandes potências mundiais, que definem a energia como uma das principais preocupações de Estado. Atualmente, por exemplo, Estados Unidos, China e Europa, esta enquanto bloco econômico, colocam o abastecimento energético no topo de suas prioridades econômicas, diplomáticas e, em alguns casos, militares.

Em sua entrevista, o Ministro Antônio José Ferreira Simões esclareceu que, mais do que decorrência dos conflitos regionais, como o ocorrido com a Bolívia, a criação do departamento se deve aos novos movimentos globais em torno do tema. Especialmente, diz ele, o impasse entre os governos da Rússia e da Ucrânia sobre o preço do gás, no início deste ano, que teve como conseqüência a suspensão do fornecimento do produto por um dia e meio para a Europa Ocidental, resultando em uma situação de pânico para as sociedades locais.

Saudamos com entusiasmo essa posição do governo brasileiro por acreditarmos que, de fato, é necessário adotar essa postura de Estado perante essa questão crucial para o desenvolvimento das Nações e dos povos, tanto do ponto de vista global quanto regional.

Desde que assumimos a Presidência da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, mais do que a integração mercantil, temos defendido que a unidade da América do Sul tenha como sua base fundamental a infra-estrutura e, particularmente, a energia.

O ponto de partida da construção da União Européia, em 1951, foi um acordo para o uso comum do aço e do carvão, e da mesma forma o Mercosul tem, no petróleo, no gás e também no carvão, o seu motor propulsor de desenvolvimento econômico.

Independentemente de crises conjunturais, a América Latina tem um imenso potencial energético, potencial que passa pelas reservas de petróleo, carvão e gás do Brasil, da Venezuela e da Bolívia especialmente, hoje evidentemente cobiçadas pelas grandes potências mundiais.

A adesão da Venezuela ao Mercosul, que será formalizada nesta próxima semana, em Caracas, fortalece a idéia da integração energética – nas palavras do ministro Antônio José Ferreira Simões, “fundamental para a sobrevivência da nossa região”. Nesse sentido, além das relações já existentes, inúmeros projetos começam a ser alinhavados, como o “supergasoduto do Sul”, que, apesar das críticas, tende a cumprir um papel decisivo, em médio prazo, para a integração energética do continente sul-americano.

Nesse sentido, gostaria de destacar o fato de que, além do petróleo, do gás e de outras energias renováveis, como o etanol e o biodiesel, o Brasil tem um grande potencial de exploração de carvão, capaz de garantir a segurança energética nacional.

Enquanto a expectativa de reservas mundiais para o gás e para o petróleo varia de 25 a 50 anos, o carvão tem reservas estimadas para cerca de 200 anos, distribuídas democraticamente por quatro continentes. No Brasil, apesar de relegado por muito tempo a um segundo plano no debate sobre soluções energéticas, o carvão é a maior reserva de combustível fóssil do País – é 2,7 vezes maior do que as reservas petrolíferas.

Diante disso, volto a destacar neste plenário a importância de se trazer a público a discussão sobre a matriz energética brasileira, não apenas do ponto de vista nacional, mas com suas implicações globais e, especialmente, regionais.

É fundamental neste momento a inclusão do carvão na cesta de energias para a integração energética

da América do Sul, assegurando que o debate seja realizado em toda a sua dimensão e considerando o conjunto de suas potencialidades. Temos dito, na condição de presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral, que o desafio da energia deve ser enfrentado com ações que contemplem todas as formas de energia, o que não pode deixar de incluir, pela dimensão de suas reservas, o carvão mineral.

Em janeiro passado, disse nesta tribuna que “a integração das economias nacionais, com suas diferentes potencialidades, e com a devida utilização das riquezas naturais da região em benefício de seus respectivos povos, dá ao Mercosul uma nova condição para a efetiva e soberana integração da América do Sul na economia globalizada”.

Agora, com a decisão do governo brasileiro de tratar a energia como tema estratégico e mais do que apenas econômico ou político, cresce a nossa confiança de que o processo de integração do Continente Sul Americano se desenvolverá sobre bases mais sólidas e sustentáveis.

Na condição de Presidente **pro tempore** da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que conduzirá a instalação do Parlamento do Mercosul neste segundo semestre, desde já antecipo a disposição da nova instituição de participar desse debate, formular propostas e contribuir para o desenvolvimento da América do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Passo a palavra agora ao Senador Eduardo Suplicy sem prejuízo da ordem de inscrição dos demais Senadores que, no momento, estiverem presentes.

O Senador Eduardo Suplicy terá dez minutos.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr. Presidente Cristovam Buarque, hoje é um dia muito importante para o Brasil e, acredito, para V. Ex<sup>a</sup>, um dos que mais se empenhou para que neste Brasil nós tivéssemos o programa Bolsa-Escola. Registro aqui um fato de enorme relevância para todos aqueles que, como V. Ex<sup>a</sup>, empenharam-se para que tivéssemos um programa de transferência de renda, de garantia de renda às famílias brasileiras, inclusive relacionado às oportunidades de educação e de assistência à saúde.

Hoje, em Contagem, Minas Gerais, o Presidente Lula e o Ministro Patrus Ananias anunciaram que foi atingida a meta de 11,1 milhões de famílias recebendo o Bolsa-Família em 2006. Essa meta significa que aproximadamente todas as famílias que não recebem hoje qualquer forma de remuneração ou recebem até R\$120,00 por mês **per capita** têm o direito de receber

esse benefício. Para as famílias com renda **per capita** de até R\$60,00, o benefício equivale a R\$50,00 mais R\$15,00, R\$30,00, ou R\$45,00 por mês, portanto, variando entre R\$15,00 a R\$95,00. Se as famílias tiverem renda **per capita** de R\$60,00 a R\$120,00 por mês, o benefício será de apenas R\$15,00, R\$30,00 ou R\$45,00, dependendo do número de crianças na família.

Caso a família seja composta apenas de marido e mulher e esta esteja gestante, ela precisará frequentar o posto de saúde, averiguando sua condição de mãe grávida, a fim de que se verifique se estão sendo tomados os passos adequados para que a sua gravidez e o nascimento da criança se dêem da melhor maneira possível.

No caso das crianças de até seis anos, precisam tomar as vacinas de acordo com o calendário do Ministério da Saúde. Se tiverem entre 7 anos e 15 anos e 11 meses, praticamente 16 anos, devem as mesmas frequentar pelo menos 85% das aulas.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup>, em alguns momentos, quando se instituiu o Bolsa-Família, ficou um pouco preocupado com a exigência da frequência à escola. O Ministério do Desenvolvimento Social informou hoje que 90% das famílias estão demonstrando, junto aos respectivos Municípios que administram o programa, na expressão do Presidente:

O que estamos fazendo é o primeiro degrau, dando as calorias e proteínas necessárias às crianças. Elas estão indo à escola; não estão abandonando a escola. Noventa por cento das escolas brasileiras estão comunicando ao Governo a presença das crianças, como antes não se fazia tão adequadamente.

Em alguns momentos, no início da transição do Bolsa-Escola para o Bolsa-Família, houve, de fato, dificuldades, mas, acredito, preocupados com os apelos de V. Ex<sup>a</sup>, o Governo e o próprio Ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome fizeram com que esse aspecto fosse atendido.

O que gostaria de salientar, inclusive diante da palavra do Senador Antonio Carlos Magalhães, que hoje mencionou, aqui, que o Presidente teria feito críticas ao Senado, o que S. Ex<sup>a</sup> não admite, é que, lendo o que o Presidente falou, relativamente à outra preocupação de V. Ex<sup>a</sup>, os investimentos na educação, Sua Excelência gostaria que o Fundeb fosse votado o mais rapidamente possível pelo Congresso Nacional. Sua Excelência disse:

Desde junho do ano passado que o projeto está no Congresso Nacional. Já foi votado na Câmara dos Deputados e agora está no Se-



nado para ser votado. Pelas informações que recebo, parece que tem gente que não quer votar, porque, se votar, são R\$4,3 bilhões a mais para a educação, e isso poderia beneficiar o Governo do Presidente Lula.

Ora, o Presidente Lula não está fazendo um ataque ao Senado. Sua Excelência está observando que é importante que venhamos a dar a devida prioridade no Senado a fim de aprovar o Fundeb, tal como na Câmara dos Deputados, onde o Fundeb foi votado por larga maioria. Somente cinco Deputados, entre 513, votaram contrariamente. O que se espera, portanto, é que o Fundeb possa ser votado aqui no Senado também por todos os Partidos, ainda que possa haver sugestões de aperfeiçoamento das proposições. O Senador Cristovam Buarque, a Senadora Heloísa Helena, o Senador Jefferson Péres e outros Senadores disseram que se poderia aperfeiçoar mais o Fundeb, mas, em geral, foram todos favoráveis a essa iniciativa. Portanto, cabe a nós, Senadores, chegarmos a um entendimento para votarmos essa matéria, se possível, nesta ou na próxima semana.

Outra coisa que gostaria de falar diz respeito às observações que o Presidente Lula fez por ocasião da convenção onde foi confirmado e aceitou ser candidato mais uma vez. Sua Excelência ressaltou ali inúmeros aspectos positivos do seu Governo e a menção do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso de que o Presidente Lula estaria se aproveitando daquilo que foi chocado por outras galinhas, ou seja, ovos que estariam sendo hoje produzidos, mas que já haviam sido preparados por governos anteriores, tendo até a jornalista Tereza Cruvinel mencionado, hoje, que o PT poderia se aproveitar para dizer que, na Ornitologia, os tucanos, na verdade, são pássaros normalmente conhecidos por se alimentarem de ovos de outros ninhos que não os dos próprios tucanos. Mas não gostaria de dar ênfase a esse tipo de comentário, porque o que considero importante, Senador Efraim Morais, é mostrar que um programa como o Bolsa-Família é o resultado dos esforços do mais largo espectro, primeiro dos economistas, filósofos e cientistas sociais que têm pensado sobre este tema ao longo da história, e também aqui, na vida política brasileira, o resultado dos esforços e da compreensão de pessoas dos mais diversos partidos políticos, inclusive do Senador Cristovam Buarque, do ex-Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, enfim, dos intelectuais dos mais diversos partidos.

Assim, é importante saudar que o Bolsa-Família atinge hoje 11 milhões e 100 mil famílias e mostrar também que isso constitui o resultado dos esforços de pessoas dos mais diversos partidos. Aliás, hoje, o

Presidente Lula, em Contagem, procurou ressaltar que o Programa Bolsa-Escola, embora seja de responsabilidade importante do Governo Federal, é também de responsabilidade dos prefeitos de todos os partidos; por isso Sua Excelência fez questão de agradecer às prefeituras de todos os Partidos políticos: do PFL, do PMDB, do PSDB, do PSB, do PT, do PTB, do PDT, do PCdoB, enfim, de todos, porque se trata de um programa que é administrado em cooperação entre a União e os governos estaduais e, principalmente, os governos municipais.

E ele mencionou:

Por que eu estou agradecendo às prefeituras? Porque esse programa [ressaltou o Presidente Lula], embora seja do Governo Federal, quem cadastra as pessoas não é o Governo Federal, são as prefeituras. É uma transferência de responsabilidade para as prefeituras, para demonstrar a isenção do Governo nesse projeto. Eu nunca perguntei de que partido é o prefeito. Se naquela cidade tiver gente vivendo com uma quantia mensal abaixo da linha da pobreza, ele pode ser um Prefeito do PFL ou do PSDB e pode passar o dia inteiro falando mal do Presidente, mas os pobres da sua cidade serão tratados como os da cidade de Belo Horizonte ou de Contagem.

Onde os prefeitos são Fernando Pimentel, de Belo Horizonte, e Marília Campos, de Contagem, ambos do Partido dos Trabalhadores.

Quero aqui ressaltar, Sr. Presidente, que nós tivemos, primeiramente, precursores importantes à idéia de se dar prioridade ao combate à fome e à pobreza absoluta. Dentre esses, poderíamos registrar alguns tais como os negros que lutaram pelo fim da escravidão, a começar, por exemplo, com Zumbi de Palmares há mais do que 300 anos. E todos aqueles que lutaram por melhores condições, como nos episódios dos Cabanos, dos Farrapos, de Canudos, dos Alfaiates, da Chibata, do Contestado, da luta dos trabalhadores rurais pela terra e dos trabalhadores urbanos por melhores condições de dignidade, sempre lutando pelo direito à vida.

É importante que nos lembremos aqui não apenas de Zumbi dos Palmares, mas também de pessoas como José do Patrocínio, Castro Alves, Joaquim Nabuco, André Rebouças na luta pela abolição da escravidão; e aqueles sociólogos, economistas, geógrafos e historiadores que, no século XX, tanto se destacaram como Josué de Castro, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Milton Santos, Célio Jaguaribe, Maria da Conceição Tavares, Herbert de Souza

– o Betinho – e Chico de Oliveira na luta para que tivéssemos proposições que erradicassem a pobreza e melhorassem a distribuição de renda no Brasil.

Gostaria também de mencionar que, na batalha pela garantia de uma renda mínima, tivemos precursores importantes como Antonio Maria da Silveira, que, em 1975, na **Revista Brasileira de Economia**, propôs ao Brasil um programa de garantia de renda mínima mediante imposto de renda negativo. Também Edmar Lisboa Bacha e Roberto Mangabeira Unger, em 1978, propuseram, em **Participação, salário e voto**, que a reforma agrária e a garantia de uma renda mínima seriam importantes para termos a democratização da sociedade brasileira como instrumentos eficazes da erradicação da fome e da pobreza absoluta.

Nos anos 80, juntamente com Paul Singer e outros economistas, conversando com a Executiva do PT, tanto nos empenhamos para que houvesse a inserção no programa do PT do princípio de garantia de uma renda. Nos anos 90, em 1991, apresentei uma proposta de garantia de uma renda mínima por meio de um imposto de renda negativo que foi aprovado consensualmente pelo Senado, inclusive com o voto do então Senador Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. A proposta foi para a Câmara dos Deputados, onde recebeu parecer favorável do Deputado Germano Rigotto, hoje Governador do Rio Grande do Sul. Mas foi no mesmo ano de 1991, no diálogo entre economistas do PT – José Márcio Camargo, Aloizio Mercadante e eu próprio – que José Márcio Camargo observou que seria importante iniciar o programa de renda mínima pelas famílias, relacionando-o às oportunidades de educação.

Desde 1986, Cristovam Buarque, em reuniões realizadas no Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo, na Universidade de Brasília, propôs que houvesse a garantia de uma renda para que as famílias pudessem manter as suas crianças na escola. Em 1994, tanto Cristovam Buarque quanto José Roberto Magalhães Teixeira propuseram, respectivamente, programas de renda associados à educação que, em Brasília, tomou o nome de Bolsa-Escola. Daí para frente, tanto foram os Prefeitos como o próprio Antonio Palocci, em Ribeirão Preto, assim como os Prefeitos de Arujá, Barueri, Betim, Ferraz de Vasconcelos, Fortaleza, Franca, Londrina,

Manaus, Mococa, Osasco, Ourinhos, Paracatu, Pindamonhangaba, Porto Alegre, Presidente Bernardes, Recife, Salesópolis, Santo André, São Bernardo do Campo, São Luís, Suzano, Teresina, Vitória, São Paulo, Jundiá, São José dos Campos, Catanduva, São Joaquim da Barra, Araçatuba, Araraquara, Santo André, Franca, Guaratinguetá, Caçapava, Jaboticabal, Limei-

ra, Piracicaba, Ourinhos, Presidente Prudente, Santos, São Carlos, Belém, Belo Horizonte, Betim, Extrema, Blumenau, Chapecó, Boa Vista, Caxias do Sul, Goiânia, Natal, Vitória, Mundo Novo e dezenas de outros municípios, com bons resultados, instituíram programas de renda mínima associados à educação.

Em decorrência, novos projetos de lei foram apresentados no Congresso Nacional e no Senado Federal, pelos Deputados Nelson Marchezan, Chico Vigilante, Pedro Wilson, na Câmara dos Deputados, e pelos Senadores Ney Suassuna, Renan Calheiros, José Roberto Arruda, dos mais diversos partidos.

Em 1996, em diálogo com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, sua equipe e o professor Philippe Van Parijs, este lhe disse quão positivo seria iniciar o Programa de Renda Mínima associado à educação. A partir daí, concluiu-se a tramitação da Lei nº 9.533, de 1997, que instituiu o Programa de Renda Mínima, associado às ações sócio-educativas, confirmado em 2001. Depois veio o Programa Bolsa-Alimentação, auxílio-gás e o cartão-alimentação, que, em outubro de 2003, foram unificados, racionalizados e tiveram aumentado significativamente seu valor na forma do Bolsa-Família.

Assim, Sr. Presidente, quero saudar o fato de ter o Bolsa-Família atingido 11,1 milhões de famílias e ressaltar que se trata de uma conquista que teve a colaboração de todos, inclusive do PFL e o próprio Senador Antonio Carlos Magalhães, uma vez que na Comissão de Combate à Pobreza analisamos o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de sua iniciativa, que resultou em uma das principais formas de financiamento do Programa Bolsa-Família; correspondente a 0,08% da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, ajuda a financiar esse programa que, portanto, é o resultado da cooperação de todos os segmentos, de todos os Partidos Políticos.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Suplicy. Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, como inscrita.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço-lhe, Sr. Presidente. Cumprimento as Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Senadores e os telespectadores da TV Senado.



Início o meu pronunciamento com base em um requerimento que estou apresentando para que haja um voto de aplauso, Senador Eduardo Suplicy, para os Municípios com maior Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família. O Ministério do Desenvolvimento Social identificou e premiou os Municípios que têm o melhor Índice de Gestão Descentralizada.

Há, no meu Estado, três Municípios que receberam os melhores índices. Aliás, Santa Catarina é, na lista, um dos melhores, um dos que gerenciam de forma mais adequada a aplicação do Programa Bolsa Família.

Os Municípios catarinenses que foram classificados entre os melhores da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família são: Bom Jesus, Flor do Sertão e José Boiteux. Além de Santa Catarina, no Maranhão, Piauí e Paraná, foram identificados, em cada um deles, dois Municípios. Em Goiás, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim e Senador Flexa Ribeiro, foram identificados, em cada um, um Município entre os mais bem avaliados no Índice Geral de Gestão Descentralizada do programa Bolsa Família.

O Índice de Gestão Descentralizada leva em conta o preenchimento correto do cadastro, a atualização cadastral, o envio da frequência escolar e o acompanhamento de saúde das famílias beneficiadas. Cada um desses quatro itens representam 25% da nota que vai de zero a um. E os Municípios que não atingem 0,4 do índice são cortados do programa; portanto, os Municípios não recebem o benefício pela gestão descentralizada.

Os Municípios com melhor índice estão recebendo aproximadamente R\$2,50 por família como ajuda do programa federal para que os Municípios mantenham esse programa de gerenciamento.

Flor do Sertão, onde 74 famílias são beneficiadas – é um Município extremamente pequeno do interior de Santa Catarina –, tem cinco pessoas trabalhando na fiscalização e no gerenciamento dos benefícios. A fiscalização e o gerenciamento são muito eficientes. Dessas cinco pessoas, uma é enfermeira e acompanha a saúde das famílias, faz a pesagem das crianças mensalmente. No Estado de Santa Catarina, temos um programa que se chama Apóia, que faz a intersecção das ações dos Conselhos Tutelares com o Ministério Público. Quando há qualquer falta ou indício de evasão escolar, automaticamente, essas instituições são acionadas para fazer o acompanhamento e para fazer com que a criança volte à unidade escolar. Portanto, de público, parabeno os Municípios que estão mais bem qualificados nesse Índice Geral de Descentralização do Programa Bolsa Família, e, de forma muito

especial, os três Municípios catarinenses que muito nos orgulham.

Com relação ao Programa Bolsa Família, chamou-me muito a atenção um artigo do jornalista Elio Gaspari, que tem como título: “O inchaço da máquina do Estado é lorota”.

Como isso tem a ver com a matéria com a qual iniciei meu pronunciamento, eu gostaria de realçar alguns trechos desse artigo porque uma série de dados ou de ilações ou de elucubrações que têm baseado, de forma muito contundente, vários pronunciamentos e várias posições da Oposição, várias críticas às ações do Governo Lula são frontalmente desmontadas pelo artigo do jornalista Elio Gaspari, a que me referi, publicado no dia 21 de junho.

Em determinado trecho, diz:

Lula inchou a máquina do Estado e torrou o dinheiro dos impostos no funcionalismo. Um bom “choque de gestão” permitiria que esse dinheiro custeasse as obras de infra-estrutura necessárias para tirar a economia do atoleiro. Quem quiser acredite, mas essa crença é uma lorota.

Na seqüência do artigo, o jornalista Elio Gaspari cita dados:

Aos números: entre 2003 e 2005, os gastos com servidores ativos ficou onde estava (2,3% do PIB).

Portanto, nos três primeiros anos do Governo Lula, não houve, como se pregou, o inchaço, os gastos excessivos com o funcionalismo. O gasto ficou exatamente em 2,3% do PIB. Mas se poderia dizer que o rombo seria proveniente das aposentadorias. Ao contrário, as aposentadorias correspondem a 2,5% do PIB em 2002 e fecharam 2005 em 2,2%. Portanto, nem o funcionalismo, nem as aposentadorias causaram o rombo.

Se os vilões – continua no artigo o Sr. Elio Gaspari – não foram os servidores, por certo teria sido a ganância com a máquina do Estado. Falso.

Essas despesas baixaram. Em 2002, elas eram 2,3% do PIB e, em 2005, foram reduzidas para 2%. Portanto, não foram os funcionários, não foi a aposentadoria, não foi a máquina do Estado, como muitos apregoam. Então de onde é que veio?

No próprio artigo, o Sr. Elio Gaspari diz:

Tudo bem, mas entre 2001 e 2005 os gastos não-financeiros do Governo Federal pularam de 16,1% do PIB para 17,7% do PIB e a carga tributária está em 37% da produção. Se a máquina do Estado não bebeu o erário, quem o bebeu? Resposta: ele foi comido pelos programas sociais.

A palavra “comido” é adequada mesmo porque o Bolsa-Família, os programas sociais, indiscutivelmente, são programas voltados para colocar comida na mesa de faixa significativa da população brasileira.

As transferências de renda dobraram, de 0,7% para 1,4% do PIB. As despesas com programas sociais passaram de 2% do PIB em 2002 para 2,7% no ano passado. Um aumento de 20% ao ano numa economia que cresce à taxa média de 2,5%. A boa notícia é que esse investimento encheu a geladeira do andar de baixo, diminuiu as desigualdades sociais e ampliou o mercado consumidor.

Esses são os dados que o Sr. Elio Gaspari usa no seu artigo quando diz que o inchaço da máquina do Estado é lorota e que os programas sociais significaram o aporte de um volume maior de recursos para, exatamente, o famoso andar de baixo, aquele que nunca tinha sido beneficiado num Governo que conseguiu reduzir de forma significativa as desigualdades sociais no nosso País, como identificou a pesquisa nacional de amostragem por domicílio.

Concedo um aparte ao Senador Tião Viana antes de comentar sobre o Estado que recebe a maior fatia do Bolsa-Família atualmente no nosso País.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli, quero apenas partilhar deste momento em que V. Ex<sup>a</sup> aborda os bons números das políticas sociais do Governo do Presidente Lula. A confirmação hoje pelo Governo – evento já relatado anteriormente pelo Senador Suplicy – da antecipação da meta de 11,1 milhões de famílias cobertas pelo Programa Bolsa Família significa a presença de mais de 40 milhões de brasileiros no início de uma inclusão social. Seguramente, se dermos passos a mais para o programa renda básica de cidadania, a dimensão será muito maior. Na ausência de uma economia libertadora definitiva e de uma matriz de educação revolucionária – avançamos nas duas áreas –, mas tendo já uma responsabilidade social efetiva do Governo, é um passo largo muito bem dado. O Governo do Presidente Lula confirma a responsabilidade social a que se propôs no início de sua gestão. Gostaria apenas de lembrar a V. Ex<sup>a</sup> aquilo que deve coincidir com o que diz Elio Gaspari: em 2002, os gastos com programas sociais, com o desenvolvimento social do Brasil foram de R\$6 bilhões. Hoje, o nosso Governo está gastando R\$22 bilhões. Essa é a diferença. Por isso, há um impacto efetivo no que se chama gasto, quando acho que aquela tese revolucionária é possível: dividir e fazer o País crescer.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Aliás, Senador Tião Viana, quero usar os dados da Bahia – a distribuição, os programas de inclusão, como o Fome Zero, cujo carro-chefe é o Bolsa-Família –, dizer o

quanto isso alavanca a economia, para exatamente desmontar aquela famosa tese de primeiro crescer para depois distribuir. Agora, está cada vez mais se confirmando que a política adotada de distribuir gera o crescimento.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Conclua, por favor, Senadora.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir, Senador Efraim.

Inclusive a reportagem do **Valor Econômico** de hoje trata, detalha o resultado do Bolsa Família no Estado que é o campeão e tem o maior volume de recursos e de famílias atendidas pelo Bolsa Família, que é o Estado da Bahia.

Vou ler um trecho da reportagem: o avanço nos gastos do comércio, ou seja, o aquecimento do comércio na Bahia, foi de 9,83%, quase o dobro do restante do País. A alta se deve aos programas de transferência de renda do Governo.

Então, essa vinculação entre o aquecimento do comércio na Bahia está diretamente ligado aos programas de transferência de renda, fazendo com que a economia baiana seja uma demonstração inequívoca do quanto a distribuição da renda gera o crescimento, gera o aquecimento da economia.

Portanto, Sr. Presidente, nós gostaríamos de retornar ao início da nossa fala, parabenizando os municípios que foram identificados como de realce no Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família. Quanto mais bem fiscalizado e gerenciado, teremos mais eficácia.

Se o Presidente me permitir, concedo o aparte ao Senador Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex<sup>a</sup> registra tão positivamente esses fatos relacionados ao Programa Bolsa Família! É importante que o jornal **Valor Econômico** esteja hoje mostrando como o Bolsa Família teve, como efeito, um aumento tão significativo da atividade econômica na Bahia, a partir das mãos das famílias mais pobres e resultando em um efeito multiplicador, tal como os economistas muitas vezes mostram, de algo que o Presidente Lula, hoje, em seu pronunciamento, ressaltou que constitui, na verdade, um investimento. Senadora Ideli Salvatti, no meu pronunciamento, procurei ressaltar que se trata de uma conquista que é de todos nós. Felizmente, foi aqui apreciada, sem contestação, a Lei nº 9.533, que deu origem ao Bolsa Escola nacionalmente e, depois, em 2001, a nova lei que o expandiu. Portanto, é um mérito de todos os partidos. E o Presidente, ao falar hoje, fez questão de ressaltar que o Programa

está sendo administrado pela União, em cooperação com os prefeitos de todos os partidos.

Acho que isto deve ser observado, inclusive como uma conquista.

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Assim como a Seleção Brasileira nos alegra suprapartidariamente, devemos também olhar a conquista da meta do Bolsa Família, que, na verdade, é como o Presidente Lula mencionou: é o primeiro degrau de uma escada de trinta degraus. Como V. Ex<sup>a</sup> sabe, o Bolsa Família pode ser considerado como um degrau do passo maior que um dia atingiremos – e eu espero, em breve – da renda básica de cidadania, que beneficiará inclusive o Presidente Efraim Moraes, do PFL, e a V. Ex<sup>a</sup>, do Partido dos Trabalhadores, no mais largo espectro político brasileiro.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Suplicy. Agradeço, Presidente, por ter prolongado o meu tempo um pouco mais. E, apenas para exemplificar: entre os três municípios de Santa Catarina identificados como de melhor gestão no Brasil, nenhum deles é administrado pelo PT atualmente. Espero que um dia venha a sê-lo. Isso demonstra, inequivocamente, que se trata de um programa de parceria entre o Governo Federal e os prefeitos de todos os municípios.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Renan Calheiros, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão por dez minutos. Em seguida, a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Exato. Eu gostaria de me inscrever para a Hora do Expediente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex<sup>a</sup> já está inscrito e anunciado.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – Tem a palavra o Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Agência Nacional de Petróleo realiza nesta quinta-feira, amanhã, no Rio de Janeiro, a Segunda Rodada de Licitações de Áreas Inativas com Acumulações Marginais, para as atividades

de avaliação, reabilitação e produção de petróleo e gás natural no País.

Entre as regiões escolhidas, encontra-se a Bacia de Barreirinhas, no interior do meu Estado, o Maranhão.

Eis aí mais uma confirmação das possibilidades oferecidas pelo meu Estado, cujas riquezas naturais, tantas vezes reafirmadas desta tribuna, ainda não foram devidamente exploradas pelos dirigentes brasileiros.

O Maranhão, Sr. Presidente, é o Estado nordestino de rios perenes. Quando tantos dos nossos irmãos nordestinos sofrem os terríveis períodos do flagelo das secas, o Maranhão mantém-se com terras e climas que se entregam ao êxito da agricultura. É o exemplo que oferece o extraordinário êxito das culturas de soja, cana-de-açúcar e outras.

Nada obstante, os rios do meu Estado – verdadeiro privilégio concedido pela natureza – são severamente castigados pela poluição.

A fartura das suas águas, antes limpas e piscosas, vai sendo praticamente condenada à exaustão. É o que ocorre, por exemplo, com o rio Itapecuru – registro histórico de gloriosos feitos, que corta várias e importantes cidades –, no qual já navegaram navios de razoáveis calados.

Reiterados apelos têm sido dirigidos aos governos para a salvação das vias fluviais maranhenses, uma providência que, antes de ser regional, é de suma importância para o nosso País. Contribuiria fortemente para o fortalecimento da economia nacional, pelo estímulo ao aumento agropecuário de uma vasta região e o melhor aproveitamento das águas que correm para o mar.

A decisão de agora da Agência Nacional de Petróleo significa que há perspectivas de aproveitamento de produção de petróleo e gás natural na Bacia de Barreirinhas. Expectativa, pois, de mais uma riqueza a crescer às tantas outras que envolvem região de raras belezas.

A atuação da referida Agência vem ocorrendo em parceria com outros órgãos governamentais, universidades e demais agentes da sociedade que tenham competência e interesse em colaborar no estímulo à atividade econômica e à preservação do meio ambiente.

Tais iniciativas, Sr. Presidente, devem ser louvadas. Aplaudidas, aliás, todas as que, de algum modo, desentranhem do solo brasileiro as maiores riquezas que gerem rendas, empregos e bem-estar para o nosso povo.

A Agência Nacional de Petróleo tem por missão regular a indústria do petróleo e gás natural, tendo

como diretriz a preservação do interesse público e do meio ambiente.

Nesse setor da economia petrolífera, vê-se como andamos certos com a aprovação, em 1997, da Lei nº 9.478. O monopólio da Petrobrás cedeu à realidade do mercado, graças ao fato de que a empresa vem atingindo renovados sucessos na execução de sua política de petróleo.

A Agência Nacional de Petróleo, portanto, merece encômios pela sua atuação, e a Bacia de Barreirinhas, os votos de feliz resultado na avaliação de suas possíveis reservas de petróleo e de gás natural.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Edison Lobão.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, pela Liderança do PT.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos, com a tolerância costumeira desta Presidência, Senador.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Paulo Paim, como Senador inscrito.

V. Ex<sup>a</sup> disporá de dez minutos, Senador Paim.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela pequena tolerância que será um pouco necessária.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, parafraseando Euclides da Cunha, o agricultor é um forte. Nada mais a dizer daqueles que, diante do quadro de dificuldades de ordens conjunturais e estruturais que enfrentam, no auge da crise, ainda encontram forças para lutar contra as adversidades provocadas pelas dívidas de safras passadas e reiniciar o seu périplo junto aos bancos, objetivando viabilizar os meios necessários para o início de mais uma jornada representada pela nova safra agrícola que se avizinha.

Nas minhas andanças pelo Paraná, tenho convivido com dramas familiares provocados não pela avareza ou pela ganância de ganhos fáceis. Ao contrário, pela vocação ao trabalho árduo que foi herdada dos seus antepassados. Porém, diante de tantas dificuldades, essas famílias, de forma contrariada, incentivam seus filhos, embora totalmente inseridos na atividade, a romperem com essa tradição e buscarem alternativas de trabalho no meio urbano.

É certo que o Pacote Agrícola recentemente apresentado pelo Governo, que, entre outras medidas, prorroga as parcelas das dívidas de investimentos e, parcialmente, as de custeio e define a alocação de recursos para a comercialização, deve ser entendido como sinal de reconhecimento da crise conjuntural. No entanto, isso não basta. Faz-se necessário um novo conjunto de regras para a atividade capaz de concretizar medidas estruturantes que ofertem a segurança

necessária para que aqueles que cumprem a missão de produzir alimentos e energia possam vislumbrar um futuro digno para suas famílias.

O setor do agronegócio requer muito mais do que o nosso simples reconhecimento. Pela sua participação no PIB, da ordem de 30%, pelas exportações, que alcançam 39%, e pelos empregos gerados, que totalizam cerca de 37%, já é passada a hora da realização de um esforço concentrado que envolva todos os segmentos representativos da vida política e econômica nacional para que, juntamente com os legítimos representantes dos agricultores brasileiros, constituam uma verdadeira FORÇA TAREFA capaz de dissecar a fundo toda a problemática que afeta o agronegócio e propor soluções duradouras para seus problemas cíclicos.

Muito se discute onde está o verdadeiro vilão que subjuga principalmente a pequena e a média produção agrícola. Certamente, não está apenas nos episódios climáticos e na política cambial, como alguns querem atribuir. O estudo que propomos deve considerar todas as iniciativas já desenvolvidas, a exemplo das projeções do Fundo para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas/ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (FAO/OCDE) para a produção de grãos, carnes e agricultura energética.

Ouvindo agricultores e suas entidades representativas, pode-se dizer que o entendimento consensual aponta, com uma grande frequência, para a direção dos pontos abaixo relacionados, os quais podem se constituir no eixo inicial do trabalho proposto:

Inexistência de crédito rural para investimento e custeio em quantidade, condições favoráveis e em épocas oportunas;

Garantia do cumprimento da política de preços mínimos;

– implantação do seguro rural para todas as categorias de produtores, mesmo aquelas que não se utilizam de financiamento agrícola, de forma a garantir a produção e a renda do agricultor;

– revisão das cargas tributárias incidentes sobre os insumos agropecuários;

– criação de programas de incentivo à inovação tecnológica;

– fortalecimento de mecanismos de controle sanitário e fitossanitário, com vistas a garantir a qualidade e competitividade dos produtos voltados ao mercado nacional e internacional;

– apoio às instituições oficiais e privadas responsáveis pela pesquisa agropecuária e programas de incentivo ao desenvolvimento de pesquisas e tecnologias inovadoras.



Nobres colegas, espero que a proposta que ora apresento encontre receptividade por parte de todos os que comungam da preocupação quanto ao futuro do setor agroindustrial, ao tempo em que a encaminho para o Senador Sérgio Guerra, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, para que seja discutida no âmbito daquele Colegiado.

Tenho certeza de que a aplicação de medidas estruturais, de longo prazo, que precisam ser direcionadas para o agronegócio, não só fortalecerá o seu desenvolvimento, evitando o êxodo dos trabalhadores rurais para os grandes centros urbanos, mas também contribuirá para que tenhamos uma política definida para este setor considerado vital para nosso País.

Quero acrescentar, Sr. Presidente, a este texto o fato de ter havido, na Câmara dos Deputados, um amplo debate com o Governo Federal a respeito das necessidades do setor agropecuário.

A partir desse evento, constituiu-se um grupo de trabalho. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal, por intermédio do Senador Jonas Pinheiro e de minha própria pessoa, representando o espírito de debate dessa Comissão presidida pelo Senador Sérgio Guerra, faz parte também desse debate que vem acontecendo no Brasil a favor dessa área.

Como foi dito, são essenciais, são vitais, em termos de produção, em termos de constituição do PIB, em termos de balança comercial, em termos de geração de empregos, sem dúvida alguma, as medidas já anunciadas pelo Governo Federal fundamentais à área. Importante também é esse diálogo que o Governo Federal oferece à área. Fora disso, é fundamental que nos debruçemos sobre aquilo que podemos chamar de medidas estruturantes de médio e longo prazo as quais têm que fazer parte desse debate, para que não haja mais instabilidade, insegurança e desesperança num setor vital para o Brasil. Que haja força, energia, união, diálogo e co-responsabilidade a favor da área.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância costumeira de V. Ex<sup>a</sup>.

*Durante o discurso do Sr. Flávio Arns, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos.

Convido o eminente 2º Vice-Presidente para assumir a Presidência da Mesa.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr.

Presidente desta sessão, Senador Efraim Morais, Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras, em pleno Século XXI, ainda existem, infelizmente, no nosso País, pessoas contrárias às ações afirmativas, o que lembra muito a postura dos escravocratas do período que antecedeu a abolição da escravatura.

Esse setor é contrário à inclusão de negros, índios e pobres. São pessoas que agem de uma forma que me lembra os nazistas, que entendiam que somente eles tinham direito a envelhecer e viver com qualidade de vida.

Devido a tudo isso, Sr. Presidente, não citarei aqui os nomes deles. Como disse em outras oportunidades, a eles cabe o anonimato da história e o silêncio de homens e mulheres que defendem a igualdade e a vida com dignidade para todos.

Sr. Presidente, quero elogiar, sim, a Ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Sepir, pelo trabalho que está fazendo em defesa das ações afirmativas e da igualdade racial.

Por outro lado, Sr. Presidente, faço questão de que fique registrado nos Anais desta Casa o artigo publicado no último dia 26, no jornal **Correio Brasileiro**, sob o título “Da Igualdade”, de autoria da Doutora em Educação da USP, Diretora do Instituto da Mulher Negra e jornalista, Sueli Carneiro. Artigo dessa mulher, que é uma libertadora. Uma mulher que defende as causas dos discriminados, daqueles que são marginalizados e daqueles que sofrem pelo preconceito e pela discriminação.

Para mostrar que estamos no caminho certo, quero, neste momento, dar meus parabéns à Universidade Federal de São Carlos por estar implantando na instituição uma série de ações afirmativas, a exemplo de outras universidades como as da Bahia, do Rio de Janeiro, do Paraná, de Brasília e de tantas outras. Já existe a política afirmativa de cotas em mais de 30 instituições no Brasil.

Sr. Presidente, a Universidade Federal de São Carlos, em São Paulo, resolveu adotar o Programa de Ações Afirmativas, a fim de permitir às pessoas oriundas de diferentes áreas, inclusive sócio-econômicas e étnico-raciais o acesso ao ensino superior.

São objetivos do programa: primeiro, a ampliação de acesso aos cursos de candidatos que tenham cursado o ensino médio integralmente na rede pública municipal, estadual e federal, com adequada proporção de participação de negros, de índios e de pobres; segundo, o desenvolvimento de ações que tenham com objetivo o apoio à permanência dos alunos economicamente desfavorecidos na universidade, mediante condições de sobrevivência e de orientação para o

adequado desenvolvimento e aprimoramento acadêmico-pedagógico. Vai além, Sr. Presidente, dar apoio aos estudantes docentes e servidores para que promovam, nos diferentes âmbitos da vida universitária, a educação das relações étnico-raciais.

As ações terão tempo determinado, como assim entendo e como o foi nos Estados Unidos da América. Como sempre digo, as ações são afirmativas. Não são assistencialistas e, muito menos, paternalistas. Nosso objetivo é dar oportunidade, é dar voz, é dar palco para quem nunca teve palco neste País. Após isso, as ações não precisarão mais ser adotadas porque os direitos das pessoas hoje excluídas serão naturais. Tomara eu venha à tribuna no futuro para dizer que não precisamos mais de políticas afirmativas, que não precisamos mais de políticas de cotas, porque o objetivo foi cumprido.

As ações que citei aqui, seja a luta de Sueli Carneiro, como também do corpo docente da Universidade de São Carlos, seja a belíssima luta daquele que considero um dos grandes líderes deste País, Frei Davi, que é de Abdias Nascimento, que está com 92 anos e continua firme nesta luta, Benedita da Silva, Zezé Motta e tantos outros.

Zezé Motta aniversariou no dia de ontem. Parabéns a você, Zezé Motta. E aceite meus cumprimentos pela sua vida e pela sua história em defesa dos discriminados.

Tudo isso, mostra – repito – que estamos no caminho certo.

Felizmente, posso anunciar da tribuna do Senado que pesquisa recentemente realizada no País – inclusive, com alto índice no meu Rio Grande – demonstrou que 90% dos brasileiros são favoráveis às ações afirmativas que tanto defendemos e que são tão importantes para reparar a exclusão a que os negros, índios e pobres foram submetidos neste País. E é por aí que vamos transformar efetivamente esta Nação.

Por isso tudo, temos a certeza, Sr. Presidente, de que a Câmara dos Deputados há de aprovar o projeto de cotas, Projeto de Lei nº 73, como aprovará também o Estatuto da Igualdade Racial, de nossa autoria.

Sr. Presidente, concluo meu pronunciamento, dizendo que tenho acompanhado o número de trabalhadores em greve neste País. São inúmeros aqueles que estão paralisados. Por exemplo, em Brasília e Sergipe, temos os policiais civis e os delegados. Inclusive, estão aqui em frente ao Congresso. Temos também os policiais militares e federais. Em Campinas, temos os guardas municipais. No Rio, os funcionários da Dataprev. Quero demonstrar que o movimento paredista tem lugar no âmbito dos Municípios, dos Estados e da União. No Rio de Janeiro, estão em greve os servidores da UERJ. Em Brasília, os rodoviários, em um grande

movimento que ainda não terminou. Os servidores da Justiça do Trabalho estão há quarenta dias em greve. Os auditores fiscais – chegou-me a informação e espero que seja verdadeira – estariam fechando um acordo, no dia de hoje, e com isso suspenderiam a greve.

Espero que, ao mesmo tempo em que a gente consiga buscar um entendimento com os auditores, nos lembremos, também, dos aposentados e dos pensionistas.

Os funcionários do Incra estão parados desde maio. No INSS, cresce o movimento. Os metalúrgicos do grande ABC falam na greve e na resistência às demissões. São inúmeras as categorias, Sr. Presidente, que estão em greve. Por isso, vim à tribuna no dia de hoje. Repito que o movimento é no âmbito privado, municipal, estadual e também federal.

Quero dizer, Sr. Presidente, porque fui sindicalista muito tempo, que ninguém faz greve porque gosta.

É sinal de que algo está acontecendo. E a greve é a última arma que os trabalhadores usam. Quando uma das partes não caminha para o entendimento, isso é natural. Em qualquer país do mundo, capitalista, socialista, onde a democracia impera, principalmente, a greve é um instrumento normalmente usado.

Sr. Presidente, eu dizia e repito: esse instrumento é usado quando a interlocução entre trabalhadores e aqueles que estão do outro lado da mesa não caminha para o entendimento. Sabemos também, todos nós, que uma greve não mexe apenas com uma...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – ... ela interfere na vida de toda a família e da própria sociedade. Todos temos o entendimento de que a responsabilidade é muito grande. Falo como ex-sindicalista e como alguém que comandou algumas greves.

Sr. Presidente, quero reforçar: quando uma das partes envolvidas não caminha para o diálogo, a greve é um instrumento legítimo. Infelizmente, nem todos possuem instrumentos assim para servir de base nas suas reivindicações. O exemplo disso são os aposentados e pensionistas.

Por isso, Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>, e que o Congresso Nacional esteja sensível à situação dos aposentados e pensionistas do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# Da igualdade

SUELI CARNEIRO

Doutora em educação pela USP e diretora do Celadex (Instituto da Mulher Negra)

O melhor das políticas raciais e especialmente as cotas é o poder que elas têm de pôr fim às distorções sobre a questão racial no Brasil. A suposta neutralidade científica mostra a face real e é substituída pelo ativismo intelectual contra políticas de inclusão racial. É o que se depreende do manifesto assinado por parcela da inteligência nacional endereçado ao Congresso, deputados e senadores, "pedindo-lhes que recusem o PL 73/1999 (PL das Cotas) e o PL 3.198/2000 (PL do Estatuto da Igualdade Racial)". Alegam que o estatuto e as cotas raciais rompem com o princípio da igualdade e a ameaçam a República e a democracia.

São eles, como afirma o sociólogo Carlos Medeiros, "defensores ferrenhos da igualdade que jamais se manifestam quando negros são humilhados e discriminados. Que não se espantam ao entrarem em shoppings onde os vendedores são todos brancos. Que não se incomodam com os papéis reservados aos negros em nossas produções televisivas, seja por terem naturalizado o racismo e a discriminação, seja por compartilhar, no íntimo que seja, a visão negativa que esta sociedade reserva aos cidadãos de indistigável origem africana". ( )

Também não se ouvem essas vozes clamando publicamente pela punição de atos de corrupção que corroem a República, ou contra a inse-

gurança pública e o assalto de diferentes quadrilhas sobre as instituições públicas que ameaçam a cidadania e a efetivação da justiça social. Para eles, são somente as políticas de inclusão racial o perigo iminente de ruptura do pacto republicano.

A postergação do Congresso em relação a esses projetos de lei encontra reforço nesse manifesto. Mas, para concretizar cabalmente as aspirações do grupo de intelectuais e as resistências no interior do próprio Congresso, é mister que deputados e senadores, além de recusar os projetos de lei em questão, tomem outras iniciativas. Faz-se necessário romper com vários instrumentos internacionais dos quais o Estado brasileiro é signatário como Estado-membro das Nações Unidas. Está comprometido, portanto, com a adoção de medidas especiais em favor de grupos historicamente discriminados, como forma de assegurar a igualdade de oportunidades bem como, periodicamente, prestar contas às Nações Unidas dos avanços alcançados.

São pactos, tratados, convenções, tais como a Convenção Internacional sobre Todas as Formas de Discriminação Racial, ONU, 21 de dezembro de 1965; a Conferência de Beijing, 1995; o Plano de Ação da Conferência Regional das Américas, ocorrida em Santiago do Chile, em 2000; a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, de 2001, em Durban, África do Sul.

Além, requereria fosse suspensa a Conferência Santiago + 5, a ser realizada em julho próximo em Brasília, quando os governos da região americana avaliarão os avanços alcançados e os desafios persistentes para a implementação do Programa de Ação da Conferência das Américas. Esse programa prevê, como a Conferência de Durban, a adoção de medidas legislativas, judiciais, normativas, administrativas e outras medidas para prevenção e proteção contra o racismo, discriminação racial, xeno-

fobia e intolerância correlata.

Em nível nacional, os desafios para os nossos congressistas não são menores para atender aos apelos de nossos intelectuais, pois, para que essa República igualitária e a-racial possa ser efetivamente consolidada, dispositivos constitucionais ou infraconstitucionais precisariam ser revogados — tais como o que institui tempo diferenciado de aposentadoria para as mulheres; o artigo 93 da Lei 8.213/91, que determina a contratação de deficientes físicos por empresas com 100 ou mais empregados; a lei de cotas para mulheres nos partidos políticos e rever o Título II — Dos direitos e garantias fundamentais, Capítulo II — Dos direitos sociais, artigo 7º, inciso XI, que ordena a "proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei".

Caberia ao IBGE eliminar de seus levantamentos estatísticos a coleta do quesito cor da população e, assim, as desigualdades raciais deixariam de existir e adentraríamos enfim a modernidade de uma República democrática e igualitária, tal como concebida pelos intelectuais do século 19 e, enfim, realizada pelos do século 21.

Mas, ainda assim, é preciso ir além. Se somos todos iguais perante a lei e a raça é uma falácia que deve ser banida da vida social, urge que as universidades extingam os seus departamentos ou núcleos de estudos raciais. E, talvez, seja necessário cassar os títulos acadêmicos alcançados por aqueles que os adquiriram estudando os negros, como um grupo racial diferenciado, essa heresia conceitual que, neste momento, para nossos intelectuais, coloca em risco a igualdade de nossa República democrática.

A fragilidade dessa posição de parcela da elite branca intelectual do país se revela pela necessidade de buscar legitimá-la com o apoio de um Movimento Negro Socialista, alçado à condição de ponto focal para adesões à sua proposta. Conhecemos isso de longa data, desde os tempos de Antônio

## SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em pleno século XXI ainda existem pessoas que são contrárias às ações afirmativas, o que lembra muito a postura dos escravocratas do período que antecedeu a abolição da escravatura.

É um setor contrário à inclusão de negros, índios e pobres. Pessoas que agem como os nazistas que entendiam que somente eles tinham direito a envelhecer e viver com qualidade de vida.

Devido a tudo isso, Sr. Presidente, não citarei aqui os nomes desses conservadores. Como já disse em outras oportunidades, a eles cabe o anonimato da História e o silêncio de suas próprias vidas.

Sr. Presidente, quero elogiar a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR), pelo brilhante trabalho que está fazendo em defesa das ações afirmativas e da igualdade racial.

Por outro lado, faço questão de que fique registrado nos Anais desta Casa o artigo publicado no último dia 26, no jornal Correio Braziliense, sob o título "Da Igualdade", de autoria da Doutora em Educação



pela USP e diretora do Instituto da Mulher Negra (Gedés), Sueli Carneiro.

Artigo dessa que é uma libertadora. Uma mulher que defende as causas dos discriminados, daqueles que são marginalizados e que sofrem pelo preconceito e pela discriminação.

Na mesma linha, aproveito para parabenizar a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), por estar implantando na instituição uma série de ações afirmativas, a exemplos de outras universidades como as da Bahia, do Rio de Janeiro, do Paraná e de Brasília. Já existe a política de cotas em mais de 30 instituições no Brasil.

A entidade resolveu adotar um Programa de Ações Afirmativas (PAA) a fim de proporcionar às pessoas oriundas de diferentes sócio-econômicos e étnico-raciais o acesso ao ensino superior.

São objetivos do Programa:

A ampliação de acesso aos cursos de candidatos que tenham cursado o ensino médio integralmente na rede pública (municipal, estadual, federal) com adequada proporcionalidade de participação de negros e de indígenas;

o desenvolvimento de ações que objetivem o apoio à permanência dos alunos economicamente desfavorecidos na Universidade mediante condições de sobrevivência e de orientação para o adequado desenvolvimento e aprimoramento acadêmico-pedagógico;

dar apoio aos estudantes, docentes e servidores para que promovam, nos diferentes âmbitos da vida universitária, a educação das relações étnico-raciais.

As ações terão tempo determinado.

É como sempre dizemos: as ações são afirmativas, não assistencialistas e paternalistas. Nosso objetivo é dar oportunidades. Após isso, as ações não precisarão mais ser adotadas. Os direitos às pessoas hoje excluídas serão naturais.

As ações que citei aqui – seja a luta de Sueli Carneiro, como a do corpo docente da universidade de São Carlos, assim como as de Frei Davi, Abdias Nascimento, Benedita da Silva, Zezé Motta e tantos outros, nos mostram que estamos no caminho certo.

Felizmente hoje a maioria das pessoas entendem que as ações afirmativas que tanto defendemos são importantes para reparar a exclusão a que os negros brasileiros foram submetidos e, mais, fundamentais para transformar nossa Nação.

Por isso tudo é que temos certeza de que a Câmara dos Deputados aprovará o projeto das cotas, assim como aprovará o Estatuto da Igualdade Racial.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, diz a Constituição em seu capítulo II, artigo 9: “É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”.

Atualmente no Brasil são diversas as categorias em greve:

em Brasília e Sergipe, por exemplo, temos os policiais civis e delegados reivindicando aumentos salariais.

Os policiais militares e federais estão discutindo a possibilidade de fazerem o mesmo. É importante lembrar que no dia 21 deste mês a Polícia Federal fez uma greve de 24h. A intenção: obter reajustes de 30%;

em Campinas os guardas municipais iniciaram na terça uma greve de 48 horas;

no Rio, funcionários do Dataprev estão em greve desde o último dia 6;

ainda no Rio de Janeiro, os servidores da UERJ estão em greve desde 3 de abril.

também em Brasília, a revisão salarial é a reivindicação feita pelos rodoviários que só não continuaram mobilizados devido à liminar da Justiça. Mas, em Natal, os rodoviários estão, desde segunda-feira, parados;

os servidores da Justiça do Trabalho estão, há 40 dias, em greve. A categoria pede um novo plano de cargos e salários (PCS);

Os auditores fiscais da Receita Federal em todo o país estão parados desde o dia 2 de maio;

os funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estão parados desde maio e têm uma longa lista de reivindicações, sendo uma delas os reajustes de salários;

neste fim de semana os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) reuniram-se em assembléia e decidiram que se os acertos feitos com o governo no ano passado não forem cumpridos, entrarão em greve a partir do dia 8 de agosto, por tempo indeterminado.

Suas principais reivindicações são reposição salarial e a criação de um Plano de cargos, Carreiras e Salários;

os metalúrgicos do Grande ABC falam em resistência e greve caso as ameaças de demissões se cumpram.

além disso, outras categorias, como a dos professores, por exemplo, também fizeram greves neste ano e muitas outras pensam em fazer.

Enfim, são muitas as categorias em greve.

Fato que deve ter a atenção dos governantes e também dos comandos de greves.



Sim, pois se há greve é sinal de que algo está errado. E, se observarmos bem, uma reclamação constante é o aumento salarial.

Nossos trabalhadores ainda não recebem o suficiente para ter vidas dignas. Não recebem o suficiente para proporcionar às suas famílias vidas honradas.

Ninguém faz greve porque gosta. Sabemos disso. O instrumento só é usado quando não há interlocução entre os trabalhadores e aqueles que estão do outro lado da mesa.

Quando não há negociação, a greve deve, sim ser utilizada como meio de se fazer pressão. Como forma de buscar o cumprimento ou o avanço dos direitos.

Sabemos também que a greve não mexe apenas com as categorias. Elas interferem nas vidas dos cidadãos, da sociedade. Todos temos o entendimento que nossa responsabilidade é grande. E falo isso como ex-sindicalista e ex-integrante de diversos comandos de greves.

Mas, reforço, quando uma das partes envolvidas não está aberta ao diálogo, a greve é um instrumento legítimo que pode e deve ser usado.

Infelizmente nem todos têm instrumentos assim para servir de base para suas reivindicações.

Um exemplo são nossos aposentados e pensionistas. Se eles tivessem direito à greve e, assim, pudessem pressionar como outras categorias, certamente suas reclamações seriam ouvidas.

Mas, infelizmente, os cerca de dez milhões de aposentados e pensionistas só tem o instrumento do voto para pressionar.

Por isso estão atentos a como se dará a votação do reajuste de seus benefícios. Eles esperam, assim como nós, que esta Casa aprove os 16,7%.

Esperamos que a matéria seja votada hoje e que votemos a favor dessa expressiva parcela da população.

Ficamos indignados quando percebemos que pessoas que nunca se manifestam contra reajustes dizem ser contrários ao reajuste dos vencimentos de aposentados e pensionistas.

Recursos para tanto existem. Basta que não haja remanejamento das verbas públicas e vontade política para conceder o reajuste.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet, que é o próximo inscrito.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna hoje é o fato de o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, ter apresentado seu pedido de demissão ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Como V. Ex<sup>a</sup> que preside os trabalhos, eu sou da região Centro-Oeste do Brasil. V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antero Paes de Barros, é um dos representantes do Estado de Mato Grosso, e eu sou um dos representantes do Estado de Mato Grosso do Sul, no Senado da República. Portanto, somos representantes de Estados que estão umbilicalmente ligados à agricultura e à pecuária.

Qual foi a atuação do Ministro Roberto Rodrigues? A de um homem lutador, de um homem que veio para a vida pública com toda a certeza e demonstrou, no espaço de tempo desde a posse do Presidente Lula até hoje, quando pediu demissão, elevada competência, grande espírito público, demonstrou ser conhecedor dos problemas do homem do campo. Procurou lutar – não conseguiu, é verdade – em defesa da agricultura e da pecuária. Sempre reconheceu as dificuldades do agricultor, do homem do campo, sujeito até mesmo às intempéries, a uma política creditícia que sabemos que é cruel, rude e que não atende às suas necessidades. Lutou o Ministro Roberto Rodrigues.

É preciso fazer-lhe justiça. Vim a esta tribuna para dizer ao Ministro Roberto Rodrigues que aqueles que vêm de Estados produtores, como eu, aqueles que trabalham no campo, aqueles que têm vindo ao Congresso Nacional pedir o apoio de Senadores e Deputados para suas mais legítimas reivindicações, aqueles que vêm aqui expor os problemas a que estão sujeitos são devedores da atuação de elevado espírito público e cívico do Ministro Roberto Rodrigues.

Lamento profundamente que S. Ex<sup>a</sup> tenha deixado o Governo.

Preferiria continuar defendendo os agricultores, os pecuaristas, aqueles homens que trabalham no campo, homens de mãos calejadas, que não têm uma política creditícia bem definida, que não têm uma política para o seu trabalho. Realmente, não há uma política para o agricultor no País.

Prefiro vir aqui, em nome desses agricultores, agradecer ao Roberto Rodrigues e lamentar profundamente que S. Ex<sup>a</sup> tenha deixado o campo de batalha. Não sei as razões que o nortearam. S. Ex<sup>a</sup> disse que são motivos de ordem particular. Não sei bem se é isso. Seja como for, penso que o Brasil perde com a saída do Ministro Roberto Rodrigues.

Seja como for, apelamos muito para S. Ex<sup>a</sup>, que sempre nos recebeu e foi fiel, leal às reivindicações para a solução dos problemas dos agricultores. É bem

verdade que não conseguiu tudo o que queria. Mas conseguiu algo, Sr. Presidente, que deixou marcado no setor produtivo do País, no agronegócio brasileiro. É muito repetido aqui que o agronegócio é responsável pelo superávit da balança comercial e responsável maior pelo índice de exportações do Brasil.

Ele deixou sua marca indelével, e por tudo isso somos agradecidos ao Ministro Roberto Rodrigues.

Pedimos que Deus ilumine o Presidente Lula, para que ele escolha como substituto do Ministro Roberto Rodrigues um homem que consiga implantar uma efetiva política em favor da agricultura neste País, um homem que conheça os problemas do campo. É o que podemos desejar neste momento.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. RAMEZTEBET** (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Tião Viana.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Caro Senador Ramez Tebet, desejo apenas me associar às palavras de V. Ex<sup>a</sup> na justa e elevada homenagem que faz ao Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que ora deixa o Governo para retornar às suas atividades na iniciativa privada. Trata-se de um homem que ajuda o Brasil onde estiver, pela sua formação intelectual, pelo seu compromisso com o País e, sobretudo, pela capacidade que teve de apontar um norte da importância da economia rural para o Brasil. O Ministro Rodrigues é um conhecedor profundo dos problemas da economia rural brasileira, tem um compromisso elevado e intransigente com o agronegócio brasileiro e entende que, caminhando bem, esse setor horizontalizaria até o benefício da agricultura familiar. Então, é um homem que procura ver o todo e que assumiu esse compromisso como um todo perante o nosso Governo. Teve dificuldades, como é natural, nas oscilações que a economia rural atravessa em qualquer país na condição do Brasil, que é grande produtor de matéria-prima, que gera pouco valor agregado aos seus produtos e que ainda passa dificuldades nessa área. Mas ele trouxe uma contribuição marcante. É um homem a quem o Brasil deve reconhecimento, deve gratidão. E eu lhe confesso, na condição de homem da Amazônia brasileira, que a minha gratidão é muito mais distinta, porque vi o Ministro da Agricultura de frente para a Amazônia, debatendo os problemas da região, respeitando suas posições doutrinárias e filosóficas, até na questão dos transgênicos e da biotecnologia, que ora se impõe a todos aqueles que lutam pela economia rural brasileira. Mas vi, sobretudo, um homem solidário às questões amazônicas. No meu Estado, S. Ex<sup>a</sup> foi impecável, solidário permanentemente, tratando, com grande interesse e responsabilidade, de todos os problemas, da febre

aftosa, da defesa animal até a defesa fitossanitária. Então, é um Ministro completo, a quem muito deve a Amazônia por sua permanência à frente da pasta da Agricultura. Considero, assim como V. Ex<sup>a</sup>, uma grande perda para o Brasil. Da minha parte, fica uma palavra de agradecimento muito sincero em nome de todo o povo do Acre. Era o que eu tinha a dizer. Agradeço e anuncio que me manifestarei formalmente também da tribuna, nos próximos dias, em reconhecimento ao Ministro Rodrigues. Muito obrigado.

**O SR. RAMEZTEBET** (PMDB – MS) – Senador Tião Viana, as suas palavras, falando em nome da Amazônia, tiraram praticamente o caráter quase regionalista que eu estava dando ao meu pronunciamento. É que o meu sentimento é o de homem de Mato Grosso do Sul, de homem do Centro-Oeste, regiões cuja riqueza está no campo.

V. Ex<sup>a</sup> disse muito bem: o Ministro Roberto soube conciliar até as suas posições ideológicas para melhor servir ao Brasil. Acreditava S. Ex<sup>a</sup> – e penso que, naturalmente, continua acreditando – que precisamos efetivamente de uma política agrária que tire os produtores do Brasil, que tire a economia do campo da situação em que ela se encontra.

Portanto, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> só engrandece o meu pronunciamento.

Ouçó o aparte do Senador Antero Paes de Barros.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Em seguida, agradeço se V. Ex<sup>a</sup> puder conceder-me um aparte.

**O Sr. Antero Paes de Barros** (PSDB – MT) – Senador Ramez Tebet, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. Somos do Mato Grosso, Estado que tem 70% de sua economia dependente do setor da agropecuária, do setor do agronegócio. O Ministro é do ramo. É um dos raros ministros competentes do Governo Lula. Mas é preciso conhecer a fundo os porquês do pedido de demissão do Ministro Roberto Rodrigues. Esse Governo pactuou várias vezes com o setor agrícola do Brasil e não cumpriu nenhuma das vezes em que pactuou. A agricultura continua vivendo um seriíssimo problema em nosso País. Estamos, agora, inviabilizando 2007. O Ministro Roberto Rodrigues sabe disso. Esse Governo está preparando, agora sim, uma herança maldita para o futuro governo, para o novo governo que assumirá em 1º de janeiro. Não tenho dúvida alguma de que a agricultura brasileira e todos os produtores deste País reconhecem que o Ministro Roberto Rodrigues é do ramo, com a mesma intensidade que sabem que nenhum governo fez tão mal à agricultura brasileira quanto o do Presidente Luiz Inácio. O Governo do Presidente Lula realmente criou a impossibilidade de se produzir

nos campos brasileiros, seja em função do populismo cambial tendo em vista as eleições, seja em função de uma ausência total de política agrícola, pela qual o Ministro tanto lutou, sem conseguir. Pactos foram feitos com o Ministro e com o Congresso Nacional, e pactos foram desonrados com o Ministro e com o Congresso Nacional; pactos foram feitos com os agricultores, quando do tratoação, e pactos foram desonrados com os agricultores. O recente Pacote da Agricultura não resolveu os problemas do campo brasileiro. Tenho certeza absoluta de que muitos agricultores estavam torcendo para que o Ministro Roberto Rodrigues saísse, a fim de que o Presidente Lula não usasse a biografia de S. Ex<sup>a</sup> como escudo diante da incompetência e da má-vontade desse Governo com a política produtiva, com o setor produtivo, com o setor do agronegócio no Brasil. Lula defende Bruno Maranhão. Lula defende o MST. Lula sempre voltou as costas para o agronegócio brasileiro. Não restava outra atitude ao Ministro. Penso até que foi um bom gesto do Ministro sair para deixar a interrogação sobre esse Governo à sociedade brasileira, porque o setor produtivo já sabe que o Governo fracassou totalmente nessa área.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Senador Antero Paes de Barros, estou ocupando a tribuna para homenagear o esforço desse Ministro que, durante mais de três anos, foi o único Ministro da Agricultura do Presidente Lula, mas que será substituído agora.

Concordo com V. Ex<sup>a</sup> quando diz que falta uma política que defenda realmente o homem do campo neste País. Não tenho a menor dúvida disso.

**O Sr. Antero Paes de Barros** (PSDB – MT) – E concordo com V. Ex<sup>a</sup> que isso não é por culpa do Ministro.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Mas é inegável que todos reconhecemos o esforço do Ministro Roberto Rodrigues para construir uma política adequada, porque, há dez anos no Senado da República, vejo seguidamente, invariavelmente, todos os anos, ocuparmos esta tribuna, irmos ao Ministério, irmos ao Palácio do Planalto, em busca de ajuda aos agricultores, e tudo foi em vão.

Como V. Ex<sup>a</sup> bem disse: houve um pacote agrícola, sim, mas que não atende as reais necessidades dos agricultores do nosso País.

Ouç o aparte do Senador Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Ramez Tebet, quero somar-me a sua palavra de consideração ao Ministro Roberto Rodrigues, da Agricultura, que, desde o início do Governo, tem-se constituído em uma pessoa extremamente respeitada. Junto a todas as pessoas que trabalham com agricultura e agropecuária no Brasil, S. Ex<sup>a</sup> foi sempre

reconhecido como alguém que tem grande conhecimento dos problemas do setor e que vinha dando uma contribuição muito importante para o Presidente Lula. Quero aqui expressar o meu reconhecimento ao Ministro Roberto Rodrigues, pelas inúmeras vezes em que com ele interagi, como, por exemplo, no diálogo com os citricultores brasileiros, nas difíceis disputas que por vezes ocorreram entre os produtores de laranja – não apenas de São Paulo, mas do Brasil inteiro – e os produtores de suco de laranja. Trata-se de um embate difícil, e o Ministro da Agricultura sempre procurou ouvir os agricultores nas próprias regiões de produção da laranja. Fui convidado para estar presente e pude ver a sua disposição para dialogar. Isso também era feito com os cafeicultores, com os produtores de cana-de-açúcar, de álcool, de soja, enfim, com todos os setores produtivos. S. Ex<sup>a</sup> foi sempre uma pessoa muito aberta. No que diz respeito às cooperativas, outro tema tão caro para o Ministro da Agricultura, que antes havia sido presidente da Organização das Cooperativas do Brasil, juntamente com o Senador Osmar Dias, S. Ex<sup>a</sup> colaborou para que fosse apresentado um projeto – diferente do que eu havia apresentado aqui – que define normas e diretrizes para as sociedades cooperativas. Eu, o Senador Flávio Arns, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, e o Senador Sérgio Guerra, Presidente da Comissão, somos testemunhas dos esforços de diálogo. Ainda não completamos o processo de votação desta matéria, mas temos no Ministro da Agricultura um dos principais interlocutores, assim como o Ministro do Desenvolvimento Agrário, o Ministro do Trabalho e, em especial, o Secretário de Economia Solidária, Professor Paul Singer. Espero que, sendo a razão tratar de problema de saúde de sua esposa, a quem estimo melhoras, que possa Roberto Rodrigues, de onde estiver, continuar colaborando, com seu conhecimento, com suas idéias. Ainda que, por vezes, tenhamos divergido em alguns pontos, como no caso do projeto da Lei das Cooperativas, nosso diálogo sempre foi construtivo e produtivo. Portanto, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> por estar aqui exaltando as qualidades do Ministro Roberto Rodrigues. Espero que o Presidente Lula, que sempre reconheceu sua capacidade, possa ter uma pessoa a sua altura, que, inclusive, tenha o respaldo de todas as pessoas que trabalham na agricultura, para continuar a difícil e complexa missão de ser Ministro da Agricultura. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> por esse registro.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> demonstra que o Ministro Roberto Rodrigues era unanimidade. E tinha que ser, pela sua competência, inclusive com relação à matéria em que V. Ex<sup>a</sup> e ele divergiam, segundo as

palavras de V. Ex<sup>a</sup>, da Lei que está tramitando aqui no Senado da República e que procura regulamentar, no Brasil, o cooperativismo, que é a forma associativa de melhor gerir a riqueza produzida no nosso País.

Quem tem o espírito cooperativista nunca vai deixar de colaborar. Portanto, mesmo não sendo mais Ministro, mesmo não ocupando um cargo ou uma função pública, com toda certeza, o Ministro Roberto Rodrigues vai estar atento aos grandes problemas nacionais, principalmente esses a que estamos nos referindo aqui, referentes à economia do campo.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Tanto eu quanto o Ministro Roberto Rodrigues e os Senadores Osmar Dias, Flávio Arns e José Fogaça, que também foi um dos autores, somos a favor do estímulo às fórmulas cooperativas de produção. Diferimos apenas na definição de alguns termos ou de qual entidade estará organizando, até porque eu defendo que ela não seja a única, pois, como a Constituição brasileira observa, é preciso liberdade de organização e associação, inclusive para as cooperativas. Mas concordamos no que diz respeito ao propósito de estimular as cooperativas.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Perfeitamente.

Assim, deixo esta tribuna formulando votos de que o Presidente da República faça uma boa escolha do nome que vai substituir o Ministro Roberto Rodrigues, que disse que deixaria o cargo por motivos particulares, que, segundo o Senador Eduardo Suplicy, referem-se ao tratamento de saúde de sua esposa. É um motivo altamente compreensível, de grande relevância nas nossas vidas, pois a saúde é o mais precioso bem que um homem pode ter.

Desejo, portanto, ao Ministro muitos votos de felicidade e um pronto restabelecimento para sua esposa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> pela ordem. Em seguida, darei início à Ordem do Dia.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas desejo externar aqui votos de pronto restabelecimento ao Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, que sofreu um grave acidente que lhe causou um politraumatismo. Ele se encontra

na Unidade de Terapia Intensiva do Incor. O acidente se deu na madrugada de sexta para sábado passado. Não tomamos conhecimento do acidente porque estávamos na convenção do Partido dos Trabalhadores e o fato só veio ao conhecimento público mais tarde. Ainda ontem os Líderes de todos os Partidos expressaram votos de pronto restabelecimento.

O Deputado Arlindo Chinaglia, segundo o médico com quem conversei ontem na UTI do Incor, se encontra consciente, falando, está se recuperando, mas está quase imóvel por causa do politraumatismo.

Espero que ele possa estar, em breve, novamente conosco no Congresso Nacional, colaborando com os nossos trabalhos.

Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – De maneira bastante breve, associo-me, e faço isso em nome de toda a Bancada do PSDB, aos votos de pronto restabelecimento ao Líder do Governo na Câmara, Arlindo Chinaglia, aqui feitos pelo Senador Eduardo Suplicy.

Eu telefonei hoje para o gabinete do Deputado, já telegrafei para a sua família e, sinceramente, desejo que, de fato, S. Ex<sup>a</sup> esteja brevemente de volta ao seu campo de luta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, dia 29 do corrente, quinta-feira, às doze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, que “*dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências*”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à:

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 286, de 2006**  
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 286, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global duzentos e cinquenta milhões



e quinhentos mil reais, para os fins que especifica.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando teve sua apreciação transferida, tendo em vista a não-realização da Ordem do Dia naquela data.

À Medida Provisória foram apresentadas 16 emendas.

Foram proferidos pareceres no plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado Almir Moura (PFL-RJ), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, e pela rejeição das emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 22 de março, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 25 de maio;

- a matéria entrou em regime de urgência, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 23 de abril, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;

- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 20, de 2006, e se esgotará no dia 6 de julho;

- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 8 de junho.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella, Relator revisor da matéria.

#### **PARECER Nº 778, DE 2006–PLEN**

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (PRB – RJ. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trata-se da Medida Provisória nº 286, de 2006 que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de R\$250.500.000,00 (duzentos e cinquenta milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica.

O autor é o Poder Executivo.

Com base no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Se-

nhor Presidente da República editou e encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da mensagem nº 20/2006-CN (nº 147/2006, na origem), a Medida Provisória nº 286, de 8 de março de 2006, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, Previdência Social e do Esporte, no valor global de R\$ 250.500.000,00 (duzentos e cinquenta milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica.

A Exposição de Motivos – EM nº 00032/2006/MP, de 6 de março de 2006, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a MP nº 286/2006, informa as seguintes destinações: R\$ 140 milhões para o Ministério da Justiça, para atender ações preventivas de segurança para a realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos que ocorrerão no Rio de Janeiro em 2007; preparação e emprego da Força Nacional de Segurança; implantação de uma infra-estrutura de sistemas vitais ao suporte de segurança dos Jogos; e ações de inteligência associadas aos Jogos.

Sr. Presidente, R\$ 140 milhões serão destinados ao Ministério da Justiça.

O Ministério da Previdência Social terá uma verba de R\$ 26 milhões, discriminadas da seguinte maneira: R\$ 10 milhões para serviços de processamento de dados de benefícios previdenciários; R\$ 2,2 milhões para o funcionamento de atividades descentralizadas da Previdência Social; e R\$ 13,8 milhões para reformulação das agências de atendimento da Previdência Social.

Sr. Presidente, R\$ 84,5 milhões serão destinados ao Ministério dos Esportes, sendo R\$ 60 milhões previstos para o apoio e a implantação do Parque Olímpico do Rio/Complexo do Autódromo Nelson Piquet. Ainda há verbas de R\$ 6 milhões, de R\$ 8 milhões, de R\$ 5 milhões, de R\$ 2,5 milhões e mais R\$ 3 milhões de publicidade de utilidade pública, somando R\$ 84,5 milhões destinados ao Ministério dos Esportes para apoio aos Jogos Pan-Americanos, no Rio de Janeiro.

Então, houve destinação aos Ministérios da Justiça, da Previdência e dos Esportes.

A Exposição de Motivos esclarece ainda que o crédito tem por finalidade o atendimento a diversas programações nesses órgãos e nessas unidades orçamentárias.

Sr. Presidente, no âmbito do Ministério da Justiça, esse crédito extraordinário destina-se à implementação do Plano de Segurança Pública para a realização dos XV Jogos Pan-Americanos – Pan 2007 e Para-Pan-Americanos –, cuja responsabilidade foi atribuída à Secretaria Nacional de Segurança Pública, Senasp, que, inclusive, utilizará a Força Nacional de Segurança Pública, criada pelo Decreto nº 5.289,

de 29 de novembro de 2004. Destaca-se que o Plano envolve, concomitantemente, o desenvolvimento de ações preventivas associadas às de inteligência e de policiamento ostensivo e contará com a participação das comunidades residentes na região da realização dos Jogos.

A referida Exposição de Motivos discrimina as diversas ações de segurança pública a serem realizadas como parte do Plano de Segurança Pública, entre as quais se destacam: capacitação de 1 mil jovens voluntários, identificados como brigadistas socorristas, de 10 mil outros, na faixa de 16 a 24 anos, que atuarão como guias cívicos durante os jogos de dos gestores municipais de Segurança Cidadã; e implantação de uma companhia escolar de polícia comunitária, que objetiva a atuação combinada das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros e da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, bem como de representantes das comunidades.

No âmbito do Ministério da Previdência Social, conforme a Exposição de Motivos, os recursos serão destinados ao pagamento de serviços de processamento de dados previdenciários; ao aparelhamento de agências já reformadas do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, que se encontram desativadas por falta de mobiliário; à aquisição de equipamentos para os novos médicos peritos concursados; e ao pagamento dos serviços de processamento de dados previdenciários.

Quanto ao Ministério dos Esportes, informa a Exposição de Motivos da Presidência da República e do Ministério do Planejamento que os recursos se destinam a apoiar financeiramente o Município do Rio de Janeiro para execução das obras de implantação do Parque Olímpico do Rio, no Autódromo Nelson Piquet, que será, Sr. Presidente, o epicentro das competições do Pan-Americano; e a garantir a exequibilidade das ações pertinentes à realização do evento.

Segundo a Exposição de Motivos, a intervenção do Governo Federal se tornou necessária tendo em vista que o Município do Rio de Janeiro não poderá atender a todas as despesas decorrentes das obras do Parque Olímpico, como inicialmente previsto, uma vez que está impedido de obter financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por já ter atingido o limite de endividamento de que trata o art. 30, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Informa ainda a Exposição de Motivos que o crédito destinado ao Ministério do Esporte será também alocado na contratação de consultoria e estudos específicos; na realização das cerimônias de abertura e

encerramento dos Jogos; e em diversas outras ações voltadas à realização dos Jogos, incluindo a divulgação dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007.

Por último, esclarece a Exposição de Motivos que a urgência e a relevância justificam-se pela possibilidade de os Jogos Pan-Americanos ficarem comprometidos caso as medidas de segurança pública e as obras do Parque Olímpico não se iniciem em tempo hábil – na verdade, Senador Romeu Tuma, estamos correndo contra o tempo; daí a importância de discutirmos hoje esta Medida Provisória –, o que colocará em risco a realização dos Jogos, acarretará a perda do direito de sediar o Pan 2007 e enfraquecerá as futuras candidaturas do País para sediar competições da mesma magnitude, além de outros prejuízos à imagem e à credibilidade do País.

No caso do crédito destinado ao Ministério da Previdência Social, Senador Paulo Paim, enfatiza-se a necessidade de evitar a paralisação dos serviços prestados pelas agências da Previdência Social. Esse dinheiro servirá para pagar o processamento de dados e o cálculo das pensões e aposentadorias de milhões de brasileiros.

A Exposição de Motivos não informa a origem dos recursos para contrapartida e nem as medidas que serão adotadas para evitar prejuízos ao alcance da meta de superávit primário estabelecida no art. 2º da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006.

Sr. Presidente, foram apresentadas 16 emendas à Medida Provisória nº 286, de 2006, conforme demonstrativo em anexo, da Câmara dos Deputados. Todas foram rejeitadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

### **ANÁLISE DA MEDIDA PROVISÓRIA**

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República, no caso de relevância e urgência, poderá adotar Medidas Provisórias com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

Consoante o art. 5º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, o parecer quanto à análise de créditos extraordinários abertos por Medida Provisória deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de adequação financeira e orçamentária, de mérito e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º daquele diploma legal.

Do exame do crédito extraordinário, verificamos que a iniciativa atende aos aspectos constitucionais, inclusive quanto aos pressupostos constitucionais de admissibilidade relativos à relevância e urgência, tendo em vista a natureza da matéria. Relativamente ao pressuposto de imprevisibilidade do gasto, há que se concluir que os obstáculos supervenientes criaram uma situação de premência de realização da despesa que justifica a superação do eventual óbice da ausência da imprevisibilidade de que trata o § 3º do art. 167 da Constituição, uma vez que impossibilitou o tratamento da matéria por meio de projeto de lei.

Quanto à análise da adequação orçamentária e financeira, percebe-se que o crédito extraordinário não contraria os dispositivos constitucionais ou os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual e à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2006.

No que tange aos recursos alocados, o crédito solicitado não indica as fontes de recursos necessários à execução das despesas propostas. Tal fato, no entanto, não constitui óbice à aprovação da Medida Provisória em exame, haja vista que a Constituição estabelece claramente essa obrigatoriedade apenas para os créditos suplementares e especiais.

Assim sendo, presentes os pressupostos constitucionais caracterizadores da relevância e urgência, que são os requisitos básicos para a utilização de medida provisória, não deve o crédito sujeitar-se a limitações de recursos.

Não obstante, é conveniente que, no transcorrer da execução da Lei Orçamentária para 2006, o Poder Executivo promova os necessários ajustes às programações orçamentárias, visto que esses gastos afetam o cálculo do resultado primário preconizado no art. 2º da LDO/2006.

Além disso, a Exposição de Motivos do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição dessa Medida Provisória.

No que se refere ao mérito, o crédito extraordinário destina recursos para o atendimento de despesas de extrema necessidade no âmbito dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte. Os recursos consignados pelo crédito visam, predominantemente, atender à realização dos XV Jogos Pan-Americanos – Pan 2007 e Para-Pan-Americanos – Para-Pan 2007, com implementação de ações preventivas de segurança pública e de implantação de infra-estrutura de instalações físicas, assim como para o Ministério da Previdência Social (INSS), com a iniciativa de garantir o processamento de dados dos benefícios previden-

ciários e o aparelhamento e a reforma das agências desse órgão.

Quanto às emendas apresentadas ao crédito, numeradas de 00001 a 00016, todas propondo a inclusão de programações de inegável mérito, concordamos com a decisão do Plenário da Câmara dos Deputados no sentido de rejeitá-las.

De fato, a eventual aprovação dessas proposições poderia comprometer a integridade do crédito extraordinário, em face dos eventuais prejuízos ao desenvolvimento das programações por ele beneficiadas, conforme se depreende das justificativas contidas na exposição de motivos apresentada pelo Poder Executivo.

### VOTO

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 286, de 2006, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das Emendas nºs 0001 a 0016.

Sr. Presidente, não vou ler as emendas, pois foram todas apresentadas e rejeitadas no âmbito da Câmara dos Deputados.

Antes de concluir, gostaria de fazer um apelo aos Srs. Senadores, que certamente estão nos ouvindo em seus gabinetes, no sentido de aprovarmos a matéria.

Trata-se dos Jogos Pan-Americanos da cidade do Rio de Janeiro. O Prefeito César Maia gostaria de arcar com as despesas, não fosse o impedimento constitucional de a Prefeitura não poder contrair dívidas acima de 60% das suas receitas líquidas correntes. Portanto, a Prefeitura não poderá arcar com isso. O Governo Federal participaria com R\$ 250 milhões, tendo em vista ações de segurança e a construção, Senador Wellington Salgado de Oliveira, do Complexo Olímpico do Autódromo Nelson Piquet, onde ficará localizado o velódromo, importantíssimo para os Jogos Pan-Americanos.

Aliás, a Prefeitura do Rio de Janeiro está tendo uma atuação brilhante, diante dos poucos recursos de que dispomos. O Prefeito César Maia tem feito um esforço extraordinário para manter em dia o cronograma das obras. Na Vila Olímpica – passo por ela quase todos os dias, Senador Luiz Otávio –, já existem mais de 20 prédios construídos, numa combinação de recursos do FAT e da iniciativa privada. Há também o estádio do Engenho de Dentro, que dá para ser visto de quase toda a cidade. Já estamos no último degrau das arquibancadas, utilizando recursos próprios.



Cabe ao Governo Federal assumir essas ações, pois o Rio de Janeiro tem registrado altos índices de violência. No ano passado, houve 117 mil furtos, 70% são na região metropolitana. Furtos com violência, assaltos com arma, foram 111 mil. Lesões corporais dolosas, balas perdidas, bêbados atropelando pessoas, brigas com facas e garrafas foram 79 mil casos. É uma tragédia, uma catástrofe!

Agora que estamos para receber delegações do mundo inteiro, é preciso que haja ações preventivas de segurança.

No plano do Governo Federal, está previsto o treinamento de 10 mil jovens das comunidades, que serão embaixadores da cidadania no Rio de Janeiro, a fim de ajudar a recepcionar os turistas e atletas, e também de motivar a população em torno do objetivo único, que é divulgar ao mundo a experiência pacífica, organizada e democrática dos Jogos Pan-Americanos realizados no Brasil.

Se não votarmos esta Medida Provisória, que perderá a validade no dia 6 de julho, poderemos colocar em xeque o trabalho extraordinário do Prefeito César Maia.

Cito as ações tanto do Governo Estadual como do Governo Federal, no sentido de bem realizarmos esses Jogos.

Sr. Presidente, este é o apelo que faço. Não sou do PFL, mas, em nome do Prefeito César Maia, faço aqui este apelo porque sei que é do maior interesse do povo e do Estado do Rio de Janeiro.

E não é apenas isso, Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> que tem defendido muito os aposentados e os pensionistas. Neste projeto, há mais de R\$ 20 milhões destinados ao INSS, ao pagamento do serviço de processamento de dados. V. Ex<sup>a</sup> pode imaginar o que significaria para quase 30 milhões de brasileiros que recebem pensões e aposentadorias o colapso do serviço de computação do INSS, o que poderia causar de transtorno aos nossos aposentados.

Concluo, Sr. Presidente – para não cansar meus Pares –, fazendo este apelo, no sentido de que possamos aprovar esta Medida Provisória de tamanha relevância para o Brasil, sobretudo para o Estado do Rio de Janeiro e para a cidade do Rio de Janeiro.

Com certeza, o Senador Romeu Tuma, um dos líderes do Partido da Frente Liberal, há de entender as lutas, as angústias e as agruras que o Prefeito César Maia tem vivido e enfrentado para a realização desses jogos. Não é fácil. Hoje, corremos contra o tempo. O Comitê Olímpico Internacional vem à cidade, e há uma série de ações que precisamos tomar. É necessário liberar recursos. Cuidar da parte da segurança é fundamental. Temos que treinar todo esse pessoal, tratar

do transporte, de uma infra-estrutura tão importante e tão necessária aos Jogos Pan-americanos.

Sr. Presidente, como Senador do Rio de Janeiro, termino dizendo que esse é um apelo do meu Estado, da cidade que é capital do Brasil e não só do Rio, em nome dos Jogos Pan-Americanos, que, aliás, vão ser também os jogos Paramericanos, quer dizer, as pessoas deficientes também vão competir. Assim, vamos dar um exemplo extraordinário ao mundo de que nós aqui no Brasil sabemos tratar bem os atletas, as comitivas, assim como estamos sendo muito bem tratados na Alemanha, onde o Brasil está dando um *show* de bola com toda a segurança, e nossos turistas também.

Esse exemplo tão bonito que a Alemanha está dando para o mundo, nós, do Rio de Janeiro, que já fomos escolhidos como a cidade mais solidária do Brasil, queremos dar também um exemplo de organização nos Jogos Pan-Americanos.

Sr. Presidente, muito obrigado pela atenção, aos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado. Pedimos às Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que estejam conosco nesse pleito para aprovamos esses recursos aos Jogos Pan-Americanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

#### **PARECER Nº , DE 2006.**

**Do Plenário do Senado Federal, sobre a Medida Provisória nº286, de 2006, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de R\$250.500.000,00, para os fins que especifica”.**

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

#### **1. Histórico**

Com base no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República editou e encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 20/2006-CN (nº 147/2006, na origem), a Medida Provisória nº286, de 8 de março de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de R\$ 250.500.000,00 (duzentos e cinquenta milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica”.

A Exposição de Motivos – EM nº 00032/2006/MP, de 06 de março de 2006, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que acompanha a MP nº 286/2006, informa as seguintes destinações e respectivos valores para o crédito em foco, aos quais foram valores empenhados e liquidados:



ÓRGÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / PROGRAMA	PROGRAMA / AÇÃO	VALOR (Em R\$ 1,00)	EMPENHA DO	LIQUIDAD O
<b>30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b>				
<b>30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública</b>		<b>140.000.000</b>		
1127 - Sistema Único de Segurança Pública - SUSP	1F63 - Ações Preventivas Associadas a Segurança Pública nos Jogos Pan e Para-Pan- Americanos de 2007	6.700.000	6.700.000	6.700.000
	1F64 - Preparação e Emprego da Força Nacional de Segurança Pública para os Jogos Pan e Pan-Americanos de 2007	7.000.000	6.954.000	0
	1F65 - Implantação de Infra-Estrutura e de Sistemas Vitais de Suporte de Segurança Pública nos Jogos Pan e Pan-Americanos de 2007	116.300.000	1.026.000	0
	1F68 - Ações de Inteligência Associadas aos Jogos Pan e Pan-Americanos de 2007	10.000.000	312.139	240.000
<b>33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>				
<b>33201 - Instituto Nacional do Seguro Social</b>		<b>26.000.000</b>		
0083 - Previdência Social Básica	2292 - Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	10.000.000	10.000.000	10.000.000
	2593 - Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social	2.200.000	506.039	665
0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários	5509 - Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social	13.800.000	1.756.936	0
<b>51000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE</b>				
<b>51101 - Ministério do Esporte</b>		<b>84.500.000</b>		
1246 - Rumo ao Pan 2007	0B47 - Apoio a Implantação do Parque Olímpico do Rio/Complexo do Autódromo Nelson Piquet	60.000.000	60.000.000	30.000.000
	1D72 - Implantação de Infra-Estrutura Tecnológica para a Realização dos Jogos Pan e Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro	6.000.000	4.000.000	4.000.000
	2272 - Gestão e Administração do programa	8.000.000	4.000.000	4.000.000
	2430 - Realização dos Jogos Pan e Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro	5.000.000	297.678	170.909
	3950 - Implantação de Infra-Estrutura Física para a Realização dos Jogos Pan e Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro	2.500.000	97.893	84.865
	4641- Publicidade de Utilidade Pública	3.000.000	0	0
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>250.500.000</b>		

Fonte: SIGA BRASIL – VALORES DISPONÍVEIS EM 19/06/2006

Esclarece a Exposição de Motivos – EM nº 00032/2006/MP que o crédito tem por finalidade o atendimento a diversas programações nos seguintes órgãos e unidades orçamentárias:

#### Ministério da Justiça

No âmbito do Ministério da Justiça, o crédito extraordinário destina-se à implementação do plano de segurança pública para a realização dos XV Jogos Pan-Americanos – Pan 2007 e Para-Pan-Americanos – Para-Pan, cuja responsabilidade foi atribuída à Secre-

taria Nacional de Segurança Pública – SENASP que, inclusive, utilizará a Força Nacional de Segurança Pública, criada pelo Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004. Destaca-se que o plano envolve, concomitantemente, o desenvolvimento de ações preventivas associadas às de inteligência e de policiamento ostensivo e contará com a participação das comunidades residentes na região de realização dos Jogos.

A referida EM nº 00032/2006/MP discrimina as diversas ações de segurança pública a serem realizadas como parte do plano de segurança pública, dentre

as quais se destacam: capacitação de mil jovens voluntários, identificados como brigadistas socorristas, e 10 mil outros, na faixa de 16 a 24 anos, que atuarão como guias cívicos durante os jogos e dos gestores municipais de Segurança Cidadã; e implantação de uma companhia escolar de polícia comunitária que objetiva a atuação combinada das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros e da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, bem como de representantes das comunidades.

### **Ministério da Previdência Social**

No âmbito do Ministério da Previdência Social, informa a EM que os recursos serão destinados ao pagamento de serviços de processamento de dados previdenciários; ao aparelhamento de agências já reformadas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, que se encontram desativadas por falta de mobiliário; à aquisição de equipamentos para os novos médicos peritos concursados; e ao pagamento dos serviços de processamento de dados previdenciários.

### **Ministério do Esporte**

Relativamente ao crédito para o Ministério do Esporte, informa a EM que os recursos se destinam a apoiar financeiramente o Município do Rio de Janeiro para execução das obras de implantação do Parque Olímpico do Rio, no Autódromo Nelson Piquet, epicentro das competições, assim como garantir a exequibilidade das ações pertinentes à realização do evento. Esclarece que a intervenção do Governo Federal se tornou necessária tendo em vista que o Município do Rio de Janeiro não poderá atender a todas as despesas decorrentes das obras do Parque Olímpico, como inicialmente previsto, uma vez que está impedido de obter financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por já ter atingido o limite de endividamento de que trata o art. 30, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Informa, ainda, a EM que o crédito destinado ao Ministério do Esporte será, também, alocado na contratação de consultoria e estudos específicos; na realização das cerimônias de abertura e encerramento dos jogos e em diversas outras ações voltadas à realização dos Jogos, incluindo a divulgação dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007.

Por último, esclarece a EM que a urgência e a relevância justificam-se pela possibilidade de os Jo-

gos Pan-Americanos ficarem comprometidos, caso as medidas de segurança pública e as obras do Parque Olímpico não se iniciem em tempo hábil, o que colocará em risco a realização dos Jogos, acarretará a perda do direito de sediar o Pan 2007 e enfraquecerá as futuras candidaturas do País para sediar competições da mesma magnitude, além de outros prejuízos à imagem e à credibilidade do País. No caso do crédito para o Ministério da Previdência Social, enfatiza-se a necessidade de evitar a paralisação dos serviços prestados pelas agências da Previdência Social.

A EM não informa a origem dos recursos para contrapartida e nem as medidas que serão adotadas para evitar prejuízos ao alcance da meta de superávit primário estabelecida no art. 2º da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (LDO 2006).

Foram apresentadas 16 (dezesesseis) emendas à Medida Provisória nº 286/2006, conforme demonstrativo em anexo, todas rejeitadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

## **2. Análise da Medida Provisória**

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República, no caso de relevância e urgência, poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las, de imediato, ao Congresso Nacional.

Consoante o art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, o Parecer quanto à análise de créditos extraordinários abertos por medida provisória deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de adequação financeira e orçamentária, de mérito, e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º daquele diploma legal.

Do exame do Crédito Extraordinário, verificamos que a iniciativa atende aos aspectos constitucionais, inclusive quanto aos pressupostos constitucionais de admissibilidade relativos à relevância e urgência, tendo em vista a natureza da matéria. Relativamente ao pressuposto de imprevisibilidade do gasto, há que se concluir que os obstáculos supervenientes criaram uma situação de premência de realização da despesa que justifica a superação do eventual óbice da ausência da imprevisibilidade de que trata o § 3º do art. 167 da

Constituição, uma vez que impossibilitou o tratamento da matéria por meio de projeto de lei.

Quanto à análise da adequação orçamentária e financeira, percebe-se que o crédito extraordinário não contraria os dispositivos constitucionais ou os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual e à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2006 (Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005).

No que tange aos recursos alocados, o crédito solicitado não indica as fontes de recursos necessários à execução das despesas propostas. Tal fato, no entanto, não constitui óbice à aprovação da Medida Provisória em exame, haja vista que a Constituição estabelece claramente essa obrigatoriedade apenas para os créditos suplementares e especiais (**ex vi** inciso V do art. 167).

Assim sendo, presentes os pressupostos constitucionais caracterizadores da relevância e urgência, que são os requisitos básicos para a utilização de medida provisória, não deve o crédito sujeitar-se a limitações de recursos. Não obstante, é conveniente que no transcorrer da execução da Lei Orçamentária para 2006, o Poder Executivo promova os necessários ajustes às programações orçamentárias, visto que esses gastos afetam o cálculo do resultado primário preconizado no art. 2º da LDO/2006.

Além disso, a EM nº 00032/2006/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição dessa Medida Provisória.

No que se refere ao mérito, o crédito extraordinário destina recursos para o atendimento de despesas

de extrema necessidade no âmbito dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte. Os recursos consignados pelo crédito visam, predominantemente, atender à realização dos XV Jogos Pan-Americanos – Pan 2007 e Para-Pan-Americanos – Para-Pan 2007, com implementação de ações preventivas de segurança pública e de implantação de infra-estrutura de instalações físicas e, bem assim para o Ministério da Previdência Social (INSS) com a iniciativa de garantir o processamento de dados dos benefícios previdenciários e o aparelhamento e a reforma das agências desse Órgão.

Quanto às emendas apresentadas ao crédito, numeradas de 00001 à 00016, todas propondo a inclusão de programações de inegável mérito, concordamos com a decisão do Plenário da Câmara dos Deputados no sentido de rejeitá-las. De fato, a eventual aprovação dessas proposições poderia comprometer a integridade do crédito extraordinário, em face dos eventuais prejuízos ao desenvolvimento das programações por ele beneficiadas, conforme se depreende das justificativas contidas na exposição de motivos apresentada pelo Poder Executivo.

### 3. Voto

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 286, de 2006, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das Emendas nºs 0001 a 0016.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2006. – Senador **Marco Crivella**, Relator.

**ANEXO I**

**MP nº 286, de 2006 – CN**  
**DEMONSTRATIVO DAS EMENDAS APRESENTADAS (ART. 31, INCISO I, DA RES.**  
**No 01, DE 2001–CN)**

<b>Emenda</b>	<b>Autor</b>	<b>Funcional/Subtítulo</b>	<b>Decisão Plenário da CD</b>
00001	Anivaldo Vale	09.271.0083.2593.XXXX – Funcionamento das unidades descentralizadas da previdência social – No Estado do Pará	Rejeitada
00002	Anivaldo Vale	09.271.0085.5509.xxxx – Reformulação das agências de atendimento da previdência social – No Estado do Pará	Rejeitada
00003	José Divino	27.811.1246.1D72.0101 – Funcionamento de Núcleos de Esportes e de Lazer – IBAS	Rejeitada
00004	José Divino	27.811.1246.0847.0101 – Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer em Vários Municípios do Estado do Rio de Janeiro	Rejeitada
00005	José Divino	27.811.1246.1D72.0101 – Funcionamento de Núcleos de Esportes em Municípios do Estado do Rio de Janeiro	Rejeitada
00006	Pedro Novais	27.812.1250.5450.4080 – Implantação e Modernização de Quadra de Esporte Coberta em Municípios do Estado do Maranhão	Rejeitada
00007	Pedro Novais	27.812.1250.5450.0630 – Construção de Campo de Futebol em Municípios do Estado do Maranhão	Rejeitada
00008	Zé Gerardo	27.812.1245.2352.XXXX – Produção de Material Esportivo por Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Social – Pintando à Cidadania – em Municípios do Estado do Ceará	Rejeitada
00009	Zé Gerardo	27.812.1245.2352.XXXX – Produção de Material Esportivo por Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Social – Pintando à Cidadania – no Município de Caucaia - Estado do Ceará	Rejeitada
00010	Zé Gerardo	27.812.1250. 5450.XXXX – Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer – no Município de Caucaia – Estado do Ceará	Rejeitada



00011	Zé Gerardo	27.812.1250. 5450.XXXX – Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer – em Municípios do Estado do Ceará	Rejeitada
00012	André Figueiredo	27.811.1246.2430.0103 – Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro – No Estado do Rio de Janeiro	Rejeitada
00013	André Figueiredo	27.811.1246.XXXX.XXXX – Implantação de Infra-Estrutura Preparatória para os Atletas nos Estados da Federação	Rejeitada
00014	Fernando de Fabinho	0085.5509.XXXX.XXXX – Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social no Município de Feira de Santa - Bahia	Rejeitada
00015	Fernando de Fabinho	0085.5509.XXXX.XXXX – Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social no Município de Jacobina - Bahia	Rejeitada
00016	Fernando de Fabinho	0085.5509.XXXX.XXXX – Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social no Município de Amélia Rodrigues - Bahia	Rejeitada

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> também.

O Parecer do nobre Relator Revisor, Senador Marcelo Crivella, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência, de relevância e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória. No mérito, também é pela aprovação.

Em votação os pressupostos de urgência e de relevância.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores que aprovam os pressupostos de urgência e de relevância e adequação financeira queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados os pressupostos.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como Líder do PL e sobretudo porque é visível a falta de **quorum** em plenário – não tenho nada contra a medida provisória nem contra qualquer outra votação – solicito de V. Ex<sup>a</sup>, no momento oportuno, o pedido de verificação de quórum. Se não for agora, logo em seguida.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quando passarmos à votação do mérito, V. Ex<sup>a</sup> poderá pedir verificação. É um direito regimental e nós vamos deferir o direito de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dever é uma coisa para se cumprir; portanto, eu vou cumprir o meu. Além das medidas provisórias, nós temos uma

série de projetos para apreciar, entre os quais empréstimos a Estados governados pela Oposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Oito.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Oito. Muito bem. É preciso ficar claro que, se esta sessão cair, nós não teremos certamente nenhuma outra oportunidade de fazer com que esses empréstimos tenham qualquer validade no período que nos separa deste pleito. Que fique bem claro! E, com isso, está corroborando o Dr. Carreiro. Que fique bem claro! Ou seja, esta medida provisória, de crédito, tem pouco ou nenhum valor prático do ponto de vista de seu questionamento aqui. Questiona-se o que vem depois. Eu digo isso porque tenho o compromisso claro de me empenhar para aprovar, neste Plenário, os empréstimos destinados ao Estado do Pará, governado pelo tucano Simão Jatene, assim como empréstimos – se não me engano, dois – para o Estado do Ceará, governado pelo tucano Lúcio Alcântara. O Líder José Agripino certamente terá o que dizer a respeito do interesse do seu Partido em ver aprovados empréstimos para os Estados da Bahia, que é do PFL; Ceará, que já mencionei; e para o Rio de Janeiro também.

Que fique claro: no momento certo, solicite-se a verificação de quórum. O meu dever está sendo cumprido: lutar pela aprovação de empréstimo que sirvam à elevação do nível de vida das populações desses Estados que elegeram...

Eu não obstaculizo o do Amazonas. Outro dia, o Governador Eduardo Braga imaginou que, passando para o seu Partido, bastava falar com V. Ex<sup>a</sup>. E, no momento em que ele entendeu que não era assim, que precisava falar comigo aqui, ele teve direito ao empréstimo do BID. Eu disse a ele isso: tenho o maior respeito e a maior fraternidade ao Presidente Renan Calheiros, mas não pense que sua passagem por dez mil partidos, e agora dez mil e um, vai resolver coisa alguma não. Nomeie seus secretários e governe bem. Eu vou fiscalizar a aplicação do seu dinheiro aí. Agora, aqui tem uma bancada de Senadores à qual você, Eduardo, tem que prestar contas, tem que se reportar. Ele falou comigo e imediatamente – V. Ex<sup>a</sup> sabe disso – foi aprovado o projeto.

Portanto, que fique claro isso, Sr. Presidente. Eu acho que não tem quorum mesmo. Vou estar aqui para sustentar, com o voto, o meu compromisso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Parabênz V. Ex<sup>a</sup>, sobretudo pela coerência mais uma vez demonstrada.

Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje pela

manhã, conversei com o Senador César Borges, que veio da Bahia só para participar da reunião da CAE, que ensinou a aprovação de mais dois pedidos de empréstimos do Estado da Bahia.

Conversei com o Senador Antonio Carlos Magalhães em seguida, que igualmente fez o apelo, tendo em vista, inclusive, que a partir do dia 30 fica impossibilitada, por razões da lei eleitoral, a chance de transferência de recursos decorrentes de empréstimos.

Temos na pauta, suponho, seis, sete ou oito pedidos de empréstimos para Estados diversos. Temos, seguramente, sete ou oito pedidos de empréstimo.

A minha idéia é dar ao Ceará, ao Tocantins, ao Pará, enfim, a todos os Estados que têm pedidos de empréstimo o mesmo tratamento que eu desejo para o Estado da Bahia, do meu correligionário Paulo Souza.

Tenho a impressão de que se algum partido político se manifestar contra a concessão desses empréstimos, estar-se-á abrindo um precedente perigosíssimo para as relações congressuais, porque se estará tratando da perseguição explícita ao interesse legítimo de um Estado, que está pleiteando um empréstimo discutido, debatido e aprovado em diversas instâncias e com recursos de origem externa para projetos de importância inquestionável, tendo em vista que foram debatidos, discutidos e aprovados por instâncias internacionais.

Estamos numa luta contra o tempo e concordamos em votar as medidas provisórias para destravar a pauta por entender que esses Estados governados por... Mato Grosso do Sul, é PT; Tocantins, creio que é PMDB; Bahia, é do PFL; Pará, é do PSDB; Ceará, é do PSDB. Temos aí, dentre os pleiteantes, Estados de praticamente todas as tendências político-partidárias do País. E nós estamos solidários em que se votem todos, que não se sacrifique nenhum, até por respeito aos pleitos e a importância dos projetos que esses financiamentos vão atingir.

De modo que, com essa observação, Sr. Presidente, o meu Partido, o PFL, pugnará no sentido de que votemos, por acordo, se possível, as medidas provisórias que constam da pauta, para que possamos destravá-la e votar na devida medida e no correto tempo os sete ou oito projetos de empréstimos para programas importantes dos Estados que constam da pauta de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Antero Paes de Barros, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTERO PAES de BARROS** (PSDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan Calheiros, quero também me solidarizar com a po-

sição do Líder Arthur Virgílio e lembrar a importância desta Casa, a importância da função de Senador da República. O Senador da República é o representante do Estado. O Deputado Federal é o representante do povo brasileiro.

Esta Casa não pode nem deve tomar atitudes eleitorais que prejudiquem os Estados brasileiros. Por isso, apelo a todos os integrantes da Casa no sentido de que o Senado dê o exemplo de prestigiar a Federação, de prestigiar os Estados. Esses projetos já foram todos discutidos e aprovados na Comissão de Assuntos Econômicos, razão pela qual, como sempre ocorreu na história do Senado, poderemos aqui encaminhar o entendimento para que possamos fazer a votação em favor dos Estados brasileiros. Digo isso com a tranquilidade de quem nunca se colocou contra empréstimos para o meu Estado de Mato Grosso, ainda que o meu Estado seja dirigido por um adversário político meu.

Então, quero registrar nossa posição, da tribuna do Senado da República, para que possamos votar os empréstimos, liberar a pauta e ajudar todos os Estados deste País.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passamos agora à discussão do mérito da matéria.

Discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Marcelo Crivella pela importância... eu fico aqui perdido porque ele quer me ditar o que devo falar. Mas eu tenho respeito pelo Senador Marcelo Crivella. Acho que o prefeito do meu Partido tem suado sangue para conseguir as verbas para os Jogos Pan-americanos. O Brasil assumiu um compromisso internacional para realizá-los.

Estamos vendo o que a Alemanha investiu em segurança para garantir a Copa do Mundo. Qualquer participação internacional é onde a marginalidade e os terroristas tentam se aproveitar, pela insuficiência da segurança que possa oferecer.

Então, esta Medida Provisória vem ao encontro de uma reivindicação correta, honesta, daqueles que querem a realização dos Jogos Pan-Americanos no Brasil, com toda a transparência, com toda a tranquilidade, e que o povo possa realmente, ao se deslocar, ter a garantia de que a segurança será perfeita.

Então, quero cumprimentar o Senador Marcelo Crivella. Tenho certeza de que ele não sairá daqui derrotado com a sua medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vou encerrar a discussão e passar à votação.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (PRB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo ao meu querido companheiro do Tocantins para que pudéssemos aprovar. Aliás o Senador era o Relator desta medida provisória, mas, num gesto de grandeza, entendendo que eu era do Rio de Janeiro, concedeu-me a honra. Portanto, pelo resto da minha vida, devo esse favor a S. Ex<sup>a</sup>. Que possamos votar essa medida provisória, que é de extrema relevância para o Estado do Rio de Janeiro, cuja validade termina agora em julho e é do interesse nacional, porque coloca a imagem do nosso País em xeque. Se não tivermos os recursos para implementar esses serviços, essas obras, os jogos não se realizarão e não poderemos, depois, nos candidatar a ser sede da Copa do Mundo, que é nossa intenção em 2014.

Se não tomarmos medidas de segurança, delegações poderão recusar o convite do Brasil e não virem por questões de segurança.

Então, faço o apelo aos meus Colegas da Base do Governo, à Senadora Ideli Salvatti, ao Senador Aloizio Mercadante, enfim, a todos os nossos Senadores, sobretudo do PFL. Falo aqui em nome do Prefeito César Maia, que precisa muito dessa verba. Que essa Medida Provisória seja aprovada, que seja implementada a tempo todas as medidas necessárias à consecução desses jogos que são tão importantes para a imagem do nosso País.

Então, Sr. Presidente, estou fazendo um apelo aos companheiros para que possamos votar esta Medida sem transtornos e aprovar essa verba.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passamos à votação do mérito.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, peço verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> precisaria, regimentalmente, só do apoio de três Senadores.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PL – TO) – Senador Paulo Paim, Senador Leomar Quintanilha, Senador Gilvam Borges.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está deferido o pedido de V. Ex<sup>a</sup>.

Passamos à verificação.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, com a palavra V. EX<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – O mínimo com que poderia contar esta Liderança seria claramente com o apoio justo e maduro das Lideranças do Governo, para mostrarmos a figura da isenção, da isonomia, da equanimidade no trato da questão pública. A idéia de que se possa, neste momento, estar prejudicando governos eleitos legitimamente pelos cidadãos e cidadãs dos seus Estados, defendendo bandeiras de Partidos de Oposição à atual ordem de coisas, a idéia de que se possa estar fazendo isso é extremamente grave. Eu os advirto, corroborando a tese aqui já esposada pelo Senador José Agripino. É grave! Não me venham falar mais em nada! Estão rompidos doravante todos os acordos. Não se fala mais em nenhum assunto, em nenhuma matéria de mérito, em nada que necessite contar com a colaboração do PSDB antes, então, de se ferir esse processo eleitoral, já que a eleição rege certas cabeças.

Que fique bem claro: é bom que cada um assuma a sua responsabilidade. Eu assumo as minhas sempre às claras, sempre de maneira nítida. E, neste momento, eu esperava firme colaboração – e espero – do Governo, para se enfrentar essa verificação de quorum de maneira exitosa. Se não, que fique bem claro: a pauta volta a ficar empacada e, daí para frente, até o final desse processo eleitoral, o PSDB não participará de nenhum entendimento, de nenhuma conversa que vise a desobstruir pauta nenhuma, a votar coisa qualquer, rompendo inclusive com a nossa tradição de sermos nós duros na tribuna e muito flexíveis aqui no Plenário, aqui na votação; flexíveis aqui, extremamente flexíveis, democráticos, preocupados com o funcionamento de agências reguladoras, preocupados com o preenchimento de cargos de confiança do Governo, preocupados com o funcionamento da máquina da política exterior brasileira. Mas não é cabível, não é aceitável por nós que não possamos levar a cabo importantes projetos em Estados governados por Governadores filiados a Partidos de Oposição, com a anuência do Governo a esse golpe. Eu não posso aceitar isso!

Então, Sr. Presidente, convoco os Senadores do PSDB, todos, a comparecer aqui para marcar presença, de modo a enfrentarmos esta que, imagino, seja a primeira verificação de **quorum**.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem. A seguir, o Senador Tasso Jereissati.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero manifestar a minha preocupação diante da ausência de um número significativo de Senadores, tendo em vista que parte importante desses recursos se destina a um projeto que não é do meu Estado, mas é do Brasil, que é a realização do Pan-americano, ano que vem, na cidade do Rio de Janeiro.

Tardiamente, há que se reconhecer, o Governo Federal edita uma medida provisória destinando recursos para a infra-estrutura do Pan. Acompanho, preocupado, a evolução dos investimentos para o nosso Pan-americano. Há atraso nas obras, mas a hora não é de reclamar o que já passou, apenas registrar o lamento do atraso por parte do Governo Federal no apoio ao Pan. Mas está aqui a medida provisória que foi muito bem relatada pelo Senador Crivella.

Portanto, cabe a nós, Senadores do Rio de Janeiro, fazermos um apelo para que os Senadores desta Casa compareçam ao plenário e votem esta medida provisória, de vital importância, sobretudo para o nosso Estado do Rio de Janeiro, voltando a dizer que o Pan-americano não pertence ao Rio, pertence ao Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Tasso Jereissati, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria também lamentar profundamente o que está acontecendo hoje nesta Casa, principalmente quanto ao Estado do Ceará, que, assim como o Estado do Pará e outros Estados, é extremamente pobre. Um empréstimo dessa natureza tem grande relevância para aplicação social e com certeza irá beneficiar a população cearense. Estamos aqui!

Estranho mais ainda, porque, hoje pela manhã, o Presidente Lula, em uma entrevista, culpou o Senado por não votar absolutamente nada e impedir a aprovação do Fundeb. Mas hoje nós estamos vendo aqui a participação efetiva da Base Aliada do Governo nessa ação de deliberadamente impedir a votação, não permitindo que Estados brasileiros pobres recebam os recursos necessários para seu desenvolvimento e política social.

É profundamente lamentável isso. Eu conjugo esse fato, neste momento, com a declaração do Presidente Lula, que mostra, mais uma vez, a distância gigantesca, a enorme enganação que se está pregando



pelo País no discurso presidencial e na ação do seu Governo e de suas lideranças no dia-a-dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES** (Bloco/PSB – CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, da mesma forma que o Senador Tasso Jereissati, venho de um Estado pobre, do Ceará, o qual tem tantas dificuldades... Portanto, eu queria aqui registrar, mais uma vez, a importância de que votemos a matéria e atendamos realmente a esses Estados que têm tantos problemas, tantas dificuldades, tantos obstáculos... É uma população que precisa desses recursos, para que o nosso Estado possa se desenvolver, possa crescer, gerando mais justiça social.

Sou do PSB, da Base Aliada do Governo, mas não aceito. Acho um absurdo que deixemos de votar empréstimos dessa natureza e que têm uma importância tão grande para todo o nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, quero aqui endossar o pedido do nosso Líder, Senador Arthur Virgílio, e solicitar aos Senadores da Base do Governo que compareçam ao plenário, para que dêem **quorum** à verificação que está sendo feita, a fim de que possamos votar as medidas provisórias que trancavam a pauta e possamos votar os empréstimos aos Estados aprovados na CAE.

Alguns desses projetos, Presidente Renan Calheiros, já estão encaminhados à Mesa há algumas semanas, talvez há um mês. Então, é importante que eles sejam votados. São, como disseram a Senadora Patrícia Saboya e o Senador Arthur Virgílio, empréstimos importantes para o Ceará, para a Bahia, para Minas, para o meu Estado do Pará, que tem condições de viabilizar esse empréstimo, mas vê agora a possibilidade de ele não ser feito devido a uma verificação de **quorum**. E a Base do Governo pode, apoiada pela Oposição, pelo PSDB e pelo PFL, dar **quorum**. Faço também esse apelo, Senador Renan Calheiros, para que possamos dar continuidade às votações para aprovarmos as medidas provisórias, os empréstimos aos Estados, a fim de que não seja preciso chegar ao extremo, conforme o Senador Arthur Virgílio colocou, de inviabilizar as composições inclusive para a aprovação da LDO. Não poderemos entrar de recesso sem a aprovação da LDO.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se a LDO não for aprovada, obviamente não haverá este pequeno recesso que será do dia 17 de

julho ao dia 31 de julho. É um recesso pequeno de meio do ano, mas, para que ele ocorra, teremos de aprovar a LDO.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Por isso, peço o apoio e o comparecimento dos Senadores ao plenário, para que possamos dar continuidade aos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para tanto, eu havia convocado uma sessão do Congresso Nacional para amanhã, ao meio-dia, entendendo ser possível as convergências das Lideranças, para aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Hoje, foi feita a primeira tentativa, mas não foi possível votá-la. Convocamos para amanhã outra sessão. É óbvio que estamos vendo dificuldades políticas.

Hoje, conversando com a imprensa, fiz questão de dizer que estamos vivendo dificuldades políticas de toda ordem. Estamos a menos de cem dias de uma eleição, e o Governo insiste em editar medidas provisórias, o que tumultua a vida do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e desta Casa.

Durante todo o ano que passou, votamos mais de duas mil matérias. Até agora, votamos pouco mais de 500 matérias. No ano passado, demonstramos que era possível votarmos apesar das investigações políticas. Neste ano, não estamos conseguindo fazer isso pelas dificuldades óbvias que estamos vivendo. Mas não falta, em nenhum momento, o esforço do Presidente do Congresso Nacional para que deliberemos com normalidade. Todo dia, tenho falado com os Líderes. Hoje mesmo, falei com todos os Líderes da Casa para que possamos deliberar.

Além das seis medidas provisórias, há oito empréstimos de oito Estados da Federação, mais de 30 autoridades, projetos importantes, como o Fundeb, o projeto da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que objetiva combater a violência doméstica e cuja Relatora é a Senadora Lúcia Vânia. São matérias importantíssimas que precisam ser votadas desde que haja convergência para que isso possa acontecer.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado de Oliveira.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de tirar uma dúvida. Quem pede verificação de **quorum** tem de registrar presença ou não?

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Pelo Regimento, sim. Se não estiverem presentes, cai o pedido de verificação.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Se as pessoas que pedem verificação de **quorum** não registram presença, elas não estão presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Senadores Leomar Quintanilha e Paulo Paim já marcaram presença. Só falta o Senador Gilvam Borges marcar presença.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela Liderança do Governo, apelo para que todos os Senadores e Senadoras venham ao plenário marcar presença e votar. Há entendimento com as Lideranças da Oposição para que possamos votar as medidas provisórias, as autoridades e também os empréstimos. A posição do Governo é votar, esta noite, essas matérias todas.

**O SR. LUIZ OTAVIO** (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra ao Senador Luiz Otávio. Em seguida, ao Senador Arthur Virgílio.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA) – Sr. Presidente, vou ouvir primeiramente a Senadora Ideli Salvatti, como Líder do PT.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero deixar consignado, em primeiro lugar, que temos uma situação extremamente delicada. Estamos há muitas semanas com a pauta trancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Desde o dia 19 de abril que estamos com a pauta trancada.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Com a pauta permanentemente trancada. Isso, obviamente, cria uma situação de muito desgaste para a Casa e uma situação de muita dificuldade no trato das questões. Até conseguimos fazer algumas votações. No entanto, se pensarmos em termos de média aritmética, não dá uma medida provisória por semana. Está certo que o volume de medidas provisórias que chega ao Senado trancando a pauta é de praticamente 100%. Há muito tempo não temos uma medida provisória

que venha da Câmara e que não chegue ao Senado já trancando a pauta.

Indiscutivelmente, temos tido dificuldades nos acordos, nas conversações, entre as Lideranças partidárias para podermos – mesmo face a essa situação de medidas provisórias que chegam trancando a pauta, de termos um mínimo de fluxo de votação a ponto de termos uma média mais, digamos, compatível, para pelo menos, como em outras situações, termos brechas, vácuos de votação entre a retirada das medidas provisórias que estavam obstruindo a pauta antes de chegarem as novas.

Vivenciamos aqui, inclusive, momentos – e aí peço a confirmação do Presidente – em que saímos de reuniões, na Sala do Presidente, com os Líderes, após fecharmos um acordo para votar, e, quando chegavam no plenário, os liderados se rebelavam e aí não conseguíamos votar. As situações eram constrangedoras, porque Líderes diziam que estavam acordados para votar. E o Senador de tal bancada dizia que não ia votar nada. E não se votava nada! E agora estamos correndo contra o tempo, porque, no caso dos empréstimos, todos estávamos alertados para o fato de que deixar para os últimos dias era realmente correr um grande risco, Senador José Agripino. Todos nós sabíamos que era correr um grande risco.

Portanto, quero fazer o apelo a quem estiver na Casa. Trata-se de uma semana de convenções. Estamos com dificuldades. Há pessoas da Bancada do PT que não estão presentes, já viajaram. Não sei se isso está acontecendo em outras bancadas. A sensação que me dá é de que também está acontecendo em outras bancadas. Porque, senão, como vai se justificar? Bahia tem empréstimo, mas não há nenhum Senador da Bahia aqui. Do Pará, estão todos. Do Ceará, há um ausente. De Mato Grosso do Sul, há apenas um. Então, nem dos próprios Estados que têm empréstimos, estão todos aqui.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Só o Senador Jorge Bornhausen está registrado para Santa Catarina.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Eu já vou votar – estou aqui e vou votar. Não tem nenhum problema.

O que estou dizendo é que, se tentarmos caracterizar isso, com toda a situação que vivenciamos, com toda a busca incessante de acordos, com acordos feitos que, depois, no plenário, desmilingüiram-se, desmancharam-se no ar, com a média de votação baixíssima que mantivemos nesses quase três últimos meses, temos uma situação realmente muito delicada para tentar carimbar responsabilidade pelo que vai acontecer hoje aqui, se não conseguirmos **quorum**.

No entanto, eu não deixo de fazer o apelo. Recorrendo a todos os Parlamentares da Bancada do PT que venham ao plenário e que votem.

Já vou consignar o meu voto aqui, para que não pare nenhuma dúvida, Sr. Presidente.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem – eu já havia pedido a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes, vou dar a palavra pela ordem ao Senador Arthur Virgílio, que já havia pedido antes.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PL – TO) – Quero apenas uma informação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a aquiescência do Senador Virgílio, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu somente gostaria de saber se existe no Regimento Interno o tempo que teremos de esperar pelo **quorum**. Pelo que vejo, já estamos há aproximadamente 25 minutos, aguardando o **quorum** – já se passaram mais de 25 minutos, Sr. Presidente.

Gostaria de obter de V. Ex<sup>a</sup> a informação se há limite de tempo. Tenho acompanhado outros pedidos de verificação de **quorum** e confesso que não sei quanto tempo a Mesa deve esperar ou se consta algo no Regimento nesse sentido. Consulto a Mesa sobre isso.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Nos últimos cinco minutos, o **quorum** aumentou de 15 para 24.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL. Fazendo soar a campanha.) – Senador Eduardo Suplicy, a Mesa está com a palavra.

Senador João Ribeiro, o Regimento não fixa tempo. Só temos condição de precisar o tempo, como V. Ex<sup>a</sup> acaba de perguntar, depois que mandarmos imprimir o resultado da votação.

Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Prezados Senadores João Ribeiro, tenho a mais absoluta crença de que V. Ex<sup>a</sup> não tem nada contra os habitantes humildes do Ceará, do Pará, da Bahia. Não lhe estou concedendo aparte, nem posso fazê-lo. Estou acreditando que V. Ex<sup>a</sup>, homem de bom coração como é, não está aqui fazendo nenhum jogo contra esses Estados. Sinta-se, pois, até – quem sabe – elogiado por mim, se é que V. Ex<sup>a</sup> consegue ver em mim essa entonação.

Sr. Presidente, antes de tudo, peço a V. Ex<sup>a</sup> que interrompa esta votação para, antes de tomarmos um

ato definitivo na nossa relação intracongressual, verificar se algumas razões voltam à razão ou se algumas razões saem definitivamente da razão.

Não sou médico; sou Parlamentar.

A Líder do PT eu tenho certeza de que S. Ex<sup>a</sup> não estava esperando a configuração do não **quorum** para colocar o seu voto – sou um homem de extrema boa vontade e boa-fé, Senadora Patrícia –, a Líder refere-se à média baixa de votação.

Hoje, tenho certeza, Sr. Presidente Renan Calheiros, de que V. Ex<sup>a</sup> já deu a dura resposta ao Presidente Lula. O Presidente Lula hoje tem a desfaçatez, o desplante de dizer que o Senado é culpado pela não aprovação do Fundeb, como se não fosse culpa das medidas provisórias, sendo 30% das quais relevantes, que mereceriam ser tratadas como projetos de lei, 40% relevantes e urgentes, merecedoras, portanto, de virem sob a forma de medida provisória, e 30% lixo hospitalar puro, sem nenhuma utilidade.

O Presidente tem o desplante de dizer que a culpa é do Senado, Senador Tasso Jereissati e Senador Jorge Bornhausen. O Senado estaria paralisando a vida brasileira. Responsabiliza o Senado, o Senhor Presidente da República, pelo não atendimento a pleitos de populações humildes deste País, quando sabemos que, primeiro, é a aplicação excessiva de medidas provisórias e, em segundo lugar, uma falta de senso de justiça, que faz deste o Governo o mais mesquinho na história da República. Absolutamente mesquinho, até porque mesquinha revela-se a figura do seu líder, daquele que o comanda. É um homem mesquinho, pequeno, menor! Um homem que imagina que deva mesmo retirar a sua bancada neste momento.

Temos três Senadores nossos que não podiam estar aqui: Sérgio Guerra, Marco Maciel e José Jorge, que estão em convenção em Pernambuco. Jamais passou pela minha cabeça, Sr. Presidente, jamais passou pela cabeça do Líder José Agripino que, num episódio desses, Senador Sérgio Cabral, pudesse alguém fazer isso que está acontecendo, ou seja, alguém fazer aquilo que me recusei a fazer o tempo inteiro em que atuei na Oposição. Eu sou Oposição no Amazonas ao Sr. Amazonino Mendes. Não fiz oposição nem contra ele. Não fiz oposição contra o meu adversário nesta eleição, que é o Sr. Eduardo Braga. Não fiz. Não o fiz por entender que tenho um povo a atender, porque tenho compromisso com o povo do Amazonas. Se o Governador malversa, se o Governador aplica de maneira equivocada, Tribunal de Contas nele; se o Governador, porventura, desvia recursos, Ministério Público nele, justiça nele, cadeia, mas negar ao povo de determinado Estado o direito de se beneficiar de um empréstimo, ou de empréstimos obtidos do exterior para cá com

juros favoráveis, com condições absolutamente boas, Senador Wellington Salgado, de pagamento, com prazo longo, com todas as condições satisfatórias... Isso para mim não é a forma correta de fazer política; isso para mim não rende sequer dividendos eleitorais. Isso para mim rende, ao contrário, desgaste eleitoral. Isso não representa nada.

Não consigo imaginar que a minha carreira deva florescer se eu tiver que atrapalhar o povo do Amazonas. Peço ao povo do Amazonas que jamais me dê qualquer voto se algum dia eu atrapalhar aqui algum momento que signifique benefício econômico ou social para quem me deu tanta alegria, tanta vitória numa carreira pública que já dura 28 anos, com pouquíssimos dissabores eleitorais, com enormes conquistas, com muitas vitórias, com muita consagração eleitoral.

Portanto, Sr. Presidente, tenho a minha forma de fazer política. A Líder dizia: “Há tanta que não está aqui.” É verdade, convenções por aí e a crença de que ninguém seria capaz de fazer isso, a certeza de que ninguém seria capaz de obstaculizar uma votação como esta. A certeza porque nunca deixamos de atender São Paulo da Prefeita Marta Suplicy, não deixamos de atender outras prefeituras, jamais deixamos de atender governos de partidos vários. Aqui sempre se procurou corrigir o que porventura estivesse errado no projeto, de modo, Senador Eduardo Suplicy, a viabilizar a aprovação.

Portanto, não sei se V. Ex<sup>a</sup> se dispõe, Sr. Presidente, esta é minha solicitação, a dar meia hora à razão, ao bom senso. Meia hora, não precisa mais do que isso. Evidentemente, não há **quorum**. Evidentemente, não há hipótese de pularmos de 15 para 41, com mais 16 votos em poucos minutos mais. Ainda que V. Ex<sup>a</sup> quisesse, sem desrespeitar o Regimento, com a sua boa vontade, com o seu espírito público, esperar conosco até meia-noite, não chegaremos agora a 41 votos. Os que pediram verificação de **quorum** sabem disso. Não há hipótese, não vamos chegar a 41 votos. Não vamos chegar!

Talvez a saída seja se fazer essa reunião, Sr. Presidente, convocada e presidida por V. Ex<sup>a</sup>, para se chamar à razão e à responsabilidade os que hoje estão interrompendo esse fluxo de recursos para o Estado do Senador Luiz Otávio, o Pará, para o Estado da Senadora Ana Júlia, para o Estado do Senador Flexa Ribeiro, para o Estado do Senador Tasso Jereissati, da Senadora Patrícia Saboya, do Senador Luiz Pontes, para o Estado do Senador Antonio Carlos Magalhães, do Senador César Borges, do Senador Rodolpho Tourinho, do Senador Rodolpho Tourinho, para ao Estado... Enfim, são oito empréstimos.

Imagino que em meia hora se tenha tempo bastante, Sr. Presidente, para derrubar qualquer argumento, porque não há nenhum argumento que sustente esta posição. Esta posição não está sustentada na ética; esta posição não está sustentada na melhor forma de fazer vida pública; esta posição pode estar sustentada em qualquer instinto que não seja o de se fazer o que é correto para o povo.

Outro dia, aqui, defendendo minhas convicções, votei a favor do Governo. E tenho certeza de que a minha Bancada foi decisiva para aprovarmos aqui a não-taxação de capitais estrangeiros em Bolsa. Senador Tasso Jereissati, V. Ex<sup>a</sup> sabe o trabalho que tive dentro da Bancada, inclusive em discussões econômicas com V. Ex<sup>a</sup>, para chegarmos à conclusão a que chegamos – e a aprovamos. Porque eu e o meu Partido não queríamos nenhum estouro negativo na Bolsa de Valores; não queríamos criar expectativas ruins numa hora em que percebemos a alta volatilidade dos mercados internacionais. Nós não queríamos. Agimos com a maior responsabilidade.

Sr. Presidente, a reunião é, quem sabe, a solução ou a não-solução. A não-solução significa a ruptura mesmo das nossas relações intracongressuais. Não temos compromisso com a aprovação de nenhuma matéria, já que tudo é eleição neste País. Quando não é futebol, é eleição. Então, já que tudo é eleição neste País, vamos deixar passar, mediocrementemente, a Copa do Mundo e vamos deixar passar, mais mediocrementemente ainda, a eleição para voltarmos a pensar neste País.

Ouçõ o Senador Tasso Jereissati.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Eu chamo a atenção de V. Ex<sup>a</sup> para o fato de que, ao impedir a votação de empréstimos importantes para Estados como o meu, o Ceará, na verdade o que se está obstruindo é a votação das medidas provisórias, como bem nos lembrou aqui o Senador Romeu Tuma. O próprio Governo está obstruindo a votação das medidas provisórias, indo ao encontro novamente desse discurso – usarei uma palavra forte aqui – quase ridículo que o Presidente Lula tem repetido, numa tentativa de desmoralizar o Congresso Nacional.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

Senador Luiz Otávio, antes de passar a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, encerro agradecendo a V. Ex<sup>a</sup> e deixando a sugestão de fazermos, quem sabe ao fim do pronunciamento dos Senadores que pediram a palavra pela ordem, uma reunião. A única expectativa seria essa. Faltam só treze agora. Mas depois vem outro pedido, e outro pedido, e outro pedido. Ou seja, não é viável se votar os tais empréstimos. Ou se faz a reunião, Sr. Presidente, para chamarmos ao bom senso quem por-



ventura dele esteja desertando, ou nós não teremos a possibilidade de aprovar os empréstimos. E é bom que cada uma assuma a sua parte, a sua cota, a sua responsabilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sinto-me na obrigação de vir à tribuna do Senado Federal prestar um esclarecimento da maior importância para esta Casa e, com certeza, para a consciência dos Srs. Senadores.

Primeiro, essas operações de crédito não poderão ser mais realizadas este ano, neste Governo, porque qualquer contrato só pode ser feito até três meses antes e, posteriormente, apenas três meses após as eleições. Nesses 180 dias, esses Estados perderão a capacidade de tomar esses recursos, ou seja, nesta noite deste dia 28 de junho, nesta quarta-feira, prestes a se encerrar o período legislativo, às vésperas das convenções das eleições, vamos jogar por terra oito financiamentos externos, principalmente, fora as medidas provisórias, como é o caso do Rio de Janeiro, para os Jogos Pan-americanos de 2007.

Esses Estados que foram relacionados, esses recursos que todos conhecemos são quase que exclusivamente para atender pessoas mais carentes, mais necessitadas.

É importante porque, neste momento, há um outro projeto que está também nesta famigerada pauta trancada, um projeto de resolução da Senadora Íris de Araújo, do PMDB do Estado de Goiás, que permite às mais de cinco mil e quinhentas prefeituras deste País, dos 26 Estados e do Distrito Federal, contratar operações de crédito sem necessitar, como prevê o projeto de resolução da Senadora Iris Resende, a apresentação de todas as certidões, de todos os CNPJs a que estão obrigados. E estão funcionando dessa maneira até a votação desse projeto de resolução. Com certeza, se nós votarmos vamos permitir a prorrogação até 31 de dezembro deste ano.

O Senador Romero Jucá, Líder do Governo, o Senador Arthur Virgílio e o Senador Tasso Jereissati estão me pressionando para conceder um aparte ao Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Luiz Otávio, sou muito franco nas minhas posições. Quando me pediram o apoio, eu estava visando ao terceiro item da pauta, a MP do Salário Mínimo, que trata do reajuste de 16,7% para os aposentados. A informação

que recebi agora, tardiamente – inclusive pergunto à Presidência -, é de que há um acordo pelo qual votaríamos os créditos para os Estados e também a MP para os aposentados, exatamente como veio da Câmara dos Deputados, o que garante os 16,7%. Senador Renan Calheiros, se há efetivamente esse acordo, que não me foi comunicado, quero dizer que estou retirando o meu apoio quanto à verificação de **quorum**.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Sr. Presidente...

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O autor, de acordo com o Regimento, pode desistir do pedido de verificação de quórum, da mesma forma que qualquer outro, por igual tratamento, pode apoiar.

Não há como decidir diferentemente disso.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Quero apenas registrar que o autor pediu a verificação e houve o apoio. Se houver a retirada de um apoio e este não for substituído, não haverá número para apoio.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Já está substituído o apoio, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já está substituído pelo Senador Eduardo Siqueira Campos.

Quando o Senador Luiz Otávio concluir sua intervenção...

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço, Sr. Presidente, que V. Ex<sup>a</sup> me inscreva. Pretendo usar da tribuna logo após a fala do Senador Luiz Otávio, após V. Ex<sup>a</sup> encerrar a votação. Já estamos praticamente por uma hora com o painel aberto.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, realmente nesta noite deixaremos marcado, nesta Casa, onde estou há praticamente oito anos, um gesto que nunca aconteceu. Já tivemos oportunidade aqui de discutir vários e diversos, talvez milhares de projetos, de propostas, e nunca uma Liderança, de qualquer partido, criou qualquer obstáculo para votação de empréstimo externo, mesmo nos Estados onde há diferenças partidárias, políticas, nunca abrimos aqui esse precedente.

Estamos hoje abrindo um precedente para sempre que houver a conveniência de um, dois ou três Senadores nesta Casa de inviabilizar recurso externo ou interno, não só para os Estados, mas para todos

os Municípios brasileiros e até mesmo para a União, para o Governo Federal, para o nosso País.

Portanto, fiz questão de vir a esta tribuna nesta noite, como Senador do Pará, Estado que está sendo prejudicado neste momento, para afirmar que, da mesma forma que o meu Estado e outros que estão com empréstimos nesta pauta, todos os Municípios brasileiros hoje poderão ter um grande prejuízo, que atingirá todo o povo brasileiro, por esta decisão do Senado Federal.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação.

Antes, porém, concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer algumas considerações claras. Hoje é quarta-feira, normalmente um dia de quórum maior nas sessões da Câmara e do Senado, e, muito embora em muitos Estados da Federação estejam sendo realizadas convenções partidárias, por volta de meio-dia ou uma hora da tarde tínhamos 52 presenças registradas.

O que se está verificando aqui é uma clara obstrução, mas não em função de não se votar a medida provisória que destina recursos para alguns Ministérios, principalmente para investimentos que vão beneficiar o Estado do Rio de Janeiro e seus Municípios, possibilitando algo que é um orgulho do País, que é a realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007. O que estamos obstruindo neste momento é a destinação de recursos para os Jogos do Pan. No duro, no duro, é isso. Mas, por trás disso, há um outro interesse, com o qual não posso concordar, e quero dizer qual será a atitude do meu Partido. Refiro-me à votação dos empréstimos.

Não me lembro, Senador Arthur Virgílio, Senador Marcelo Crivella, Senador Flexa Ribeiro, de neste plenário nós termos exercido obstrução a qualquer pretensão legítima de empréstimo, a pedido de empréstimo de Estado algum, principalmente de empréstimo externo.

O empréstimo externo pressupõe uma longa tramitação, de um ano, dois anos, às vezes três anos. Há um organismo internacional – o Banco Interamericano, o Banco Mundial, a KFW alemã – que examina, debate e analisa o projeto. Vem a carta-consulta; aprova-se. Há uma longa tramitação doméstica, dentro do País, envolvendo Banco Central, Tesouro Nacional, Senado da República, até chegar a este ponto de aprovação, conforme a legislação manda, pelo Senado Federal.

Eu nunca vi – sou Senador pela terceira vez, este é meu terceiro mandato –, nunca vi este Senado

obstaculizar concessão de empréstimos sem uma forte reação do Plenário. Nunca vi obstaculizar e muito menos vi tentativa sem reação forte.

Os empréstimos, que são oito, de Estados governados pelo PT (Mato Grosso do Sul), pelo PSDB (Ceará e Pará), pelo PFL (Bahia) e ainda pelo PMDB (Tocantins), são para a realização de obras importantes de Partidos do Governo e da Oposição. São empréstimos ou pleitos de Partidos que vão do PMDB ao PSDB, ao PT e ao PFL, para obras importantes, e não há justificativa para serem obstaculizados. A tramitação está chegando na última hora. Só que essa última hora vai até terça-feira, dia 4 de julho. Ainda nos restam o dia de amanhã e o dia de terça-feira para se votar e se aprovar.

Quero dizer que acabei de conversar com o Líder do meu Partido, Senador Jorge Bornhausen, e combinei com S. Ex<sup>a</sup> que insistiríamos na aprovação das medidas provisórias, conforme pactuado com o Líder do Governo e com V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, para desobstruirmos a pauta. São cinco medidas provisórias de fácil entendimento. Votadas as cinco MPs, há um acordo para que votemos os empréstimos dos Estados. Nós vamos exigir que amanhã eles sejam apreciados – e, se for o caso, alguém peça verificação de quórum, e que assuma as responsabilidades sobre os prejuízos decorrentes para os Estados – e que, na terça-feira, data final, façamos um último esforço.

Se não conseguirmos, contando com o apoio do PT, do Governador Zeca, do Mato Grosso do Sul; do PMDB, do Governador do Tocantins; do PFL, meu Partido; e do PSDB, não votaremos mais nada, porque estará claramente ofendida a pretensão de Estados que representam os partidos políticos majoritários desta Casa.

Não é possível que não se esboce uma reação em favor da justiça. Não é possível que um, dois ou três Senadores maculem a imagem de independência do Senado. Vou repetir: não é possível que um, dois ou três Senadores maculem a autonomia do Senado e dos partidos políticos. Em jogo o que está é a autonomia dos partidos políticos. Creio que a atitude de colocarmos em votação os empréstimos, amanhã e terça-feira, é legítima defesa do Senado Federal.

Em nome do meu Partido, insistiremos e levaremos às últimas consequências a aprovação dos sete empréstimos dos Partidos que estão pleiteando, para Tocantins, Pará, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

Essa é a minha palavra e é a posição do PFL, meu Partido.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem. Antes, porém, consulto os Líderes partidários sobre se posso encerrar a votação e proclamar o resultado. É evidente a falta de quórum.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Tenho uma pergunta a fazer, Sr. Presidente.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> ainda me poderia conceder a palavra?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sim. Concederei a palavra ao Senador Arthur Virgílio, a V. Ex<sup>a</sup> e à Senadora Ideli.

Consulto apenas sobre se posso concluir a votação.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Se V. Ex<sup>a</sup> puder me ouvir, falarei por dois minutos, Sr. Presidente.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – E eu, por um minuto.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se a Mesa corrobora os termos da argumentação do Senador José Agripino, ou seja, de que teríamos prazo até terça-feira para validade plena dos efeitos desses empréstimos solicitados, penso que V. Ex<sup>a</sup> deve mesmo suspender a votação, porque temos um encontro marcado terça-feira. A Bancada do PSDB estará toda aqui, pois se reunirá antes para deliberar sobre isso, e ela pretende vir una, pretende vir unida, coesa.

Portanto, Sr. Presidente, terça-feira nós teríamos sessão deliberativa. Não adianta fingir que vamos fazê-la amanhã, dia de convenções partidárias, nem segunda-feira. Faremos na terça-feira. Se o Dr. Carreiro confirma que é isso, eu creio que V. Ex<sup>a</sup> deve mesmo, incontinenti, Sr. Presidente, proclamar o resultado. Nós, então, aferiremos os votos e as intenções na sessão deliberativa de terça-feira.

É isso? Pode ser na terça-feira?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pode, sim.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Está muito bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a aquiescência da Casa e dos Líderes Partidários, nós faremos, novamente, qualquer esforço para que isso possa acontecer.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu vou precisar apenas de um minuto.

Ainda quero tomar a liberdade de fazer um apelo àqueles que pediram a verificação de quórum no seguinte sentido: pelo acordo firmado e o entendimento feito com todos os Líderes, nós não estamos, neste momento, decidindo somente a questão do empréstimo para em torno de nove Estados, ao que sou totalmente a favor, não tenho nada contra. Pelo acordo firmado, se não houver votação hoje, amanhã ou terça-feira, nós estaremos inviabilizando que o Senado da República assegure o reajuste de 16,7% para cerca de dez milhões de aposentados e pensionistas. Quem pedir a verificação assume também essa responsabilidade.

No meu entendimento, Senador Siqueira Campos, a matéria será votada. Há um amplo acordo e não tenho dúvida de que será votado hoje, amanhã ou terça-feira. Assim sendo, o apelo que faço ao Senador Siqueira Campos e aos outros Senadores, já que a matéria será votada, é que nós deliberemos hoje em benefício não só dos Estados, mas também dos doze milhões de aposentados e pensionistas, que estão, neste momento, na expectativa de ver se o Senado delibera ou não hoje sobre essa MP que veio da Câmara, estendendo o mesmo reajuste dado ao mínimo também aos aposentados e pensionistas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pontualmente, respondendo ao Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de dizer que a Resolução nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, diz, no seu art. 15, que é vedada a contratação de operação de crédito nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. Em seguida, vou encerrar a votação.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, mais uma vez, eu gostaria de deixar aqui perfeitamente consignado quais foram os procedimentos e o que aconteceu não só no dia de hoje, mas, como já tive oportunidade de dizer, semana após semana. Há dias a pauta está obstruída e tem havido dificuldade para construção de acordos, que, inclusive, muitas vezes foram fechados na sala de V. Ex<sup>a</sup> entre todos os Líderes. Mas ao chegar ao Plenário, eles se desmanchavam, porque não havia unanimidade ou consenso dentro das próprias Bancadas.

Faço questão de deixar consignado que são vários empréstimos de cinco Estados. Dos Estados beneficiados, pelo que consegui detectar, estão ausentes seis Senadores.



Quando houve a retirada...

**O Sr. Juvêncio da Fonseca** (PSDB – MS) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pois, não. Quando houve...

**O Sr. Juvêncio da Fonseca** (PSDB – MS) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pois não.

**O Sr. Juvêncio da Fonseca** (PSDB – MS) – O Estado do Mato Grosso do Sul tem dois Senadores presentes, um do PMDB e outro do PSDB. O Senador da Base de apoio ao Governo é que está ausente.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Mas no caso da Bahia...

**O Sr. Juvêncio da Fonseca** (PSDB – MS) – Os três Senadores querem o empréstimo, mas só o da Base de Apoio ao Governo é que não está presente. É bom deixar bem claro que o Estado do Mato Grosso do Sul está presente com dois Senadores, eu e o Senador Ramez Tebet, e que o Senador da Base do Governo não está presente. Portanto, parece-me verdadeira a tese de que o Governo não quer que essa matéria seja votada hoje.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Senador Juvêncio, se V. Ex<sup>a</sup> prestar atenção ao que acontece com a Bancada de outros Estados, V. Ex<sup>a</sup> perceberá que essa regra não é igual, não é a mesma. Por exemplo, V. Ex<sup>a</sup> vai querer dizer que os três Senadores da Bahia são governistas? Não são. São do PFL e estão ausentes no dia de hoje.

Em primeiro lugar, este é um dia difícil. Vínhamos alertando para isso ao, insistentemente, apelarmos para fazermos acordo, para votarmos, para desobstruirmos a pauta. Infelizmente, em vários momentos, isso não foi possível. E, muitas vezes, não foi possível – e aqui avoco o testemunho – por divergências dentro da Bancada até da própria Oposição. Tivemos aqui situação em que a Liderança da Oposição indicou de um jeito e o Senador do mesmo Partido disse que ninguém iria votar nada aqui. Nós vivenciamos isso.

Se tentarmos caracterizar a situação de hoje como uma questão Governo e Oposição, não será reproduzida a realidade dos fatos, tanto que alguém do Governo retirou o apoio e alguém da Oposição colocou o apoio.

Portanto, o que nós podemos fazer...

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador José Agripino.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Só para esclarecer, Senadora Ideli Salvatti. Os Senadores da

Bahia, Antonio Carlos Magalhães, César Borges e Rodolpho Tourinho...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Está em convenção.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Não. Eles esperavam que a votação ocorresse por acordo. Só por isso é que eles viajaram. Não passou pela cabeça deles que não pudesse haver acordo para votar matéria dessa natureza. Foi só por essa razão. Mas, com certeza absoluta, eles estarão aqui na terça-feira. Concordo inteiramente com V. Ex<sup>a</sup>: não se pode colocar essa questão como disputa entre Governo e Oposição, até porque há Estados, como Mato Grosso do Sul, que são beneficiários e que são do Partido do próprio Governo. Então, não é Fla-Flu nem é Governo versus Oposição; é interesse coletivo e soberania do Senado Federal.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Por isso, Senador José Agripino, quero dizer que terça-feira estaremos aqui com um número maior de Parlamentares, com certeza, pois não teremos a questão das convenções partidárias. Como V. Ex<sup>a</sup> disse, Bancadas viajaram. Quero ter o entendimento de que há uma responsabilidade, sim, Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa. Não temos mantido uma média de votação acima da que praticamos no último período. Se tivéssemos tido uma média de votação como a daquele período, mesmo com todas as medidas provisórias obstruindo a pauta, teríamos aberto, em diversos momentos, lacunas para votar os empréstimos, como teríamos votado os itens relativos a autoridades e outras matérias relevantes, como é o caso do próprio Fundeb.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O problema é o de sempre: não há quórum. É evidente que não estamos compatibilizando o funcionamento da Casa, a presença de todos, com as eleições. Há candidatos que estão em campanha e que não tiraram licença para que os suplentes assumissem seus lugares. É um problema que precisa ser dito com todas as letras. Além das divergências com relação ao mérito das medidas provisórias, ainda estamos somando com este outro problema: os Senadores estão em campanha e não tiraram licença. Suas cadeiras ficam vazias. Estamos tendo dificuldades para administrar o quórum. A pauta do Senado está trancada desde o dia 18 de abril.

De lá para cá, conseguimos votar até quatro, cinco medidas provisórias, mas ficavam duas ou três trancando a pauta, permanentemente.

Outra coisa que quero repetir – peço a atenção da Casa: é desnecessário cobrar desta Presidência o cumprimento do seu papel constitucional. Toda vez



que alguém expôs o Congresso Nacional e o Senado Federal, tomei as providências que o exercício do cargo me recomenda.

Hoje os jornalistas me falaram que o Presidente Lula agrediu o Senado. Eu disse: em primeiro lugar, não acredito que ele tenha feito isso. Seria uma loucura da parte dele. Ele estaria enlouquecendo, porque ele, mais do que qualquer um, sabe que o Senado tem feito a sua parte, pelo menos no que depende de mim. Converso com ele quase que diariamente. Ele sabe que tenho feito tudo, absolutamente tudo para que o Senado tenha uma relação de harmonia com os outros Poderes e faça a sua parte, votando.

Se não há consenso com relação à medida provisória, se não há consenso com relação a autoridades, se não há consenso com relação a empréstimos de Estado e se não há consenso também porque os candidatos não tiraram licença para que os seus suplentes comparecessem ao plenário, o que fazer?

Desse modo, vou declarar encerrada a votação. Depois, concederei a palavra a todos.

Está encerrada a votação. Não há **quorum**.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (PSOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Senadora Heloísa Helena está inscrita.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Deixe a Senadora Heloísa Helena votar, Sr. Presidente.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas marcar uma posição sobre o que foi dito aqui. A Liderança do Governo tem todo o interesse na votação, articulou com os partidos de Oposição um entendimento, íamos votar as medidas provisórias, inclusive a medida provisória que diz respeito à questão do salário mínimo e da Previdência Social, íamos votar os empréstimos e íamos votar autoridades. Esse foi o entendimento feito com os Líderes, e essa é a posição do Governo, tomada pelas Lideranças do Governo.

Portanto, é preciso que isso fique bem claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (PSOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um apelo.

Sabemos todos nós o que prevêem a Constituição Federal e o Regimento Interno. Há um problema grave: não é possível votar até terça-feira, a não ser que o Governo se comprometa a assinar o contrato. O problema está na contratação, e não na aprovação nesta Casa. É mais grave.

Já que o Governo está dizendo que nada tem em contrário, que assuma o compromisso de, se se votar a matéria de hoje a terça-feira, assinar o contrato no mesmo dia, uma vez que ele pode adiantar tudo para garantir a contratação.

Para que não levantemos nenhum questionamento, a fim de ver se há pessoas que estão se empenhando ou não, a fim de que não passemos a desconfiar um do outro, o apelo que faço é no sentido de que tenham o compromisso, porque o problema é a contratação. Portanto, é o contrato, é o acordo. Se já está tudo organizado entre as partes, pode ser viabilizado de fato. Porém, é necessário um compromisso do Governo de que assinará a contratação.

Volto a repetir, Senador Tião Viana: a questão não é a aprovação nesta Casa. A palavra é contratação. Se V. Ex<sup>as</sup> assumirem esse compromisso, independentemente de a sessão cair hoje ou de se votar a matéria amanhã ou depois, com certeza, o problema pode ser resolvido.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, na forma do Regimento Interno.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria pedir a atenção de meus Pares, porque foi este Parlamentar que aqui está que talvez tenha propiciado ao Governo do meu Estado, há pouco tempo, uma das aprovações mais rápidas de empréstimo do Banco Mundial.

Apresentamos uma emenda que foi aprovada pela Comissão de Fiscalização e Controle, que hoje tem outra denominação, solicitando ao Tribunal de Contas da União que acompanhasse a liberação dos recursos para esse empréstimo.

Sr. Presidente, peço encarecidamente a atenção de V. Ex<sup>a</sup> e de meus Pares para o que tem ocorrido no meu Estado. Abro mão de todas as minhas imunidades para dizer que, em primeiro lugar, eu jamais, jamais iria obstruir o interesse de qualquer outro Estado, iria quebrar uma tradição que existe nesta Casa, iria diminuir o mandato de Senador, como não o fariam os Senadores Leomar Quintanilha e João Ribeiro, que aqui se encontram. Mas poucos ou ninguém sabe disso, porque a imprensa já não noticia mais, alegando que escândalo há para todo gosto e que escândalo não vale mais nada.

Gostaria de citar alguns fatos, pois – quem sabe? – poderei extrair dos meus Pares alguns compromissos. Vou pedir a atenção do meu Líder e do Presidente Tião Viana para que o que eu diga aqui possa produzir,

diante da Mesa desta Casa, entre os Líderes de todos os Partidos, algumas conseqüências com relação aos fatos que estão ocorrendo no meu Estado.

Vou aguardar, Sr. Presidente, pois tenho certeza de que o pouco que posso merecer é a atenção dos meus Pares para o que vou relatar.

Eu disse que iria abrir mão de minhas imunidades, porque é muito duro, é muito grave dizer que, no meu Estado – daí o meu pedido ao Tribunal de Contas que acompanhasse e fiscalizasse cada centavo –, uma quadrilha de saqueadores dos cofres públicos tem causado alguns espetáculos graves, que somente com o acompanhamento da Comissão de Fiscalização e Controle - como ficou aprovado em requerimento feito perante a Comissão, presidida por um Senador do Tocantins -, somente com o acompanhamento do Tribunal de Contas da União, não vamos ver acontecer algumas coisas como a que passo a relatar, Sr. Presidente.

Não faz nem dez dias que tomamos conhecimento, Senador Arthur Virgílio, de que, no meu Estado, há dispensa de licitação para pagar uma empresa e de que esse dinheiro pago a essa empresa não vai a banco. A empresa não tem um funcionário, não tem um móvel, não tem um bem; apenas o registro de uma sala. O Estado paga, mas não paga em conta-corrente. O dinheiro é sacado na boca do caixa! Sr. Presidente, eu diria que, se fazem isso com quatro, já o fizeram com 40, já o fizeram com 100.

Senador Arthur Virgílio, denunciei desta Casa que a Assembléia apreciou um voto de repúdio à minha atuação no Senado. Pediria a atenção do Presidente do meu Partido e dos meus Pares para o fato: lá no meio, solto no texto da justificativa desse voto de repúdio - que não foi assinado, inclusive, por alguns membros do PT, que disseram que não entendiam o que o governo estava querendo com aquela citação -, estava a afirmação de que, se houvesse uma CPI do Narcotráfico, eu não teria mais mandato nesta Casa.

Aí exigi, assim como a Bancada do PT da Assembléia Legislativa, e foi criada uma CPI do Narcotráfico em função da prisão de um narcotraficante, que está recolhido nas dependências da Polícia Federal. Não fizeram menções, Sr. Presidente; fizeram explicitamente de tudo para dizer que havia envolvimento deste Senador.

Senador Arthur Virgílio, vamos ao mais grave!

Sr. Presidente, pela consciência de um fotógrafo de 19 anos de idade, fui avisado de que, numa casa na Capital, havia ocorrido uma reunião com a participação de doze pessoas, entre elas o irmão do Governador de Estado, o Secretário de Comunicação e representantes de produtoras que estão trabalhando na campanha do

atual Governador. Pagaram, com cheque e em espécie, R\$70 mil a um cidadão que havia trabalhado na Câmara de Vereadores à época em que fui Prefeito para que ele desse um depoimento dizendo que este Senador era relacionado ao narcotráfico, entre outras coisas que não quero repetir neste plenário.

Pedi a abertura de um inquérito policial federal. O inquérito foi aberto há cinco meses. O que concluiu esse inquérito, Sr. Presidente? Indiciou o irmão do atual Governador; indiciou o Secretário de Comunicação, que já havia sido demitido; indiciou outras cinco pessoas.

O que disseram o dono da casa e o dono da produtora? Que o fizeram para obter lucro futuro na campanha eleitoral; que o pagamento do cheque, que está recolhido na Polícia Federal, foi dado a título de cachê.

Senador Arthur Virgílio, vou repetir: disseram que o cheque dado para que uma pessoa prestasse um falso depoimento - gravado não pela imprensa, que não foi chamada, mas por produtoras encarregadas da campanha do Sr. Governador -, o cheque de R\$45 mil, que está lá na Polícia Federal com o carimbo da compensação, foi dado ao falso depoente a título de cachê! E o dono da produtora disse: “Estou aqui prevenindo lucros futuros. Eu estava interessado em obter lucros futuros”. Inclusive disse que pediu exclusividade para a utilização das imagens para a campanha.

E o que disse o Secretário de Comunicação, meu nobre Presidente Renan Calheiros? O Secretário de Comunicação, já demitido, disse que o fez a título de proteger o Governo do Estado. As passagens foram doadas pela empresa que fornece passagens ao Governo do Estado.

Todos os que compareceram ao depoimento não tiveram outra coisa a dizer à Polícia Federal a não ser que se tratava da obtenção de imagens para campanha eleitoral futura. Tendo concluído isso, o que fez a Polícia Federal? Indiciou o irmão do Governador, indiciou o Secretário de Comunicação e todos os demais que utilizaram o carro do Secretário para transportar a pessoa, que deram as passagens e disseram ao rapaz: “Não volte a Palmas se você tiver um pingão de amor à sua vida”.

Sr. Presidente, a que estamos submetidos em meu Estado! Já houve inclusive denuncia do grampo. E o Coaf, meu nobre Líder Arthur Virgílio! Existe a prática de o Estado pagar alguém e o dinheiro não ir para a conta da empresa, mas ser sacado na boca do caixa. Isso é saque aos cofres públicos. É a isso que estou submetido em meu Estado.

Instalaram uma tal CPI que nunca ouviu um depoimento, não chegou a nenhuma conclusão, esperando, é lógico, o dia de levarem ao conhecimento da

opinião pública o falso depoimento – que eu consegui descobrir – de que a Polícia Federal investigou e que o fato está agora solucionado, com o irmão do Governador indiciado, dentre outros.

Sr. Presidente, estarei aqui na segunda e na terça-feira. A pauta da Casa está trancada por medidas provisórias, não é de hoje. E vários Líderes se pronunciaram: “Não vamos votar nada”. Mas não vamos votar nada por outras razões.

No mérito, quando vier o inquérito, vou apenas reafirmar o que já aprovamos. E espero que o Tribunal de Contas fiscalize cada centavo utilizado desse empréstimo, que vai merecer, Senador Arthur Virgílio, como no telefonema que fiz a V. Ex<sup>a</sup>. Eu não tinha interesse – e não tenho – de prejudicar o meu Estado. E, dentro desse objetivo, digo serenamente desta tribuna: dinheiro nas mãos do atual Governo é dinheiro a ser roubado.

E digo, desde já, Sr. Presidente, que, requerido pelo Supremo, eu não quero imunidades. Já pedi ao Governador do meu Estado que me processasse, que faça o favor de me processar pelas minhas acusações.

Trata-se de uma quadrilha que, junto com corretores que já estão na CPMI dos Correios, desviou R\$ 26 milhões, apenas da Previdência dos Funcionários Públicos do Estado de Tocantins. O relatório é do Ministério da Previdência e do Banco Central, que indica operações atípicas, em que eles comprem títulos podres para resgatar, em 45 anos, comprometendo a Previdência do meu Estado.

Ajo de forma muito serena porque tenho certeza disso. Da mesma forma que não queremos conviver nesta Casa com sanguessugas, que somos contra – e fomos contra – as absolvições e contra aquelas pessoas que, sob forte acusação de corrupção, renunciaram aos mandatos para tentar voltar pelas urnas, também não queremos conviver com isso.

Pensei que esta Casa, Senador Arthur Virgílio, principalmente o PSDB, não ficaria um só dia com um de seus membros sob suspeita de narcotráfico dentro da sua Bancada.

Sr. Presidente, nós é que sabemos o que estamos vivendo fora do Estado democrático de direito. Nós é que estamos denunciando, como a imprensa fez, que lá os telefones estão todos grampeados; que o Estado se utiliza de um aparelho guardião, que é a Secretaria de Segurança Pública, e os nossos diálogos, dez minutos depois de uma conversa política, já são de conhecimento das autoridades ou dos líderes políticos de lá, surtindo os efeitos contrários. Em minha casa, Sr. Presidente, chego a surpreender pessoas revirando o lixo! E a Segurança Pública, disfarçada em

carros da P2, permanentemente vigiando, para saber quem entra e sai da minha casa.

Eu não quero ir além porque certamente encontraria, em vários Partidos, pessoas que não podem dizer que querem o bem do Tocantins – o que eu quero –, porque sequer votaram pela criação do Estado quando a emenda estava na Assembléia Nacional Constituinte. E não quero aqui citar nomes para não melindrar ninguém. Assim como também não aceito, de nenhum membro desta Casa, a acusação de que eu estaria aqui para prejudicar o meu Estado. Na verdade, beneficiar o meu Estado seria não o entregar a quem está roubando o dinheiro público, sacando-o na boca do caixa.

Portanto, peço aos Líderes que, junto comigo, assinem um ofício à Receita Federal, ao Coaf, a fim de que todos os saques, em dinheiro, na boca do caixa, de recursos provenientes do Governo do Estado sejam fiscalizados. Dessa forma, Sr. Presidente, o irmão do Governador, que já está indiciado, responderá a outro processo.

O próprio Governador não consegue dizer como construiu sua casa. Ela foi construída, com placa na parede, por uma empreiteira que recebe dos cofres públicos e que, por acaso, tinha entre seus sócios a cunhada do Governador.

Sr. Presidente, o que está acontecendo lá é muito grave. As agressões são muito profundas.

Tentei, numa emenda de plenário, fazer com que o Tribunal de Contas da União fizesse essa fiscalização. Os Senadores Leomar Quintanilha, João Ribeiro e outros Senadores, por unanimidade, na Comissão de Fiscalização e Controle aprovaram uma emenda, solicitando ao Tribunal de Contas da União que fiscalize cada centavo liberado, a fim de evitar que se transforme em objeto de outro desvio.

Estou aqui assumindo um compromisso com esta Casa. E tenho certeza de que, se tiver um pingão de honra, um pingão de moral, um pingão de ética, o Governador do Estado de Tocantins há de iniciar amanhã um processo contra este Senador. E aí será muito fácil, Sr. Presidente, porque teremos uma Corte Superior para atestar cada palavra do que estou dizendo.

É em favor da população do Estado do Tocantins a nossa plena atuação; do contrário, Sr. Presidente, no Orçamento da União, não teríamos obtido mais de R\$ 180 milhões em emendas para o nosso Estado, para obras como a Ferrovia Norte-Sul, a eclusa e as rodovias federais, dentre outras.

Tenho certeza de que contarei com a solidariedade de V. Ex<sup>as</sup>. E peço ao Senador Romeu Tuma que faça esse requerimento a esta Casa, Senador Arthur Virgílio, porque eles já estão tentando, a esta altura,



fazer com que o encarregado por elas seja o Ministério Público Estadual.

Aliás, tenho um profundo respeito pelo Ministério Público Estadual, e sempre me portei contra a emenda da mordaca porque quero crer na independência dos Poderes. Mas indo para o Ministério Público Estadual, sinceramente, Sr. Presidente, tenho poucas chances de ver a conclusão do relatório, pelo indiciamento do irmão do Governador, dentre outros, prosperar em uma ação judicial.

Peço, portanto, o apoio dos Líderes. E tenho certeza de que o Juiz Federal a quem está entregue o caso para decidir sobre a competência saberá como agir, em se tratando de um Senador da República estar aqui, não sob a suspeição, Senador Arthur Virgílio, porque sobre mim essa suspeição não pega. É como quando vejo V. Ex<sup>a</sup>, com tenacidade, dizer: “Comigo não dá; escolheram a pessoa errada”.

Mas aquilo – e falo em nome de algumas pessoas que representam o Governo do Estado – é uma quadrilha. A última coisa que fez o Secretário da Fazenda do meu Estado foi lembrar que ele, como representante de uma empresa de táxi aéreo, possuía uma nota de cobrança de 12 anos, Senador Arthur Virgílio, que não estava inscrita em precatório. Naquele tempo, ele era apenas o representante de uma empresa de táxi aéreo. Quando se tornou Secretário da Fazenda, Senador Arthur Virgílio, sabe o que fez? Saiu da condição de cobrador – há 12 anos – e, na condição de Secretário da Fazenda, pagou R\$ 1,6 milhão pelo serviço, que dá para comprar uma aeronave. Isso para não dizer que o Estado, este ano, dispensou uma licitação para táxi aéreo no valor de R\$ 12 milhões, que é o pagamento da campanha do atual candidato a Governador.

Sr. Presidente, tenho a certeza de que, com a vemência dos Parlamentares que aqui usam o microfone, nenhum deles vai aceitar isso. Se aqui está alguém envolvido com o narcotráfico, esta Casa há de reagir, requerer à Polícia Federal que o caso venha para o Supremo Tribunal Federal para ser investigado.

Repito as afirmações que fiz com relação à quadrilha de saqueadores dos cofres públicos que desrespeitam a população do meu Estado. E quero que as pessoas que aqui estão, a serviço do Governo do Estado, muitos outros a serviço do Banco, ganhando, quem sabe, comissões, levem diretamente este recado ao Governador do meu Estado, e o faço da tribuna. Espero que ele tenha a honra – não a coragem, pois não é preciso coragem para aceitar este desafio – de processar este Parlamentar. E eu não serei processado como Senador. Quero ser processado como cidadão, para reafirmar aqui todas as observações que fiz.

Peço a esta Casa que nos dirijamos ao Coaf, à Receita Federal e a todos os órgãos, como fez o Banco Central, para investigar o desvio, o roubo, o saque que está ocorrendo naquela Casa, inclusive a intimidação por meio de grampo telefônico, de acusação indigna, imoral, insustentável, desbaratada pela Polícia Federal. Hoje eles dizem que pagaram ao depoente a título de cachê. O Secretário de Comunicação disse: “Não, eu estava protegendo a figura do Governador contra um adversário”.

**O Sr. João Ribeiro** (Bloco/PL – TO) – Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Senador João Ribeiro, já ultrapassei muito meu tempo e sei que há compreensão da Mesa, mas, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. João Ribeiro** (Bloco/PL – TO) – Senador Eduardo Siqueira Campos, eu me levantei para que V. Ex<sup>a</sup> me veja aqui atrás, pois há dois Parlamentares em pé na minha frente – com todo respeito que tenho ao Sr. Deputado e ao Líder José Agripino. Quero apenas dizer a V. Ex<sup>a</sup> que sabemos que a política não é diferente de tudo que se faz na vida. É preciso ter coragem; para o político é preciso ter coragem. Se ele não for corajoso e determinado, como V. Ex<sup>a</sup> e como todos nós somos, para denunciar aquilo que está errado... Eu fui acusado várias vezes, e V. Ex<sup>a</sup> sabe disso. Hoje acabamos levando a sessão para a questão dos empréstimos, e o interessante é que foram acusados Governo e Parlamentares, todavia, não há aqui questão de interesse do Governo ou da Oposição. Quando outros empréstimos vieram para cá, nós sempre os aprovamos – V. Ex<sup>a</sup> sabe disso. Quando apresentei o requerimento – citado por V. Ex<sup>a</sup> – na Comissão de Fiscalização e Controle, para que o Tribunal de Contas da União acompanhasse de perto a aplicação dos recursos, foi na intenção de aprovar o empréstimo. Mas há manobras. V. Ex<sup>a</sup> sabe que, no dia em que a Mesa leu e aprovou um requerimento meu, pedindo as mesmas informações – informações sobre o empréstimo que o Governo não apresentou aos Parlamentares do Tocantins –, já havia a resposta do Ministério da Fazenda. Esse fato me causou muita estranheza, mas fiquei calado e aguardei. Sei que os jornais, Senador Eduardo Siqueira Campos, pagos com o dinheiro do povo, como eu aqui denunciei várias vezes e denunciei na CAE quando nós aprovamos os pedidos de empréstimos, estarão escancarados a serviço de quem está saqueando o Estado, como V. Ex<sup>a</sup> acabou de dizer. Tudo que V. Ex<sup>a</sup> disse é verdade. V. Ex<sup>a</sup> esqueceu-se apenas de um ponto, talvez pelo fato de



o tempo não lhe ter permitido, devido a pressa de encerrar o pronunciamento. Mas eu acho que nós não temos que ter muita pressa não, Senador, porque hoje nós vimos aqui, durante a votação, que durou pouco mais de hora, que o nosso Presidente foi muito atencioso com os Líderes com relação ao tempo. Mas como dizia, Senador Eduardo Siqueira Campos, sabemos que a imprensa do Estado estará escancarada, atribuindo a mim os piores adjetivos. Eu já estou processando alguns jornais pagos com o dinheiro do povo – V. Ex<sup>a</sup> sabe. Com relação ao ponto a que me referi, de que V. Ex<sup>a</sup> não se lembrou, Senador Eduardo, é a questão do apostilamento, um dos maiores crimes que está ocorrendo no Brasil. Senador Renan Calheiros, trata-se da questão de obras pagas, quitadas e já chanceladas pelo Tribunal de Contas do Estado há 12, 13, 14, 15 anos. Eles pedem o requerimento do dono dessa empresa, ou da empreiteira, reabrem o processo que já está liquidado, pago, chancelado pelo Tribunal, reajustam aquela obra e corrigem os valores até os dias de hoje. Já pagaram R\$ 600 milhões desse jeito, Senador Eduardo. Portanto, dinheiro para fazer farra política lá, Senador, não se trata somente desse problema do empréstimo. Sabemos que eles estão malucos para pegar o empréstimo, Senador. Mas sabemos também, à boca pequena, que, no Tocantins, há pessoas, como o Secretário, prometendo, dizendo: “O empréstimo, na quarta-feira, estará aprovado...” E já estavam fazendo compromisso com candidato a Deputado, com isso e com aquilo. Esse dinheiro não é para isso, Senador! Agora, o dinheiro vai ser aplicado. O Banco não precisa se preocupar. Acho que quem trabalha tem todo o direito de receber o *spread*; não tenho nada contra isso. Vamos aprová-lo, mas não para período eleitoral. Inclusive, Senador Eduardo, estou entrando com projeto de lei, com uma medida constitucional, porque empréstimo não pode ser concedido até seis meses antes da eleição. Não, teria de ser até um ano antes da eleição, Senador Eduardo. É um absurdo! Eu não sei se nos outros Estados brasileiros está ocorrendo o mesmo que ocorre no Tocantins – espero que não. Então, Senador Eduardo, vou encerrar este meu aparte, até para não transformá-lo em um pronunciamento. Talvez eu possa ainda pedir a palavra como Líder, para que o Senador Renan me inscreva depois de V. Ex<sup>a</sup>, se houver necessidade. Nós não precisamos fazer aqui a nossa defesa; estamos apenas esclarecendo a esta Casa o que sabemos, ou seja, que, lá no Estado, há aqueles que estão saqueando os cofres públicos. Presidente Renan, V. Ex<sup>a</sup> sabe que, no Brasil, existem 23 mil cargos comissionados. O

Governo Federal tem 23 mil cargos comissionados. No Tocantins, Senador Eduardo, não sei se já passou dos 21 mil, mas, até a semana passada, os cargos comissionados já eram 21 mil, correspondentes ao número de cabos eleitorais contratados com o dinheiro do povo para fazer campanha política. O que está acontecendo no Tocantins é uma vergonha. Nós vamos desbaratar essa armação, denunciar esses fatos durante toda a campanha. Terei ainda outra oportunidade para falar, pois não vou transformar meu aparte num discurso. Só quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que quem pediu a verificação de quórum fui eu e que, portanto, assumo a responsabilidade de meus atos. O mais bobo aqui, Senador Eduardo, elegeu-se Senador da República. Acho que todos aqui merecem respeito. Insinuações, eu não aceito, como V. Ex<sup>a</sup> também não aceitará. A Oposição reclamou muito do Governo. Eu sou da Base, mas esta é uma oposição pessoal minha, não é mais do Governo, não. É uma posição pessoal. Agora, quem obstruiu o tempo todo, Presidente Renan, não foi o Governo, não, que tinha interesse em votar as medidas provisórias. Está errado o fato de o Governo editar essa quantidade de medidas provisórias. Mas isso vem de longe; não é de agora, não é culpa do Presidente Lula. Vamos regulamentar isso, mas não vamos colocar a culpa em quem não tem. Assumo a responsabilidade dos meus atos. Portanto, Senador Eduardo, meus cumprimentos por aquilo que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo, que é a defesa da sua honra e do seu mandato.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO)** – Eu quero concluir, Sr. Presidente, e fazer um pedido ao Senador Romeu Tuma.

Ninguém mais do que V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma, conhece a Polícia Federal deste País. Um delegado, como eu creio ser todos os delegados, fez um inquérito policial federal e concluiu pelo indiciamento do irmão do Governador e outras autoridades.

Não vejo como dissociar a minha pessoa, cuja filha mais velha está com 26 anos de idade, da acusação de participação em narcotráfico. A trama foi desbaratada e ficou por isso mesmo. Então quero pedir a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Renan Calheiros, e a V. Ex<sup>a</sup>, Corregedor Romeu Tuma, que requeiram, em uma superintendência da Polícia Federal, por intermédio do Superintendente Nacional, a vinda, para esta Casa, desse inquérito para que V. Ex<sup>a</sup> requeira ao Supremo Tribunal Federal ou à Justiça Federal que se encarregue da investigação que, aliás, foi feita e demonstrou que se tratou de uma trama contra um integrante desta Casa, Membro da Mesa do Congresso Nacional. Eu sei que tenho todas as razões não para votar contra um empréstimo do meu Estado, mas para pedir a esta Casa que acompanhe

e fiscalize. Durante todo esse tempo a pauta esteve trancada por medidas provisórias. Portanto, Senador Renan Calheiros, que V. Ex<sup>a</sup> atenda o meu requerimento, faço a solicitação verbalmente a V. Ex<sup>a</sup>: peça a subida desse relatório para esta Casa dele tomar conhecimento. E que ninguém, impunemente – não com relação apenas à minha pessoa, mas com qualquer integrante desta Casa –, aceite o que foi feito contra este Senador do Tocantins.

Sr. Presidente, quero deixar claro que não sere-  
mos nós, jamais, até pela condição da criação do To-  
cantins e da fundação de Palmas, que iremos obstruir o  
interesse do Estado. Ao contrário, quero que o Tribunal  
de Contas e todos os órgãos de fiscalização possam,  
definitivamente, acompanhar **pari passu** os recursos  
que estão indo. Os que lá já estão, estes estão sendo  
saqueados vergonhosamente.

Era o que eu tinha a dizer.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senador Edu-  
ardo Siqueira, permite-me um aparte?

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB –  
TO) – Eu já concluí, mas V. Ex<sup>a</sup> pode usar da palavra.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Como apar-  
te a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB  
– TO) – V. Ex<sup>a</sup> tem o aparte.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Eu ouvi atenta-  
mente a explanação de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Siqueira  
Campos, que não deixa dúvida que V. Ex<sup>a</sup>, na forma apre-  
sentada, abre mão da sua imunidade. Somos solidários à  
denúncia que V. Ex<sup>a</sup> vem fazendo, que não é de hoje – é  
importante que se diga. Já vem fazendo há algum tempo,  
e isso em defesa do seu Estado, o Estado de Tocantins.  
Assim, quero fazer um apelo a V. Ex<sup>a</sup> – e aí me coloco  
como seu parceiro – no sentido de que a verificação de  
**quorum** possa ser feita no momento da votação do pro-  
jeto de Tocantins para que não se prejudiquem os outros  
Estados que estão também pleiteando empréstimo, como  
é o caso do meu Estado, o Estado do Pará, do Estado  
do Ceará, do Estado da Bahia. Todos nós, pelo menos o  
meu Líder Arthur Virgílio também apoiaria a verificação  
de **quorum**, no caso de votação do Estado de Tocan-  
tins, votaríamos, se fizéssemos um acordo, as medidas  
provisórias, os outros empréstimos e faríamos a verifi-  
cação de **quorum** na ocasião da votação do Estado de  
Tocantins. V. Ex<sup>a</sup> já deu testemunho da necessidade de  
que, em defesa dos interesses do Estado, ele não seja  
aprovado. É o apelo que faço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB  
– TO) – Senador Flexa Ribeiro, devo apenas dizer – e  
a Mesa poderia responder – que a votação foi encer-  
rada, que foi constatada a inexistência de **quorum** e  
que o painel já voltou à condição natural.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB  
– AL) – A votação está encerrada e, tão logo o Senador  
acabe a sua intervenção, encerrarei a Ordem do Dia.

Estão inscritos o Senador Ramez Tebet, o Sena-  
dor José Agripino, o Senador Romero Jucá, que invoca  
o art. 14, e a Senadora Heloísa Helena.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB  
– TO) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e aguardarei  
as providências que, tenho certeza, V. Ex<sup>a</sup> irá tomar.

Sr. Presidente, deixo claro que eu não preciso re-  
ceber solicitação nem apelo de nenhum integrante desta  
Casa quando se tratar do interesse de Tocantins, até  
pela minha origem, pelo meu sangue e pela minha vida  
inteira dentro deste plenário e dentro daquele Estado.  
O que eu quero, na verdade, é apenas o acompanha-  
mento e a fiscalização para que se estanque, de uma  
vez por todas, o dreno dos recursos públicos.

A matéria é vencida para hoje, mas teremos o dia  
de amanhã, a segunda-feira e a terça-feira para votá-  
la. Isso não me causa a menor preocupação. Quero  
apenas que esta Casa acompanhe a situação e que  
eu possa merecer dela o respeito com relação às mi-  
nhas ponderações.

Quero que me escute, mais uma vez, o Gover-  
nador: crie coragem, Governador! A sua dignidade  
está em jogo! Faça os processos que estou lhe pe-  
dindo para que possamos, no Judiciário, mostrar o  
tamanho do prejuízo que o seu Governo está dando  
ao meu Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB  
– AL) – A Mesa encaminhará, juntamente com o Cor-  
regedor da Casa, Senador Romeu Tuma, todas as pro-  
vidências cabíveis solicitadas por V. Ex<sup>a</sup>.

Está encerrada a Ordem do Dia. Em consequên-  
cia, os itens da pauta ficam sobrestados.

São os seguintes os itens sobrestados:

## 2

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos  
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de  
Lei de Conversão nº 17, de 2006 (proveniente  
da Medida Provisória nº 287, de 2006), que  
*abre crédito extraordinário, em favor do Minis-  
tério dos Transportes, no valor de trezentos e  
sessenta e um milhões, quinhentos e cinquenta  
e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais,  
para os fins que especifica.*

## 3

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 18, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos  
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006), que *dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006, e estende a todos os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social o mesmo percentual aplicado ao salário mínimo; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e das Leis nºs 7.789, de 3 de julho de 1989, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995, 9.063, de 14 de junho de 1995, 10.699, de 9 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei 2.351, de 7 de agosto de 1987, as Leis nºs 9.971, de 18 de maio de 2000, 10.525, de 6 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto de 2005, e a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001.*

## 4

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 289, de 2006**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos  
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 289, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de setecentos e trinta e oito milhões de reais, para os fins que especifica.*

## 5

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 290, de 2006**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos  
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 290, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais, para os fins que especifica.*

## 6

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA  
À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

## 7

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA  
À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003**

Discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

## 8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 22, DE 2000**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de  
Emenda à Constituição nºs 77/99 e 28/2000)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual.*

Pareceres sob nºs 103, de 2004, e 443, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges – 1º pronunciamento (sobre as Propostas): favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 28, de 2000, e 24, de 2003, que tramitam em conjunto; 2º pronunciamento (sobre as Emen-

das nºs 1 a 4, de Plenário): pela aprovação das Emendas nºs 1 a 3, na forma de subemendas que apresenta, e da Emenda nº 4.

**9****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 77, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22/2000 e 28/2000)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal.*

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando teve sua apreciação transferida, tendo em vista a não realização da Ordem do dia naquela data.

**10****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 28, DE 2000**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77/2000 e 28/2000)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao caput do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal. (Dispõe sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais)*

**11****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 30, DE 2002**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

**12****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 29, DE 2003**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

**13****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 9, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal* (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

**14****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.



15

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2003 (nº 39/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Regulação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 2.146 e 2.147, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Álvaro Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

16

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público*.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável com Emenda nº 1-CRA, de redação, que apresenta.

17

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista* (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

18

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de de-*

*zembro de 1996* (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

19

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49 DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que *altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida*.

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator **ad hoc**: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

20

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos*.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

21

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação*.

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2006, da Comissão de Educação, Relator Senador Roberto Saturnino.

22

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005 (nº 3.849/2004, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como Ano da Juventude*.

Parecer favorável, sob nº 557, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Iris de Araújo.

23

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista*.

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

24

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus*.

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

25

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que *declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira*.

Parecer favorável, sob nº 551, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

26

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2006 (nº 3.952/2004, na Casa de origem), que *estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*.

Parecer favorável, sob nº 664, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Ana Júlia Carepa.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

28

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 9, de 2002)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas*.

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

29

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente

menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

### 30

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2002 — COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

### 31

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Incluído em Ordem do Dia  
nos termos do Recurso nº 7, de 2006)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que *estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.*

Parecer favorável, sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão.

### 32

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na forma do art. 14, com a aquiescência do Senador Ramez Tebet, o primeiro orador inscrito, seguido do Senador Arthur Virgílio, do Senador José Agripino e da Senadora Heloísa Helena, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Serei muito rápido, Sr. Presidente; falarei pelo art. 14.

A Senadora Heloísa Helena fez uma colocação que considero importante sobre a posição do Governo quanto à formalização dos contratos até a próxima semana. Quero aqui marcar a posição do Governo.

O Governo tentou fazer o entendimento de todas as formas e participará de qualquer entendimento futuro que venha a possibilitar a votação desses empréstimos. Naquilo que estiver dentro da lei e nos procedimentos que estiverem corretos, o Governo ensinará esforços para garanti-los e assinar dentro do prazo o que for possível. Não me comprometo com o que estiver fora dos procedimentos, mas, no que estiver dentro dos procedimentos, o Governo irá tomar todas as providências para executar os contratos.

O Governo não tem posicionamento contra nenhum desses contratos ou financiamentos. Dou um exemplo: sou Líder do Governo, concorro, no meu Estado, contra o Governador. Ontem, esse Governador que será meu adversário assinou contrato de 77 milhões de reais com a Caixa Econômica Federal e tendo o meu apoio. Assim, não há posicionamento do Governo contra qualquer contrato e procedimento. Qualquer entendimento feito aqui para se votar antes de terça-feira terá a participação do Governo. Assim como emitiu parecer favorável a esses contratos, as-

sim como deu andamento a esses contratos, assim como procedeu administrativamente, o Governo sinaliza claramente que é a favor dos contratos e irá assinar aquilo que estiver dentro da lei e de acordo com os procedimentos.

Ensejo que os Estados chequem a documentação, como estão os procedimentos, se existe alguma pendência porque – volto a dizer – o compromisso se dá com o que estiver dentro da lei, da norma e das regras, inclusive para cumprir a legislação eleitoral.

Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma sugestão e uma solicitação.

Como em oportunidades anteriores, gostaria de sugerir a V. Ex<sup>a</sup> - e consultá-lo se é possível – que deixássemos o painel em aberto, para que amanhã, com o quórum registrado no painel, tentássemos fazer uma nova votação. Amanhã pela manhã, na hora da reunião. Que deixássemos o quórum registrado, tendo em vista o momento excepcional que estamos vivendo: de convenções, de ausências eventuais. Que deixássemos o painel com o registro do momento e que, amanhã, tentássemos a nova votação. Se não tivermos quórum, tentaremos votar na terça-feira mais uma vez. É a sugestão que faço a V. Ex<sup>a</sup>, bem como uma solicitação.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Sessão pela manhã. Não é isso?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Pela manhã. Se o Presidente determinar que a sessão seja pela manhã.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela Liderança do Governo, há concordância com esse procedimento.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Permita-me, Sr. Presidente, acrescentar a essa sugestão um apelo aos Senadores que porventura tenham deixado Brasília. Se V. Ex<sup>a</sup> definir que o horário da sessão será, digamos, amanhã às dez horas, que haja aqui um número suficiente de Senadores, inclusive os da própria Base do Governo. Trata-se da realização de um esforço importante por parte de todos nós. Abraço a sugestão do Senador José Agripino, mas vai demandar o esforço de todos nós.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador João Ribeiro.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/ PL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, é sobre a solicitação do Senador José Agripino. Teremos que abrir o painel amanhã para que nos mobilizemos, que venhamos para cá para votar. Não podemos mudar a prática. A luta foi muito grande hoje, Sr. Presidente.

O painel... Não há acordo. Esta Liderança não concorda.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a idéia do Senador José Agripino me parece correta, e esta Liderança a apóia.

Em relação aos fatos relatados pelo Senador Eduardo Siqueira Campos, por todas as razões e até pelo companheirismo, por ser ele um correligionário ilustre do meu Partido, é evidente que merece a nossa solidariedade e merece verificação *in loco* das violências que, certamente com justeza, alega estar sofrendo.

Insisto, Sr. Presidente, porém, em que minha posição de Líder não é de particularizar a questão, é de buscar ver o todo. E o todo me manda prestar atenção no conjunto do País; manda-me prestar atenção nas necessidades do Rio de Janeiro, nas necessidades do Estado do Pará, da Bahia, do Ceará; manda-me lutar para mantermos aqui a praxe que foi a praxe da Casa ao longo desses três anos e meio em que com ela convivo como Senador, a praxe da Casa de não se obstaculizar matérias desse tipo.

Muita coisa do que o Senador disse em seu discurso deve ser mesmo fruto de investigação por parte do Corregedor Romeu Tuma, e tudo o que ele disse merece atenção por parte de todos nós que somos seus colegas, seus amigos, seus admiradores. O Senador se refere a um fato relevantíssimo, ocorrido na Comissão de Fiscalização e Controle. Lá, por iniciativa dos Senadores daquela Comissão, deliberou-se que teria que haver o acompanhamento estrito, passo a passo, pelo Tribunal de Contas da União. E me parece que essa é uma razão a mais para não se obstaculizar empréstimo qualquer.

Entendo todas as preocupações. A corrupção deve ser combatida.

Hoje mesmo, Sr. Presidente, denunciei um episódio de desvio de recursos no meu Estado: R\$100 milhões na Universidade Estadual do Amazonas. Eu não obstaculizaria empréstimo para o Estado do Amazonas, se aparecesse aqui hoje, até por algumas simples razões: o Governador foi eleito. Quem tem de



tirá-lo, se achar que deve, é o povo. Há Justiça neste País; há Ministério Público neste País; há Tribunal de Contas neste País; há toda uma ordem para se fazer atenção em cima dos deslizes cometidos por agentes públicos. Eu não poderia mesmo era deixar de valer ao Estado do Amazonas com o meu voto em algo que significasse a possibilidade de avanço para o Estado.

O Senador Eduardo Siqueira Campos merece de nós todo o apoio eleitoral, todo o apoio político, todo o apoio moral. Não duvidamos de uma só palavra do que ele disse – de uma só palavra! –, a ponto de eu aqui reforçar tudo o que S. Ex<sup>a</sup> acabou de proferir. Que o Senado Federal tome conta mesmo, que a Polícia Federal seja acionada e que acabemos com essa conspiração que ameaça a segurança do Senador. Mas continuo entendendo que não há por que penalizarmos o povo do Ceará; não há por que penalizarmos o povo do Pará; não há por que penalizarmos os Jogos Pan-Americanos – que se sediarão no Rio de Janeiro –, e, por essa via, o País inteiro; não há por que penalizarmos o povo do Bahia; não há por que quebrarmos essa praxe. É confiarmos na Justiça. Fazer o alerta, muito bem. Cabe fazer o alerta: este dinheiro está indo para mãos equivocadas; cabe fazer o alerta: este dinheiro está indo para mãos erradas, para mãos perigosas. Mas não vejo que seja melhor prática a de nós, pura e simplesmente, trancarmos a possibilidade de o dinheiro ser bem aplicado. Eu quero acreditar nas instituições deste País, que funcionam.

Funciona o Congresso, funciona o Executivo, funciona o Legislativo, funciona o Judiciário. Eu quero acreditar que existe um país funcionando, em plena normalidade constitucional.

É por tudo isso que, por um lado, Sr. Presidente, repiso e reafirmo todas as minhas posições anteriores e, por outro, solidarizo-me com o Senador em relação a tudo o que deve estar passando, porque imagino como deve estar sendo dura a sua luta lá e, como companheiro, quero estar a seu lado. Mas insisto em que não é o melhor gesto político o de nós, pura e simplesmente, impedirmos que o Brasil veja vários Estados contemplados com esses empréstimos, que são importantes para o desenvolvimento econômico e social de cada sociedade a ser atingida positivamente. Que a sociedade de Tocantins tenha a seu favor a vigilância indormida – aliás, as outras todas.

Do meu correligionário Lúcio Alcântara, homem que eu sempre conheci como homem de bem, por que não vamos tomar conta? Do Governador da Bahia, Paulo Souto, Governante correto, por que não vamos também tomar conta? Do Prefeito César Maia, homem correto, de bem, por que não vamos tomar conta? Ou seja, todo e qualquer tostão público que se enderece

a toda e qualquer administração deve ser fiscalizado rigorosamente por toda e qualquer instância de fiscalização deste País, Sr. Presidente. Esta, para mim, é a questão fulcral, fundamental.

É por isso que, sem esperança de imaginar que vamos demover quem se disponha a não aceitar a questão aqui formulada pelo Senador José Agripino, faço uma indagação bem prática. Aqui foi levantado, com muita percuciência, pela Senadora Heloísa Helena algo que, momentos antes de S. Ex<sup>a</sup> se manifestar, havia sido transmitido a mim e ao Senador Tasso Jereissati pela Assessoria Jurídica da Presidência do nosso Partido. Validade tem para depois que não tem é como se trabalhar, nesse período que nos separa da eleição, qualquer obra nesse sentido.

Então, a pergunta que faço é: se o prazo de noventa dias esgota-se no dia 1º de outubro, não estaria, na prática, impossibilitado o Governo de atender a demanda que lhe fez o Líder Romero Jucá? Essa é a pergunta bem prática. Que vai ter validade vai, mas a minha pergunta é outra, e eu gostaria de obter respostas bem práticas.

Reconheço as nossas deficiências. Há momentos de vitória, Sr. Presidente, e momentos de derrota. Pode ser que este seja um momento de derrota dos interesses que defendo, dos interesses dos Estados que represento. Como Líder, devo pensar na segurança do Senador Eduardo Siqueira Campos – e penso nela com afeto – e no equilíbrio dos Estados e Municípios que são dirigidos por governantes eleitos pelo meu Partido. Eu, que jamais disse não à prefeita Marta Suplicy; eu, que jamais disse não a qualquer exigência nesse sentido que fosse posta por qualquer adversário nosso.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> me permite fazer apenas uma observação? A questão é mais grave até do que V. Ex<sup>a</sup> coloca.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pois não, Senador Romero.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – A Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe a contratação de empréstimos 180 dias antes de acabar o mandato. Isto quer dizer que, não sendo aprovado e contratado agora, não poderá ser contratado até o final do ano. Só poderá ser contratado no próximo ano. Portanto, não é somente a questão eleitoral, mas a questão do não-endividamento, da não-contratação no período de final de mandato.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Então, qual seria o prazo, Senador Jucá?

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – O prazo é dia 3.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT– SP) – Amanhã é o último, na prática?

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Não, amanhã é o último dia para a regra eleitoral na questão de convênios. Os 180 dias antes do final do prazo do mandato do governante é dia 3 de julho.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – E cai num fim de semana, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não. Cai na terça-feira.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Terça-feira é, portanto, uma data viável, uma data exequível.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Senador Arthur Virgílio, sendo aprovado dia 3, vai ter que ser publicado, comunicado ao Ministério da Fazenda, providenciar documentos, checar todos procedimentos. Em tese, pode-se assinar o contrato, mas é preciso que esteja tudo o.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exatamente. Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente, faz-se a tentativa amanhã. Vejo que se tem um impasse que, a meu ver, não deveria ter sido criado.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Permite-me, Sr. Presidente?

Quero ressaltar a responsabilidade, diante do que foi expresso, de que todos nós, às dez horas de amanhã, estejamos aqui, caso V. Ex<sup>a</sup> decida pela realização de sessão amanhã às dez horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros PMDB– AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Ramez Tebet, que foi o primeiro a pedir a palavra pela ordem, queria dizer que a idéia do Senador José Agripino é factível – já fizemos isso aqui algumas vezes. No entanto como há uma óbvia objeção do Líder do PL, não vou fazê-lo.

Amanhã, vamos iniciar a sessão e abrir a ordem de presença de cada um das Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (PSOL – AL) – Porque é sobre esse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, V. Ex<sup>a</sup> pode falar.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (PSOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Desculpe-me, Senador Ramez Tebet, querido.

Eu de fato eu sei... É aquela coisa... Estamos sentindo toda a situação aqui. Tive a oportunidade de

acompanhar a dor, o sofrimento do Senador Siqueira Campos. Eu sei disso. E eu sei o quanto ele foi solidário, companheiro meu quando tive um problema grave com o meu filho e eu sei a dor por que ele passou, Senador Ramez Tebet, com o problema gravíssimo da filha dele, com o problema do pai. Então, eu sei que todas essas circunstâncias somadas às disputas políticas locais realmente fazem com que se fique muito constrangido e legitimamente furioso.

Mas eu, mais uma vez, vou fazer um apelo aos dois Parlamentares que eu sei que votaram favoravelmente na Comissão. Desculpe, Sr. Presidente, repetir isto, mas vou fazer um apelo para que possamos fazer a reunião amanhã de manhã – depende de V. Ex<sup>as</sup>. Eu sei qual é a dor. Várias vezes o Senador falou comigo, eu sei. O Senador João Ribeiro também. Mas quem acabará, de alguma forma, sendo prejudicado é quem não é parte dos ataques que estão sendo promovidos. Nós que estamos de fora, Senador Ramez Tebet, não temos como analisar as coisas, não temos como analisar, não estamos vivenciando a política do Estado, não temos como analisar. Reconhecemos humildemente as nossas dificuldades. Não estamos querendo fazer o apelo demagógico – demagógico seria desconhecer tudo o que os Senadores do Tocantins já aqui tentaram disputar para que seja aprovado.

Mas, mais uma vez eu faço um apelo ao Senador Siqueira Campos e ao Senador João Ribeiro, para que nós possamos fazer isso amanhã. Eu sei que, na terça-feira, como disse o Senador Romero Jucá, pode ser feito. Pode-se fazer uma nova edição do Diário Oficial para que isso seja publicado. Eu sei que tudo isso é possível até terça-feira! Mas a gente sabe também que as condições objetivas de operar isso até terça-feira são muito difíceis. Muito!

Então, o singelo e humilde apelo que faço a V. Ex<sup>as</sup> é para que concordem que a sessão seja feita amanhã pela manhã. É no sentido de concordarem... Todos nós temos problemas! O Senador Arthur Virgílio tem a convenção dele amanhã. Eu queria muito estar na convenção do meu querido companheiro Edmilson, no Pará. Mas eu ficarei aqui, amanhã de manhã, para que nós possamos votar. Então, o apelo que eu faço, Senador Siqueira Campos, Senador João Ribeiro, é para que possamos fazer essa reunião amanhã pela manhã. Desculpe-me estar sendo repetitiva, Presidente. É porque nós sabemos dos entraves burocráticos, das dificuldades inimagináveis que vão desde a preparação de uma edição específica para publicar no Diário Oficial, dos contratos, da burocracia... É tão difícil, mas vai ficar muito ruim para todos nós se isso não puder ser aprovado amanhã. O apelo que faço é no sentido

de que não são os Senhores que serão responsáveis para dar quorum, pois os responsáveis seremos todos nós conjuntamente. Um apelo só neste sentido: de que possamos fazer a sessão amanhã de manhã.

Desculpe-me, Senador Ramez Tebet.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Ramez Tebet, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. RAMEZTEBET** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – É sempre uma honra, Senadora Heloísa Helena, principalmente porque a questão de ordem levantada por V. Ex<sup>a</sup> mais justifica a minha presença nesta tribuna. É que entre os Estados que estão dependendo da aprovação, pelo Senado da República, de um pedido de empréstimo encontra-se o meu, Senador Renan Calheiros, que é governado pelo Partido dos Trabalhadores. José Orcírio Miranda dos Santos é o Governador.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> e ao Senado da República que não recebi nenhum pedido do Governador para, em nenhum instante sequer, na tramitação deste projeto ou em qualquer outro, procurar viabilizar no Senado da República esse pedido de empréstimo a Mato Grosso do Sul.

Então, diante daquilo que vem sendo debatido e discutido aqui nesta Casa, o meu silêncio poderia dar a entender perante o Estado que tanto defendo, e defendo acima dos partidos políticos, e defendo acima de quaisquer interesses... Quero deixar clara a minha posição: fui o vigésimo terceiro Senador a dar a presença nesta Casa quando foi pedida a verificação de **quorum**, porque entendo que não poderia faltar com o meu Estado, como nunca faltei. Até porque Mato Grosso do Sul – e eu tenho inveja de outros Estados da Federação –, ao longo desses dez anos em que aqui me encontro defendendo os interesses do meu Estado e dos municípios que o compõem, só teve dois pedidos de empréstimos aprovados: um foi aprovado em benefício do Pantanal, do Pantanal Mato-grossense e do Pantanal Sul-mato-grossense, um pedido de US\$400 milhões, que, infelizmente, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, foi abandonado. E foi aprovado. Eu carreguei esse projeto embaixo do braço nas Comissões. Trouxe-o para o plenário em regime de urgência, numa fase importante em que esse projeto de defesa do Pantanal representava recursos para serem aplicados no Pantanal, representava auxílio fundamental ao desenvolvimento sustentável de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

Infelizmente, foi um projeto aprovado, mas que caiu no esquecimento. Houve desinteresse por parte do Governo Estadual e do Governo Federal, Sr. Presidente.

Depois houve um outro pedido para terminar a obra da ponte sobre o rio Paraguai, lá na cidade branca de Corumbá. Esses recursos também eram recursos provenientes do Funplata, o mesmo organismo que está disposto a financiar o Estado de Mato Grosso do Sul hoje.

Então, é preciso deixar muito clara a nossa posição, independente do que possa acontecer amanhã, sexta-feira, domingo, segunda-feira ou terça-feira, não sei. Que fique registrado aqui o meu apoio ao empréstimo em favor de Mato Grosso do Sul. Conteí para isso com o apoio de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, com o apoio imprescindível para que esse projeto chegasse ao Plenário, sem que ninguém no Estado me solicitasse isso. Ninguém me tocou no assunto, nenhuma autoridade governamental. E se dirá: “Mas solicitaram aos outros dois Senadores”. Eu não sei, Sr. Presidente, acredito que nem isso foi feito.

Mas acho que tenho uma obrigação a cumprir: defender os interesses de Mato Grosso do Sul, Estado tão necessitado. E fico me perguntando: dou também dou minha solidariedade ao Senador Eduardo Siqueira Campos no aspecto em que se diz ele envolvido no Estado de Tocantins. Merece S. Ex<sup>a</sup> toda a consideração do Senado da República. Tenho por S. Ex<sup>a</sup> o maior afeto, tenho um sentimento de amizade por ele, que já visitou o meu Estado, no mínimo, por duas vezes pelo que me lembro, dando o seu apoio às nossas pretensões políticas lá. Mas não posso entender porque essa obstrução não foi feita só no projeto de Tocantins. Quer dizer, em outras palavras, por causa de Tocantins outras sete unidades da Federação serão prejudicadas.

Quero dizer ao Senado da República: vamos admitir que esses projetos fossem aprovados hoje. Como não foram, vamos admitir que sejam aprovados amanhã, se eles são objetos de medida provisória, a medida provisória terá que ir à sanção do Presidente da República. Vamos admitir que ele faça isso na mesma hora, tem que publicar no Diário Oficial do dia seguinte; tem que providenciar a elaboração dos respectivos contratos. Então, Sr. Presidente, não será para esse governo. E ainda que fosse para os governos atuais, não se pode, sem dúvida nenhuma, partidizar essa questão.

Quero reafirmar aqui o meu apoio incondicional mesmo à pessoa dos três Senadores do Estado do Tocantins, e muito especialmente àquele que ocupou essa tribuna, o Senador Eduardo Siqueira Campos, pedindo providências à Mesa do Senado da República a respeito do seu problema, do problema que ele, o governador, ou quem quer que seja, tenha procurado

envolvê-lo em qualquer inquérito, seja ele de polícia federal, seja ele de qualquer forma.

Positivamente, Sr. Presidente, para quem corre o risco, como eu, de não poder estar aqui amanhã, de não poder estar na segunda-feira ou na terça-feira, que fique patente minha posição aqui, que todos fiquem conscientes de que nunca neguei apoio a pedido de empréstimo de Estado nenhum e de Município nenhum, muito embora, como salientei aqui, não vi nenhuma pretensão do meu Estado aprovada aqui, nem sequer pelo Presidente da República, e sei que o meu Estado é credor da Presidência da República, do Governo Federal, porque, quando o Estado de Mato Grosso do Sul foi criado, a lei complementar estabeleceu que as dívidas seriam herdadas pelo Governo Federal. E isso não aconteceu. O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul tem direito a receber, e o Senado da República é testemunha disso. Já ocupei esta tribuna de onde estou falando agora – nesta hora em que o Senado tem que demonstrar que é a Casa que representa a Federação brasileira – para defender os interesses do Estado de Mato Grosso do Sul.

Cheguei a afirmar desta tribuna que não sabia compreender, dada a amizade que existe entre o Presidente da República e o Governador do meu Estado, como é que não vinha uma medida provisória para ajudar o meu Estado de Mato Grosso do Sul, que correu o risco de atrasar o pagamento do funcionalismo público. A dívida chegou a 600 milhões e foi baixando e o Governador, segundo consta, concordou em receber R\$80 milhões, mas não saiu essa medida provisória.

Por fim, o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo, que já foi Ministro da Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul, tem me recebido e atendido os Municípios do meu Estado e nunca faltou com alguns que estão em andamento lá, mas não chegaram aqui ainda.

Hoje mesmo, falei com o Ministro do Planejamento: “Na próxima reunião do Cofix - órgão ligado ao Ministério do Planejamento que analisa esses pedidos de empréstimo que são bancados com recursos do Funplata -, não se esqueça de incluir os Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.”

Senador Renan Calheiros, então, que fique registrado isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sem dúvida.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Mas tem uma coisa também. Eu sou homem que não gosto de injustiça. V. Ex<sup>a</sup> me conhece bem e sabe disso. E eu sei o quanto V. Ex<sup>a</sup> tem defendido esta Casa. Vou dizer a V. Ex<sup>a</sup>, apesar do forte sentimento de justiça que norteou a sugestão do Senador José Agripino: eu acho que V.

Ex<sup>a</sup> fez bem. Quem puder comparecer amanhã que compareça, que assuma a sua responsabilidade, mas não V. Ex<sup>a</sup> suspender a sessão de um dia para outro se vai haver mesmo pedido de verificação de quórum.

Por fim, não devo deixar esta tribuna sem apresentar uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pois não.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Não depende só de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, porque, se dependesse, tenho certeza que as coisas aconteceriam, não é? Que no fundo, no fundo, se não tiver mesmo jeito, vamos fazer um acordo, porque não é possível, Senador Arthur Virgílio; não é possível, Senador Wellington Salgado de Oliveira, V. Ex<sup>a</sup> que está me ouvindo com atenção por generosidade; não é possível, Senador Flexa Ribeiro, que tem interesse nesta matéria, com toda a certeza; não é possível o Senado da República passar a imagem de que, por causa de um Estado da Federação, por causa de brigas internas, por causa de questões partidárias, por causa de desavenças, um Estado inviabilize as medidas provisórias que estão aqui para serem aprovadas e que beneficiam outros Estados da Federação; que beneficiam, por exemplo, o Estado do Pará; que beneficiam o meu Estado, que beneficiam a Bahia, que beneficiam mais outras Unidades da Federação. Vamos dar um jeito de fazer um acordo então. Vamos pelo menos votar.

Aí, o Estado do Tocantins vai ter esta compreensão. Que se faça a obstrução; que o Estado do Tocantins use o direito de tentar obstruir a pauta, quando a sua matéria entrar em votação, mas é preciso que haja essa compreensão por parte dos representantes dignos e honrados que o Estado do Tocantins tem nesta Casa.

Vamos aprovar as outras e vamos ficar discutindo, Sr. Presidente, porque estamos em uma Copa do Mundo. Nós queremos sediar uma Copa do Mundo. Desde 1950, não o fazemos. Foi com sangue, suor e lágrimas. Eu fico imaginando o Prefeito e a Governadora do Rio de Janeiro, que têm a responsabilidade com os Jogos Pan-Americanos em 2007. É uma responsabilidade com o mundo, com o mundo! E nós, do Senado da República, em plena Copa do Mundo, não aprovamos a medida provisória que dá recursos para a realização desses Jogos Pan-Americanos, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores?! Eu não posso acreditar nisso! Tenham paciência! Eu não posso.

Eu acho um absurdo. Será que isso terá repercussão internacional, dizer que o Senado da República não quis aprovar? Como se vão realizar os Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro? Será que haverá essa pergunta internacionalmente? Não sei. Não sei



se haverá ou não essa pergunta, mas deveríamos estar prontos a respondê-la perante a Nação brasileira, no mínimo. Deveríamos dizer: “Não, esses recursos para o Rio de Janeiro são justos. Não vamos deixar de aprovar esse crédito extraordinário para o Rio de Janeiro, porque é importantíssimo para o bom nome do Brasil perante a comunidade internacional”.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> tem bem defendido o Senado da República. Eu sei que não depende somente de V. Ex<sup>a</sup>, mas V. Ex<sup>a</sup> há de convencer as Lideranças. Vamos aprovar essa medida provisória. Fica muito ruim se o Senado não fizer isso. Não vamos aprovar hoje, porque hoje essa matéria está ultrapassada, mas vamos aprová-la na primeira oportunidade, porque isso é indispensável – volto a repetir – ao bom nome do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ramez Tebet.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou já conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Siqueira Campos. Só vou dar uma comunicação à Casa, mas, com muita gentileza, darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

Quero comunicar à Casa que, resgatando o compromisso que havíamos assumido, amanhã inauguraremos o sistema audiodigital e textos dos pronunciamentos das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores.

A partir de amanhã, vamos possibilitar, na página do Senado Federal, em tempo real, **on-line**, a qualquer usuário do Brasil ou de qualquer país que tenha acesso à rede de Internet, os discursos proferidos em plenário e nas comissões pelas Sr<sup>as</sup> e pelos Srs. Senadores. Portanto, convido a todos para, amanhã, a partir das 15 horas, entregarmos formalmente mais esse serviço.

A sessão está convocada para o horário de sempre às quintas-feiras: 14 horas.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (PSOL – AL) – Não pode ser pela manhã?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não pode ser pela manhã.

Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria apenas fazer um esclarecimento.

Da maneira como os discursos foram colocados, qualquer Senador que integra esta Casa ou qualquer brasileiro que acompanhe o mínimo da tramitação das matérias no Congresso Nacional sabe que, editada a

medida provisória, o recurso já foi. Isso aconteceu com a Bolívia e com outros empréstimos. Portanto, não há nenhuma chance de se dizer aqui que os Jogos Pan-Americanos não vão acontecer e que todas as outras medidas provisórias que estão na pauta não vão acontecer porque não foram aprovadas.

Diga-se de passagem, Sr. Presidente, que há alguns fatos marcantes: em primeiro lugar, o excesso delas. Nenhum Senador questiona isso. Em segundo lugar, a ausência de quórum, que não é da nossa Bancada, porque ela está aqui. Em terceiro lugar, Sr. Presidente, repito: ninguém avoca para si o direito de defender o Tocantins nesta Casa mais do que eu. Pode-se até dizer igualmente, mas não mais do que eu.

Então, Sr. Presidente, a emenda que fiz está lá. Foi colocada, enquanto estava ocorrendo a discussão, a minha exigência de que olhassem pelo menos de que forma foi feita uma licitação para a utilização desses recursos. Um único lote para sete estradas diferentes, para três pontes, cada uma num canto do Estado, numa demonstração clara do desvio.

Os outros Estados têm alguma coisa a ver com isso? Não. Qual foi a medida que adotei? Que o Tribunal de Contas da União acompanhe e fiscalize cada centavo; que o Coaf possa fiscalizar tudo o que está acontecendo de recursos que são pagos na boca do caixa para empresas que nem sede têm.

Assim, Sr. Presidente, nós não vamos obstaculizar a votação. Que fique claro que o quórum não é um problema nosso. Nós não estamos votando o mérito da proposta, e, no mérito da proposta, pretendo, durante a discussão, oferecer as emendas que julgo cabíveis, dentro do direito que tenho como integrante desta Casa.

Sr. Presidente, vamos deixar claro: a realização da Rio 2007 não está em questão. Os recursos já foram. Medida provisória tem força de lei, e isso o Governo conhece bem! Edita medida provisória à vontade, o recurso vai, depois, se esta Casa não aprova, ele reedita, ou as decorrências da não-aprovação são retidas pela Resolução nº 1 do Congresso Nacional. Portanto, não se alegue prejuízo algum para nenhuma dessas medidas provisórias. Não é esse o nosso objetivo, nem tampouco rejeitar o financiamento para o meu Estado.

Então, vamos deixar as coisas claras aqui, porque, de outra forma, poderia estar aqui se levantando, contra a Bancada do meu Estado, alguma coisa que nós estamos fazendo na legítima defesa dos interesses do nosso Estado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador João Ribeiro, só um minuto, pois o Senador Arthur Virgílio pediu antes. Logo em seguida, concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de maneira bem objetiva, estamos vendo que é inviável se fazer qualquer votação amanhã. Há compromissos, e um compromisso sério, por exemplo, é se participar de uma convenção partidária que porventura o lança – e é o meu caso – para disputar o Governo do seu Estado. Só faltava não estar eu lá.

E tenho muita esperança de que amazonenses acorram à convenção. Mas digamos que resolvam não ir, é uma hipótese. Mas eu não ir é esdrúxulo. Suponhamos nós que eu não vá e que haja muita gente lá esperando. Realmente, o fato democrático é um fato importante.

Eu me aferro aqui à indagação feita pela Senadora Heloísa e ao compromisso aqui assumido pelo Líder Romero Jucá, que disse que, se até terça-feira a matéria for votada, o Governo cuidaria de viabilizar a parte legal. Essa idéia foi corroborada pelo ilustre Dr. Carreiro, Secretário-Geral da Mesa. Assim, tenho a impressão de que não precisamos fazer nenhuma encenação tentando votar amanhã. Basta marcarmos a votação para a próxima terça-feira, quando o PSDB estará mobilizado e, acredito, os demais Partidos também. Poderemos ver algo cristalino, ou seja, o que pensa a maioria da Casa, o que pensa a maioria dos Senadores.

Sr. Presidente, essa é a sugestão que faço, porque amanhã, sinceramente, não haverá quórum. Terça-feira é o dia; terça-feira é o momento. Se o Governo honrar a sua palavra e se na verdade tem razão a Mesa quando opina que é possível o Governo viabilizar o acordo no qual se empenhou, temos prazo, e a mobilização que faremos é para que se vote essa matéria na terça-feira próxima.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Senado terá a obrigação de fazer as votações e, sem dúvida, o Senador Romero Jucá fará cumprir a palavra, assim que o Senado conseguir efetuar a votação.

Depois, o Presidente decidirá se pode colocar a matéria em votação na terça-feira, conforme a solicitação de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (PSOL – AL) – Vai votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Presidente tem de decidir se pode amanhã e terça-feira ou se fica tudo para terça-feira. Amanhã, continuará a Ordem do Dia. Pode ser que não haja votação, mas será mantida a Ordem do Dia de hoje para amanhã e terça-feira também.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, às 20h36min, encerro minha participação no dia de hoje.

Argumentos todos têm, mas algo precisa ficar bem claro. Pergunto por que não pensaram antes? Esta Casa tinha a obrigação de ter resolvido esta questão antes e todas as medidas provisórias. Eu estava e estou aqui todos os dias. Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> marcar sessão para o domingo, eu estarei aqui de plantão.

Portanto, que não parem dúvidas sobre isso. O pedido de verificação de quorum é um direito do Parlamentar. Ninguém pode ser crucificado porque pede verificação de quorum. Todos sabemos que há convenção, que há isso, há aquilo. Agora, os representantes dos Estados interessados, quando se trata de empréstimos, deveriam estar presentes, como estão os três Senadores tocantinenses.

Aí, Sr. Presidente, lembro-me de tantas e tantas vezes em que o Governo apelou para a Oposição e esta foi implacável no sentido de não aceitar o apelo e vice-versa. Por exemplo, lembro-me que houve muita obstrução na Comissão de Orçamento. Eu, inclusive, sou sub-Relator de uma área setorial importantíssima. Travei um debate com a ilustre Senadora Lúcia Vânia por noventa dias, Sr. Presidente! Inclusive, retirei o meu parecer no dia em que a Comissão de Orçamento funcionou, no final do ano, aqui no Senado Federal, para atender a um apelo da Oposição. Retirei o meu parecer para discutir, para elucidar todas as questões, para tirar todas as dúvidas.

Sr. Presidente, a decisão do Presidente Renan Calheiros, como disse agora há pouco, deu tempo necessário até para alguém que quisesse vir da Ceilândia, do Gama, do Entorno de Brasília, quem quisesse vir para votar teria tido tempo. A obrigação, o dever do Parlamentar, é estar presente. Cada um assume a responsabilidade. A questão das medidas provisórias não

é argumento. Como disse o Senador Eduardo, medida provisória editada é praticamente fato consumado, dinheiro liberado. Portanto, esse não é o argumento. E as medidas provisórias que trancaram a pauta durante tanto tempo?

Sr. Presidente, por que a Oposição, já que tem tanto interesse, não se sentou à mesa antes para acertar isso? Eu, que participo do Colégio de Líderes, nunca, em momento algum, dei qualquer opinião para obstruir. Pelo contrário. No entanto, vamos respeitar a decisão do Plenário, Sr. Presidente. Se houver no plenário número suficiente e tudo for feito de forma transparente, estaremos aqui para acompanhar, para votar e apresentar emendas – e sou autor de duas.

Fico impressionado, Sr. Presidente. Como eu disse há pouco, com todo o respeito que tenho – e a Mesa, nisso, agiu corretamente –, quando foi lido pela Mesa do Senado o requerimento no qual eu pedia informações ao Ministério da Fazenda e, meia hora depois, a resposta já estava na Mesa do Senado. A resposta já estava pronta, embora fosse uma resposta para tapear, para enrolar, porque não veio resposta nenhuma; foi enrolação e tapeação. Lamento, porque sou um homem que tem apoiado muito este Governo, continuo apoiando-o, e tenho certeza de que isso não foi feito por orientação do Presidente Lula. Mas é lamentável que manobras desse tipo aconteçam. Portanto, que elucidemos bem as questões, conforme disse o Senador Eduardo.

Sr. Presidente, a Assembléia Legislativa de Tocantins, por causa dessa questão do empréstimo, praticamente cassou o Tribunal de Contas do Estado. O Sr. Governador mandou uma PEC à Assembléia Legislativa que tirava todos os poderes do Tribunal de Contas do Estado de Tocantins, por causa de uma licitação vergonhosa e fraudulenta. Nessa licitação, o preço de um metro quadrado de asfalto no Bico do Papagaio é o mesmo de um metro quadrado de asfalto na região de Gurupi, onde, para se pegar o cascalho para fazer estrada, é preciso andar cem quilômetros, sendo que, na outra região, o cascalho já está na porta. Ainda nem falei da questão das pontes e de tudo o mais.

Essa decisão da Assembléia Legislativa do Estado levou o Tribunal de Contas de Tocantins, por meio da Associação dos Tribunais de Contas do Brasil, a impetrar uma Adin no Supremo Tribunal Federal, que, por dez a zero, cassou aquela decisão vergonhosa da Assembléia Legislativa do nosso Estado. Um Ministro respeitado do Supremo Tribunal Federal – um decano, por sinal – disse, na hora de proferir o seu voto: “Eu fiquei pensando como é que acontece isso. Cheguei à conclusão de que é um Estado provinciano”.

Então, Sr. Presidente, hoje, não vivemos mais em um País onde as pessoas fazem as coisas na base do “quero, mando e posso”, onde se faz escuta telefônica... Denunciei o caso desta tribuna, e V. Ex<sup>a</sup>, como Corregedor desta Casa, ex-Diretor – um dos melhores do Brasil – da Polícia Federal, que é uma instituição respeitadíssima, disse: “Vou tomar as providências como Corregedor”. E sei que as tomou. O caso foi denunciado pela imprensa de Tocantins. Lá, estamos vivendo em um Estado policialesco, Sr. Presidente, onde as pessoas são perseguidas de forma cruel e covarde! Não existem argumentos nem justificativas para esse tipo de atitude.

Sr. Presidente, gostaríamos de votar aqui tudo, tudo. Mas por que só hoje, por que só agora, no final? Por que a Casa não se preocupou com isso antes? Que isso sirva de lição para esta Casa. Se votarmos, que isso sirva de lição. Não podemos apoiar, nem deixar as coisas passarem de hora para depois jogarmos a culpa em quem está no plenário. E quem não veio? Quem não veio é que deveria ser culpado! É o caso da reforma eleitoral. O Congresso Nacional, o Senado Federal tem que ser responsável e definir a legislação eleitoral um ano antes das eleições, para não vivermos este estado de dúvidas, esperando que o TSE tome as decisões e nos dê a posição.

Esta Casa é que faz as leis, Sr. Presidente!

Graças a Deus, tenho meu sexto mandato e vou exercê-lo, com toda a plenitude, até o seu último dia. Mas não vou assumir nenhuma posição que, no futuro, envergonhe a mim, aos meus filhos ou àqueles que quiserem me seguir politicamente – não sei se alguém da minha família vai seguir a carreira política. Não posso é aceitar a pecha de quem, às vezes, pensa que é estrela. Sou, em verdade, um Senador de origem muito humilde, mas que exerce, com toda plenitude, um grande papel como Senador da República. Não estou todo dia na tribuna, Sr. Presidente, mas quando venho é para tratar de coisas sérias. Nunca, em momento algum, deixei de apoiar, de fazer os acordos necessários, volto a repetir.

Sr. Presidente, quem o tempo todo criticou – não vou aqui nominar – foi o setor da Oposição. Por que não votaram as medidas provisórias em tempo? As medidas provisórias ficam aqui dois, três, quatro meses esperando para serem votadas, mas não as votam. Então, não é o Senador João Ribeiro, que nunca deixou de estar aqui. Inclusive, no dia em que eu tinha feito uma cirurgia na boca, fui à Comissão. V. Ex<sup>a</sup> estava lá. Naquele dia, Senador Romeu Tuma, eu estava com um atestado do dentista para ficar três dias de cama.

Infelizmente sou diabético e hipertenso. Fiz uma cirurgia, mas fui à Comissão para exercer o meu di-



reito e para mostrar a esta Casa e ao Brasil que as pessoas não podem ficar falando o que querem. Meu nome estava estampado em todos os jornais – como estará amanhã – acusando-me de coisas que não fiz e que jamais farei.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador João Ribeiro, peço um minutinho. Senadora Heloísa Helena, eu gostaria da presença de V. Ex<sup>a</sup> só para dar uma informação de agora. O Procurador-Geral da República, Dr. Álvaro Lotufo Manzano, acaba de ir a um telejornal do Estado, da TV Anhanguera, afiliada da Rede Globo, para informar que encerrou as apurações com relação ao Instituto de Previdência do Estado. Isso é algo, Senadora Heloísa Helena, de um Estado muito pequeno; sagrado para a aposentadoria dos nossos funcionários. Temos muito poucos inativos – Estado novo não tem muitos inativos –, mas temos muitos ativos, ou seja, é um fundo de uma liquidez razoável.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PL – TO) – Quinhentos milhões de reais em caixa, Senador.

**O Sr. Eduardo Siqueira Campos** (PSDB – TO) – Quinhentos milhões em caixa. Mas eles conseguiram, retirando do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, onde sempre o Governador José Wilson Siqueira Campos deixou – dinheiro de Previdência dos funcionários é para estar no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, que são bancos oficiais. Esse dinheiro foi parar em outros bancos – não quero nem citar, porque não vou culpar os bancos – e, depois, foi para as corretoras. E eles apontam um desvio de R\$138 milhões! Este é o desvio: R\$138 milhões, com corretoras que já estão citadas lá na CPMI e que foram escolhidas depois de estarem arroladas: Euro DTVM, Senso, Prece, entre outros; o Sr. Roberto Colnaghi estava lá. Aliás, todo mundo que tem algum tipo de confusão neste País está lá no Tocantins, como o Instituto Florestan Fernandes. Fico com pena de dizer isso, porque conheci Florestan Fernandes e sei da dor do seu filho ao ver que o Instituto que leva o nome do seu pai recebeu, sem licitação, apenas R\$3,8 milhões. É pouco! É pouco para qualquer outro Estado, menos para o Tocantins. E o Dr. Álvaro conclui o relatório dizendo que eles repassaram para essas aplicações R\$138 milhões e estão aqui brigando por novos R\$200 milhões. Senador Romeu Tuma, vou encerrar o meu aparte dizendo que pretendo pedir uma comissão da imprensa, desta Casa, do TCU, para que não pare dúvida com relação a nossa intenção sobre a aprovação do empréstimo...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, eu pediria que V. Ex<sup>a</sup> fosse mais sucinto, pois ainda há oradores inscritos.

**O Sr. Eduardo Siqueira Campos** (PSDB – TO) –..., mas na certeza do desvio líquido e certo que está ocorrendo. Portanto, não foi ninguém menos do que o Procurador-Geral da República que, agora à noite, revelou à opinião pública do Estado qual a magnitude dos recursos que eles transferiram para essas negociatas descobertas pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários, que fiscaliza os fundos públicos que vão ao mercado comprar, por um preço bem acima e com vencimento de 45 anos, que é para acabar de vez com o futuro de qualquer funcionário público do meu Estado.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PL – TO) – Senador Eduardo, incorporo o aparte de V. Ex<sup>a</sup> a minha fala e vou concluir, até porque quero cooperar com a Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PL – TO) – O Senador Romeu Tuma já foi muito complacente com o tempo.

Mas quero dizer, Senador Eduardo Siqueira Campos, que, com relação a esse processo que V. Ex<sup>a</sup> citou, no dia em que estive, com um assessor meu, no Ministério da Previdência, um homem sério do Governo Federal, do Ministério da Previdência, pediu para falar a sós comigo. E disse-me ele: “Senador, eu não sei qual será o desdobramento disso, mas isso é um dos maiores escândalos que eu já vi na história do Brasil, uma das maiores vergonhas que eu já vi na história do Brasil”. Foi o que me disse um dos dois homens do Ministério da Previdência. Presidente Romeu Tuma, eu lhes dei toda garantia e disse, inclusive, que não iria à tribuna, que não revelaria nada, mas eles não quiseram passar para mim o resultado da auditoria. Eu só tive conhecimento, depois, pela imprensa. Eles me disseram: “Senador, nós não queremos ser responsabilizados por nenhuma questão política”. O assunto só veio para esta Casa depois que a imprensa publicou, porque eu havia feito um pacto com eles de não revelar.

Eles estavam realmente estarrecidos com a vergonha que eles estavam vendo. Corretoras, como o disse o Senador José Eduardo, envolvidas em escândalos os mais vergonhosos. Num dia o título era comprado por R\$1,380. A corretora saía do mercado e o título caía para novecentos e pouco ou R\$1,020. Eles davam um tempo e sacavam mais 40 milhões ou 50 milhões... Aquela outra corretora ia lá e comprava... Quando ela ia voltar para comprar, o título subia para R\$1,380. Quando ele comprava, voltava novamente. Então, o dinheiro saía pelo ralo. Isso vai ser comprado e vai ser uma vergonha muito grande.



Então, Senador, é só para que os brasileiros que estão nos ouvindo saibam o que está acontecendo nesta Casa hoje.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que não aceito a pecha de que nós obstruímos a sessão. Não! Quem obstruiu a sessão, Sr. Presidente, foram aqueles que aqui não estiveram e contribuíram para a falta de quorum nesta Casa. Para votação de medida provisória e matéria com votação nominal tem que haver quorum. Não havia acordo, não foi feito nenhum tipo de acordo.

Portanto, eu estarei aqui amanhã, estarei sexta, sábado, domingo, segunda e terça, pelo tempo que for necessário. As medidas provisórias podem ser votadas na terça, na quarta, não há problema nenhum. Elas não sofrerão nenhum prejuízo, tenho certeza absoluta disso.

Não tenho nada contra os outros Estados, mas o País tem que saber daquilo que está ocorrendo no Tocantins. Por isso a nossa posição, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador João Ribeiro, todos os parlamentares conhecem a decência e a transparência com que V. Ex<sup>a</sup> tem trabalhado neste Senado.

Senador Eduardo Siqueira Campos e Senador João Ribeiro, eu só queria dizer que foi com base no Regimento que V. Ex<sup>as</sup> pediram verificação, e o Presidente teve a cautela de aplicá-lo imediatamente. Então, não há nenhuma queixa com respeito à solicitação de V. Ex<sup>as</sup> e também com respeito às medidas tomadas pela Mesa. Os apelos feitos são naturais também.

Senador Eduardo Siqueira Campos, quero informar-lhe, como Corregedor, não como Presidente da sessão, que já solicitei as notas taquigráficas do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Como é do seu conhecimento, eu me comuniquéi com a Polícia Federal à época em que V. Ex<sup>a</sup> começou a sofrer essas pressões por matérias inverídicas. Vou repetir a medida solicitada por V. Ex<sup>a</sup> amanhã, sem falta, assim que eu receber as notas taquigráficas.

Acompanhei de perto, com muita atenção, o seu depoimento, mas prefiro me basear no documento da transcrição da Taquigrafia para tomar as providências que forem necessárias.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, última oradora.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (PSOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– De fato, não vou mais entrar na polêmica específica de um Estado, mas as últimas informações que o Senador Siqueira acabou de dar são gravíssimas.

Continuo fazendo o apelo, não para hoje, mas para...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Terça-feira.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (PSOL – AL) – ...que se resolva o mais rápido possível. É o apelo que eu fiz ao Governo, até porque, Senador Romeu Tuma, se o Governo quiser garantir essa contratação de crédito externo, ou do Tocantins, ou as três da Bahia, ou as duas do Ceará, ou a do Mato Grosso do Sul, conforme apelo do Senador Ramez Tebet, ou a do Pará, conforme apelo do Senador Flexa Ribeiro, isso vai ser feito. Se o Governo quiser, faz. O Governo faz agilizando a contratação na terça-feira ou alterando o art. 15 da Resolução 43 do Senado, mudando o prazo de 180 dias para 150 dias, como já há matérias nesse sentido na Comissão de Assuntos Econômicos, podendo vir rapidamente ao Senado.

Então, de fato, a aprovação dessas operações de crédito externa e, portanto, dos recursos a serem disponibilizados aos Estados aqui citados tanto pode ser feita pelo compromisso, não **in totum**, claro, como fez aqui o Senador Romero Jucá, no sentido de ajudar, de auxiliar para que seja resolvido o mais rápido possível, como também em relação à alteração da Resolução.

É só, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado, Sr<sup>a</sup> Senadora.

Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra para encerrar.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, levarei um minuto, no máximo.

Quero apenas que fique consignado nos Anais da Casa que houve um acordo explícito no Plenário, feito por todos os Líderes, inclusive com o Líder do Governo, e por V. Ex<sup>a</sup>, que é também, aqui no Senado, um defensor dos aposentados, para que, no dia em que votarmos os créditos, amanhã ou na terça-feira, – a Senadora Heloísa Helena acompanhou o debate –, votaremos a MP que vai garantir os 16,7% para todos os aposentados e pensionistas.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma, acompanhou a fala de todos os Líderes. Somente por isso eu retirei o meu nome da verificação de quórum.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador, eu queria apenas confirmar o que V. Ex<sup>a</sup> disse pelo seguinte: eu não sai do plenário. Eu estava aqui, mas recebi um recado da Secretaria da Liderança do PFL de que deveria me manter em plenário porque havendo um acordo para votar as cinco medidas provisórias e mais os empréstimos dos Estados, sem discussão. Então, muita gente viajou também na certeza de que isso estava resolvido. Não dá para acusar quem está presente e quem não está. É claro que temos de estar firmes aqui, mas com as convenções, com tudo que está ocorrendo, o Parlamentar não tem fôlego para ir à Bahia ou ao Pará e voltar em vinte e quatro horas.

Então, ficou claro, para o meu conhecimento, pelo meu Líder, que havia um acordo e que não deveríamos sair porque iríamos votar as cinco medidas provisórias e os empréstimos. O restante nós iríamos discutir para ver se dava para votar ou não, porque havia 32 itens na pauta, além daquele que o Carreiro preparou para ver se dava tempo, referente a autoridade.

Então, esteja V. Ex<sup>a</sup> tranqüilo. Sou sua testemunha, porque recebi, como membro do PFL, da minha Liderança, esse acordo.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Juvêncio da Fonseca, Papa-léo Paes, João Batista Motta, Sérgio Guerra, Antero Paes de Barros, Arthur Virgílio, Romero Jucá e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o Inciso I e o §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Autoritarismo ou democracia?”, de autoria do professor Denis Rosenfield, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 12 de junho deste ano.

O professor, em seu artigo, trata da próxima disputa para a Presidência da República e destaca que “presenciamos o embate entre duas concepções de

Estado e de sociedade: uma, de extrema leniência com a corrupção e com a falta de ética, de aparelhamento partidário do poder de Estado, de ausência de auto-crítica diante de posições que defendia e de posições que pragmaticamente veio a executar; a outra, procurando redesenhar as relações entre a sociedade e o Estado, ciente de que o progresso passa pela renovação das idéias e por novas perspectivas centradas na liberdade de escolha. Lula vê o Brasil para trás; Alckmin, para a frente”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado, na íntegra, como parte deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o segundo assunto é para comentar a matéria intitulada “Presidente lança obra sem comprar o terreno”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 14 de junho deste ano.

A matéria mostra como a Petrobras está sendo usada como instrumento político pelo atual governo do Partido dos Trabalhadores. Segundo a matéria, “A Petrobras antecipou o lançamento do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, região metropolitana do Rio, para permitir a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A estatal nem sequer comprou o terreno onde será instalado o empreendimento”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal e para permitir ao pesquisador do futuro avaliar como o governo petista agiu na corrida contra o calendário eleitoral, uma vez que, a partir do dia 30 de junho, o presidente Lula não poderá mais participar de inaugurações de obras por causa da legislação eleitoral.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# Autoritarismo ou democracia?

Denis Lerrer Rosenfield

Vivemos um divisor de águas. Não estamos diante de uma escolha eleitoral qualquer, entre dois fortes candidatos que disputam a Presidência da República segundo a rotatividade de poder própria da democracia. Para além desse exercício regular e salutar de teste diante das urnas, presenciaremos o embate entre duas concepções de Estado e de sociedade: uma, de extrema leniência com a corrupção e com a falta de ética, de aparelhamento partidário do poder de Estado, de ausência de autocrítica diante de posições que defendia e de posições que pragmaticamente veio a executar; a outra, procurando redesenhar as relações entre a sociedade e o Estado, ciente de que o progresso passa pela renovação das idéias e por novas perspectivas centradas na liberdade de escolha. Lula vê o Brasil para trás; Alckmin, para a frente.

Um episódio bastante esclarecedor reside na reação de ambos diante da depredação da Câmara de Deputados por um grupo mais radical dos sem-terra, o MLST, que persegue os mesmos objetivos de sua organização-mãe, o MST, a saber: a implantação no Brasil do socialismo segundo os moldes cubanos ou de "transição para o socialismo" à la Chávez. Se discor-

dam da tática a ser adotada, isso não significa que ambas as organizações não se caracterizem pela mesma luta contra a propriedade privada, a economia de mercado e a democracia representativa. Basta a leitura de documentos dessas organizações, basta escutar as declarações dos seus dirigentes, para que se tenha uma noção clara do que perseguem, despontando, principalmente, esse pouco apreço pelas instituições republicanas e o seu propósito de que o Brasil percorra o caminho do socialismo autoritário. Pode-se compartilhar ou não essas posições, o que não se pode, no entanto, é desconsiderá-las como se não fossem explícitas, pois isso exige somente um mero exercício de leitura, típico daqueles que aprendemos na escola. Os que dizem que essas organizações não perseguem esses objetivos ou agem de má-fé, ou expõem sua própria ignorância. Ou as duas coisas juntas.

A depredação da Câmara dos Deputados, com requintes de violência, foi conduzida por um membro da Executiva do PT, instância máxima do partido. Não se trata de um militante qualquer, mas de alguém encarregado da Secretaria dos Movimentos Sociais. Logo, não se pode dizer que o partido não teve nada que ver com isso ou que aquele petista agiu em caráter pessoal. O argumento é

pueril, próprio de dirigentes que negam a existência do mensalão e são coniventes com a corrupção. É a popularização da conduta de Lula: não vi, não sei. Só falta dizer: logo, não existe. Mais grave, todavia, é o fato de que essa invasão é a culminação de tantas outras ações que contaram, até aqui, com a simpatia, se não com o apoio explícito, do PT e do governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra. A lista é longa: invasões de terras, produtivas ou não, ocupação de Assembleias Legislativas, depredação de pedágios, ocupação de ruas e estradas, destruição de centros de pesquisa e de prédios públicos, campanha sistemática contra o agronegócio e, agora, a violência contra a Câmara dos Deputados, símbolo por excelência da democracia. Não se podem confundir deputados corruptos com o Poder Legislativo. Se o fizermos, abriremos grandes portas para pseudo-soluções autoritárias.

O presidente da República já tinha posto o boné dessa organização política e de sua congênere, o MST. Seus dirigentes foram recebidos no Palácio do Planalto com todas as honrarias. A aprovação dos símbolos é reveladora da afinidade entre o governo e esses movimentos ditos sociais. Os seus líderes recebem, pour cause, a denominação de companheiros. Compa-

nheiros de idéias, companheiros de posições, companheiros de jornadas e - por que não? - companheiros de invasões e de desrespeito às instituições democráticas. Enquanto eram apenas os proprietários rurais as vítimas, o governo e o PT aplaudiam. Agora que o próprio Congresso se torna objeto da violência, eles não sabem mais o que fazer com as mãos. Talvez procurem tirar o boné! Para colocá-lo onde?

Aliás, os próprios deputados poderiam aprender também a lição e não mais receber organizações políticas que visam à destruição mesma da democracia, que agem contra o Estado de Direito. Os dirigentes do MST e de organizações afins se acostumaram com os tapetes do poder, transitando livremente no Palácio do Planalto e no Congresso, antes, durante e depois de suas ações de invasão de propriedades. Sempre agiram à margem da lei e foram muito bem recebidos por aqueles que deveriam ser os seus guardiães. Compactuar com isso significa compactuar

Se a "causa" prima sobre as liberdades, estas, em pouco tempo, desaparecerão do horizonte. A escolha se impõe entre uma sociedade democrática e uma que se baseia na sua abolição, por mais charmoso que seja o seu nome.

Alckmin, por sua vez, soube marcar adequadamente que um Estado sem autoridade se torna um Estado refém de grupos, movimentos e corporações que têm como traço comum o uso da violência e o desprezo ao Estado de Direito. A autoridade estatal se exerce em defesa das instituições, em defesa das leis e, mais genericamente, em defesa dos cidadãos, que têm, assim, asseguradas as suas condições mesmas de uma existência livre. Ser democrata significa defender a democracia, significa assumir a autoridade própria de um Estado que não se deixa arrastar para a anarquia. Ser democrata significa defender as instituições republicanas, não tendo nenhuma leniência com ações que atentem contra o Estado de Direito. Ser democrata significa defender as liberdades, significa ter tolerância zero contra qualquer ação que se faça ao arripio da lei. ■

Denis Lerrer Rosenfield  
é professor de Filosofia  
na UFRGS. E-mail:  
denisrosenfield@terra.com.br

**Lula vê o Brasil  
para trás;  
Alckmin, para  
a frente**

com a violência, diga-se ela ou não servidora de uma "causa".

# Presidente lança obra sem comprar o terreno

Na corrida contra calendário eleitoral, Lula volta hoje ao Rio

**Nicola Pamplona**

RIO

A Petrobrás antecipou o lançamento do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, região metropolitana do Rio, para permitir a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A estatal nem sequer comprou o terreno onde será instalado o empreendimento, de US\$ 3,5 bilhões, mas convocou para hoje o lançamento da pedra fundamental do projeto, com participação de Lula, que, a partir do dia 30, não poderá mais participar de inaugurações de obras por causa da legislação eleitoral.

A cerimônia será realizada em uma localidade chamada Porto das Caixas, próxima do local onde será instalado o pólo petroquímico. Segundo fontes ligadas ao projeto, a estatal já definiu onde vai instalar a obra, uma área de 20 milhões de metros quadrados ao norte da cidade, mas ainda não conseguiu adquirir os terrenos, que podem ser desapropriados pelo governo do Estado para facilitar a transferência à companhia. Questões como licenciamento ambiental e suprimimento de água também

estariam em aberto.

Outro evento, também com participação de Lula, está agendado para o Clube Mauá, em São Gonçalo, que sediará uma unidade do pólo petroquímico, responsável pelo bombeamento da produção até o terminal marítimo da Ilha Redonda, na Baía de Guanabara. No fim da tarde, o presidente segue para Nova Iguaçu, onde participa da formatura dos alunos do Mova-Brasil, programa de alfabetiza-

---

## A partir do dia 30, ele não poderá mais participar de inaugurações

---

ção de adultos.

É a segunda vez, em menos de uma semana, que o presidente participa de inaugurações no Rio. Na sexta-feira, ele esteve na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para lançar o programa Procaminhoneiro, e em Paracambi, na Baixada Fluminense, inaugurando uma escola técnica. A agenda ainda previa outra inauguração, em Rea-

lengo, zona oeste da capital, cancelada por falta de tempo. No sábado, Lula foi a Vitória com a Petrobrás para lançar as obras do Gasoduto Cacimbas-Vitória.

Representantes da oposição vêem na agenda do presidente a busca pela maior exposição possível antes do dia 30. Depois, já candidato oficial à reeleição, Lula não poderá mais participar de inaugurações. "A Petrobrás está sendo usada como instrumento político", acusa um representante do governo do Rio. De fato, nos últimos meses, o presidente foi convidado pela estatal para cerimônias em Manaus e no Rio Grande do Norte, para lançar as obras do Gasoduto Coari-Manaus e inaugurar uma fábrica de biodiesel, respectivamente.

Além disso, inaugurou duas vezes a plataforma de produção de petróleo P-50 – a primeira, quando a embarcação chegou ao estaleiro Mauá, em Niterói, e a segunda quando começou a operar, na Baía de Campos. A plataforma é apontada como símbolo da auto-suficiência nacional na produção de petróleo, uma das conquistas citadas repetidamente por Lula em discursos recentes. ●



**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista concedida pelo ex-governador de São Paulo e candidato à Presidência da República, Geraldo Alckmin, intitulada “É óbvio que Lula sabia”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense**, em sua edição 11 de junho do corrente.

Na entrevista, Geraldo Alckmin destaca alguns pontos importantes na sua agenda para o crescimento, como o corte de gastos públicos e a redução dos impostos e da taxa de juros. Destaca, ainda, que o presidente Lula tinha conhecimento de tudo o que

ocorreu em seu governo, inclusive em relação à crise do mensalão.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requiero que a entrevista acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## ENTREVISTA // GERALDO ALCKMIN TUCANO CRITICA LULA E PROMETE CRESCIMENTO

JOSEMAR GIMENEZ, OSWALDO BUARIM,  
DENISE ROTHENBURG E LUIZ CARLOS AZEVEDO  
DA EQUIPE DO CORREIO

**O** ex-governador paulista Geraldo Alckmin terá sua candidatura à Presidência da República ratificada hoje, em Belo Horizonte, na convenção do PSDB. Nesta entrevista exclusiva ao **Correio Braziliense**, o tucano aposta nas alianças

políticas, no trabalho voluntário de militantes de sua campanha e no horário eleitoral de TV para crescer e derrotar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Acho que vamos ter um mutirão cívico no Brasil, uma ira santa. Há uma indignação popular. Alô, Brasília me chama a atenção. Eu ando na rua e, olha, é impressionante. O povo está com raiva do que vem acontecendo no Brasil. Vamos ter um trabalho voluntário gigantesco no país inteiro, de pessoas

que a gente nem conhece”, avalia.

Alckmin promete cortar gastos públicos, reduzir impostos e baixar a taxa de juros para colocar o país na rota de um crescimento econômico maior. Diz que o presidente Lula tinha conhecimento de tudo o que ocorreu em seu governo, inclusive em relação à crise do mensalão. É rebatido às críticas ao seu estilo franciscano de fazer campanha. A seguir, os principais trechos da entrevista.

# “É ÓBVIO QUE LULA SABIA”

Como o senhor pretende fazer para empolgar a sua base e os aliados? Por exemplo, Jarbas Vasconcelos não compareceu ao encontro em Pernambuco. Como convencê-los que o senhor é o melhor candidato?

A campanha propriamente dita começa dia 5 de julho. Até lá, é legal fazer campanha eleitoral. Segundo, é uma leitura equivocada achar que todas as lideranças precisam ir em todos os eventos. Não existe isso. Estavam em Pernambuco as lideranças todas da região. Tinha uma leitura que o PMDB iria ficar com o PT. Não vai. A maioria do PMDB vai ficar conosco. Nós temos, em Pernambuco, o melhor planque. PSDB, PFL, PMDB e PPS.

O governador de Minas Gerais, Aécio Neves, tem dito que o índice de popularidade dele, 72%, não é suficiente para transferir, que isso depende muito do candidato. O senhor concorda?

— Mas é óbvio. A campanha tem três fatores importantes: a primeira é essa, que exige uma enorme paciência, que é a engenharia política. Acho que correu bem. A segunda, é o trabalho voluntário. Acho que vamos ter um mutirão cívico no Brasil, uma ira santa. Há uma indignação popular. Alô, Brasília me chama atenção. Eu ando na rua e, olha, é impressionante. O povo está com raiva do que vem acontecendo no Brasil. Vamos ter um trabalho voluntário no país inteiro gigantesco, de pessoas que a gente nem conhece. E a terceira é a televisão, ou seja, é campanha do candidato falando com o eleitor.

O senhor gosta de fazer uma campanha com pouco gente, franciscana, estilo de prefeito do interior. Mas o fato é que o senhor precisa fazer uma demonstração de força. Como resolver isso?

Você não mostra que é candidato robusto com gastá-lo de dinheiro. Quan-

do foi: candidato a governador era a mesma ladainha, a equipe é pequena, falta material e não sei o quê. Tive 59% dos votos. Ou nós aprendemos com o mensalão, com o valerioduto, com caixa 2 ou o Brasil não vai ter um salto de qualidade na sua política. Não quero ser igual aos outros. Eu represento uma nova política.

Os seus aliados têm dito que uma das formas de o senhor conseguir o engajamento político na sua campanha é acabando com a reeleição. Assim, os outros teriam expectativa de poder e trabalhariam pelo senhor...

— Isso é altamente ofensivo aos meus companheiros. É imaginar que as pessoas agem por interesse, que não há espírito público, não há lealdade partidária.

O senhor se considera preparado para um debate com o Lula?

Amanhã, se ele quiser.

O que o senhor pensa fazer num debate mais direto?

Primeiro, não pretendo fazer ataque. Seria muito pouco. Nossa proposta é de mudança. Pretendemos, nessa campanha, fazê-la em duas etapas: a primeira é mostrar que há uma outra opção. Hoje, 50% do eleitorado não nos conhece. Depois, mostrar que essa opção pode ser melhor para o Brasil. Em que sentido? Do ponto de vista de crescimento econômico, emprego, renda e trabalho. Depois, mostrar que o Brasil perdeu todas as oportunidades nesses últimos quatro anos, teve uma política fiscal frouxa. Não teve uma medida de contenção de gastos. Pelo contrário. Veja aí a corrupção: tudo isso é preço superinflado.

Mas qual é a agenda da oposição?

A agenda do crescimento. As reformas não saíram do papel. Na questão tributária, não se teve um avanço. Nenhuma mudança para simplificar, para melhorar a questão da eficiência tributária, nada. A questão previdenciária sequer foi regulamentada. A reforma política não saiu do papel. Tivemos quatro anos nos quais o Brasil perdeu oportunidades. E o segundo mandato pode ser pior ainda. Você tem um governo frouxo do ponto de vista ético, ruim de gestão, e o Brasil acaba tendo um crescimento pífio.

Mas o governo do presidente Lula tem uma boa aprovação. Transfere isso, segundo as pesquisas de opinião, para a reeleição. E o senhor tem as três bordoadas, em três pesquisas seguidas, mostrando que o presidente Lula teria hoje condições de ganhar no primeiro turno. O senhor perdeu espaço inclusive em São Paulo...

Primeiro, o presidente Lula não tem uma boa avaliação. Ele tem 38% de ótimo e bom. Ninguém se reelege com isso. É muito pouco. Eu tinha 69% em São Paulo. Com essa massa de publicidade e propaganda, 38% de ótimo e bom é pouco. Pesquisa nesse momento não representa intenção de voto. Ela reflete o nível de conhecimento. Quando começar a campanha, em alguns dias recupero uma grande vantagem em São Paulo.

O senhor acha que há tempo, numa campanha curta, para se tornar conhecido por 50% da população?

— Não tenho dúvida. Em São Paulo, na campanha de governador, em 2002, o

Maluf tinha, nessa época, 43% dos votos. As manchetes dos jornais eram: eleição acaba no primeiro turno. Todos nós sonhamos, tínhamos 40%. É um equívoco acreditar em pesquisa a quatro meses da eleição, antes da campanha. É mais: o eleitor é sábio. Vai levar a eleição para o segundo turno para poder ter mais clareza das propostas, ter um debate de mais qualidade. Ele não decide no primeiro turno.

A crise do PT não comprometeu os índices de aprovação do Lula. Ele continua mantendo distância dessa crise. Não ficou claro para o eleitor se ele sabia ou não do mensalão...

Alguém pode acreditar que o governante não sabe o que se passa no governo? É óbvio que Lula sabia! O José Dirceu dizia: só faço o que o presidente manda. Não faço nada que o presidente não manda. Fica muito mal: um presidente que não sabe o que se passa na sala ao lado. Como é que pode governar o país alguém com tal nível de omissão? É muito mal. Uma coisa é popularidade, outra é credibilidade. A popularidade tem volatibilidade.

Todas as vezes que os tucanos tocam nesse assunto, os petistas vêm sempre com a questão das CPIs não instaladas em São Paulo e a história dos vestidos da ex-primeira-dama paulista. O senhor já se preparou para dar uma resposta cabal a essas questões?

Respondo sobre isso todos os dias. Primeiro, a Assembleia Legislativa é autônoma. Ela pode instalar o que ela quiser. CPI não deve ser objeto de luta política. CPI precisa ter fato para ser instalada.

“Fica muito mal: um presidente que não sabe o que se passa na sala ao lado. Como é que pode governar o país alguém com tal nível de omissão? É muito mal”

da. A maioria das CPIs de São Paulo não tem fato. Em relação aos vestidos, sou muito claro: a Maria Lúcia trabalha comigo desde o tempo em que eu era prefeito, há 26 anos, nunca foi funcionária pública. Nunca recebeu um centavo de recurso público. Fez um trabalho extraordinário no fundo social de solidariedade. Foram 9 mil padarias artesanais instaladas. Recebeu os vestidos de um estilista, e falou isso. Usou os vestidos, doou para as santas casas, entidades filantrópicas. Isso não teve nenhuma relação com o governo do estado. Se me perguntar hoje, eu diria até que ela errou. Não devia ter aceito os vestidos, mesmo tendo doado depois. Mas é assim mesmo, vivendo e aprendendo.

**O senhor pretende mostrar que parte do que está sendo feito pelo governo na área social é resultado do governo anterior?**

A estratégia é falar do projeto nacional de desenvolvimento. Entendo que o Brasil pode mais. Vou cortar gastos, cor-

tar impostos e cortar juros. O Brasil vai crescer para valer, pode escrever. Vamos reduzir a carga tributária, fazer um ajuste fiscal, cortar gastos superfluos e lutar pelo crescimento.

**Como a questão social será abordada na campanha?**

A prioridade é o emprego, mas o programa Bolsa Família será mantido. Nós temos rede de proteção social em São Paulo para as famílias mais pobres. Isso nós temos e vamos manter. O Bolsa Família é uma utilidade dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás, mudou de nome, mas é o mesmo programa. E nós vamos manter. Mas essa não é a questão central, que é como o Brasil diminui a pobreza, a desigualdade. A maneira de fazer isso é crescimento econômico.

**Na reeleição?**

Essa é uma questão a ser resolvida logo no começo do mandato? Esse é um tema do Congresso. Quatro anos são

mais do que suficientes para se fazer um bom governo. Essa não é uma questão programática. Você tem argumentos a favor e argumentos contra. Nós precisamos ter regras, hoje há um abuso. O candidato Lula faz campanha com dinheiro público. Ele andou 64 mil quilômetros de Airbus, com um Boeing atrás e dois helicópteros esperando. Tem eventos que não tem nada substantivo. Perdeu-se todo o critério de razoabilidade, que é um critério jurídico.

**O senhor pretende ampliar a coligação PSDB-PFL?**

O PPS já declarou apoio. Nós vamos trabalhar para fazer uma coligação. Se depender de nós, vamos ter uma coligação PSDB, PFL e PPS. O PDT lançou candidato próprio. Estando os três coligados, teremos mais possibilidades de apoio, inclusive no PMDB.

**Dois palanques no Distrito federal é uma realidade sem retorno, com Abadia e Arruda candidatos?**

O ideal é ter um palanque. Reprodu-

zir a aliança do governador Joaquim Roriz, que lhe deu sustentação ao governo. Tenho grande apreço pela governadora Abadia, minha colega de Congresso Nacional, que tem grande espírito público. O governador Joaquim Roriz (PMDB) foi o primeiro governador do país a me dar apoio. E o PFL é nosso aliado. Então, tem ainda tempo para se buscar um entendimento. Temos mais uns dias aí. Vamos aguardar.

**O senhor assistiu os atos de barbárie do MLST na Câmara. Em caso de vitória, o senhor teme um recrudescimento de ações dessa natureza?**

Nunca enfrentei problemas dessa natureza em São Paulo. Isso só ocorre por falta de autoridade e cumplicidade. Há movimentos que são instrumentalizados e perderam a legitimidade, muito deles mantidos com dinheiro público. É dinheiro desviado, o governo não deveria repassar recursos para esses movimentos que não respeitam a lei.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES.** Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Banco de Dantas foi cliente de ex-escritório de Thomaz Bastos”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 30 de maio do corrente ano.

A matéria destaca que o banco Opportunity, do empresário Daniel Dantas, contratou o ex-escritório de advocacia do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Destaca, também, que Daniel Dantas contratou advogados ligados ao PT e ao governo, como Roberto Teixeira, compadre do presidente Lula, e Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, amigo do ex-ministro José Dirceu.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Banco de Dantas foi cliente do ex-escritório de Thomaz Bastos

RUBENS VALENTE  
DA REPORTAGEM LOCAL

O banco Opportunity contratou o ex-escritório de advocacia do ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) para atuar em duas causas desde o início do governo Lula.

O escritório Rão Cavalcanti & Pacheco Advogados acompanhou funcionários do Opportunity em depoimento na Polícia Civil de São Paulo e representou Daniel Dantas, dono do banco, numa queixa judicial contra o jornalista Mino Carta, editor da revista “Carta Capital”.

Há duas semanas, o ministro se reuniu, na casa do senador Heráclito Fortes (PFL-PI), com Dantas, alvo da Polícia Federal.

Desde 2003, Dantas contratou, por meio da Brasil

Telecom, até o ano passado controlada pelo banco, advogados ligados ao PT e ao governo, como Roberto Teixeira, compadre do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, amigo do ex-ministro José Dirceu.

A procura por esses advogados ocorreu no contexto de um esforço de Dantas para se aproximar do governo.

O escritório Rão, Cavalcanti & Pacheco, de São Paulo, pertenceu a Thomaz Bastos até 31 de dezembro de 2002. O ex-ministro detinha 70% das cotas, que foram adquiridas pelos outros três sócios. Os valores envolvidos não foram divulgados.

“O valor da referida cessão de direitos já foi integralmente quitado”, disse a sócia Dora Cavalcanti Cordani.

**O SR SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Infiltração e hipocrisia”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 11 de junho do corrente.

O artigo mostra que o governo do PT continua tentando enganar a população e o eleitorado. A articulista lembra que no início do governo, tudo que dava errado era culpa da “herança maldita”. Depois, com o mensalão, o governo tentou emplacar a teoria do “somos todos iguais”. Em seguida, tentou-se a desculpa da “sórdida campanha da oposição de direita, das elites e da imprensa”. Agora,

com o episódio da invasão da Câmara dos Deputados, comandada por um integrante da Executiva nacional do PT, tenta disseminar a tese de que “foram elementos infiltrados da direita”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.  
SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e  
§ 2º, do Regimento Interno.)*

**ELIANE CANTANHÊDE**

## Infiltração e hipocrisia

**BRASÍLIA** - Quando alguma coisa dava errado no início do governo Lula (e vivia dando), o pretexto era a “herança maldita”. Apesar disso, Lula surfava justamente na política econômica, no rigor fiscal, nos programas e até nas bolsas isso e aquilo herdados do antecessor.

No meio do governo, quando Roberto Jefferson denunciou o mensalão e pegou o Planalto, o PT e a base aliada de jeito, a desculpa mudou para: “É apenas caixa dois” e “somos todos iguais”.

Quando o tripé do governo caiu (Dirceu, Gushiken e, por fim, Palocci), a culpa foi individualizada. Eles foram massacrados sozinhos, como se não participassem de um partido nem de um projeto de poder nem de um governo.

Mais à frente, quando surgiram as histórias do Lulinha, com a Telemar, e do Okamoto, com as contas de Lula, a explicação, indignada, foi a de que se tratava de uma “sórdida campanha da oposição de direita, das elites e da imprensa”.

Em todos esses momentos, Lula, o chefe, ora se sentia triste, ora indignado, ora irritado, ora “traído”. Nunca condenava ninguém. E jurava que não sabia de nada.

Agora, no fim, quando um integrante da executiva nacional do PT lidera o MLST (financiado indiretamente pelo governo) num ataque de vândalos ao Congresso, tenta-se disseminar a tese de que “foram elementos infiltrados da direita”.

Não bastam as reuniões gravadas, as frases pronunciadas, as providências tomadas, o envolvimento direto do líder do MLST, Bruno Maranhão, com o PT. Nada disso é verdade? Nem cola em Lula?

A se insistir na tese da “infiltração da direita” no quebra-quebra do Congresso Nacional, estarão rindo da nossa cara. E, se boa parcela da população e do eleitorado cair nessa, só haverá uma conclusão possível: uma nuvem de hipocrisia anda anestesiando o país.

[elianec@uol.com.br](mailto:elianec@uol.com.br)

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “STF abre inquérito para investigar Mentor”, publicada no jornal **O Globo** em sua edição de 17 de junho do corrente.

A matéria mostra que o deputado petista José Mentor, acusado de ter recebido R\$300 mil para não ter seu nome incluído no relatório da CPI do Banestado, será investigado pelo STF para que seja apurado se

o parlamentar cometeu crime contra a administração pública e corrupção passiva.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso  
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# STF abre inquérito para investigar Mentor

Petista foi acusado por doleiro de ter recebido R\$ 300 mil para não incluí-lo em relatório da CPI do Banestado

Ilmar Franco

• BRASÍLIA. O Supremo Tribunal Federal (STF) abriu inquérito para investigar eventual favorecimento a doleiros por parte do então relator da CPI do Banestado, o deputado José Mentor (PT-SP). O inquérito foi aberto no mesmo dia do pedido feito pelo Ministério Público Federal, em 7 de junho.

O doleiro Richard Andrew Otterloo acusa Mentor de ter recebido R\$ 300 mil para que seu nome não fosse incluído no relatório final da CPI do Banestado. O ministro Cezar Peluso determinou que a Polícia Federal realize diligências para apurar se o parlamentar cometeu crime contra a administração pública e corrupção passiva. Peluso, porém, não revelou quais seriam as diligências porque o processo envolve segredo de Justiça. O petista José

Mentor, que é candidato à reeleição para a Câmara, não quis comentar a abertura do inquérito.

## Corregedoria também investiga deputado petista

A Corregedoria da Câmara também está investigando o deputado. Mentor deverá prestar esclarecimentos sobre a representação encaminhada pelo procurador-geral de Justiça de São Paulo, Rodrigo Cesar Rebello Pinho, baseada no depoimento do doleiro. Após as declarações de Richard Andrew Otterloo ao procurador, o parlamentar divulgou uma nota afirmando que não recebeu propina e que não protegeu ninguém na CPI do Banestado. A representação de Rebello Pinho contra o deputado chegou à Mesa da Câmara em abril, na época do julgamento em plenário que absolveu Mentor por envolvimento com o valerioduto. ■



## Citado no valerioduto

• Fundador do PT, José Mentor foi acusado de ter recebido R\$ 120 mil do valerioduto, mas não entrou na lista dos 40 denunciados pelo Ministério Público ao Supremo Tribunal Federal. Mentor disse que o dinheiro era o pagamento de consultoria jurídica que deu a empresas de Marcos Valério de Souza e se livrou da cassação. Em 19 de abril, 432 deputados votaram para decidir se Mentor deveria ou não perder o mandato. Com quórum baixo, 241 votaram pela cassação, 16 a menos do que os 257 necessários. Outros 175 deputados votaram a favor de Mentor.



**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, se a educação é prioridade pública, em todo lugar, em todo Estado, como entender que no Amazonas estejam sendo desviadas verbas da Universidade Estadual do Amazonas-UEA para outros fins?

Se a UEA fosse uma Universidade Federal, esses delituosos desvios de verbas seriam suficientes para um caracterizar um escândalo nacional!

A UEA não é federal, mas Educação é! O escândalo é do mesmo tamanho. Por isso, trago ao Senado da República esta denúncia, para mostrar o próprio crime de desviar verbas; e, por essa prática, o descaso do Governo do Estado para com a Educação.

Vamos aos números dessa barbaridade:

Dez empresas. Fundações e projetos de outras áreas do Governo do Amazonas foram premiados com R\$52 milhões de um total de R\$98 milhões, que foram arrecadados e que se destinavam à Universidade do Estado do Amazonas. Isso ocorreu nos dois últimos anos.

Explico: tais recursos são captados de empresas instaladas no Pólo Industrial de Manaus, por meio de benefício fiscal e recolhidos para o fim específico de custear o desenvolvimento de atividades da Universidade estadual.

O escândalo é de pasmar!

Não posso aceitar que o Governo do Estado fique a tugar recursos para a Educação no meu Estado. As verbas são específicas para esse fim, não há como se desculpar por esse crime de lesa-Educação.

A Universidade Estadual do Amazonas tem metas a cumprir e não só em Manaus. Em todo o interior do Estado. Há demandas urgentes, entre outras, nos municípios de Carauari, Eirunepé, Humaitá, Apuí e Manicoré, todos atendidos pela UEA. As atividades nessas áreas estão praticamente paralisadas, por falta de recursos.

Para dar a aparência de legalidade, o Governo Estadual aprovou e sancionou lei que permite a rea-

locação de verbas que excedam as despesas anuais da Universidade.

Não é o caso.

A Universidade Estadual do Amazonas precisa de recursos. E não apenas para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa. Também para outras ações que desenvolve em todo o Estado.

Denuncio, além dos desvios, o pouco interesse do atual Governo do Amazonas pelo Ensino, pela Educação. Não é concebível falar em verba excedente. Para a Educação, a prioridade deve ser total, a menos que os administradores queiram deixar que essas atividades, voltadas para o ensino das nossas populações, sejam relegadas ao descaso.

A denúncia desses desvios foi publicada pelo jornal *A Crítica*, mostrando em pormenores os valores turgados da UEA, para construtoras, Fundações e para outros projetos do Governo Estadual.

O texto da denúncia vai para os Anais do Senado.

Segundo esse respeitável jornal, o Governador do Estado usa expedientes contrários à Educação, para fins eleiçoeiros. E, como mera e frágil capa de legalidade, o Governador ampara-se na Lei que permitiria ao Governo tugar dinheiros da UEA.

Na Assembléia Legislativa do Amazonas já há fortes reações contrárias a essa prática. O PSDB apóia as manifestações que ora ali estão em curso e dará o apoio necessário para evitar que o Governador siga nessa prática contrária à Educação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

O esquema já possibilitou a transferência de mais de R\$ 98 milhões dos recursos da instituição para outros setores.

**Denisio Araujo** (Ex-Presidente do DCE UTA)  
 "No estatuto da JEA, existe o artigo sobre a eleição  
 anual que prevê a participação de membros da polí-  
 tica e dos meios fazendeiros fiscalizados e planejamen-  
 tos técnicos da JEA, mas até então este Conselho não se  
 reuniu desde a saída da massa gestora em 1986, afim  
 de fazer uma mudança estrutural do conselho".

## POLÍTICA

a crítica

MAYAL, 10/10/2006  
11:11:11

CASO UEA

# Construtora recebeu R\$ 8,8 milhões

Etam aparece como a empresa que recebeu o maior volume de verba do suposto excedente de recursos da UEA

ARISTIDE FURTADO  
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

As dez empresas, fundações e projetos do Governo do Estado mais beneficiados com verbas do fundo de manutenção da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) receberam, nos anos de 2004 e 2005, R\$ 52,8 milhões de um total de R\$ 98 milhões arrecadados. Esses recursos são captados de empresas do Polo Industrial de Manaus, por meio de benefício fiscal, e são recolhidos com a justificativa de custear o desenvolvimento das atividades da UEA. Por meio de lei ordinária o Governo Estadual permitir que o valor que exceda as despesas anuais da instituição seja realocado para outros fins.

A Construtora Etam é a primeira colocada no ranking dos maiores beneficiários com o desvio de finalidade na aplicação desses recursos. A empresa recebeu em 2004 o valor de R\$ 8,8 milhões. O Projeto Cidadão, ação do Governo Estadual, coordenado pela primeira dama Sandra Braga, teve o aporte de R\$ 6,9 milhões em 2005, ocupando a segunda posição no rol de atividades que foram beneficiadas com desvio de finalidade. O site oficial do Governo informa que o projeto "é um esforço articulado e integrado do Governo do Amazonas e da sociedade em favor da melhoria da qualidade de vida da população em situação de urgência social". O projeto já percorreu vários municípios amazo-



Sindicalistas vão à ALE protestar contra a corrupção. 50 dos deputados estavam presentes na Casa

## DESTAQUE

Representação feita pelo deputado Artur Bisneto (PMDB) contra o deputado Nelson Azedo (PMDB), protocolada no dia 7, chegou ontem à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da ALE. O parecer de admissibilidade será entregue à Mesa Diretora, amanhã, segundo o presidente da CCJR, deputado Risonildo Almeida (PTB).

nenses e funcionários de Manaus prestando serviços de assistência médica, odontológica, oftálmica, expedição de documentos e outros, sempre aos finais de semana. Os adversários do governador Eduardo Braga (PMDB), então o deputado Lino Chixaro (PPS), acusam-no de tentar angariar votos para sua reeleição com o assistencialismo praticado pelo projeto. A terceira colocada na relação das organizações favoreci-

das com o excedente de recursos da UEA, a Construtora Base, que recebeu R\$ 6,699 milhões, sendo R\$ 6,517 milhões em 2004 e R\$ 181.977 mil em 2005. É seguida de perto pela firma TSN Distribuidora Ltda, que ocupa a quarta posição, com o valor de R\$ 6,622.

A empresa Mapemil Brasil Materiais Médicos utilizou R\$5,492 milhões, assim discriminados: 3,700 milhões em 2004 e R\$ 1,792 milhões em 2005.

## CONFIRA A LISTA

As dez empresas e fundações que mais receberam recursos da uea em 2004 e 2005

BENEFICIÁRIO	FUNDO	ANO	VALOR
ALFARMA FARM	UEA	2004	R\$ 8.800.000
CONSTRUTORA BASE	UEA	2004	R\$ 6.699.000
CONSTRUTORA BASE	UEA	2005	R\$ 181.977
TSN DISTRIBUIDORA LTDA	UEA	2004	R\$ 6.517.000
TSN DISTRIBUIDORA LTDA	UEA	2005	R\$ 181.977
MAPEMIL BRASIL MATERIAIS MÉDICOS	UEA	2004	R\$ 3.700.000
MAPEMIL BRASIL MATERIAIS MÉDICOS	UEA	2005	R\$ 1.792.000
ALFARMA FARM	UEA	2004	R\$ 8.800.000
CONSTRUTORA BASE	UEA	2004	R\$ 6.699.000
CONSTRUTORA BASE	UEA	2005	R\$ 181.977
TSN DISTRIBUIDORA LTDA	UEA	2004	R\$ 6.517.000
TSN DISTRIBUIDORA LTDA	UEA	2005	R\$ 181.977

## Legistivo está dividido

O desvio de finalidade de verbas da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) foi o tema central dos debates ontem na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALE) e na Câmara Municipal de Manaus (CMM). O deputado Luiz Castro (PPS) afirmou que é dever da ALE investigar as denúncias divulgadas na edição de domingo de A CRÍTICA. Lembrou que existem demandas nos municípios de Caramuri, Eirunepé, Irituia, Apuí e Manicoré que não são atendidas pela UEA sob a alegação de falta de recursos.

O deputado Francisco Bafion defendeu o Governo e disse que houve desvio na aplicação de recursos excedentes do orçamento da UEA. "Se há desvio, quando existe ilegalidade no ato. E isso não acontece porque a aplicação em outras finalidades está prevista em lei", disse Bafion. O presidente da CMM, vereador Marco Antonio Chico Preto (PMDB) também usou o argumento do amparo legal fixado pela Lei nº 21 para de parar de defender a reallocar recursos da UEA.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a saúde, como se costuma dizer, é o bem maior que o indivíduo pode ter. Ela não é somente a condição básica do bem-estar de cada um, mas é também o que lhe possibilita o trabalho, meio, por excelência, da inserção social e econômica das pessoas, o próprio fundamento do progresso de um país. Por isso mesmo, as políticas de saúde figuram entre as mais importantes da área social da administração pública, a exigir políticas sérias e abrangentes.

Vivemos, entretanto, tempos de acentuado realismo orçamentário. Até os países mais desenvolvidos da Europa Ocidental, que já tiveram sistemas públicos de saúde muito avançados e completos, precisaram reduzi-los fortemente, sob a ameaça de os ver tornarem-se de todo insustentáveis. Que dizer, então, de um país pobre e menos desenvolvido socialmente, como o Brasil, que enfrenta, já por duas décadas, uma persistente crise de endividamento? Um sistema integralmente público de saúde se faz impraticável diante de tantas necessidades urgentes de recursos orçamentários para outros setores sociais, como a Educação e a Previdência, para citar dois exemplos.

A necessidade de atendimento da saúde e as restrições orçamentárias levaram o Estado brasileiro à decisão de abrir para a iniciativa privada o setor da assistência à saúde. Como o custo dos tratamentos médicos tende a crescer indefinidamente, em consequência do progresso do conhecimento e das tecnologias de diagnose e terapia, faz-se necessária a estruturação do setor na forma de seguro-saúde. A assistência médica suplementar foi criada especialmente para cobrir essa lacuna entre a demanda por atendimento de saúde e a inviabilidade de sua execução plena pelo Estado.

Ocorre que, dentro do novo quadro institucional do País, como do mundo, marcado pela liberação das atividades econômicas ao capital privado, mas com regulação pelo Estado, foi criada, entre outros desses órgãos de supervisão oficial sobre os mercados, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), pela Lei nº 9.961, de 2000. Previamente esse setor, embora ainda sem sua agência, já conhecia alguma regulamentação, estabelecida pela Lei nº 9.658, de 1998.

Como qualquer instituição nova, a regulação tem experimentado, ao longo destes anos, a necessidade de ajustes e correções frente a uma realidade complexa, tanto do lado das demandas sociais quanto do lado financeiro. A história desses ajustes e correções, no que diz respeito ao caso do mercado da saúde suplementar, pode ser entendida a partir da leitura do relatório *Compromissos realizados*, elaborado pela

Diretoria de Desenvolvimento Social (Dides) da ANS, que cobre o período de 2003 a 2006.

Antes de 2003, segundo o relatório, a ANS caracterizava-se pela falta e imprecisão de informações, devidas à insuficiência de sua infra-estrutura telemática. Ao lado disso, um mercado ainda muito reativo à novidade da regulação tendia a omitir ou esconder dados, o que resultava em lapsos de informação, causados também pela precária padronização dos dados. De fato, a própria dinâmica da evolução tecnológica da medicina dificultava a padronização do registro de procedimentos. Como consequência, a atividade de regulação apresentava elevado custo operacional.

Agravava ainda esse quadro o fato de as operadoras de seguro-saúde apresentarem até então a tendência a não reconhecer o compromisso de ressarcir o Sistema Único de Saúde (SUS).

A atual direção da ANS, ao tomar posse e encontrar a situação descrita, assumiu sete compromissos com o desenvolvimento setorial. É sobre esses compromissos, e sua realização, que trata o relatório de cujo conteúdo venho apresentar um resumo às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores.

O primeiro compromisso assumido pela direção da ANS foi o de criar um padrão de trocas de informações entre os prestadores de saúde e as operadoras de planos privados. Para isso, era preciso padronizar antes as informações a serem permutadas, sempre de acordo com as leis e as normas nacionais e tendo por referências as instituições de regulação de outros países com maior experiência, assim como as sociedades científicas e de classe.

O emprego dos termos internacionais utilizados no setor e a participação das instituições interessadas, isto é, do mercado, assegura a transparência e o caráter democrático do processo de elaboração do Padrão TISS, de Troca de Informações em Saúde Suplementar.

O desenvolvimento de ferramentas de informática e de *Internet* para apoiar o mercado, a criação de um Comitê de Padronização de Informações em Saúde Suplementar, também com ampla participação dos atores do mercado, e de uma base de informações que estimule a concorrência, apóie decisões de investimento, reduza assimetrias de informações e permita avaliações tecnicamente avançadas, constituíram outros aspectos da implantação do TISS.

O segundo compromisso assumido foi o de ampliar a base de informações no mercado nacional de saúde suplementar. Essa diretriz implica ações como a diversificação e ampliação do envio de dados das operadoras para a ANS, para suprir lacunas de informações; a adoção de tecnologias de controle do en-



vio de dados, com mecanismos de validação e análise de consistência; o acompanhamento do efeito da ampliação das bases de informação na qualidade dos processos de regulação da ANS; a democratização do fornecimento de informações ao público; o aumento de qualidade e diversidade das informações para o trabalho gerencial da ANS; a agilização do processo de extração de informações dos bancos de dados corporativos e a criação um armazém de dados (DW); e a atualização da tecnologia de cruzamento dos bancos de dados da ANS com os bancos do Ministério da Saúde.

Com essas medidas, o movimento mensal de registro de dados pela ANS passou de 1,5 milhão em 2003 para 10 milhões em cinco meses de 2006; a proporção de acertos nos dados, por sua vez, passou de 68% em 2003 para 87% em 2006.

Quanto ao terceiro compromisso, o de investir em infra-estrutura de informática, o plano da direção da ANS incluía dez pontos: atualizar a configuração e ampliar a quantidade de estações de trabalho, pela aquisição de microcomputadores; ampliar a capacidade de processamento e de armazenamento, com investimento em servidores; aumentar a capacidade de transmissão e de recepção do canal ANS com as operadoras; interligar as regionais da ANS; aumentar a capacidade e qualidade de desenvolvimento de sistemas; criar o armazém de dados (DW); implantar o sistema remoto de suporte técnico atendendo, à sede e a todas as regionais; implantar um sistema de segurança em informação – isto é, um *backup* externo; criar uma área de mapeamento e melhoria de processos na ANS; e adotar o *software* livre em todas as áreas possíveis: servidores, recursos humanos, suporte técnico, **e-learning**, gestão de rede, etc.

Assim, por essa política de renovação da tecnologia informática, dos 43 sistemas implantados até 2002, foram mantidos 23, enquanto novos 63 foram implantados até o ano corrente. A quantidade de *megabytes* recebidos mensalmente pela ANS passou do patamar de 2 mil, em julho de 2003, para 6 mil, em abril de 2006, tendo atingido um pico de 16 mil em janeiro deste ano.

Mas não foi somente a ANS a beneficiada com a inovação dos sistemas de informação. Também a transmissão de dados da Agência para as operadoras cresceu significativamente. Para se ter uma idéia do progresso da circulação de dados, basta dizer que, em dezembro de 2004, mês de pico de transmissão de informações daquele ano, a ANS repassou às operadoras algo na faixa de 12 *megabytes*; no mês de maio de 2005, também mês de pico do ano, foram cerca de 160 *megabytes*; em março de 2006, finalmente, chegou-se à marca de 7,5 mil *megabytes* transmitidos.

O quarto compromisso assumido foi o de estabelecer o ressarcimento ao SUS como estratégia de regulação. As ações nesse sentido incluíam a ampliação da base de cobrança, que até 2003 era reduzida, com vários procedimentos não sendo ressarcidos; a ampliação da capacidade de análise, pois havia um grande estoque de atendimentos identificados impugnados e não analisados, além de serem, até então, lentos e burocráticos os processos de análise; a melhoria das informações que antecedem o processo de cobrança do ressarcimento; a instrução e instauração da legalidade dos processos administrativos das operadoras inadimplentes com o ressarcimento, com notificação ao Cadin; e a dinamização da partilha do ressarcimento ao SUS.

A partir da implementação dessas medidas, ampliou-se a base do ressarcimento em 38,66%, na comparação entre o período de fevereiro de 2001 a janeiro de 2003 e o período de fevereiro de 2003 e janeiro de 2005.

Melhoraram, também, as informações e a qualidade da análise, com um aumento de 154% no número de atendimentos analisados, com grande aumento do rigor, pois os atendimentos deferidos passaram de 65,49% de todos os processo, no primeiro período, para 35,53% no segundo. A produtividade das análises de impugnações foi multiplicada.

Outro aspecto significativo se verificou na melhoria da partilha dos recursos ressarcidos, que passou de 67,6% em 2000 para 97,1% em 2006. A ANS aperfeiçoou sua capacidade de fazer cumprir a lei, notificando ao Cadin a ocorrência de inadimplência de operadoras e atendendo às operadoras em dificuldades com parcelamentos permitidos pela legislação.

O quinto compromisso da atual direção da ANS foi o de estimular a integração do sistema de saúde suplementar com o SUS. Justificam essa iniciativa, em primeiro lugar, o propósito de se obter economia de escala, pois a integração dos setores públicos e suplementar representa um montante de gastos anuais da ordem de 70 bilhões de reais, permite políticas governamentais de compras internacionais e investimento em tecnologia nacional, além de representar interesses comuns que, somados, representam uma economia superior àquela possível pelas partes agindo isoladamente; em segundo lugar, a determinação de reduzir custos administrativos em informação, planejamento e regulação; finalmente, o objetivo maior de racionalizar a incorporação de tecnologias em saúde.

Na elaboração de uma agenda de integração do sistema suplementar ao SUS, a ANS procurou apresentar e debater uma agenda comum de integração com os principais atores da integração, incluindo gestores

do sistema público e da saúde suplementar, usuários do SUS e beneficiários de Planos de Saúde, órgãos de defesa do consumidor e ministério público. Nesse sentido, foram realizados 5 encontros macro-regionais, com intenso debate dos temas selecionados de acordo com os elementos integradores anteriormente identificados. Foi possível, assim, definir uma agenda para desenvolver os temas de consenso. O objetivo, desde o início, era o de implantar e realizar a gestão da agenda no ano de 2006.

O sexto compromisso era de implantar um sistema de informações epidemiológicas. Esse sistema, designado pelo acrônimo Siepe, deverá revelar a situação de saúde da população beneficiária de planos de saúde, subsidiando o planejamento deste mercado e o Sistema Único de Saúde, para que este possa fomentar políticas e estratégias de promoção da saúde. A base de informações epidemiológicas, com a implantação do padrão TISS, permitirá, ainda, conhecer a atenção de saúde praticada no setor, assim como o perfil de morbidade e mortalidade da população beneficiária.

Já estão disponíveis informações inéditas, como resultado da prioridade conferida pela atual administração ao avanço quantitativo e qualitativo da gestão de informações. O cruzamento dos dados dos bancos de beneficiários de planos de saúde com os do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) revelou, pela primeira vez, a mortalidade dessa população.

Outros estudos já estão em curso, incluindo o Sistema de Informações Hospitalares (SIH), o Sistema de Informações de Nascidos Vivos e o Sistema de Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade (APAC).

O sétimo e último compromisso foi o de implantar um sistema de avaliação de tecnologia em saúde por meio de evidências científicas. Com efeito, essa era uma prioridade do mercado, pois as operadoras de planos privados de saúde, por um lado, se ressentem da elevação de custos em decorrência de incorporação de novas tecnologias. Por outro lado, o Ministério Público defende os interesses dos beneficiários de planos de saúde, freqüentemente determinando na Justiça o uso dessas tecnologias.

Por essas razões, o Ministério da Saúde criou a Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde, tendo convocado a ANS para fazer parte do esforço institucionalizado. A par disso, a ANS enfrenta grandes pressões para incorporação de novas tecnologias, como a requisição, por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de uma contrapartida da ANS para responder às questões de registro de novas tecnologias.

A Dides, para fazer frente a todos esses desafios, implantou a Gerência de Avaliação de Tecnologia em Saúde, com os propósitos de estabelecer a metodologia para realização de estudos de ATS; apoiar a construção da Política Nacional de Gestão de Tecnologia em Saúde (CPGT e CITEC) e da Saúde Suplementar, elaborar material sobre ATS a ser disponibilizado na página da ANS na *Internet* e analisar a difusão e uso de tecnologias consideradas de impacto na saúde suplementar.

Diante das realizações, por maiores que tenham sido, resta encarar o futuro. A direção da ANS pretende manter o seu programa de trabalho, com base em compromissos para os próximos anos. Propõe-se, assim, a oferecer sustentabilidade ao investimento que o mercado realizará na implantação do padrão TISS; evoluir para um sistema de informações que capture e valide em tempo real as operações de contratação de planos de saúde e os serviços prestados para atender coberturas; produzir relatórios analíticos para operadoras, prestadores e beneficiários, com o objetivo de reduzir vulnerabilidades e subsidiar o processo de decisão; produzir relatórios analíticos e alertas para as autoridades públicas sobre questões de saúde e doença; produzir e divulgar relatórios que orientem a qualificação da gestão de saúde do mercado de saúde suplementar; produzir e divulgar relatórios de avaliação de tecnologias de saúde em uso e a ser incorporadas ao setor; contribuir com o Ministério da Saúde para a consolidação e transparência das políticas de vigilância da saúde, vigilância sanitária, ciência e tecnologia, informação e saúde, insumos estratégicos entre outros; e promover a agenda de integração ao SUS, implantando novo sistema de ressarcimento.

A regulação, nova forma de atuação do Estado no atendimento às necessidades básicas da população, precisa se aperfeiçoar para se firmar como meio de conciliação dos interesses das partes envolvidas nos contratos de planos de saúde. É a maneira mais efetiva pela qual um Estado moderno pode atuar na garantia da saúde da população, principalmente a de renda média e alta. A atual direção da ANS, consciente dessa obrigação das agências para com a cidadania, traçou metas que vem cumprindo e continuará, por certo, a cumprir.

Os bons resultados da atual gestão da ANS precisam de divulgação maior, sobretudo quando a população se vê bombardeada por algumas notícias ruins a respeito da segurança institucional do País. Muita coisa boa foi e está sendo feita, só não ganha espaço nos noticiários, muitas vezes toldados por interesses pouco legítimos. É por isso que julgo necessário trazer a esta tribuna os dados que acabo de apresentar.

Muito obrigado.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente Lula afirmou ontem, em discurso na 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília, que antes dele o “Brasil era uma coisa meio desarranjada”.

Nessa linha obsessiva de denegrir os seus antecessores e se vangloriar de feitos e obras imaginárias, sua excelência em plena campanha pela reeleição, vem recorrendo com mais regularidade ao sofisma e a tergiversação.

No “palanque” de ontem, o Presidente Lula afirmou que recebeu um país desordenado e comparou o país que recebeu com um avião com peças desmontadas: “O Brasil quando nós pegamos era assim”.

Fiel ao estilo delirante o presidente Lula sentenciou: consegui “arrumar a coisa” e hoje o Brasil é outro “de tal ordem que alguns críticos do passado não sabem como explicar como é que a gente resolveu o problema da economia brasileira”.

O teor dessa declaração revela o Presidente Lula delirando, afinal ele afirmou que resolveu o problema da economia brasileira.

O plano real mudou o Brasil, em que pese os desafios do país continuarem imensos. Sem dúvida, o plano real foi o instrumento que tornou possível o ingresso numa era de estabilização.

É inegável que a primeira forma de luta contra a exclusão social consistiu em conseguir a estabilização econômica. Em junho de 1994, a inflação estava em 47%, quando foi controlada pelo plano real. Em 2001, a média foi de apenas 0,6% ao mês.

Em sã consciência ninguém seria capaz de discordar que a estabilização contribuiu sobremaneira para melhoria das condições de vida da população.

Além de não ser uma conquista de seu governo, a sua gestão usufruiu dos efeitos da estabilização.

No que se refere ao crescimento econômico verificado durante o seu governo, o Brasil **crece abaixo da média** mundial, muito longe dos países em desenvolvimento e somente acima do Haiti na América Latina. Devemos destacar o quadro internacional favorável e o crescimento vertiginoso das *commodities* exportadas pelo Brasil.

Durante o seu governo o cenário externo só favoreceu, ao contrário do governo anterior que enfrentou três crises econômicas internacionais de graves proporções: mexicana, asiática e russa, e mesmo assim conseguiu um crescimento econômico médio entre 1995 e 2001 da ordem de 2,9% do PIB (crescimento na média mundial).

A tentativa do Presidente Lula se apresentar no palanque como o pai da estabilização monetária é mais uma apropriação indébita praticada na sua gestão.

A arrecadação de impostos e contribuições continua crescendo e batendo recordes. A receita federal já arrecadou R\$154,34 bilhões nos cinco primeiros meses do ano: um crescimento real (descontada a inflação pelo IPCA) de 2,7% em comparação ao mesmo período de 2005.

Em maio, a arrecadação chegou a R\$28,72 bilhões e bateu mais um recorde histórico para o mês, com expansão de 2,82% sobre maio do ano passado.

A última baixa?: o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues pediu demissão hoje.

Era um dos poucos ministros que estava no cargo desde o início do governo. Um homem sério, competente mas que foi refém, desde o início, de um governo que tratou a agricultura e o agricultor com desdém e negligência.

A falta de articulação do governo Lula é de tal magnitude, por exemplo, que oito meses após a descoberta de focos de febre aftosa, 58 países ainda mantêm o embargo à importação de carne brasileira.

O governo só conseguiu reverter parcialmente a restrição ao produto imposta por três países.

A suspensão dos embargos à importação de carne brasileira exige uma atuação mais política do que técnica do governo. O ex-Ministro Rodrigues fez a sua parte. Mas e o resto do governo?

Sabemos que os “esforços concentrados” do governo são empreendidos no eixo Brasília-Caracas e Brasília-La Paz, sempre privilegiando as decisões do Sr. Hugo Chávez e Evo Morales.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

## ORDEM DO DIA Às 15:30 horas

1

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 286, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 286, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de duzentos e cinquenta milhões

e quinhentos mil reais, para os fins que especifica.

Parecer sob o nº 778, de 2006-Plen, Relator revisor: Senador Marcelo Crivella, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória e, no mérito, favorável.

Prazo final: 6-7-2006

## 2

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

#### Nº 17, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 9-8-2006

## 3

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

#### Nº 18, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2006, (proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006), que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006, e estende a todos os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social o mesmo percentual aplicado ao Salário Mínimo; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e das Leis nºs 7.789, de 3 de julho de 1989, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995, 9.063, de 14 de junho de 1995, 10.699, de 9 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei 2.351, de 7 de agosto de 1987, as Leis nºs 9.971, de 18 de maio de 2000, 10.525, de 6 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto de 2005, e a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001.

Relator revisor:

Prazo final: 11-8-2006

## 4

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 289, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 289, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de setecentos e trinta e oito milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 21-8-2006

## 5

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 290, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 290, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 23-8-2006

## 6

### SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

## 7

### SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Consti-*



*tução Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 22, DE 2000**

*(Votação nominal)*

*(Tramitando em conjunto*

*com as Propostas de Emenda à Constituição  
nºs 77, de 1999, e 28, de 2000)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual.*

Pareceres sob nºs 103, de 2004, e 443, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges – 1º pronunciamento (sobre as Propostas): favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 28, de 2000, e 24, de 2003, que tramitam em conjunto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 a 4, de Plenário): pela aprovação das Emendas nºs 1 a 3, na forma de subemendas que apresenta, e da Emenda nº 4.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 77, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22 e 28, de 2000)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal.*

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 28, DE 2000**

*(Tramitando em conjunto*

*com as Propostas de Emenda à Constituição  
nºs 77, de 1999, e 22, de 2000)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao caput do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal.* (Dispõe sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais).

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 30, DE 2002**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 29, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 9, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal* (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

**14****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

**15****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2003 (nº 39/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Regulação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 2.146 e 2.147, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Alvaro Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**16****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público*.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator:

Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

**17****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista* (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

**18****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

**19****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que *altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida*.

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

**20****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na

Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos*.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

**21****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação*.

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

**22****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005 (nº 3.849/2004, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como Ano da Juventude*.

Parecer favorável, sob nº 557, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Iris de Araújo.

**23****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista*.

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

**24****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus*.

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

**25****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que *declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira*.

Parecer favorável, sob nº 551, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

**26****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2006 (nº 3.952/2004, na Casa de origem), que *estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*.

Parecer favorável, sob nº 664, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Ana Júlia Carepa.

**27****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

**28****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas*.

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania:

1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

### 29

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

### 30

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo*

*geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

### 31

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.

### 32

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

#### **O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 21 horas e 2 minutos.).*



## Agenda do Presidente do Senado Federal

**28/06/2006**

**quarta-feira**

- 
- 15:15** - **Presidente da União dos Vereadores do Brasil e Presidentes de União de Vereadores de vários Estados**  
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 15:30** - **Ministro Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação, acompanhado de**  
Representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação  
Representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação  
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 15:40** - **Senador Romero Jucá, acompanhado do**  
Doutor Edson Oliveira Andrade, Presidente do Conselho Federal de Medicina  
Doutor José Luiz Gomes do Amaral, Presidente da Associação Médica Brasileira  
Doutor Wilande Santos da Luz, Conselho Federal de Medicina Roraima  
Doutor Eder Borba, Federação Nacional dos Médicos  
Doutor Emmanuel Fortes Cavalcanti, Conselho Regional de Medicina de Alagoas  
Doutor José Alceu Pimentel, Conselho Federal de Médicos de Alagoas  
Doutor Mauro Brandão, Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro  
Doutor Aluísio Tibiriçá, Conselho Federal de Medicina do Rio de Janeiro  
Doutor Neuman Macêdo, Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte  
Doutor Darvêlio de Paiva Madruga, Conselho Regional de Medicina da Paraíba  
Doutor José Sêrvulo Sampaio, Conselho Regional de Medicina do Sergipe  
Doutor Salomão Rodrigues Filho, Conselho Regional de Medicina de Goiás
- 15:50** - **Senadora Serys Slhessarenko, Presidente da Comissão Especial temporária destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana, para entrega do Relatório Final**  
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 16:00** - **Ordem do Dia - Sessão Deliberativa - pauta sobrestada.**  
Plenário do Senado Federal

  
Martha Dura Masciminto  
Chefe de Gabinete  
Presidência do Senado

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS**  
**PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Emendas**  
**AO**  
**PROJETO DE LEI**  
**N.º 04/2006-CN**

**MENSAGEM**  
**N.º 050, de 2006 – CN**  
**(Nº 00450/2006, na origem)**

**Ementa:** “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 641.598.335,00 (seiscentos e quarenta e um milhões, quinhentos e noventa e oito mil, trezentos e trinta e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

# Índice de Emendas 004/2006 - EMENDA

		Total por Parlamentar
ANIVALDO VALE	00001 a 00006	6
CARLOS SOUZA	00014	1
JOSÉ DIVINO	00007 a 00013	7
ROSE DE FREITAS	00019 a 00038	20
WELLINGTON FAGUNDES	00015 a 00018	4
<b>Total de Emendas:</b>		<b>38</b>

CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00001

PL 004/2006-CN  
Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PL 004/2006-CN

PÁGINA  
1 DE 1

### TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 04/2006-CN, Crédito Suplementar - Programa de Trabalho do Ministério da Educação, UO: 26298-FNDE, o seguinte subtítulo:

#### Suplementar:

UO: 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE

Programa: 1061 – Brasil Escolarizado

Funcional Programática: 12.306.1061.0513.0015

Subtítulo: Apoio à alimentação escolar na educação básica no Estado do Pará.

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 30 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 100.000.000,00

#### Cancelar:

UO: 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE

Programa: 1061 – Brasil Escolarizado

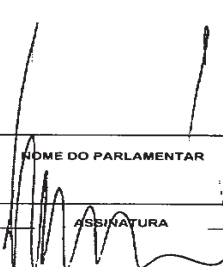
Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001

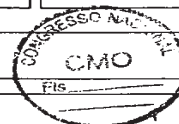
Subtítulo: Apoio ao desenvolvimento da educação básica – Nacional.

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 30 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 100.000.000,00

### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa garantir, com melhoria de qualidade, o acesso e a permanência de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos na educação básica. A suplementação proposta, possibilitará a ampliação do atendimento a alimentação escolar, de forma a tornar a educação básica mais efetiva e a redução das desigualdades sociais.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3123-1	ANIVALDO VALE	PA	PSDB
DATA	ASSINATURA		
21/06/06			



## EMENDA - 00002

EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL

PL 004/2006-CN

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLNº 04/2006-CN

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 04/2006-CN, Crédito Suplementar - Programa de Trabalho do Ministério da Educação, UO: 74902-Recursos Sob Supervisão do fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Min. Da Educação

Programa: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.364.1073.005Q.0014

Subtítulo: Apoio a entidades públicas de ensino superior no Estado do Pará.

GND: 5 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 318 / Valor: R\$ 10.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Min. Da Educação

Programa: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

Subtítulo: Apoio a entidades públicas de ensino superior no Estado do Pará.

GND: 5 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 318 / Valor: R\$ 10.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Reformar a educação superior e estruturar as instituições federais de ensino, preparando-as para as tendências de futuro, ampliando com qualidade o acesso ao ensino de graduação e pós-graduação, à pesquisa e à extensão, disseminando o conhecimento e promovendo condições para o desenvolvimento sustentável do País, com vistas às transformações sociais pelas quais deve passar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

21/06/06

ASSINATURA





**EMENDA - 00003****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**PL 004/2006-CN  
Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLNº 04/2006-CNPÁGINA  
1 DE 1

## TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 04/2006-CN, Crédito Suplementar - Programa de Trabalho do Ministério da Educação, UO: 74902-Recursos Sob Supervisão do fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Min. Da Educação

Programa: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.302.1073.6379.0072

Subtítulo: Complementação para o funcionamento dos hospitais de ensino federais – Hospital Universitário João de Barros Barreto – Belém-PA

GND: 5 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 318 / Valor: R\$ 10.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Min. Da Educação

Programa: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

Subtítulo: Apoio a entidades públicas de ensino superior no Estado do Pará.

GND: 5 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 318 / Valor: R\$ 10.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Reformar a educação superior e estruturar as instituições federais de ensino, preparando-as para as tendências de futuro, ampliando com qualidade o acesso ao ensino de graduação e pós-graduação, à pesquisa e à extensão, disseminando o conhecimento e promovendo condições para o desenvolvimento sustentável do País, com vistas às transformações sociais pelas quais deve passar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

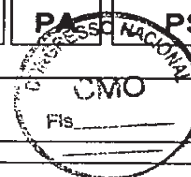
PARTIDO

PSDB

DATA

21/06/06

ASSINATURA



**EMENDA - 00004****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 004/2006-CN**

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
**PLNº 04/2006-CN**PÁGINA  
**1 DE 1****TEXTO**

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 04/2006-CN, Crédito Suplementar - Programa de Trabalho do Ministério da Educação, UO: 74902-Recursos Sob Supervisão do fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Min. Da Educação

Programa: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.364.1073.4009.0015

Subtítulo: Funcionamento de cursos de graduação no Estado do Pará

GND: 5 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 318 / Valor: R\$ 10.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Min. Da Educação

Programa: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

Subtítulo: Apoio a entidades públicas de ensino superior no Estado do Pará.

GND: 5 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 318 / Valor: R\$ 10.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

Reformar a educação superior e estruturar as instituições federais de ensino, preparando-as para as tendências de futuro, ampliando com qualidade o acesso ao ensino de graduação e pós-graduação, à pesquisa e à extensão, disseminando o conhecimento e promovendo condições para o desenvolvimento sustentável do País, com vistas às transformações sociais pelas quais deve passar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

CÓDIGO

**3123-1**

NOME DO PARLAMENTAR

**ANIVALDO VALE**

UF

**PA**

PARTIDO

**PSDB**

DATA

21/06/06

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00005****PL 004/2006-CN**

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJ

PLNº 04/2006-CN

PAGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 04/2006-CN, Crédito Suplementar - Programa de Trabalho do Ministério da Educação, UO: 74902-Recursos Sob Supervisão do fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Min. Da Educação

Programa: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.364.1073.4009.0015

Subtítulo: Funcionamento de cursos de graduação no Estado do Pará

GND: 5 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 318 / Valor: R\$ 10.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Min. Da Educação

Programa: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

Subtítulo: Apoio a entidades públicas de ensino superior no Estado do Pará.

GND: 5 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 318 / Valor: R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Reformar a educação superior e estruturar as instituições federais de ensino, preparando-as para as tendências de futuro, ampliando com qualidade o acesso ao ensino de graduação e pós-graduação, à pesquisa e à extensão, disseminando o conhecimento e promovendo condições para o desenvolvimento sustentável do País, com vistas às transformações sociais pelas quais deve passar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

21/06/06

ASSINATURA

CMO

FIS.

## EMENDA - 00006

EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL

PL 004/2006-CN

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLNº 04/2006-CN

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 04/2006-CN, Crédito Suplementar - Programa de Trabalho do Ministério da Educação, UO: 74902-Recursos Sob Supervisão do fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Min. Da Educação

Programa: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.364.1073.6373.0015

Subtítulo: modernização e recuperação de infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino no Estado do Pará

GND: 5 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 318 / Valor: R\$ 10.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Min. Da Educação

Programa: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

Subtítulo: Apoio a entidades públicas de ensino superior no Estado do Pará.

GND: 5 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 318 / Valor: R\$ 10.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Reformar a educação superior e estruturar as instituições federais de ensino, preparando-as para as tendências de futuro, ampliando com qualidade o acesso ao ensino de graduação e pós-graduação, à pesquisa e à extensão, disseminando o conhecimento e promovendo condições para o desenvolvimento sustentável do País, com vistas às transformações sociais pelas quais deve passar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

21/06/06

ASSINATURA



**EMENDA - 00007****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

PL 004/2006-CN

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PLN - 04/2006 - CNPÁGINA  
01 DE 01

## TEXTO

INCLUIR ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I DO PRESENTE PROJETO DE LEI - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NACIONAL, NO VALOR DE R\$ 1.000.000,00 ( HUM MILHÃO DE REAIS)

## SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 26000

UNIDADE: 26298

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.365.1065.0E04.0060

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99

VALOR R\$ 1.000.000,00

## CANCELAMENTO:

UNIDADE: 26298

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.1061.0509.0001

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 30

VALOR R\$ 1.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COM RECURSOS FINANCEIROS PARA SEREM DESTINADOS NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL. POR SE TRATAR DE INVESTIMENTOS NO APRIMORAMENTO DOS EDUCANDOS É QUE PEÇO O DEFERIMENTO DESTA EMENDA

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOSÉ DIVINO

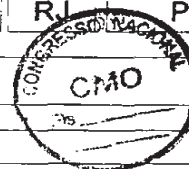
RJ

PRB

DATA

22/06/2006

ASSINATURA



**EMENDA - 00008****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 004/2006-CN**

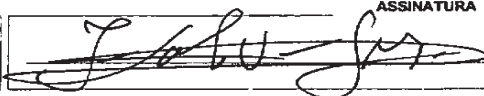
Mensagem 050/2006-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI NÚMERO  
PLN - 04/2006 - CN****PÁGINA  
01 DE 01****TEXTO**

INCLUIR ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I DO PRESENTE PROJETO DE LEI - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NACIONAL, NO VALOR DE R\$ 4.000.000,00 ( QUATRO MILHÕES DE REAIS)

**SUPLEMENTAÇÃO:****ÓRGÃO:** 26000**UNIDADE:** 26298**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 12.306.1061.0513.0033**GND:** 3**MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 99**VALOR R\$ 4.000.000,00****CANCELAMENTO:****UNIDADE:** 26298**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 12.361.1061.0509.0001**GND:** 3**MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 30**VALOR R\$ 4.000.000,00****JUSTIFICAÇÃO**

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COM RECURSOS FINANCEIROS PARA APOIO A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA. POR SE TRATAR DE INVESTIMENTOS NO APRIMORAMENTO DOS EDUCANDOS É QUE PEÇO O DEFERIMENTO DESTA EMENDA

**CÓDIGO****NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****DEPUTADO JOSÉ DIVINO****RJ****PRB****DATA****ASSINATURA****22/06/2006**

**EMENDA - 00009****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 004/2006-CN**

Mensagem 050/2006-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**PROJETO DE LEI NÚMERO  
**PLN - 04/2006 - CN**PÁGINA  
**01 DE 01**

TEXTO

INCLUIR ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I DO PRESENTE PROJETO DE LEI – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NACIONAL, NO VALOR DE R\$ 2.000.000,00 ( DOIS MILHÕES DE REAIS)

**SUPLEMENTAÇÃO:****ÓRGÃO:** 26000**UNIDADE:** 26298**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 12.573.1061.6375.0001**GND:** 3**MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 99**VALOR R\$ 2.000.000,00****CANCELAMENTO:****UNIDADE:** 26298**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 12.361.1061.0509.0001**GND:** 3**MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 30**VALOR R\$ 2.000.000,00****JUSTIFICAÇÃO**

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COM RECURSOS FINANCEIROS PARA SEREM DESTINADOS NA DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE APOIO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E AO USO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO. POR SE TRATAR DE INVESTIMENTOS NO APRIMORAMENTO DOS EDUCANDOS É QUE PEÇO O DEFERIMENTO DESTA EMENDA

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

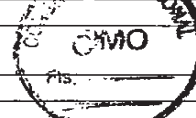
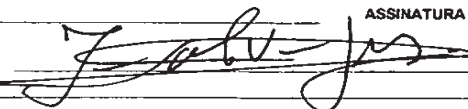
UF

PARTIDO

**DEPUTADO JOSÉ DIVINO****RJ PRB**

DATA

ASSINATURA

**22/06/2006**

**EMENDA - 00010****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 004/2006-CN**

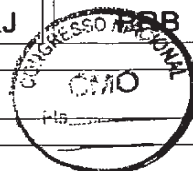
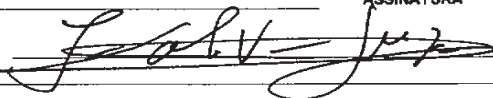
Mensagem 050/2006-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI NÚMERO  
PLN - 04/2006 - CN****PÁGINA  
01 DE 01****TEXTO**

INCLUIR ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I DO PRESENTE PROJETO DE LEI – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NACIONAL, NO VALOR DE R\$ 1.000.000,00 ( HUM MILHÃO DE REAIS)

**SUPLEMENTAÇÃO:****ÓRGÃO:** 26000**UNIDADE:** 26298**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 12.361.1061.09CW.000**GND:** 3**MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 99**VALOR R\$ 1.000.000,00****CANCELAMENTO:****UNIDADE:** 26298**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 12.361.1061.0509.0001**GND:** 3**MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 30**VALOR R\$ 1.000.000,00****JUSTIFICAÇÃO**

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COM RECURSOS FINANCEIROS PARA SEREM DESTINADOS não APOIO A REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DA REDE MUNICIPAL. POR SE TRATAR DE INVESTIMENTOS NO APRIMORAMENTO DOS EDUCANDOS É QUE PEÇO O DEFERIMENTO DESTA EMENDA

**CÓDIGO****NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****DEPUTADO JOSÉ DIVINO****RJ****PSB****DATA****ASSINATURA****22/06/2006**



**EMENDA - 00011****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 004/2006-CN**

Mensagem 050/2006-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**PROJETO DE LEI NÚMERO  
**PLN - 04/2006 - CN**PÁGINA  
**01 DE 01****TEXTO**

INCLUIR ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I DO PRESENTE PROJETO DE LEI - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NACIONAL, NO VALOR DE R\$ 100.000,00 ( CEM MIL REAIS )

**SUPLEMENTAÇÃO:**

ÓRGÃO: 26000

UNIDADE: 26298

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.392.1061.4045.0001

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR R\$ 100.000,00

**CANCELAMENTO:**

UNIDADE: 26298

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.1061.0509.0001

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 30

VALOR R\$ 100.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COM RECURSOS FINANCEIROS PARA SEREM DESTINADOS NA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS. POR SE TRATAR DE INVESTIMENTOS NO APRIMORAMENTO DA EDUCAÇÃO É QUE PEÇO O DEFERIMENTO DESTA EMENDA

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

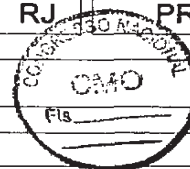
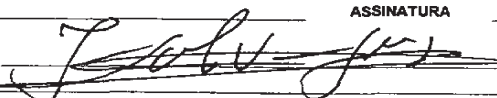
UF

PARTIDO

**DEPUTADO JOSÉ DIVINO****RJ****PRB**

DATA

ASSINATURA

**22/06/2006**

**EMENDA - 00012****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 004/2006-CN**

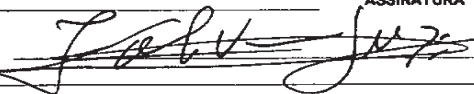
Mensagem 050/2006-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**PROJETO DE LEI NÚMERO  
**PLN - 04/2006 - CN****PÁGINA**  
**01 DE 01****TEXTO**

INCLUIR ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I DO PRESENTE PROJETO DE LEI – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NACIONAL, NO VALOR DE R\$ 1.000.000,00 ( HUM MILHÃO DE REAIS)

**SUPLEMENTAÇÃO:****ÓRGÃO:** 26000**UNIDADE:** 26298**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 12.361.1061.0509.0001**GND:** 4**MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 40**VALOR R\$ 1.000.000,00****CANCELAMENTO:****UNIDADE:** 26298**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 12.361.1061.0509.0001**GND:** 3**MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 30**VALOR R\$ 1.000.000,00****JUSTIFICAÇÃO**

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COM RECURSOS FINANCEIROS PARA SEREM DESTINADOS NA CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL. POR SE TRATAR DE INVESTIMENTOS NO APRIMORAMENTO E MELHORAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, É QUE PEÇO O DEFERIMENTO DESTA EMENDA

**CÓDIGO****NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****DEPUTADO JOSÉ DIVINO****RJ****PRB****DATA****ASSINATURA****22/06/2006**

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00013****PL 004/2006-CN-CN**

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PLN - 04/2006 - CNPÁGINA  
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I DO PRESENTE PROJETO DE LEI - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NACIONAL, NO VALOR DE R\$ 1.000.000,00 ( HUM MILHÃO DE REAIS)

**SUPLEMENTAÇÃO:**

ÓRGÃO: 26000

UNIDADE: 26298

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.361.1061.0509.0001

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 1.000.000,00

**CANCELAMENTO:**

UNIDADE: 26298

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.361.1061.0509.0001

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 30

VALOR R\$ 1.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COM RECURSOS FINANCEIROS PARA SEREM DESTINADOS NA CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL. POR SE TRATAR DE INVESTIMENTOS NO APRIMORAMENTO DOS EDUCADORES É QUE PEÇO O DEFERIMENTO DESTA EMENDA

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**DEPUTADO JOSÉ DIVINO**

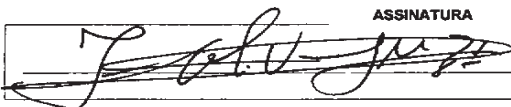
RJ

PROCESSO NACIONAL  
PRB

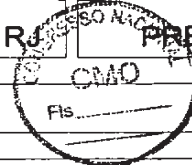
DATA

ASSINATURA

22/06/2006



Fls.



**EMENDA - 00014****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 004/2006-CN-CN**

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PLN - 004/2006 - CNPÁGINA  
01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NACIONAL, NO VALOR DE R\$ 2.300.000,00 ( DOIS MILHÕES E TREZENTOS MIL REAIS)

**SUPLEMENTAÇÃO:**

ÓRGÃO: 26000

UNIDADE: 26298

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.361.1061.0509.0001

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 2.300.000,00

**CANCELAMENTO:**

UNIDADE: 26298

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.361.1061.0509.0001

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 30

VALOR R\$ 2.300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PROCURO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, LEVAR RECURSOS FINANCEIROS PARA VÁRIOS MUNICÍPIOS AMAZONENSES, COM O PRINCIPAL OBJETIVO DE DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE APOIO A EDUCAÇÃO A DISTANCIA E AO USO TECNOLÓGICO DE INFORMAÇÃO, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, POSSIBILITANDO UM MELHOR DESEMPENHO PARA OS EDUCADORES E MELHORANDO A CAPTAÇÃO POR TODOS OS EDUCANDOS.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

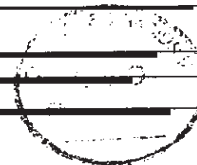
PARTIDO

**DEPUTADO FEDERAL CARLOS SOUZA****AM****PP**

DATA

ASSINATURA

23/06/2006





**EMENDA - 00015****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 004/2006-CN-CN**

Mensagem 050/2006-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI

04/2006

PÁGINA

1 DE 1

**TEXTO**

Inclua-se;

Ao Plano de trabalho do Ministério do Meio Ambiente, o seguinte subprojeto;

- UO - 44101
- APOIO A CRIAÇÃO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – RONDONÓPOLIS - MT
- Funcional Programática: 18.541.0499.0884.0058
- GND – 4
- Valor: 2.000.000,00

Cancelamento;

- ORGÃO – 26000
- UO - 26298
- APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NACIONAL
- Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001
- Valor: 2.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo dessa emenda é manter a responsabilidade ambiental e entrosando com social. Visa também dar subsídios a proteção e a preservação de ecossistemas no seu estado natural e primitivo, onde os recursos naturais são passíveis de um uso indireto sem consumo. Entre outras ações as mais importantes são:

- proteger as espécies ameaçados de extinção no âmbito regional e nacional;
- contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- proteger e recuperar recursos hídricos;
- recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico. São por estes motivos Senhor Relator que solicito o deferimento desta emenda.

CÓDIGO

**1831**

NOME DO PARLAMENTAR

**Deputado Wellington Fagundes**

UF

**Mt**

PARTIDO

**PM- MT**

DATA

**26/6/2006**

ASSINATURA

Fis

**CMO**

**EMENDA - 00016****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 004/2006-CN-CN**

Mensagem 050/2006-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI

04/2006

PÁGINA

1 DE 1

**TEXTO**

Inclua-se;

Ao Plano de trabalho do Ministério dos Transportes, o seguinte subprojeto;

- UO - 39252
- CONSTRUÇÃO DE PORTO NO ESTADO DE MATO GROSSO
- Funcional Programática: 26.784.0236.5E36.0051
- GND - 4
- Valor: 3.000.000,00

Cancelamento;

- ORGÃO - 26000
- UO - 26298
- APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NACIONAL
- Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001
- Valor: 3.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo dessa emenda é a construção de um porto fluvial na região da Grande Cuiabá. Cuiabá como uma das portas de entradas do Pantanal Matogrossense, recebe anualmente um grande fluxo de turistas pelas vias aéreas e terrestre. A construção de um Porto criaria novas formas de exploração do turismo, gerando empregos e renda com os meios já existentes com a navegação do próprio Rio Cuiabá. Por outro lado, este Porto poderá ser utilizado para transportes de cargas, desafogando o já intenso fluxo nas rodovias do Estado.

CÓDIGO

**1831**

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado Wellington Fagundes

UF

MT

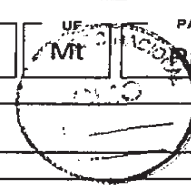
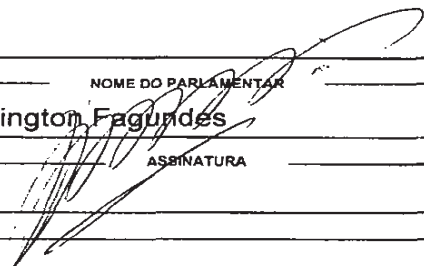
PARTIDO

PR-L-MT

DATA

26/6/2006

ASSINATURA



**EMENDA - 00017****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 004/2006-CN-CN**

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

04/2006

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTO

Inclua-se;

Ao Plano de trabalho do Ministério da Educação, o seguinte subprojeto;

- UO - 26276

- MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES  
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - PRIMAVERA DO  
LESTE - MT

- Funcional Programática: 12.364.1073.6373.0274

- GND - 4

- MA - 90

- Valor: 500.000,00

Cancelamento;

- ORGÃO - 26000

- UO - 26298

- APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NACIONAL

- Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001

- Valor: 500.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

O objetivo dessa emenda é a implantação de um Campus de ensino superior no município de Primavera do Leste no Estado de Mato Grosso. A implantação deste campus será essencial, já que o município é uma região pólo de produção agrícola e exporta centenas de acadêmicos para as regiões vizinhas para a conclusão de seus estudos.

CÓDIGO

**1831**

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado Wellington Fagundes

UF

Mt

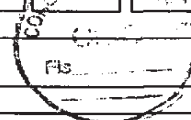
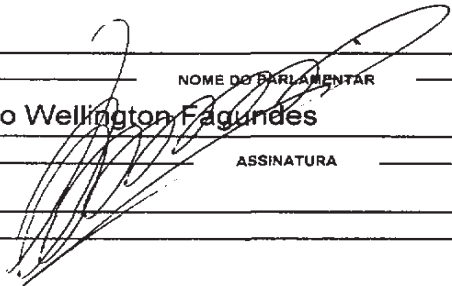
PARTIDO

PL-MT

DATA

26/6/2006

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00018****PL 004/2006-CN-CN**  
Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

04/2006

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Inclua-se;

Ao Plano de trabalho do Ministério da Educação, o seguinte subprojeto;

- UO - 26276
- MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - CAMPO VERDE
- Funcional Programática: 12.364.1073.6373.0272
- GND - 4
- MA - 90
- Valor: 500.000,00

Cancelamento;

- ORGÃO - 26000
- UO - 26298
- APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NACIONAL
- Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001
- Valor: 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo dessa emenda é a implantação de um Campus de ensino superior no município de CAMPO VERDE no Estado de Mato Grosso. A implantação deste campus será essencial, já que o município é uma região pólo de produção agrícola e exporta centenas de acadêmicos para as regiões vizinhas para a conclusão de seus estudos.

CÓDIGO

1831

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado Wellington Fagundes

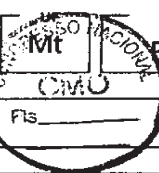
PARTIDO

PL-MT

DATA

26/6/2006

ASSINATURA





**EMENDA - 00019****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 004/2006-CN-CN**

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 004/2006PÁGINA  
01 DE 01

## TEXTO

**Suplementar**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Ação: 1061 – Brasil Escolarizado

Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001

“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – Nacional”

GND – 3

Mod. – 40

Fonte - 100

**Valor R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)****Cancelar**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Ação: 1061 – Brasil Escolarizado

Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001

“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – Nacional”

GND – 3

Mod. – 30

Fonte - 100

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

Indicamos o Município de **Venda Nova do Imigrante**, Estado do Espírito Santo, que tem uma população com alto índice de analfabetismo, razão pela qual torna-se premente a designação de recursos para melhoria da qualidade de ensino naquele Município.

CÓDIGO

**282**

NOME DO PARLAMENTAR

Rose de Freitas

UF

**ES**

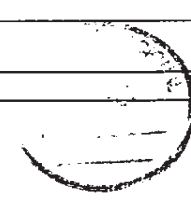
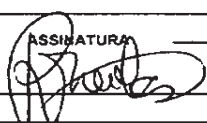
PARTIDO

**PMDB**

DATA

**27/6/2006**

ASSINATURA



**EMENDA - 00020****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

PL 004/2006-CN-CN

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 004/2006	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--------------------------------	--------------------

## TEXTO

**Suplementar**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Ação: 1061 – Brasil Escolarizado

Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001

“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – Nacional”

GND – 3

Mod. – 40

Fonte - 100

**Valor R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)****Cancelar**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Ação: 1061 – Brasil Escolarizado

Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001

“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – Nacional”

GND – 3

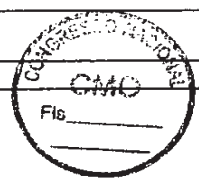
Mod. – 30

Fonte - 100

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

Indicamos o Município de **Baixo Guandu**, Estado do Espírito Santo, que tem uma população com alto índice de analfabetismo, razão pela qual torna-se premente a designação de recursos para melhoria da qualidade de ensino naquele Município.

CÓDIGO <b>282</b>	NOME DO PARLAMENTAR Rose de Freitas	UF ES	PARTIDO PMDB
DATA 27/6/2006	ASSINATURA 		

**EMENDA - 00021****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**PL 004/2006-CN-CN  
Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 004/2006	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--------------------------------	--------------------

## TEXTO

**Suplementar**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Ação: 1061 – Brasil Escolarizado

Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001

“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – Nacional”

GND – 3

Mod. – 40

Fonte - 100

**Valor R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)****Cancelar**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Ação: 1061 – Brasil Escolarizado

Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001

“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – Nacional”

GND – 3

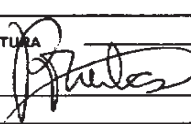
Mod. – 30

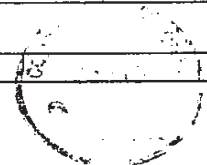
Fonte - 100

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

Indicamos o Município de **Bom Jesus do Norte**, Estado do Espírito Santo, que tem uma população com alto índice de analfabetismo, razão pela qual torna-se premente a designação de recursos para melhoria da qualidade de ensino naquele Município.

CÓDIGO <b>282</b>	NOME DO PARLAMENTAR Rose de Freitas	UF ES	PARTIDO PMDB
DATA 27/6/2006	ASSINATURA 		



**EMENDA - 00022****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 004/2006-CN-CN**

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 004/2006PÁGINA  
01 DE 01

## TEXTO

**Suplementar**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Ação: 1061 – Brasil Escolarizado

Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001

“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – Nacional”

GND – 3

Mod. – 40

Fonte - 100

**Valor R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)****Cancelar**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Ação: 1061 – Brasil Escolarizado

Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001

“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – Nacional”

GND – 3

Mod. – 30

Fonte - 100

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

Indicamos o Município de **Domingos Martins**, Estado do Espírito Santo, que tem uma população com alto índice de analfabetismo, razão pela qual torna-se premente a designação de recursos para melhoria da qualidade de ensino naquele Município.

CÓDIGO

**282**

NOME DO PARLAMENTAR

Rose de Freitas

UF

**ES**

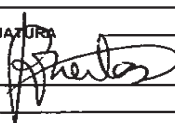
PARTIDO

**PMDB**

DATA

27/6/2006

ASSINATURA





EMENDA - 00023

PL 004/2006-CN-CN  
Mensagem 050/2006-CN**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 004/2006

01 DE 01

TEXTO

**Suplementar**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Ação: 1061 – Brasil Escolarizado

Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001

“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – Nacional”

GND – 3

Mod. – 40

Fonte - 100

**Valor R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)****Cancelar**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Ação: 1061 – Brasil Escolarizado

Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001

“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – Nacional”

GND – 3

Mod. – 30

Fonte - 100

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)**

JUSTIFICAÇÃO

Indicamos o Município de Iconha, Estado do Espírito Santo, que tem uma população com alto índice de analfabetismo, razão pela qual torna-se premente a designação de recursos para melhoria da qualidade de ensino naquele Município.

CÓDIGO

**282**

NOME DO PARLAMENTAR

Rose de Freitas

UF

ES

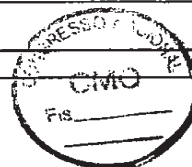
PARTIDO

PMDB

DATA

27/6/2006

ASSINATURA



**EMENDA - 00024****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 004/2006-CN-CN**  
Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 004/2006PÁGINA  
01 DE 01

## TEXTO

**Suplementar**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação  
Unidade: 26298 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação  
Ação: 1061 – Brasil Escolarizado  
Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001  
“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – Nacional”  
GND – 3  
Mod. – 40  
Fonte - 100  
**Valor R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)**

**Cancelar**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação  
Unidade: 26298 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação  
Ação: 1061 – Brasil Escolarizado  
Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001  
“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – Nacional”  
GND – 3  
Mod. – 30  
Fonte - 100  
**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

Indicamos o Município de **Iúna**, Estado do Espírito Santo, que tem uma população com alto índice de analfabetismo, razão pela qual torna-se premente a designação de recursos para melhoria da qualidade de ensino naquele Município.

CÓDIGO

**282**

NOME DO PARLAMENTAR

Rose de Freitas

UF

**ES**

PARTIDO

**PMDB**

DATA

**27/6/2006**

ASSINATURA



**EMENDA - 00025****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 004/2006-CN-CN**

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 004/2006PÁGINA  
01 DE 01

TEXTO

**Suplementar**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Ação: 1061 – Brasil Escolarizado

Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001

“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – Nacional”

GND – 3

Mod. – 40

Fonte - 100

**Valor R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)****Cancelar**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Ação: 1061 – Brasil Escolarizado

Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001

“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – Nacional”

GND – 3

Mod. – 30

Fonte - 100

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

Indicamos o Município de **Marilândia**, Estado do Espírito Santo, que tem uma população com alto índice de analfabetismo, razão pela qual torna-se premente a designação de recursos para melhoria da qualidade de ensino naquele Município.

CÓDIGO

**282**

NOME DO PARLAMENTAR

Rose de Freitas

UF

**ES**

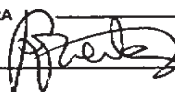
PARTIDO

**PMDB**

DATA

27/6/2006

ASSINATURA



**EMENDA - 00026****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 004/2006-CN-CN**

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 004/2006

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

**Suplementar**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Ação: 1061 – Brasil Escolarizado

Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001

“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – Nacional”

GND – 3

Mod. – 40

Fonte - 100

**Valor R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)****Cancelar**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Ação: 1061 – Brasil Escolarizado

Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001

“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – Nacional”

GND – 3

Mod. – 30

Fonte - 100

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

Indicamos o Município de **Santa Teresa**, Estado do Espírito Santo, que tem uma população com alto índice de analfabetismo, razão pela qual torna-se premente a designação de recursos para melhoria da qualidade de ensino naquele Município.

CÓDIGO

**282**

NOME DO PARLAMENTAR

Rose de Freitas

UF

**ES**


PARTIDO

**PMDB**

DATA

**27/6/2006**

ASSINATURA





**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00027****PL 004/2006-CN-CN**

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 004/2006	EMENDA 01 DE 01
---------------------	--------------------------------	--------------------

TEXTO

**Suplementar**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Ação: 1061 – Brasil Escolarizado

Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001

“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – Nacional”

GND – 3

Mod. – 40

Fonte - 100

**Valor R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)****Cancelar**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Ação: 1061 – Brasil Escolarizado

Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001

“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – Nacional”

GND – 3

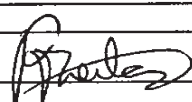
Mod. – 30

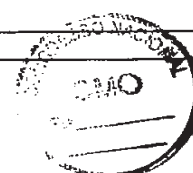
Fonte - 100

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

Indicamos o Município de **Vargem Alta**, Estado do Espírito Santo, que tem uma população com alto índice de analfabetismo, razão pela qual torna-se premente a designação de recursos para melhoria da qualidade de ensino naquele Município.

CÓDIGO <b>282</b>	NOME DO PARLAMENTAR Rose de Freitas	UF ES	PARTIDO PMDB
DATA 27/6/2006	ASSINATURA 		



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00028**PL 004/2006-CN-CN  
Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 004/2006PÁGINA  
01 DE 01

## TEXTO

**Suplementar**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Ação: 1061 – Brasil Escolarizado

Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001

“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – Nacional”

GND – 3

Mod. – 40

Fonte - 100

**Valor R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)****Cancelar**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Ação: 1061 – Brasil Escolarizado

Funcional Programática: 12.361.1061.0509.0001

“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – Nacional”

GND – 3

Mod. – 30

Fonte - 100

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

Indicamos o Município de **Alegre**, Estado do Espírito Santo, que tem um alto índice de analfabetismo, razão pela qual torna-se premente a designação de recursos para melhoria da qualidade de ensino naquele Município.

CÓDIGO

**282**

NOME DO PARLAMENTAR

Rose de Freitas

UF

**ES**

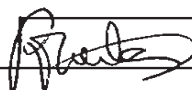
PARTIDO

**PMDB**

DATA

27/6/2006

ASSINATURA



**EMENDA - 00029****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

PL 004/2006-CN-CN

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 004/2006

01 DE 01

TEXTO

**Suplementar**

Órgão: 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Unidade: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino

Superior/FIEES – Ministério da Educação

Ação: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

“Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito – Nacional”

GND – 5

Mod. – 40

Fonte - 318

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)****Cancelar**

Órgão: 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Unidade: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino

Superior/FIEES – Ministério da Educação

Ação: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

“Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito – Nacional”

GND – 5

Mod. – 90

Fonte - 318

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda objetiva destinar recursos para o Município de **Santa Maria de Jetibá**, Estado do Espírito Santo, para a Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito, garantindo o Ensino Superior aos Estudantes mais carentes daquele Município.

CÓDIGO

**282**

NOME DO PARLAMENTAR

**ROSE DE FREITAS**

UF

**ES**

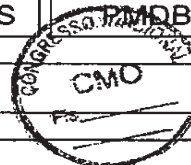
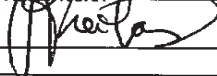
PARTIDO

**PMDB**

DATA

**27/6/2006**

ASSINATURA



**EMENDA - 00030****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 004/2006-CN-CN**

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 004/2006PÁGINA  
01 DE 01

## TEXTO

**Suplementar**

Órgão: 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Unidade: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Ministério da Educação

Ação: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

“Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito – Nacional”

GND – 5

Mod. – 40

Fonte - 318

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)****Cancelar**

Órgão: 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Unidade: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Ministério da Educação

Ação: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

“Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito – Nacional”

GND – 5

Mod. – 90

Fonte - 318

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda objetiva destinar recursos para o Município de **Boa Esperança**, Estado do Espírito Santo, para a Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito, garantindo o Ensino Superior aos Estudantes mais carentes daquele Município.

CÓDIGO

**282**

NOME DO PARLAMENTAR

**ROSE DE FREITAS**

UF

**ES**

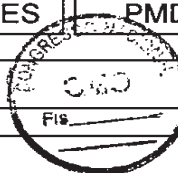

PARTIDO

**PMDB**

DATA

**27/6/2006**

ASSINATURA





**EMENDA - 00031****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 004/2006-CN-CN**

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 004/2006	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--------------------------------	--------------------

## TEXTO

**Suplementar**

Órgão: 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Unidade: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Ministério da Educação

Ação: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

“Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito – Nacional”

GND – 5

Mod. – 40

Fonte - 318

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)****Cancelar**

Órgão: 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Unidade: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Ministério da Educação

Ação: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

“Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito – Nacional”

GND – 5

Mod. – 90

Fonte - 318

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda objetiva destinar recursos para o Município de **Brejetuba**, Estado do Espírito Santo, para a Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito, garantindo o Ensino Superior aos Estudantes mais carentes daquele Município.

CÓDIGO <b>282</b>	NOME DO PARLAMENTAR <b>ROSE DE FREITAS</b>	UF <b>ES</b>	PARTIDO <b>PMDB</b>
DATA <b>27/6/2006</b>	ASSINATURA 		

**EMENDA - 00032****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**PL 004/2006-CN-CN  
Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 004/2006PÁGINA  
01 DE 01

## TEXTO

**Suplementar**

Órgão: 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Unidade: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Ministério da Educação

Ação: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

“Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito – Nacional”

GND – 5

Mod. – 40

Fonte - 318

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)****Cancelar**

Órgão: 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Unidade: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Ministério da Educação

Ação: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

“Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito – Nacional”

GND – 5

Mod. – 90

Fonte - 318

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda objetiva destinar recursos para o Município de **Divino de São Lourenço**, Estado do Espírito Santo, para a Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito, garantindo o Ensino Superior aos Estudantes mais carentes daquele Município.

CÓDIGO

**282**

NOME DO PARLAMENTAR

**ROSE DE FREITAS**

UF

**ES**

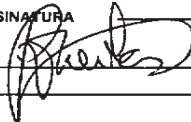
PARTIDO

**PMDB**

DATA

**27/6/2006**

ASSINATURA



**EMENDA - 00033****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

PL 004/2006-CN-CN

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 004/2006

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

**Suplementar**

Órgão: 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Unidade: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Ministério da Educação

Ação: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

“Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito – Nacional”

GND – 5

Mod. – 40

Fonte - 318

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)****Cancelar**

Órgão: 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Unidade: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Ministério da Educação

Ação: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

“Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito – Nacional”

GND – 5

Mod. – 90

Fonte - 318

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda objetiva destinar recursos para o Município de **Dores do Rio Preto**, Estado do Espírito Santo, para a Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito, garantindo o Ensino Superior aos Estudantes mais carentes daquele Município.

CÓDIGO

**282**

NOME DO PARLAMENTAR

**ROSE DE FREITAS**

UF

**ES**

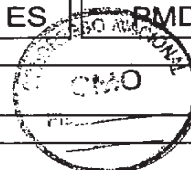
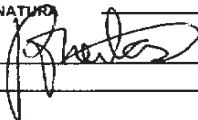
PARTIDO

**PMDB**

DATA

**27/6/2006**

ASSINATURA



**EMENDA - 00034****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

PL 004/2006-CN-CN

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 004/2006

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**Suplementar**

Órgão: 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Unidade: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Ministério da Educação

Ação: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

“Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito – Nacional”

GND – 5

Mod. – 40

Fonte - 318

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)****Cancelar**

Órgão: 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Unidade: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Ministério da Educação

Ação: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

“Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito – Nacional”

GND – 5

Mod. – 90

Fonte - 318

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda objetiva destinar recursos para o Município de **Itaguaçu**, Estado do Espírito Santo, para a Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito, garantindo o Ensino Superior aos Estudantes mais carentes daquele Município.

CÓDIGO

**282**

NOME DO PARLAMENTAR

**ROSE DE FREITAS**

UF

**ES**

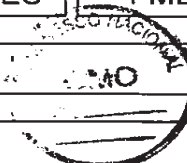
PARTIDO

**PMDB**

DATA

**27/6/2006**

ASSINATURA





EMENDA - 00035

PL 004/2006-CN-CN  
Mensagem 050/2006-CN**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 004/2006PÁGINA  
01 DE 01

TEXTO

**Suplementar**

Órgão: 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Unidade: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Ministério da Educação

Ação: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

“Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito – Nacional”

GND – 5

Mod. – 40

Fonte - 318

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)****Cancelar**

Órgão: 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Unidade: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Ministério da Educação

Ação: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

“Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito – Nacional”

GND – 5

Mod. – 90

Fonte - 318

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda objetiva destinar recursos para o Município de **Laranja da Terra**, Estado do Espírito Santo, para a Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito, garantindo o Ensino Superior aos Estudantes mais carentes daquele Município.

CÓDIGO

282

NOME DO PARLAMENTAR

ROSE DE FREITAS

UF

ES

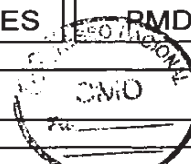
PARTIDO

PMDB

DATA

27/6/2006

ASSINATURA



**EMENDA - 00036****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 004/2006-CN-CN**  
Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 004/2006	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--------------------------------	--------------------

**TEXTO****Suplementar**

Órgão: 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Unidade: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Ministério da Educação

Ação: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

“Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito – Nacional”

GND – 5

Mod. – 40

Fonte - 318

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)****Cancelar**

Órgão: 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Unidade: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Ministério da Educação

Ação: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

“Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito – Nacional”

GND – 5

Mod. – 90

Fonte - 318

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)****JUSTIFICAÇÃO**

A presente Emenda objetiva destinar recursos para o Município de **Mantenópolis**, Estado do Espírito Santo, para a Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito, garantindo o Ensino Superior aos Estudantes mais carentes daquele Município.

CÓDIGO <b>282</b>	NOME DO PARLAMENTAR <b>ROSE DE FREITAS</b>	UF <b>ES</b>	PARTIDO <b>SSO RAC PMDB</b>
DATA <b>27/6/2006</b>	ASSINATURA 		

CMO

**EMENDA - 00037****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 004/2006-CN-CN**

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 004/2006PÁGINA  
01 DE 01

## TEXTO

**Suplementar**

Órgão: 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Unidade: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Ministério da Educação

Ação: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

“Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito – Nacional”

GND – 5

Mod. – 40

Fonte - 318

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)****Cancelar**

Órgão: 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Unidade: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Ministério da Educação

Ação: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

“Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito – Nacional”

GND – 5

Mod. – 90

Fonte - 318

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda objetiva destinar recursos para o Município de **Marataízes**, Estado do Espírito Santo, para a Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito, garantindo o Ensino Superior aos Estudantes mais carentes daquele Município.

CÓDIGO

**282**

NOME DO PARLAMENTAR

**ROSE DE FREITAS**

UF

**ES**

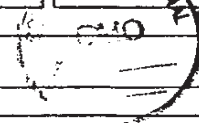
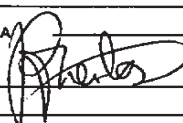
PARTIDO

**PMDB**

DATA

**27/6/2006**

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00038****PL 004/2006-CN-CN**

Mensagem 050/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 004/2006

01 DE 01

TEXTO

**Suplementar**

Órgão: 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Unidade: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Ministério da Educação

Ação: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

“Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito – Nacional”

GND – 5

Mod. – 40

Fonte - 318

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)****Cancelar**

Órgão: 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Unidade: 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Ministério da Educação

Ação: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.846.1073.0579.0001

“Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito – Nacional”

GND – 5

Mod. – 90

Fonte - 318

**Valor: R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda objetiva destinar recursos para o Município de **Alto Rio Novo**, Estado do Espírito Santo, para a Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não – Gratuito, garantindo o Ensino Superior aos Estudantes mais carentes daquele Município.

CÓDIGO

**282**

NOME DO PARLAMENTAR

**ROSE DE FREITAS**

UF

**ES**


PARTIDO

**PMDB**

DATA

**27/6/2006**

ASSINATURA



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

**TERMO DE REUNIÃO**

Convocada Reunião de Instalação para o dia 28 do mês de junho de dois mil e seis, quarta-feira, às 14 horas, na sala número 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 19, de 2005, aposto ao PLV 2/2005 (oriundo da MPV 227/2004), que "Dispõe sobre o Registro Especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, de produtor ou importador de biodiesel e sobre a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS sobre as receitas decorrentes da venda desse produto, altera a Lei no 10.451, de 10 de maio de 2002, e dá outras providências.", **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2006.

  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA  
Diretor

**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**  
**TERMO DE REUNIÃO**

Convocada Reunião de Instalação para o dia e oito do mês de junho de dois mil e seis, quarta-feira, às 14:30 horas e trinta minutos na sala número 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Parcial nº 20**, de 2005, aposto ao PLV 4/2005 (oriundo da MPV 229/2004), que "Acresce parágrafos ao art. 10 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre recursos para o desporto e prorroga o prazo para o desarmamento).", **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

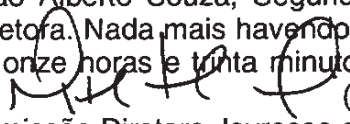
Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2006.

  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA  
Diretor



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA  
REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2006**

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e sete de junho do ano de dois mil e seis, reuniu-se a Comissão diretora do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores: Renan Calheiros, Presidente; Antero Paes de Barros, Segundo Vice-Presidente; Efraim Morais, Primeiro-Secretário; João Alberto Souza, Segundo-Secretário; Paulo Octávio, Terceiro-Secretário; Aelton Freitas, Suplente; Serys Shlessarenko, Suplente. Iniciados os trabalhos, passou-se ao exame das seguintes matérias desta reunião: *Item 1* – Processo nº 009205/06-3 - Prestação de Contas do Senado Federal e de seu respectivo Fundo – FUNSEN, referente ao exercício de 2005. Parecer favorável do Relator, Senador João Alberto Souza, Segundo-Secretário. Aprovado mediante Ato da Comissão Diretora. *Item 2* – Processo nº 006123/06-6 - Prestação de Contas da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEEP e de seu respectivo Fundo – FUNSEEP, referente ao exercício de 2005. Parecer favorável do Relator, Senador João Alberto Souza, Segundo-Secretário. Aprovado mediante Ato da Comissão Diretora. *Item 3* – Processo nº 000269/06-9 - Prestação de Contas da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – Prodasen e de seu respectivo Fundo – FUNSEI, referente ao exercício de 2005. Parecer favorável do Relator, Senador João Alberto Souza, Segundo-Secretário. Aprovado mediante Ato da Comissão Diretora. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão Diretora, às onze horas e trinta minutos, declarou encerrada a reunião, determinando que eu  (Agacieli da Silva Maia), Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrasse a presente Ata que, depois de aprovada, vai assinada pelo Presidente.

Sala da Comissão Diretora, 27 de junho de 2006

  
**Senador RENAN CALHEIROS**  
Presidente

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA  
Nº 011 , DE 2006**

**A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e, de acordo com o que consta do Processo nº 009.205/06-3, **RESOLVE**:

Art. 1º Fica aprovada a Prestação de Contas do Senado Federal e do Fundo do Senado Federal, relativa ao exercício financeiro de 2005.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 27 de junho

de 2006



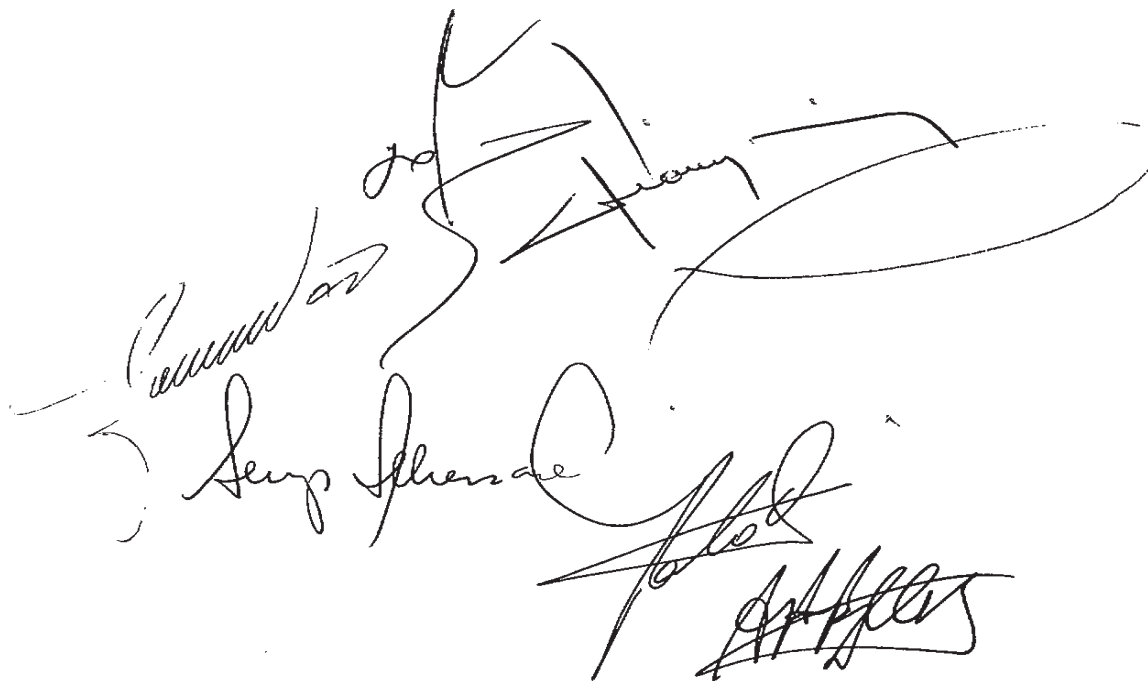
**ATO DA COMISSÃO DIRETORA**  
**Nº 012 , DE 2006**

A **COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e, de acordo com o que consta do Processo nº 006.123/06-6, **RESOLVE**:

Art. 1º Fica aprovada a Prestação de Contas da Secretaria Especial de Editoração e Publicações e do Fundo da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, relativa ao exercício financeiro de 2005.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 27 de JUNHO de 2006



**ATO DA COMISSÃO DIRETORA**  
**Nº 013 , DE 2006**

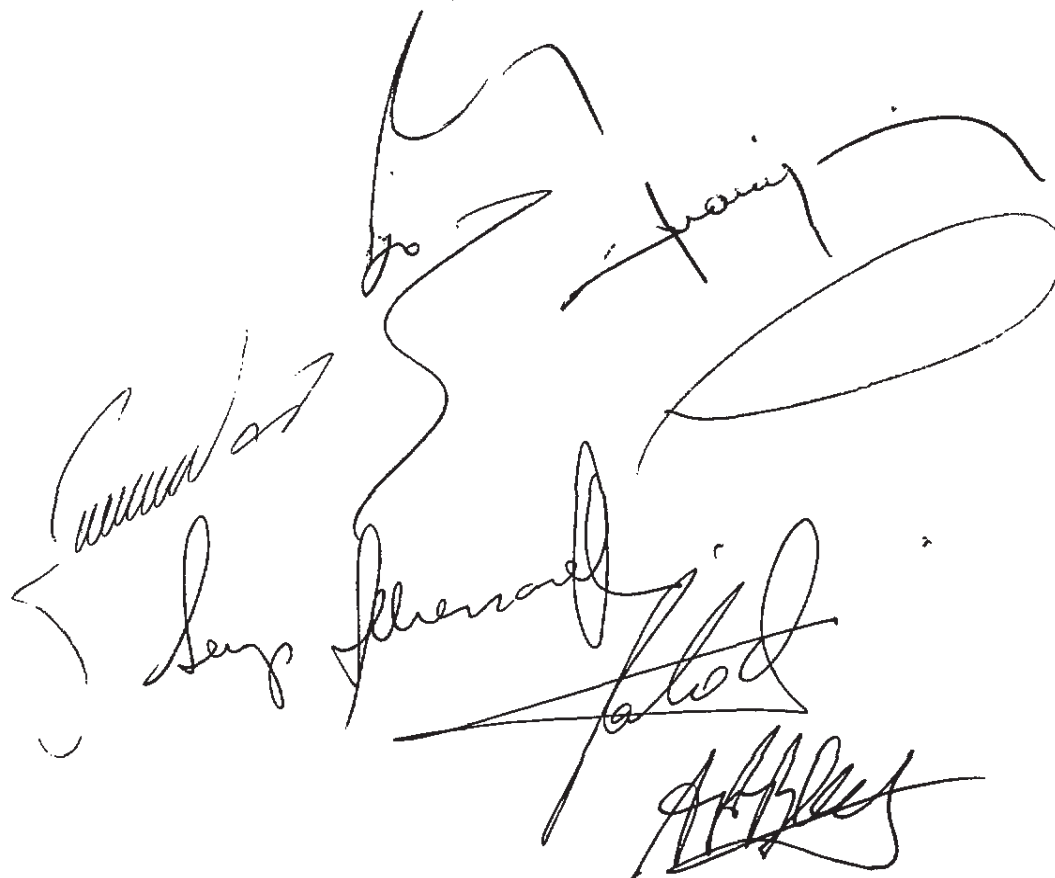
**A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e, de acordo com o que consta do Processo nº 000.269/06-9, **RESOLVE**:

Art. 1º Fica aprovada a Prestação de Contas da Secretaria Especial de Informática e do Fundo da Secretaria Especial de Informática, relativa ao exercício financeiro de 2005.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 27 de junho

de 2006

The image shows several handwritten signatures in black ink. There are approximately seven distinct signatures, some of which are quite stylized and overlapping. The signatures are located below the text of the act, indicating the approval of the members of the Comissão Diretora.

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 145 , DE 2006**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**RESOLVE:**

I - Prorrogar por 90 (noventa) dias, o prazo de vigência dos trabalhos da Comissão de Gestão dos Contratos - COPEGE, sob a responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social, seus órgãos subordinados e Instituto Legislativo Brasileiro - ILB.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de junho de 2006.

Senado Federal, 28 de junho de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1159 , de 2006**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 009.495/06-1,

**RESOLVE** aposentar, voluntariamente, por tempo de serviço, com proventos integrais, o servidor **DINAIR CAVALCANTI MUNDIM**, Consultor Legislativo, Área 1, Nível III, Padrão 45, nos termos do **Art. 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação anterior à Emenda Constitucional nº 20/98, na forma assegurada pelo art. 3º deste último dispositivo legal, acrescido das vantagens previstas nas Resoluções do Senado Federal nºs 74/94 e 07/2002, c/c o Ato do Diretor-Geral nº 148**, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 28 de Junho de 2006



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 1160 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no Processo nº 002415/04-0,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar o servidor **JOSE CARLOS AURELIANO**, matrícula nº 24871, como gestor substituto, do Contrato nº 077/2004, celebrado entre o Senado Federal e a empresa **PROJEL** Planejamento Organização e Pesquisa Ltda., em substituição à servidora **JANETE MARIA DOS SANTOS**, matrícula nº 33379, designada por meio do Ato do Diretor-Geral nº 022/2004.

**Art. 2º** - Fica mantido o atual gestor titular do mencionado contrato.

**Art. 3º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2006.



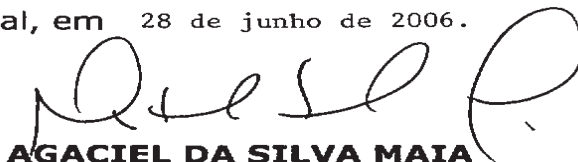
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 1161 , de 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no exercício de suas atribuições regulamentares, tendo em vista o que consta do Processo nº 5.826/06-3,

**RESOLVE** aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor **ANTÔNIO CARLOS NANTES DE OLIVEIRA**, Consultor Legislativo, Área de Consultoria e Assessoramento, Nível III, Padrão 45, ***nos termos do art. 8º, incisos I e II, e § 1º, inciso I, alíneas "a" e "b", e inciso II da Emenda Constitucional nº 20/98, na forma assegurada pelo art. 3º da EC. nº 41/03, com a vantagem prevista no art. 1º da Resolução (SF) nº 74/94, c/c o artigo 9º da Resolução (SF) nº 07/2002***, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 28 de junho de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

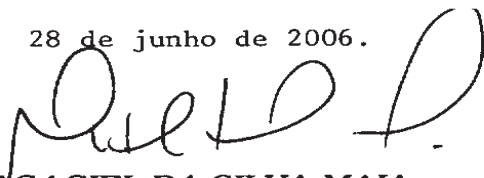


**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1162, de 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 009023/06-2,

**RESOLVE**, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC n.º 41, de 31/12/2003 c/c a MP n.º 167, de 20/02/2004, conceder pensão vitalícia a **MAYSA XAVIER CANALE**, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor **ANTÔNIO MENDES CANALE**, matrícula 48954-ERGON, a partir da data do óbito, 01/06/2006.

Senado Federal, 28 de junho de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

*Diretor-Geral*

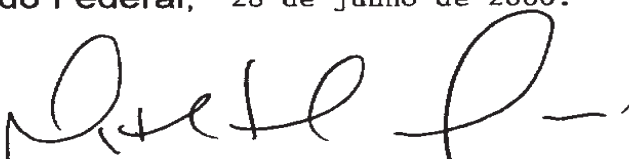
**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 1163 DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004,

**RESOLVE:**

Designar o servidor **LUÍS IGNÁCIO MORENO FERNANDEZ**, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, matr. 39412, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Coordenação e Execução, Símbolo FC-8, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com efeitos a partir de 21 de junho de 2006.

Senado Federal, 28 de junho de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº. 1164 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009527/06-0,

**RESOLVE** dispensar a servidora ANA VALÉRIA ARAÚJO DE ASSIS MONÇÃO, matrícula 44316, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Eduardo Azeredo, com efeitos financeiros a partir de 19 de junho de 2006,

Senado Federal, 28 de junho de 2006.



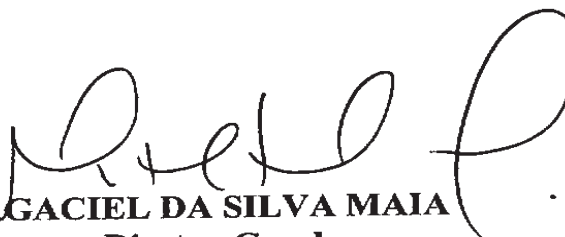
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº. 1165 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009060/06-5,

**RESOLVE** dispensar o servidor EURÍPEDES BARSANULFO DE MORAES, matrícula 25358, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Eduardo Azeredo, com efeitos financeiros a partir de 08 de junho de 2006,

Senado Federal, 28 de junho de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1166 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009244/06-9,

RESOLVE dispensar o servidor GILSON CINTRA, matrícula 43865, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko, com efeitos financeiros a partir de 12 de junho de 2006,

Senado Federal, 28 de junho de 2006.



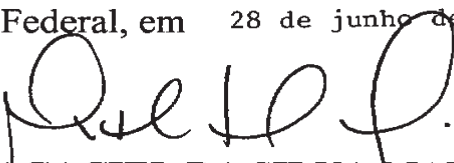
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1167 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010004/06-8,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **HELOINA SANDOVAL PIMENTA**, matrícula n.º 163160, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Paulo Octavio, a partir de 26 de junho de 2006.

Senado Federal, em 28 de junho de 2006.



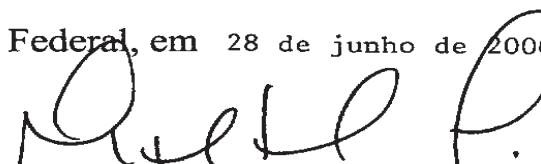
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1168 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010003/06-1**,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JEANNE SOUSA CHAVES**, matrícula n.º 174066, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Terceira Secretaria, a partir de 26 de junho de 2006.

Senado Federal, em 28 de junho de 2006.



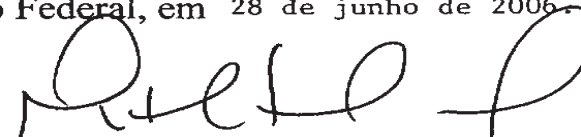
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1169 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009994/06-8**,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RONALDO SANTINI**, matrícula n.º 169230, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 28 de junho de 2006.



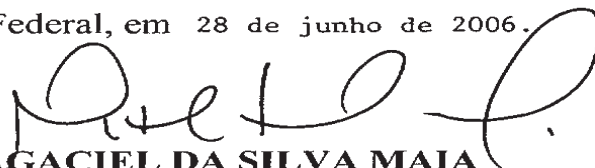
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1170 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006990/06-1,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIANA DO ROSÁRIO NOBRE FERREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Senado Federal, em 28 de junho de 2006.



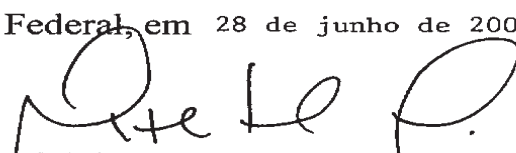
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1171 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009966/06-4,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSEMEIRE VIEIRA ALBUQUERQUE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 28 de junho de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1172 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009992/06-5**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ADRIANA DE LOURDES CUNHA SANTINI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 28 de junho de 2006.

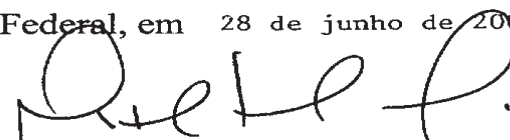
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1173 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010002/06-5**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ADRIANA POSTIGLIONI RESCK** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 28 de junho de 2006.

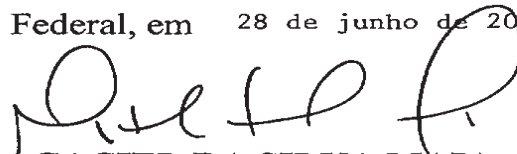
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1174 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010005/06-4**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA PAULA RODRIGUES ALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Octávio.

Senado Federal, em 28 de junho de 2006.



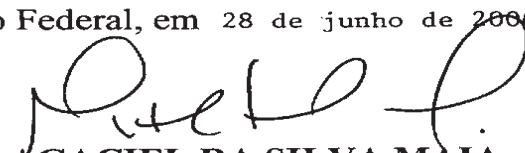
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1175 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010010/06-8**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VICTOR WELMER FRANÇA DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flexa Ribeiro.

Senado Federal, em 28 de junho de 2006.



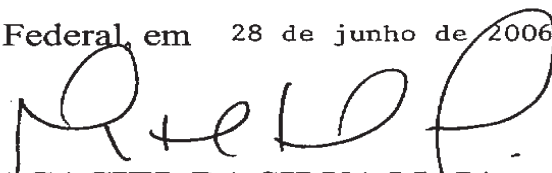
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1176 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009800/06-9,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **AILTON FERREIRA GONÇALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antonio João.

Senado Federal, em 28 de junho de 2006.

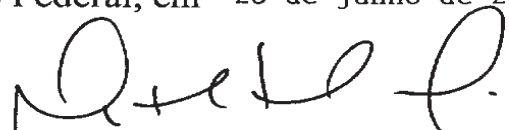
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1177 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009993/06-1,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MAICON ROBERTO SANTINI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 28 de junho de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

<b>Bahia</b> PFL – Rodolpho Tourinho* <sup>S</sup> PFL – Antonio Carlos Magalhães** PFL – César Borges**	<b>Rio Grande do Sul</b> PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	<b>Amazonas</b> PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
<b>Rio de Janeiro</b> BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	<b>Ceará</b> PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	<b>Paraná</b> PSDB – Alvaro Dias* BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
<b>Maranhão</b> PMDB – João Alberto Souza* PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney**	<b>Paraíba</b> PMDB – Ney Suassuna* PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão**	<b>Acre</b> BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** <sup>S</sup>
<b>Pará</b> PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** <sup>S</sup>	<b>Espírito Santo</b> PSDB – João Batista Motta* <sup>S</sup> PSDB – Marcos Guerra** <sup>S</sup> BLOCO-PL – Magno Malta**	<b>Mato Grosso do Sul</b> PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João** <sup>S</sup> PMDB – Ramez Tebet**
<b>Pernambuco</b> PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	<b>Piauí</b> PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa**	<b>Distrito Federal</b> PTB – Valmir Amaral* <sup>S</sup> PDT – Cristovam Buarque** PFL – Paulo Octávio**
<b>São Paulo</b> BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	<b>Rio Grande do Norte</b> PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	<b>Tocantins</b> PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro** PC do B – Leomar Quintanilha**
<b>Minas Gerais</b> BLOCO-PL – Aelton Freitas* <sup>S</sup> PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** <sup>S</sup>	<b>Santa Catarina</b> PFL – Jorge Bornhausen* BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan**	<b>Amapá</b> PMDB – José Sarney* PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
<b>Goiás</b> PMDB – Iris de Araújo* <sup>S</sup> PFL – Demóstenes Torres** PSDB – Lúcia Vânia**	<b>Alagoas</b> P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** <sup>S</sup>	<b>Rondônia</b> PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
<b>Mato Grosso</b> PSDB – Antero Paes de Barros* PFL – Jonas Pinheiro** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko** -----	<b>Sergipe</b> PFL – Maria do Carmo Alves* PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	<b>Roraima</b> PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\* : Período 2003/2011

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)



## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Shessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Slhessarenko – PT
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

# **1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Aelton Freitas - PL**

**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
(21 titulares e 21 suplentes)

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)



**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago) <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR**  
(5 membros)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**

**Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1)</sup> <sup>(5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2)</sup> <sup>(6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT**  
**Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) <sup>(3)</sup>	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**



**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB <sup>(1)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL  
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) <sup>(6)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)



**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)



**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

**Presidente: Senador João Alberto Souza<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres<sup>1</sup>**

<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro <sup>2</sup> (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca <sup>2</sup> (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan <sup>2</sup> (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho <sup>4</sup> (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
<b>PMDB</b>					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) <sup>3</sup>		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges <sup>2</sup>	AP	1717
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)</b>					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shhessarenko <sup>2</sup> (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
<b>Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)				2051	

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

<sup>2</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

<sup>3</sup> Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

<sup>4</sup> Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO**<sup>1</sup>

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) <sup>4</sup>	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) <sup>3</sup>	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

<sup>3</sup> Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

<sup>4</sup> Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko  
**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)  
Presidente: Arnaldo Niskier  
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho<sup>1</sup>

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO <sup>2</sup>	EMANUEL SOARES CARNEIRO <sup>2</sup>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO <sup>2</sup>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE <sup>2</sup>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT <sup>2</sup>	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	(VAGO) <sup>3</sup>	CELso AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA <sup>2</sup>	STEPAN NERCESSIAN <sup>2</sup>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS <sup>2</sup>	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO <sup>2</sup>	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

<sup>1</sup> Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

<sup>2</sup> Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

<sup>3</sup> Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)  
**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>4</sup>**

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)<sup>5</sup>

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

<sup>4</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

<sup>5</sup> Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

## **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

Representação Brasileira

### **COMPOSIÇÃO**

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

### **MEMBROS NATOS**

<b>Senador ROBERTO SATURNINO (PT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputado ALCEU COLLARES (PDT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

### **SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)
<b>PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)</b>	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

### **DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
<b>PMDB</b>	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
<b>Bloco PFL/Prona</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
<b>PSDB</b>	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
<b>PP</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
<b>PTB</b>	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
<b>PL</b>	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
<b>PPS</b>	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Deputado ALCEU COLLARES**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  HENRIQUE FONTANA PT-RS	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  NEY SUASSUNA PMDB-PB
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b>  ALVARO DIAS PSDB-PR
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  ALCEU COLLARES PDT-RS	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)



**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos  
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

**Composição**

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

**Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>**

<b>Deputados</b>	<b>Senadores</b>
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 9.6.2006

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 31,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 96,60</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 127,60</b>

### PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 62,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 193,20</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 255,20</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,30</b>
Porte avulso	<b>R\$ 0,80</b>

### ORDEM BANCÁRIA

<b>UG - 020055</b>	<b>GESTÃO 00001</b>
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



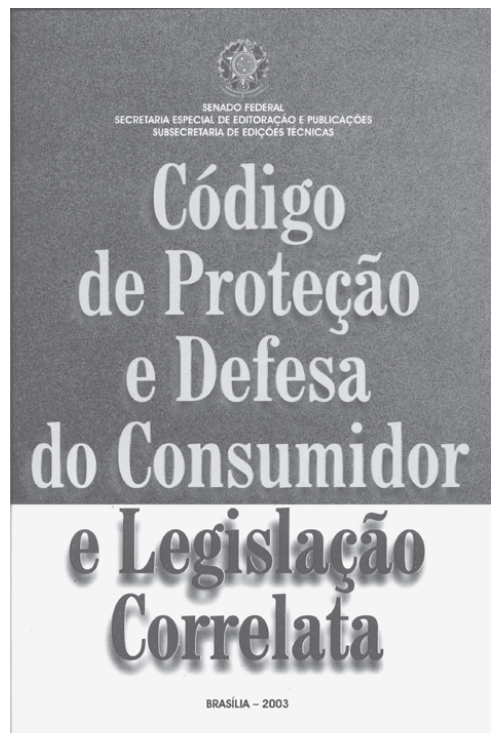
SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

**Conheça nosso catálogo na Internet**

**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**



## **Para adquirir essa ou outra publicação:**

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 250 PÁGINAS